



A CONSTRUÇÃO DO AMANHÃ

AS ORIGENS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ



FCPC
FUNDAÇÃO CEARENSE
DE PESQUISA E CULTURA

Nova etapa cultural com a instalação da Universidade

Muito trabalho no sentido cultural do Teatro José de Alencar — Da instalação — Fortaleza, mostra a universitária e homenagem do reitor aos ilustres visitantes

Fortaleza, 20 de junho de 1964. — A instalação da Universidade Federal do Ceará, em 20 de junho de 1964, marcou uma nova etapa cultural da cidade. O reitor, Dr. José de Alencar, recebeu em seu gabinete os membros do Conselho Superior de Ensino, que se reuniram para discutir a organização da instituição.

O reitor, Dr. José de Alencar, recebeu em seu gabinete os membros do Conselho Superior de Ensino, que se reuniram para discutir a organização da instituição.

O reitor, Dr. José de Alencar, recebeu em seu gabinete os membros do Conselho Superior de Ensino, que se reuniram para discutir a organização da instituição.

O reitor, Dr. José de Alencar, recebeu em seu gabinete os membros do Conselho Superior de Ensino, que se reuniram para discutir a organização da instituição.

O reitor, Dr. José de Alencar, recebeu em seu gabinete os membros do Conselho Superior de Ensino, que se reuniram para discutir a organização da instituição.

O reitor, Dr. José de Alencar, recebeu em seu gabinete os membros do Conselho Superior de Ensino, que se reuniram para discutir a organização da instituição.



FRU

O IN

Instalada
científica
Faculdade de
preliminar

O reitor, Dr. José de Alencar, recebeu em seu gabinete os membros do Conselho Superior de Ensino, que se reuniram para discutir a organização da instituição.

O reitor, Dr. José de Alencar, recebeu em seu gabinete os membros do Conselho Superior de Ensino, que se reuniram para discutir a organização da instituição.

O reitor, Dr. José de Alencar, recebeu em seu gabinete os membros do Conselho Superior de Ensino, que se reuniram para discutir a organização da instituição.

MAGUARI ESPORTE

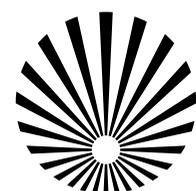
FESTA CAPIPIRÁ

O reitor, Dr. José de Alencar, recebeu em seu gabinete os membros do Conselho Superior de Ensino, que se reuniram para discutir a organização da instituição.

O reitor, Dr. José de Alencar, recebeu em seu gabinete os membros do Conselho Superior de Ensino, que se reuniram para discutir a organização da instituição.

O reitor, Dr. José de Alencar, recebeu em seu gabinete os membros do Conselho Superior de Ensino, que se reuniram para discutir a organização da instituição.

CRISTIANE PIMENTEL E MARCO FUKUDA



A CONSTRUÇÃO DO AMANHÃ

AS ORIGENS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ



FORTALEZA, 2022

CONSELHO EDITORIAL DA UFC

Presidente

Prof. Paulo Elpídio de Menezes Neto

Conselheiros

Joaquim Melo de Albuquerque

José Edmar da Silva Ribeiro

Felipe Ferreira da Silva

Maria Pinheiro Pessoa de Andrade

Prof^a. Ana Fátima Carvalho Fernandes

Prof. Guilherme Diniz Irffi

Prof. Paulo Rogério Faustino Matos

Prof^a. Sueli Maria de Araújo Cavalcante

Copyright © 2022 por Cristiane Pimentel e Marco Fukuda

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais, exceto no caso de breves citações incluídas em revisões críticas e outros usos não-comerciais permitidos pela Lei 9.610/98.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Bibliotecária Marilzete Melo Nascimento CRB 3/1135

P644c Pimentel, Cristiane.
A construção do amanhã [livro eletrônico] : as origens da Universidade Federal do Ceará /
Cristiane Pimentel e Marco Fukuda. - Fortaleza: Imprensa Universitária, 2022.
19.716 kb : il. color. ; PDF

ISBN: 978-65-88492-90-1

1. Universidade Federal do Ceará – Memória. 2. História institucional. 3. Personalidades históricas. I. Fukuda, Marco. II. Título.

CDD 378



Expediente

REITOR

Prof. José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque

VICE-REITOR

Prof. José Glauco Lobo Filho

PRÓ-REITORES(AS)

Prof. Almir Bittencourt da Silva (Planejamento e Administração)

Prof.^a Ana Paula de Medeiros Ribeiro (Graduação)

Prof. Augusto Teixeira de Albuquerque (Relações Internacionais e Desenvolvimento Institucional)

Prof.^a Elizabeth De Francesco Daher (Extensão)

Prof.^a Geovana Maria Cartaxo de Arruda Freire (Assuntos Estudantis)

Prof. Francisco Rodrigo Porto Cavalcanti (Pesquisa e Pós-Graduação)

Prof. Marcus Vinícius Veras Machado (Gestão de Pessoas)

ORGANIZAÇÃO

Coordenadoria de Comunicação e Marketing – UFC Informa

Prof.^a Cláudia Buhamra Abreu Romero

Francisco Norton Falcão Chaves

PROJETO EDITORIAL E EDIÇÃO

Cristiane Maria Sales Pimentel (CE1863JP)

REDAÇÃO

Cristiane Maria Sales Pimentel (CE1863JP)

Marco Antonio Shoiti Leonel Fukuda (CE3275JP)

PRODUÇÃO E FINALIZAÇÃO

Camila Miranda Pinheiro

IDENTIDADE VISUAL E DIAGRAMAÇÃO

Samuel Bruno Furtado

David Motta Sá Grêgo

REVISÃO

Rogeria de Assis Batista Vasconcelos

Leidyenne Viana

REVISÃO DE CONTEÚDO HISTÓRICO

Prof. Francisco Ari de Andrade

FOTOGRAFIA

Ribamar Neto

Viktor Braga

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer a todos que colaboraram conosco ao longo do processo de feitura do livro *A construção do amanhã: origens da Universidade Federal do Ceará*. Com o apoio dessas pessoas, obtivemos acesso a espaços, documentos, livros, equipamentos, arquivos pessoais, fotografias, memórias e relatos de épocas felizes de suas vidas ou de seus antepassados. Fomos muito bem-recebidos nos escritórios, nos gabinetes, nos locais de trabalho, nas residências e nos corredores da universidade.

Agradecemos em especial ao reitor e ao vice-reitor da UFC, Prof. Cândido Albuquerque e Prof. Glauco Lobo Filho. Nosso obrigado aos ex-reitores da UFC Prof. Paulo Elpídio de Menezes Neto, presidente do Conselho Editorial da Universidade, e Prof. Roberto Cláudio Frota Bezerra, e aos diretores das unidades acadêmicas fundantes da UFC pela avaliação técnica dos capítulos e pelos contatos de fontes: Prof. João Macedo, diretor da Faculdade de Medicina (FAMED); Prof.^a Lidiany Azevedo, diretora da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (FFOE); Prof. Maurício Benevides, diretor da Faculdade de Direito (FADIR) e Prof.^a Sônia Oliveira, diretora do Centro de Ciências Agrárias (CCA). Também estendemos o nosso agradecimento pela digitalização de arquivos ao diretor do Instituto de Cultura e Arte, Prof. Marco Túlio Costa, e ao servidor Marcos Almeida, técnico de laboratório do Curso de Cinema e Audiovisual.

Obrigado à equipe da Coordenadoria de Comunicação e Marketing (UFC Informa), à coordenadora, Prof.^a Cláudia Buhamra, e ao coordenador-adjunto, Norton Falcão. Agradecemos aos nossos colegas da Coordenadoria, a publicitária Camila Miranda, os fotógrafos Ribamar Neto e Viktor Braga, o programador visual Samuel Furtado, o diagramador David Motta, o técnico de arquivo Vicente de Oliveira Filho e as revisoras de texto Silvia Marta Costa, Rogeria de Assis Vasconcelos e Leidyanne Viana.

Somos agradecidos pela acolhida e orientação dirigida a nós, pesquisadores, e pela ajuda na árdua tarefa de vasculhar arquivos físicos e digitais, deles extraindo informações precisas e úteis para a contextualização histórica. Agradecemos à Fundação Biblioteca Nacional (FBN), ao Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil (CPDOC), vinculado à Fundação Getúlio Vargas, à Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC), ao Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico e à Associação Cearense de Imprensa (ACI). Segue o nosso obrigado aos servidores técnico-administrativos Ana Cristina Brito e Daniel Torres, da Pró-Reitoria de Gestão de

Pessoas (PROGEP/UFC), e Ivan da Costa Lima, da Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores (SODS). Somos igualmente gratos ao presidente da FCPC, Prof. Paulo Aragão, ao diretor da Imprensa Universitária, Joaquim Melo de Albuquerque, ao ex-diretor da Imprensa Universitária, Anselmo Fração, ao diretor do Sistema de Bibliotecas da UFC, Felipe Ferreira da Silva, e à gerente da Biblioteca da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Leonilha Lessa, e sua equipe do Acervo de Coleções Especiais da UNIFOR.

Obrigado à diretora do Memorial da UFC, Gerda Holanda, e a toda a equipe: o historiador Rafael Vieira, os fotógrafos Éden Barbosa e Arlindo Barreto e o técnico em restauração Roberto Chaves. Somos gratos também aos bibliotecários Edvander Pires, diretor da Biblioteca de Ciências Humanas da UFC; Amanda Pinheiro, da Divisão de Preservação de Acervo da Biblioteca Central do Campus do Pici Prof. Francisco José de Abreu Matos/UFC; Camila Moraes de Freitas, diretora da Biblioteca da Faculdade de Direito da UFC; Gislene Guerra, do Memorial da UFC; Telma Sousa, da Fundação Waldemar Alcântara; e Camila Leite, da Academia Cearense de Medicina.

Dirigimos nossos agradecimentos ao ex-governador do Ceará Lúcio Gonçalo de Alcântara, ex-presidente do Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico e mantenedor da Fundação Waldemar Alcântara (FWA); ao jornalista e historiador Miguel Ângelo Azevedo, curador do Arquivo Nirez/Museu Cearense da Comunicação; ao médico Marcelo Gurgel, professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e membro da Academia Cearense de Medicina (ACM); ao cirurgião-dentista Manoel Perboyre Gomes Castelo, presidente da Academia Cearense de Odontologia (ACO) e docente aposentado do Curso de Odontologia da UFC; ao farmacêutico Francisco José Costa do Lago, presidente da Academia Cearense de Farmácia (ACF) e docente aposentado do Curso de Farmácia da UFC e ao advogado Roberto Victor Ribeiro, presidente da Academia Cearense de Direito (ACED). Agradecemos à vice-presidenta da Academia Cearense de Farmácia e tesoureira do Conselho Regional de Farmácia do Ceará (CRF-CE), Vania Cordeiro de Matos, e ao farmacêutico Egberto Feitosa Filho, conselheiro do Conselho Federal de Farmácia (CFF).

Gostaríamos de agradecer à Prof.^a Valéria Góes, ex-diretora da Faculdade de Medicina (FAMED), e aos professores eméritos da UFC e docentes da FAMED Elias Boutala e Sílvia Bonfim. Da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (FFOE), recebam a nossa gratidão a Prof.^a Zirlane Castelo Branco e o Prof. Paulo Arrais, coordenadora e vice-coordenador do Curso de Farmácia da UFC, respectivamente; a Prof.^a Cristiane Sá Roriz, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Odontologia da UFC; o Prof. Carlos Couto, decano do Curso de Farmácia da UFC, e os professores Alexandre Nogueira, Ana Paula Nunes e João Hildo de

Carvalho Furtado Júnior, do Curso de Odontologia da UFC. Obrigado à arquiteta Aida Matos, filha do saudoso farmacêutico e professor Francisco José de Abreu Matos (*in memoriam*), idealizador do Projeto Farmácias Vivas e da política pública de saúde com plantas medicinais. À memória do saudoso dentista José Dilson Vasconcelos de Menezes, professor emérito da UFC e acadêmico fundador da Academia Cearense de Odontologia (ACO), que é digno de todo o nosso reconhecimento, por ter gentilmente recebido a nossa equipe em duas ocasiões na sua casa, e nos ter concedido farto material sobre a história da Odontologia no Ceará. Também agradecemos aos filhos do Prof. Dilson, Vanessa Menezes e o também dentista Adriano Queiroz de Menezes.

Para a escrita do capítulo sobre a história da Faculdade de Direito, agradecemos o auxílio dos professores Francisco Ari de Andrade, Felipe Lima Gomes e Luiz Eduardo Santos, presidente do Comissão de Gestão do Patrimônio Histórico Material e Imaterial da Faculdade de Direito. Para o capítulo referente à Escola de Agronomia (atual CCA/UFC), agradecemos os docentes José Tarquínio Prisco, Mauro Pequeno, Francisco de Assis Melo Lima, ex-diretor do CCA e presidente da Fundação CETREDE, e procurador federal aposentado Carlos Marques.

Todas as pessoas citadas, a quem devemos dirigir a nossa gratidão, apontaram caminhos que nos guiaram pelos labirintos da memória, recontando lembranças próprias e as de seus familiares, e nos auxiliando a organizar documentos e registros esparsos.

Há publicações que abordam separadamente a história de cada uma das faculdades e escolas superiores fundadoras da UFC, com toques biográficos e autobiográficos. Porém, ousamos dizer que *A construção do amanhã: as origens da Universidade Federal do Ceará* é um livro único e especial por trazer, em um só volume, a formação da Faculdade de Direito, da Faculdade de Farmácia e Odontologia, da Escola de Agronomia e da Faculdade de Medicina, e a maneira como elas se integraram com o propósito maior de gerar a UFC.

Além de livros e obras de referência, partes da história institucional da primeira universidade cearense foram apreendidas por nós em relatos orais, fotografias em preto e branco e anotações em pequenos cartões. Foram contribuições generosas para que, com o advento de projetos históricos e memorialísticos, consigamos resistir e vencer o esquecimento, a intempérie, a apatia e a desesperança.

Os autores



APRESENTAÇÃO

Olhar para a história como um espelho do que virá. Esse é um dos objetivos que devemos ter em mente ao nos debruçarmos sobre imagens e escritos históricos. Promover uma conexão entre os impalpáveis passado e futuro é essencial para compreendermos a tangibilidade do nosso presente e, assim, traçarmos qual percurso devemos trilhar.

É justamente a proposta dessa narrativa: propiciar ao leitor uma viagem ao nascedouro das iniciativas que culminaram na instalação da primeira universidade no Ceará. Partimos do contexto de final do século XIX e início do século XX, quando intelectuais e uma incipiente burguesia urbana na Fortaleza Belle Époque organizaram-se para a instalação do ensino jurídico na capital. Em seguida, imergimos nas décadas iniciais do século passado, nas quais os ideais sanitaristas, fortalecidos por princípios de ordenamento urbano, movimentaram o campo da saúde, resultando na formação superior em Farmácia e Odontologia. Avançamos nos debates sobre a inovação no meio rural que fomentaram o desenvolvimento de estudos e pesquisas agrícolas no estado e chegamos até meados do século, período em que o modelo universitário brasileiro ganhou corpo, ladeado à expansão das faculdades médicas.

No clímax desse processo de elaboração de um cenário acadêmico está a criação da Universidade do Ceará, em 16 de dezembro de 1954. Foi instituída com a promulgação da Lei nº 2.373/54, sancionada pelo presidente da República João Café Filho. Foi composta, inicialmente, a partir da reunião de quatro relevantes instituições no campo da educação cearense: a Faculdade de Direito do Ceará (1903), a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará (1916), a Escola de Agronomia do Ceará (1918) e a Faculdade de Medicina do Ceará (1948). A escolha do reitorado inaugural se deu em 7 de abril de 1955, quando foi definido como reitor, em sessão do Conselho Universitário, o Prof. Antônio Martins Filho, da Faculdade de Direito. Em 25 de junho do mesmo ano, no Theatro José de Alencar, foi realizada a cerimônia de instalação.

São quatro capítulos dedicados, portanto, a esses cursos e faculdades basilares da Universidade Federal do Ceará – Direito, Farmácia e Odontologia, Agronomia e Medicina – além de um quinto, no qual é apresentada a linha do tempo para a origem da instituição. Essa retrospectiva do quinto capítulo abrange desde o ano de 1944, com a primeira menção oficial a uma universidade em solo cearense, a 1965, na adoção da atual nomenclatura e da sigla UFC.

Para a costura dessas trajetórias, foi empreendida uma pesquisa em acervos históricos físicos e virtuais, além da consulta a hemerotecas e bibliotecas, e entrevistas com personalidades de cada área. Uma revisão bibliográfica soma-se aos escritos, a fim de delinear o panorama nacional da consolidação universitária e a inserção do Ceará nesse cenário.

Não obstante os desafios impostos pela pandemia de covid-19, traçar um histórico dessas instituições alicerçantes da Universidade Federal do Ceará já seria em si uma tarefa instigante tanto pela relevância sociocultural que cada uma delas representa quanto pela atenção necessária a essa enorme teia de acontecimentos e personagens que engloba. Narrar os caminhos pelos quais o ensino superior cearense se edificou é, sem dúvida alguma, percorrer um dos capítulos mais luzentes da história do estado do Ceará, que segue sendo redigido por gerações que investem na educação como uma forma de transformação social.

Nessa epopeia do ensino superior cearense, temos ainda breves perfis biográficos de homens e mulheres que, com a vida e o trabalho dedicados ao magistério e à ciência, deixaram o seu contributo, direta ou indiretamente, para a instalação da UFC. No recorte possível para esta publicação, foram escolhidas pessoas que tiveram destacadas carreiras acadêmicas e laborais, devidamente reconhecidas por seus pares, além de possuírem atuações consistentes na docência, na gestão universitária, na pesquisa científica, na política, nas entidades classistas e em outras instâncias representativas das categorias profissionais. Em textos curtos, reconstituímos parte dos fatos vividos por esses vultos históricos, que, com pioneirismo, engenhosidade e prestígio característicos, foram lideranças do seu tempo e sonharam com oportunidades de estudo para os pósteros. Falamos sobre personalidades que influenciaram ou se envolveram como fundadores, na primeira fase de criação e consolidação de cada escola superior ou faculdade isolada, ou como protagonistas na segunda fase, quando essas unidades acadêmicas foram incorporadas à nascente Universidade do Ceará nos anos 1950 e 1960.

Tais figuras memoráveis representam tantos outros professores e pesquisadores que nos possibilitaram avanços nos ensinos jurídico, farmacêutico, odontológico, agrônomo e médico no meio acadêmico cearense. São gerações de mentes talentosas que nos legaram um amanhã que temos o compromisso de levar adiante, pois a história da UFC é, acima de tudo, a nossa história.

Como disse o célebre escritor uruguaio Eduardo Galeano: “A história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi, e contra o que foi, anuncia o que será”. Portanto, que essas páginas de sonho e conquista nos inspirem a seguir escrevendo mais páginas de amor à educação e construção de um Ceará cada vez melhor para todos.

Cristiane Pimentel e Marco Fukuda

Jornalistas e servidores técnico-administrativos na UFC Informa



PREFÁCIO

Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra. “Mas qual é a pedra que sustenta a ponte?”, pergunta Kublai Khan. “A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra”, responde Marco, “mas pela curva do arco que estas formam”. Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta: “Por que falar das pedras? Só o arco me interessa”. Polo responde: “Sem pedras, o arco não existe.” (CALVINO, 1990, p. 79)

Não pude me furtar a abrir o presente texto sem mencionar como epígrafe esta passagem do livro *Cidades Invisíveis*, do escritor italiano Ítalo Calvino. A narrativa versa sobre longos diálogos a respeito de 55 cidades imaginárias, supostamente visitadas pelo explorador veneziano Marco Polo, cuja experiência de viagem ele relata para entreter o imperador dos tártaros, Kublai Khan.

Uma certa comparação metafórica entre a literatura fantástica e a historiografia do ensino superior no estado do Ceará ficou evidente em minha mente, desde o primeiro contato com a ideia ainda em gestação desta obra, partilhada em conversas com meu amigo e copartícipe na gestão superior da Universidade Federal do Ceará, Prof. José Glauco Lobo Filho. Conhecedor da “pré-história” da Universidade Federal do Ceará como ninguém, uma vez que esta se confunde com parte de seu legado familiar, nosso vice-reitor foi o maior entusiasta do resgate apresentado nas páginas a seguir. Com este livro diante dos olhos, posso afirmar com tranquilidade que cabe a analogia.

O primeiro paralelo que vislumbro é entre as pedras e os muitos sujeitos que dedicaram, incansavelmente, seus saberes e serviços à institucionalização de uma universidade em nosso Ceará. Frente às inúmeras resistências e às próprias dificuldades de se lutar pela educação em um estado e em um país profundamente marcados pela desigualdade, concretizaram alinhamento a despeito de suas diferenças assim como as pedras de uma ponte, perfiladas apesar de nada perfeitas, com seus

sulcos e ondulações. A segunda e inevitável comparação é entre a construção coletiva do conhecimento e o arco, que sustenta o todo, nas pontes e na vida.

A Universidade Federal do Ceará foi erigida sobre o sustentáculo de quatro unidades de ensino superior pioneiras: a Faculdade Livre de Direito do Ceará, a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, a Escola de Agronomia do Ceará e a Faculdade de Medicina do Ceará. Foi a indispensável contribuição dos grandes nomes por trás dessas instituições de ensino, convertidas nas mais sólidas fundações que uma universidade poderia ter, que preparou o terreno social, política e intelectualmente para que o acalentado sonho chamado Universidade do Ceará e, mais tarde, rebatizado de UFC, pudesse se tornar palpável.

Nas páginas que se seguem, graças à destreza com as palavras característica da equipe de jornalistas da Coordenadoria de Comunicação e Marketing (UFC Informa), o leitor terá um contato tão pujante com memórias pessoais, conteúdos documentais e retrospectivas cronológicas desse contexto que será impossível não viver uma experiência de imersão nos tempos idos daquela primeira metade do século XX.

Os desavisados – e não os culpo, uma vez que é raro conhecer a fundo a história da própria terra – poderão associar alguns dos nomes aqui citados meramente a logradouros, espaços públicos e equipamentos instalados em Fortaleza. Por isso, a justiça feita por esta obra que ora apresento é nada mais que a necessária e merecida por aqueles homens e mulheres que, por meio de registros, documentos ou da própria fala (no caso daqueles abençoados com a felicidade de viver para contar), dividiram com a atualidade todas as vicissitudes do percurso aqui reconstituído.

Tenho a certeza de que será de outra natureza a relação do público com a universidade após a leitura, dada a riqueza de informações trazidas por esta peça literária com tanto brilhantismo pensada, executada e lapidada. Fundamental é mesmo conhecer primeiro, para, com maior propriedade, valorizar e refletir sobre aquilo que nos é caro.

Desejo a todos uma leitura prazerosa sob as bênçãos de Deus, que nos fortalece na defesa contínua de nossa universidade, e de Clio, musa da mitologia grega guardiã dos mistérios da história.

Prof. José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque

Reitor da Universidade Federal do Ceará

Sou obstinado leitor e admirador da história. Tenho convicção de que conhecer os acontecimentos passados é condição precípua para que possamos refletir e desenvolver uma sociedade melhor para nossos descendentes, com os fatos históricos relevantes documentados de maneira que façam jus à riqueza de informações que carregam para que compreendamos o mundo.

Em mais de 50 anos de convívio ininterrupto que tenho na Universidade Federal do Ceará, considerando os 6 anos de graduação em Medicina, com início em 1970, sempre estranhei as poucas informações precisas a respeito do que chamo de “pré-história da UFC”. Tais lacunas nublavam fatos de importância crucial na estruturação prévia, nascedouro e desenvolvimento pleno dessa grande Instituição.

A narrativa do presente livro teria início, então, com as primeiras faculdades, compilando os movimentos iniciais; na sequência, seriam compartilhadas as ocorrências notáveis que culminaram com a união e o fortalecimento mútuo dessas escolas superiores para formar a Universidade do Ceará, institucionalizada em 16 de dezembro de 1954.

Nesse cenário de múltiplos atores, os leitores poderão constatar quem comprou as batalhas pela implantação da Faculdade de Direito em 1903 (nosso primeiro curso superior do estado), da Faculdade de Farmácia e Odontologia em 1916, da Escola de Agronomia em 1918 e da Faculdade de Medicina em 1948. Essas quatro unidades foram os pilares sobre os quais ergueu-se o lume de nosso célebre brasão.

Recuperamos o legado dos pioneiros que dedicaram seus momentos mais produtivos à causa nobre da construção, em terras alencarinas, de uma univer-

sidade, ente de importância máxima para o desenvolvimento e a evolução de uma sociedade. Esses fundadores merecem, só pela coragem, lugar de honra na memória da UFC. Por seus feitos, devemos-lhes as devidas reverências, já que sem seu labor a chegada da Universidade tardaria ainda mais.

Por ser conhecedor de determinada passagem dessa história, é necessário que faça, a título de contribuição, um pequeno relato. Em meados da década de 1940, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, o ideário para a criação de uma universidade no Ceará já estava relativamente amadurecido. Com três cursos superiores, há anos, em pleno funcionamento, seria fundamental a criação também de uma entidade de ensino superior em medicina. Até então, a maioria dos cearenses saía para cursar medicina em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro. Vários médicos entusiasmados, reunidos em encontros sociais, principalmente científicos, alguns de cunho religioso e outras vezes político, esboçaram os fundamentos da criação da primeira Faculdade de Medicina do Ceará.

Entre esses médicos estava meu avô João Otávio Lobo, natural de Santa Quitéria, que em 1912, com 18 anos, saiu do Porto de Mucuripe, em Fortaleza, numa balsa para estudar medicina no Rio de Janeiro. Ao lado dele, nessa luta, figuravam vários outros grandes nomes da medicina que serão citados no decorrer do livro. Fruto desse imensurável trabalho, a Faculdade de Medicina foi criada em março de 1948 e representou a baliza final da primeira grande parte de um longo e árduo trabalho de institucionalização da universidade cearense pioneira.

Otávio Lobo, então professor catedrático de Medicina Legal e diretor da Faculdade de Direito, em cuja formação despontava uma pós-graduação em Medicina na Universidade de Munique, na Alemanha, trouxe do convívio com o Velho Continente a determinação incansável para lutar por nosso crescimento. Conhecedor da estruturação do ensino superior, percebeu que se fazia necessária uma forte ação no governo federal para a concretização desse sonho. Foi aí que se lançou candidato a deputado federal pelo então Partido Social Democrático (PSD) nas eleições de 1950, tendo exercido mandato de janeiro de 1951 a dezembro de 1954, para o qual foi eleito com expressiva votação.

Na Câmara Federal, em 1953, como presidente da Comissão de Educação e Cultura, foi o relator responsável pela mensagem do Executivo que daria origem à nossa universidade. Os ventos sopravam favoráveis para a breve institucionalização da Universidade e, como era de se esperar e do conhecimento de todos, a nomeação do professor Otávio Lobo como primeiro reitor.

Contudo, a dança dos ventos do destino não é sempre previsível. Com a morte de Getúlio Vargas em agosto de 1954, assumiu a Presidência da República Café Filho, filiado à então União Democrática Nacional (UDN). A esperada nomeação de Otávio Lobo como primeiro reitor tornou-se vulnerável; a candidatura de Paulo Sarasate, deputado federal pela UDN ao governo do estado do Ceará, foi fortalecida. A eleição para governador se deu em outubro de 1954, dois meses após a morte de Getúlio Vargas. O candidato da UDN venceu seu adversário, o deputado federal Armando Falcão, do PSD, com menos de 1% de vantagem. Teve 50,8% dos votos. Assim sendo, o professor Otávio Lobo havia perdido o apoio político em âmbito nacional e, principalmente, local. Seu postulado a reitor da vindoura universidade pela qual tanto havia lutado não possuía mais sustentação política.

Em dezembro de 1954, foi assinado pelo presidente Café Filho o decreto de criação da UFC, feito que motivou o memorável discurso “A hora das universidades”, proferido pelo deputado Otávio Lobo na Tribuna da Câmara Maior. Dessa feita, em maio de 1955, o professor de Direito Antônio Martins Filho foi nomeado como reitor pelo presidente da República.

Assim é a história... Dois grandes homens, dispostos a assumir a árdua e difícil missão de conduzir os destinos iniciais de nosso maior patrimônio, cada um com seu legado. Soube o professor Martins Filho, como um dos fundadores da Universidade Federal do Ceará e primeiro reitor, com impecável magnitude, honrar com competência e eficácia tão importante função.

Estou convicto de que este livro irá suprir uma grande lacuna na história da nossa Universidade e sua aceitação por toda a nossa sociedade será plena, não só pelo importante conteúdo informativo, mas também pela leitura fácil e aprazível, algo incomum em obras dessa natureza.

De forma fiel aos documentos e depoimentos, os autores preencheram de maneira virtuosa a lacuna de um relato “pré-histórico” da UFC. Contaram de seu embrião até o nascedouro, passando pelas turbulências e calmarias dos tempos, com didática impecável.

Vamos em frente!

José Glauco Lobo Filho
Prof. Associado de Cirurgia Cardiovascular
Vice-Reitor da Universidade Federal do Ceará



NOTA DO CONSELHO EDITORIAL DA UFC

Uma universidade para o Ceará

“Il n’y a rien qui soit entièrement en notre pouvoir; sinon nos pensées.” (René Descartes)

Gilberto Freyre evocou, 23 anos depois, uma conferência memorável, pronunciada em Fortaleza, em 1944, sob o título “Precisa-se do Ceará”. Nessa revisão tardia, em meio a ressalvas que lhe permitiam os arroubos da juventude, quando as pronunciou para um auditório reunido no Theatro José de Alencar, reiterava o seu entusiasmo pelo “caráter cearense”.

“Parece haver, ainda hoje”, dizia, “como havia há vinte anos, um cearense castiço em quem o ânimo cooperativo é traço essencialmente positivo, prestando-se a ser atualizado ou modernizado, em proveito do Ceará e do Brasil, se novas oportunidades de expressão, de sentido antes cooperativo do que competitivo lhe forem oferecidas”. E arrematava a ironia, por reconhecer que, em sendo assim, “se o Brasil continua a precisar do Ceará [...] o Ceará de agora precisa pungentemente do Brasil.” (Informação verbal)¹.

Desvelava Gilberto Freyre a ideia, ainda mal configurada, da noção geopolítica de frágil compleição, de um Nordeste capaz de encontrar o que nele existe de cooperativo, em um forte sentimento de conjunto. Mal dissimulava o Mestre de Apipucos, nestes falares, a visão hegemônica que, anos mais tarde, marcaria a percepção que traria antiquadas concepções sobre a “centralidade regional” de uma nova capitania cultural – as províncias de um Nordeste “pernambucano”. De pouco lhe

¹ Gilberto Freyre, autor de Casa Grande & Senzala, já famoso dentro e fora do país, sobretudo por essa obra-marco na cultura brasileira, pronunciava em 25 de agosto de 1944, no Theatro José de Alencar, a conferência “Precisa-se do Ceará”.

valera a contradita travada entre ele e Djacir Menezes sobre o Nordeste “gordo” e o “magro”, o seco das caatingas e o úmido da zona da mata, sobre as fazendas de criação e as terras de cana-de-açúcar, em dois livros seminais (“*Nordeste*” e “*O Outro Nordeste*”, da Livraria José Olympio Editora, publicados, ambos, na Coleção Documentos Brasileiros, no Rio de Janeiro, em 1938).

Esta seria uma das faces múltiplas da “questão regional”, ideia central e propulsora que animaria o projeto da primeira universidade cearense.

Antônio Martins Filho retomaria a noção de regionalização de uma política educacional, anos depois, e lhe daria consistência em fórmula lapidar e ecumênica que marcaria a concepção de uma universidade modelada em ambiente social, econômico e político singular, criada no Ceará pela persistência do seu povo. A redução filosófica da síntese ambiciosa do “universal pelo regional” serve, desde os seus primeiros esboços, à formulação inovadora em termos culturais, científicos e educacionais, na qual se firmaram os arquétipos das instituições universitárias cearenses.

A ideia de uma universidade no Ceará ocupou a atenção de muitos visionários cearenses e persistiria à vista do vazio científico e cultural em que viviam as regiões Norte e Nordeste do Brasil, em cujo espaço duas universidades marcavam a presença do poder público federal – na Bahia e em Pernambuco.

Nenhum cometimento humano pode ser edificado e tornar-se realidade se não apoiar-se nas ideias, na visão abrangente de um sentimento coletivo, nascido dos anseios despertados no seio da sociedade, aos quais se imponha o traço cooperativo de vontades compartilhadas. As estratégias construtivas, aquelas que associam as ideias às ações para a edificação de um grande empreendimento, não vingarão sem o convencimento que o desafio proposto traz em si mesmo – a explicação racional, a clara mostra do móvel de conquista pretendido – e a demonstração de que é possível, não apenas aceitá-lo, como realizá-lo e o conduzir a bom termo.

Assim terá sido e havido, com persistência, em uma alongada espera, diante das incertezas e das interposições de interesses circunstanciais e de uma conjuntura de forças políticas de acentuados traços provincianos, nem sempre abertas ao sopro das novidades desconhecidas.

Estas palavras vêm bem a propósito do lançamento de *A construção do amanhã – as origens da Universidade Federal do Ceará*, trabalho de pesquisa publicado pela Imprensa Universitária/Edições UFC. Da tarefa incumbiram-se os jornalistas Cristiane Pimentel e Marco Fukuda, da Coordenadoria de Comunicação e Marketing da UFC.

Pequenas questões de método

Para a composição do texto, foram identificadas e pesquisadas fontes primárias, muitas das quais recolhidas a arquivos provisórios, levados a termo registros de fontes secundárias, entrevistas e depoimentos de um círculo extenso de colaboradores, conforme dão notícia os autores na apresentação que assinam.

Como em todo trabalho desta natureza e em respeito pela disciplina que a tarefa impõe, os autores não descuidaram o tratamento dispensado à sua construção textual e à contextualização dos fatos relevantes. Tampouco eximiram-se da obediência às regras da pesquisa histórica, muito menos procuraram os desvios fáceis, com prejuízo das imposições das técnicas e da metodologia aplicadas a estudos do gênero, situação por demais frequente na crônica histórica de fatos contemporâneos. Limitações de natureza formal e analítica que distinguem o jornalismo opinativo do rigor da produção histórica foram contornadas com habilidade, sem qualquer prejuízo para o conteúdo do texto produzido.

François Furet (1982) cunhou uma frase incontornável: “a história é feita de narrativas”. Poderíamos acrescentar que a história é produto da memória, na medida em que a *memória*, repositório coletivo, é construída pelos registros da história, assim diria Paul Ricoeur (2007). O acontecimento singular, o fato, o episódico, ganham dimensões analíticas e racionais na rede de significações nas quais são analisados, interpretados, discutidos e ressignificados. Não terá sido por outra razão, a *École des Annales* trouxe a significação do fato para dentro da narrativa; as circunstâncias e a contextualização da narrativa impuseram-se, por sua vez, como categoria de análise. Vem a seu tempo, no longo percurso da construção historiográfica, a interposição da história-“problema” na história-“narrativa”, viés acadêmico predominante que caracteriza a superação do registro factual pela ampliação da abordagem analítica. Cabe, assim, a distinção entre os fatos, os registros históricos e o olhar do historiador.

Estas considerações não se prendem naturalmente ao texto que vamos ler, ainda que a ele pudessem ser associadas. Foram aqui suscitadas como ressalva prudente dos riscos que acompanham a produção de textos históricos de natureza investigativa. Destes descuidos e intenções não padecem os registros aqui reunidos.

A construção do amanhã mexeu com arquivos e lembranças, afetos e celebrações, e demonstrou quão dispersa está a memória da nossa universidade – como, aliás, perdidos e dispersos estão muitos registros e fontes essenciais sobre a história do Ceará. Trágica a perda irrecuperável de registros documentais, lastimável o silêncio definitivo de vozes que se calaram sem serem ouvidas. Acervos bibliográficos mal servidos e dispersos confundem o pesquisador e o desviam na sua busca da

reconstituição de fatos e ideias. Nada, entretanto, que o Memorial da UFC, centro natural e legítimo destinado por vocação à guarda e preservação da memória histórica da UFC, não possa fazer em sua defesa. Consolidado o acervo, cabe-lhe abrir os seus guardados e pô-los à disposição de estudantes e pesquisadores.

Os pressupostos de *A construção do amanhã* surgem da leitura do texto central e dos que dele tratam e o servem de paratexto no corpo da obra: a) o papel das faculdades preexistentes na criação e consolidação da UFC; b) a memória e o esquecimento: atores omitidos nas narrativas disponíveis.

A ocasião parece propícia para que se faça breve exame sobre as motivações essenciais que levaram os autores a aceitar o desafio, que a poucos historiadores e sociólogos cearenses parece haver motivado – o de projetar luz sobre a educação no Ceará.

O papel institucional das faculdades e escolas preexistentes à criação da UFC vale como requisito legal; porém, é a abrangência dos saberes que hão de assegurar os elementos de base e sustentação acadêmicas para a criação de uma universidade *stricto sensu*. Das quatro, já mencionadas – Direito, Agronomia, Farmácia e Odontologia e Medicina – as três primeiras subordinavam-se à União; a última, tratava da regularização da situação funcional do seu corpo docente.

Em 1950, a Faculdade de Medicina deixava a dependência do governo estadual e ganhava o *status*, valioso à época, de ente federal. Estabelecimentos política e financeiramente estáveis, dotados de recursos inscritos no orçamento da República, seguiam os padrões fixados nacionalmente para o custeio e dotações de capital e de pessoal. Parece evidente que a essas faculdades fundadoras estava reservado papel de grande influência na consolidação da universidade que se criava.

O processo de escolha do primeiro reitor da jovem universidade e o esforço compartilhado de tantos e distintos atores para a estruturação interna do governo universitário demonstraram a firmeza das bases institucionais que dariam sustentação ao notável empreendimento. Nem mesmo as dúvidas que acometeram alguns céticos, entre os seus professores – relacionadas a questões salariais e a uma possível redução da autonomia administrativa que desfrutavam, ou mesmo da importância que desempenhavam na sociedade cearense e o prestígio que lhes era acordado –, foram suficientes para que esmorecessem nos esforços pela consolidação da sua universidade. As quatro unidades, e as que a elas vieram a juntar-se nos anos subsequentes para a cobertura da *universalização de saberes* próprios a uma universidade, não se dissolveram no corpo da academia, antes ganharam dimensão e prestígio pela abertura de novos horizontes no plano da pesquisa, do ensino e da extensão.

Os primeiros dirigentes – reitor e vice-reitor – foram escolhidos pelo Conselho Universitário dentre professores catedráticos concursados. Sob esse aspecto, *A Construção do Amanhã* exibe excelente contribuição como resultado de cuidadosa pesquisa de dados, como os leitores verão.

A ampliação do espectro da pesquisa, aprofundado pelos autores, com a incorporação de registros contextuais e entrevistas de atores e personagens reconhecidos, fixaram fatos e episódios em relação aos quais a memória coletiva mostrou-se respeitada pelo acervo de narrativas acumuladas. Afinal, como diria Paul Ricoeur (2007, p. 141), “os próximos, essas pessoas que contam para nós e para as quais contamos, estão situados em uma faixa de variação das distâncias, na relação entre si e os outros”.

As ideias e os fatos: uma universidade para o Ceará

O primeiro documento formal a respeito da criação de uma universidade no Ceará é identificado como *Relatório Xavier de Oliveira* (1944), sobre a federalização da Faculdade de Direito do Ceará. Ao dar amplitude política às indicações formuladas em seu parecer, como decorrência da avaliação que procedera por determinação ministerial, Xavier de Oliveira demonstrou em “circunstanciado memorial dirigido ao então Ministro Capanema”, como registra Antônio Martins Filho (1949, p. 14), “as vantagens da fundação de uma universidade no Nordeste, sugerindo fosse a mesma localizada em Fortaleza”.

Sobre as razões que justificavam o advento de uma universidade no Ceará, Martins Filho oferece visão clara do projeto que o animava, não apenas como ideia embrionária e ambiciosa e as suas raízes filosóficas, mas como estratégia de ação, organização e estruturação de uma instituição, da definição dos seus objetivos e da constituição do seu governo. Palavras suas:

“É que o sistema universitário dá ao ensino superior unidade administrativa e didática; cria um ambiente propício ao desenvolvimento uniforme do ensino em todas as modalidades; possibilita meios para a melhor aprendizagem técnico-científica; fomenta e estimula o campo da pesquisa; estreita os laços de solidariedade e cooperação entre mestres e alunos, isto é, contribui por todos os meios para o desenvolvimento da ciência e o aperfeiçoamento da técnica, a serviço da cultura e da civilização” (MARTINS FILHO, 1949, p. 18).

E finaliza: “A universidade, sobre ser instrumento socializador da cultura e veículo da aproximação internacional dos povos, é ainda, no âmbito da nação, índice de progresso e defesa para a democracia...” (MARTINS FILHO, 1949, p. 19).

No texto, duas concepções julgadas essenciais pelos critérios modernos de avaliação, afloram e dão-lhe atualidade. O sentido de internacionalização dos estudos universitários e o destaque conferido à universidade como instrumento socializador da cultura, índice de progresso e defesa da democracia.

As ideias delineadas em traços firmes neste texto serão retomadas por Martins Filho, na década de 1960, com a realização de três Seminários Anuais de Professores, dos quais seria extraída a síntese dos ideais fundadores da nova universidade: “O universal pelo regional”.

As ideias: Os Seminários de Professores, a Reforma de 1961 e o debate de Martins Filho com Gilberto Freyre

“Como Universidade cultivamos o saber, como Universidade do Ceará, servimos o meio. Realizamos, assim, o Universal pelo Regional.” (Antônio Martins Filho)

A instalação formal da UFC foi concluída com a estrutura organizacional definida pela lei, a fixação física dos seus cursos e faculdades no espaço urbano da cidade de Fortaleza, a regularização de cursos de graduação e a criação de unidades que completariam o conjunto acadêmico passível de caracterizar a *universalidade de conhecimentos* que se impunha. A Reitoria e os Conselhos Superiores, em articulação com as bases departamentais, iniciaram, neste momento, uma fase de intensa mobilização interna com o objetivo de firmar objetivos estratégicos para a instituição e promover a criação de uma identidade própria no plano científico e cultural.

A instituição dos Seminários Anuais de Professores constava de uma pauta ambiciosa para a sistematização das políticas de gestão acadêmica e administrativa na UFC. Do ponto de vista estratégico, destacavam-se as grandes linhas de um compromisso de origem com a questão regional. De 1959 a 1961, realizaram-se três seminários. A quarta edição só ocorreria 20 depois, com o reitor Paulo Elpídio de Menezes Neto (1979-1983). Na etapa inicial, com Martins Filho na reitoria, ocuparam o centro das discussões a análise da missão que se impunha à UFC, o desenvolvimento do conteúdo filosófico que marcaria os contornos da sua política universitária e, como fundamento ancilar, o desafio de fixar o princípio geral segundo o qual o saber universal se haveria de alcançar com fundamento no estudo das condições de vida e da existência do homem e da natureza do Nordeste. Produziu-se, como resultado, a síntese que configuraria a identidade da UFC com a sua missão: “O universal pelo regional”. Não é difícil encontrar nos relatórios produzidos e na formulação do *Planejamento para seis anos (1961-1967)* as ideias suscitadas por Martins Filho no seu apelo por *Uma universidade para o Ceará (1949)*, citação recorrente inevitável nestes textos fundacionais.

A reforma da UFC, concluída em 1961 com o advento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a adoção das alterações substanciais na estrutura de origem da Universidade, resulta dessa contribuição coletiva, colhida em assembleias participantes de professores a que se associaram servidores e alunos.

A “questão regionalista” recrudesceria, entretanto, na década de 1960, com o artigo de Gilberto Freyre (1960), publicado na revista *O Cruzeiro*, sob o título “Regionalismo, estadualismo e universidades”. Contrapunha Gilberto Freyre o princípio regionalista, ao que chamava depreciativamente de “estadualismo”, com a condenação de que lhe fosse dispensada atenção ou se definissem políticas públicas, no campo da educação e da cultura, que não “pelo critério organicamente regional ou inter-regional”. O regionalismo *gilbertiano* transitava pela redução simplória de interesses pernambucanos à imagem ancestral de um Nordeste eminentemente pernambucano. No âmbito da educação superior, como se depreende da leitura do artigo citado, Gilberto Freyre defendia a criação de uma “universidade regional”, com sede em Recife e *campi* especializados, disseminados segundo a vocação local, por toda a região.

Martins Filho, reitor, retoma, mais uma vez, tema familiar que elegera dez anos passados e responde-lhe na mesma revista *O Cruzeiro*. Contrapõe Martins Filho (1960) ao “estadualismo”, associado por Gilberto Freyre, com dissimulado desprezo à criação de novas universidades federais na região, além da Bahia e Pernambuco: “Não se faz regionalismo pelo simples fato de intitular uma entidade de regional”.

Em breve quadro sinótico, referente ao período de concepção e fundação, no sentido mais amplo da “criação” e “construção” de uma identidade própria, a ideia de uma universidade no Ceará avulta impulsionada pela determinação das lideranças intelectuais cearenses e do seu povo e pelo papel de lideranças políticas unidas pelo propósito comum de edificar a Universidade do Ceará.

Quadro sinótico: os fatos, as ações e as ideias que modelaram o projeto de uma universidade para o Ceará (1944 a 1967):

1944 - Relatório *Antônio Xavier de Oliveira*, encaminhado ao Ministério da Educação e Saúde sobre a federalização da Faculdade de Direito do Ceará. Nas razões e justificativas da Exposição, foi ventilada, pela primeira vez em documento oficial, a criação de uma universidade no Ceará.

1946 - Federalização da Faculdade de Direito do Ceará.

1947 - Clemente Mariani, Ministro da Educação e Cultura, recebe, na Faculdade de Direito do Ceará, um memorial com 10 mil assinaturas em favor da criação de uma universidade no Ceará.

1948 - Mobilização de amplo movimento estudantil, designação pela Congregação da Faculdade de Direito do Ceará do professor Catedrático Antônio Martins Filho com mandato como seu representante para tratar da criação de uma universidade junto ao Governo do Ceará. Conferência de Martins Filho sobre “Uma universidade para o Ceará” e elaboração do texto da Mensagem do Governador Faustino Albuquerque à Assembleia Legislativa com a proposta de criação de uma universidade no Ceará. A mensagem jamais seria encaminhada ao seu destino, em decorrência de confronto aberto entre o governador com os estudantes de Direito do que resultaram a paralisação do projeto de lei e a frustração da nomeação do filho do governador – Valmick Albuquerque, secretário de Educação do Estado, para as funções de reitor da universidade a ser criada. O governador Faustino Albuquerque dispunha apenas do apoio da UDN, o que não lhe valeria maioria na Assembleia, contra a aliança partidária formada pela oposição. O professor Otávio Lobo, presidente da Sociedade Médica São Lucas, dirigiu uma carta ao presidente Dutra em favor da criação de uma universidade no Ceará.

1953 a 1955 - Como representante da Faculdade de Direito, conforme decidira a Congregação, Martins Filho prossegue no cumprimento do seu mandato, retoma o projeto da criação da universidade e mobiliza as lideranças estudantis (União Estadual dos Estudantes - UEE, Centro Estudantil Cearense - CEC e a União Cearense dos Estudantes Secundários - UCES), em favor do movimento, com o objetivo de encaminhar ao governo federal a proposição, fatos amplamente noticiados pela imprensa da época. Criada a *Comissão Permanente Pró-Fundação da Universidade do Ceará*, presidida pelo estudante Paulo Roberto Coelho Pinto, Martins Filho foi indicado seu Presidente de Honra. A ressonância pública dos movimentos organizados despertou a adesão de numerosos setores sociais, organizações profissionais e de classe. A representação cearense no Senado e na Câmara Federal seria, entretanto, mobilizada, atendendo ao caráter interpartidário do pleito, pela importância social e cultural que o revestia. O presidente Getúlio Vargas submete ao Congresso Nacional a Mensagem nº 391/53, na qual é proposta a criação de uma universidade no Ceará. Aprovada pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal, coube ao seu presidente, o deputado João Otávio Lobo (professor da Faculdade de Direito do Ceará), assinar parecer, na condição de relator, e recomendá-lo à aprovação do plenário. A tramitação do projeto de lei oriundo da *Mensagem Presidencial* se alongaria por cerca de um ano, em decorrência da morte de Getúlio Vargas, em 24 de agosto, até a sanção da Lei nº 2.373/54 pelo presidente Café Filho, em 16 de dezembro. Presente a bancada cearense no Palácio do Catete, o presidente Café Filho, em homenagem ao Ceará, sancionou a lei de criação da Universidade do Ceará e da federalização da Faculdade de

Medicina, que a ela se integrava, conforme dispunha o mesmo documento legal. Em pronunciamento na Câmara dos Deputados, o deputado João Otávio Lobo exaltou a importância histórica para o Ceará daquela conquista com a exortação de *A hora das Universidades*. Lembrou Otávio Lobo em seu discurso que “A educação não se faz, só, entre as paredes das escolas e universidades. Não é um Carmelo de contemplação, só pela contemplação. É um processo em função da vida social”. E conclui: “Esta é, portanto, a hora das Universidades do Brasil. A do Ceará, que vem de se criar, estará presente!”. As convergências partidárias levavam à celebração, nesse momento, o acerto das negociações em curso, com vistas à nomeação do deputado João Otávio Lobo como reitor, assim noticiava a imprensa cearense e fontes seguras das lideranças partidárias em liça. Ato contínuo à criação da Universidade do Ceará, cumpria encaminhar ao Ministério da Educação medidas administrativas e financeiras para a liberação dos recursos orçamentários designados na lei.

1954 a 1955 - As circunstâncias trágicas que levaram Vargas ao suicídio e as condições político-partidárias resultantes impuseram, entretanto, prolongada instabilidade ao governo de Café Filho, e desarticularam as forças partidárias, com a formação de novas alianças parlamentares. Os reflexos desses reajustes partidários iriam projetar-se, por consequência, no equilíbrio das forças políticas no Ceará. Café Filho, não obstante jamais ter pertencido aos quadros da União Democrática Nacional (UDN), constituiu um governo de coalizão, no qual predominaram lideranças udenistas de notória projeção política no país, ocupando os principais órgãos do Poder Executivo. O hiato entre o envio da *Mensagem Presidencial* ao Congresso e a sua aprovação em plenário foi de mais de um ano. Seis meses decorriam ainda, criada a universidade, para a nomeação do primeiro reitor. Tornara-se evidente que a escolha do dirigente transformara-se em uma questão pendente de ajustes políticos não consensuais.

1955 - Eleito Paulo Sarasate Ferreira Lopes (UDN) governador do estado, novas e privilegiadas relações se estabeleceram com o Governo Federal. A formação da lista tríplice para a escolha do reitor demonstraria, contudo, que o Conselho Universitário da recém-criada Universidade do Ceará acolhera preferências que pouco refletiam as escolhas partidárias locais. A composição da lista tríplice refletiu claramente a convergência dos integrantes do Conselho Universitário: em primeiro escrutínio, Martins Filho, professor Catedrático da Faculdade de Direito, advogado, sem filiação política, obteria o primeiro lugar, com 6 sufrágios; Renato Braga, professor Catedrático da Escola de Agronomia, obteria, em segundo escrutínio, 2 votos; e João Otávio Lobo, professor Catedrático de Medicina Legal, da Faculdade de Direito, médico, 4 votos, no terceiro escrutínio. A nomeação recairia, como ocorreu, no nome do professor Martins Filho.

Acresce comentar, por inferir-se aspecto relevante do processo de escolha de reitores na UFC, a circunstância de a autonomia legalmente conferida e efetivamente exercida pela universidade haver assegurado, ao longo da sua história, a independência dos colegiados para a organização interna das listas submetidas, conforme a lei o determina, à Presidência da República. As injunções partidárias, se vieram a ocorrer, e certamente não de ter-se realizado, não influenciaram a organização das listas, privilégio praticado com soberana independência pelos colegiados da UFC, mas em decorrência do empenho dos próprios candidatos, o que parece recurso legítimo. Sob este aspecto, a UFC destacava-se de outros órgãos federais da administração direta cujos critérios para escolha de ocupantes passavam, como passam até hoje, pelo equilíbrio de forças e a influência das lideranças partidárias do estado.

Em seus 67 anos, desde a sua criação, a UFC construiu um legado generoso de ideias e ações, de mudanças e inovações, das quais foram produzidas narrativas de novas e valiosas experiências, legado de, pelo menos, duas gerações de pesquisadores e estudiosos. A visão dos pioneiros, dos que lhe deram forma e conteúdo, projeta-se nesta universidade moderna e na competência que ela for capaz de afirmar no futuro. A UFC representa uma das mais relevantes conquistas alcançadas pelo povo cearense.

Esta narrativa nasceu de aplicada consulta a fontes documentais disponíveis, a depoimentos tomados a testemunhas remanescentes e de registros deixados em livros e na crônica histórica dispersa na mídia. Trabalho paciente de dois jornalistas – Cristiane Pimentel e Marco Fukuda –, agora em formato de livro lançado, com a recomendação do Conselho Editorial da UFC.

Paulo Elpídio de Menezes Neto

(Presidente do Conselho Editorial da UFC; ex-reitor da UFC, ex-secretário nacional da educação superior do MEC/SESU)

Referências Bibliográficas

FREYRE, Gilberto. A propósito do cearense: sugestões em torno de sua etnia e do seu ethos. Revista da Academia Cearense de Letras, Fortaleza, v. 3, p. 11-25, 1983.

FREYRE, Gilberto. Nordeste. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

FREYRE, Gilberto. Precisa-se do Ceará. Fortaleza, 1944. (Conferência).

FREYRE, Gilberto. Regionalismo, estadualismo e universidade. Revista O Cruzeiro, Rio de Janeiro, ed. n. 0021, mar. 1960.

FURET, François. L'Atelier de l'Histoire. Paris: Flammarion, 1982.

LOBO, João Otávio. A hora das Universidades. Revista da Faculdade de Direito do Ceará, Fortaleza, v. 9, 1955. (Discurso).

MARTINS FILHO, Antônio. História Abreviada da UFC. Fortaleza: Edições UFC, 1983.

MARTINS FILHO, Antônio. O Outro lado da História. Fortaleza: UFC: Casa José de Alencar: Programa Editorial, 1999.

MARTINS FILHO, Antônio. Regionalismo, estadualismo e universidade. Revista O Cruzeiro, Rio de Janeiro, ed. n. 0028, abr. 1960.

MARTINS FILHO, Antônio. Uma universidade para o Ceará. Revista do Instituto do Ceará, n. 63, 1949. (Conferência proferida em 11 de novembro de 1948, no Instituto Brasil-Estados Unidos, de Fortaleza). Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1949/1949-UmaUniversidadeparaoCeara.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2022.

MENEZES, Djacir. O Outro Nordeste. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

MENEZES NETO, Paulo Elpídio de. A Universidade Federal do Ceará em tempos de riscos anunciados e graves incertezas. Fortaleza: Oficina da Palavra, 2018.

MENEZES NETO, Paulo Elpídio de. A universidade possível. Fortaleza: Oficina da Palavra, 2011.

MENEZES NETO, Paulo Elpídio de. O Ceará e as suas universidades. Fortaleza: Oficina da Palavra, 2011.

MENEZES NETO, Paulo Elpídio de. O desenvolvimento das Ciências Sociais no Ceará. Fortaleza: UFC, 1989.

RICOEUR, Paul. A memória, a história e o esquecimento. São Paulo: Unicamp, 2007.

Sumário

1 Faculdade Livre de Direito do Ceará 39

2 Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará 75

3 Escola de Agronomia do Ceará 119

4 Faculdade de Medicina do Ceará 165

5 Linha do tempo da Universidade 201

Anexos – Discursos e legislação 237

1903

1916

1918

1948

1954

1965

"Para mim, desta vez, a alegria do reencontro com Fortaleza se amplia ao tomar contato com a Universidade do Ceará, obra admirável, realização da maior importância para o desenvolvimento da cultura cearense e da cultura brasileira."

Jorge Amado



1

Faculdade Livre de Direito do Ceará

1º DE MARÇO DE 1903

Imagem: Faculdade de Direito do Ceará [entre 1961 e 1963] Fonte: Memorial da UFC

Toda jornada sempre começa com um passo. Seja ele executado por um indivíduo ou por vários, o movimento é o que impulsiona grandes transformações. Para o surgimento da Universidade Federal do Ceará, pioneira no estado, muito necessitou ser percorrido, e o andar inaugural nesse sentido foi a fundação da Faculdade Livre de Direito do Ceará.

Criada em 1º de março de 1903, a Faculdade Livre de Direito foi a primeira instituição de ensino superior não religiosa cearense,¹ abrindo as portas para a formação de todo um corpo de profissionais liberais em demanda na época. Tendo como plano de fundo a transformação sociocultural pela qual Fortaleza passou na virada de século, o início das atividades da “Salamanca cearense” representou um marco na intelectualidade da Terra da Luz.

¹ A primeira formação superior no âmbito religioso foi o Seminário Episcopal do Ceará, criado em 1864.

Fundamentos

O ensino jurídico teve início no Brasil no processo de independência nacional e está no grupo das primeiras formações superiores do país, implantado ainda no Império, em 1827, com os cursos de Direito em São Paulo e Olinda.² Componentes de uma estrutura que objetivava engendrar um corpo burocrático estatal, bem como a disseminação de um modelo particular de liberalismo, os cursos jurídicos compuseram, ao lado da Constituição Imperial, a cultura jurídica brasileira no século XIX.

Nesse quadro, vale enfatizar como elemento crucial o liberalismo, filosofia político-econômica que, em solo europeu, preconizou um embate com as monarquias absolutistas. No Brasil, ganhou contornos distintos, com um aspecto conservador e atrelado aos interesses das oligarquias. Destaca Wolkmer que essa doutrina filosófica sintetizou, com a independência, ideais de progresso e distanciamento de um passado colonial.

[...] ainda que, contraditoriamente, admitisse a propriedade escrava e convivesse com a estrutura patrimonialista de poder. Ao conferir as bases ideológicas para a transposição do status colonial, o liberalismo não só se tornou componente indispensável na vida cultural brasileira durante o Império, como também na projeção das bases essenciais de organização do Estado e de integração da sociedade nacional.³

O liberalismo pátrio, salienta Wolkmer, de caráter jurdicista, repercutiu diretamente na cultura jurídica brasileira ao agregar individualismo político e formalismo legalista na constituição do bacharelismo liberal, por sua vez adotado, majoritariamente, como guia formativo e bandeira ideológica nas primeiras faculdades de Direito. Adorno analisa esse cenário como de profissionalização da política nacional através da figura do bacharel.

De fato, o liberalismo brasileiro foi, durante longo tempo, quase privilégio de uma categoria de homens: o bacharel, que se converteu em político profissional e procurou ascender ao poder por intermédio do partido. Bacharel que fez da política vocação, lutou pelo êxito das causas e que se

² Projeto de 31 de agosto de 1826, transformado em lei imperial em 11 de agosto de 1827, que criou as Escolas de Direito de São Paulo e Olinda.

³ WOLKMER, Antônio Carlos. História do Direito no Brasil. 2003, p.79.

apaixonou e transformou a política em atividade ética, em verdadeira cruzada civilizatória. No entanto, contrariamente ao que ocorreu no mundo europeu ocidental, na sociedade brasileira a profissionalização da política não foi acompanhada da democratização da sociedade. No meu entender, a natureza quase exclusivamente jurídicista do liberalismo brasileiro e as características da

*vida acadêmica, no século passado, respondem pela formação desses intelectuais, pelo processo particular de profissionalização da política e pelo dilema democrático da sociedade.*⁴

A reforma Rivadávia Corrêa ou Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental, de 1911,

produziu grandes efeitos sobre a Faculdade de Direito em seus primeiros anos. Ao preconizar a desoficialização do ensino superior no país, fez com que os estudantes de Direito pedissem transferência e buscassem o seu diploma nas escolas mais tradicionais na época, São Paulo e Recife. Boanerges Facó conta, no livro do cinquentenário da Faculdade de Direito do Ceará, que nesse ano, de uma turma que começara com duas dúzias de alunos, apenas nove concluíram. A refederalização da Faculdade de Direito ocorreu em 1946, com o Decreto-Lei n. 8.827, de 24 de janeiro, que transferiu para a União a Faculdade de Direito do Ceará e a Escola Politécnica da Bahia.

Foi, portanto, de acordo com Adorno, nessa conjuntura de formação de um Estado nacional pós-independência que o bacharel atuou como peça-chave, tanto no processo de burocratização do aparelho estatal quanto na composição de um quadro intelectual orientado sob princípios liberais. Esses mesmos preceitos marcaram, posteriormente, a definição do Estado burguês nacional republicano, segundo Wolkmer, no qual os operadores jurídicos integraram um imaginário composto pela figura do bacharel e do jurista no reforço da ordem legal constituída e na defesa dos direitos individuais, sem prejuízo da propriedade privada.

*Nesse contexto, o Estado brasileiro erigiu-se como um Estado de magistrados, dominado por juizes, secundados por parlamentares e funcionários de formação profissional jurídica. O bacharel acabou por constituir-se, portanto, em sua figura central porque mediadora entre interesses privados e interesses públicos, entre o estamento patrimonial e os grupos sociais locais. A criação de uma verdadeira *intelligentzia* profissional liberal, nascida no bojo da sociedade agrário-escravista, compreendida na sua grande maioria, de bacharéis, promoveu a ampliação dos quadros políticos e administrativos, sedimentou a solidariedade intra-elite de modo a rearticular as alianças entre os grupos sociais representantes do mundo rural e do mundo urbano e, sobretudo, possibilitou a separação entre poder doméstico e poder público, fundamental para a emergência de uma concepção de cidadania.*⁵

Ainda que sob a mesma ótica liberal, as academias de Direito de São Paulo e Olinda - esta última em 1854, já como Faculdade de Direito, seria transferida a Recife - configuraram-se de modos distintos. A Faculdade de Direito pernambucana concentrou-se na erudição e formação de juristas tendo como bases leituras científicas e deterministas. Já em São Paulo, proliferou o bacharelismo liberal, manifestando-se pela militância política e o periodismo acadêmico.

⁴ ADORNO, Sérgio. Os aprendizes do poder – o bacharelismo liberal na política brasileira. 1988, p. 75.

⁵ ADORNO, Sérgio. Op. cit., p.78.

Na segunda metade do século XIX, a instituição recifense abrigou um movimento sociológico, filosófico e literário que viria a imprimir uma marca no pensamento social brasileiro: a Escola do Recife, tendo como dois de seus expoentes o filósofo Tobias Barreto e o advogado Sílvio Romero. Em seus fundamentos, propunham os estudos jurídicos sob o olhar da razão científica e o estudo do positivismo e do evolucionismo darwinista, resultando em uma perspectiva culturalista do Direito. Tais ideais comporiam a formação de um dos mais proeminentes juristas do Brasil, o cearense Clóvis Beviláqua, que foi aluno daquela faculdade entre os anos de 1878 e 1882. Essas repercussões se estenderiam, inclusive, ao texto do Código Civil Brasileiro, apresentado por Beviláqua em 1889 e promulgado em 1º de janeiro de 1916.

*Já feito e em vigor o Código Civil, num discurso em homenagem a um outro grande estudante da Faculdade do Recife, Pontes de Miranda, Clóvis depõe sobre os objetivos que, trinta ou quarenta anos antes, moviam os participantes da Escola. Relata o antigo sonho de dar ao Direito “feição científica” como “expressão do equilíbrio instável das energias sociais”, sendo o Direito um “caso particular da força que move o universo” e dá conta do método para tanto empregado: fazendo da história e da comparação o seu laboratório aqueles jovens procuravam nos fatos, isto é, na experiência social concreta, e não na metafísica, “os elementos constitutivos do Direito, em sua universalidade determinada pela estrutura social e pela natureza humana, dados irreduzíveis, e nas modificações trazidas pelas condições telúricas, étnicas e históricas” [...] Por isso, dizia Clóvis, o próprio Código Civil, então muito jovem, não podia desconhecer as suas próprias lacunas, para cujo preenchimento “só havia um meio”: conhecer as relações sociais em jogo “e delas colher a regra jurídica latente na vida coletiva”.*⁶

Além de Beviláqua toda uma geração de jovens cearenses que estudou em Recife na época foi influenciada por esse polo cultural estabelecido na capital pernambucana. Além das ideias jurídicas, as novidades no campo da literatura foram as que intensamente proliferaram entre esses intelectuais, sendo, posteriormente, mote de escritos e discussões nas diversas organizações nesse sentido surgidas no Ceará a partir de 1870.

A Faculdade Livre de Direito do Ceará funcionou, primeiramente, no Liceu do Ceará e, em 1905, migrou ao andar térreo da Assembleia Legislativa do Ceará, que, no início do século XX, funcionava na praça General Tibúrcio ou dos Leões, no centro da capital. O imóvel que sediou tanto o parlamento estadual como a faculdade passou a funcionar como o Museu do Ceará. O atual prédio da escola jurídica foi inaugurado em 12 de março de 1938, na rua Meton de Alencar, em frente à praça Clóvis Beviláqua. Em 1943, uma comissão de estudantes da Faculdade de Direito, formada por Álvaro Lins Cavalcante, Tomás Pompeu Gomes de Matos e Marijeso Benevides, teve a iniciativa de erigir na praça o Obelisco da Vitória, localizado diante do prédio da faculdade. O monumento é dedicado aos combatentes brasileiros na Segunda Guerra Mundial.

⁶ MARTINS-COSTA, Judith. Clóvis Beviláqua e a Escola do Recife. 2013, p. 8360.

Esta a situação, quando se operou na capital pernambucana o excitante e fulgente movimento de idéias que Silvio Romero denominou escola do Recife e, segundo Spencer Vampré, bem poderia chamar-se escola de Tobias Barreto, pois que foi êste na realidade o seu grande fermento. Com a segunda fase dessa agitação das mentes, cujo início se localiza entre 1868 e 1870, veio coincidir a agitação de caráter literário, filosófico e religioso verificada no Ceará e que na crônica das suas atividades intelectuais acabou denominando-se Academia Francesa.⁷

Não por coincidência que essas ideias filosóficas canalizadas em Recife, incluindo uma visão cientificista e liberal da sociedade, proliferaram na Fortaleza da década de 1870. Com um desenvolvimento econômico nunca visto em sua história, resultado dos lucros obtidos com a exportação de algodão, do surgimento das camadas burguesas e de profissionais liberais, a capital cearense experimentava o seu momento Belle Époque, no qual a adoção de padrões estéticos e comportamentais europeus eram a máxima. Avalia Tinhorão que esses movimentos intelectuais tiveram sua adesão por uma classe média incipiente que instrumentalizou a erudição como modo de afirmação social.

Na verdade, a criação da primeira associação literária, no âmbito da classe média, constituiu uma prova de que a sociedade de Fortaleza começava a transcender do rígido dualismo representado pela existência de uma dezena de famílias ricas, de um lado, e uma população quase miserável, do outro.⁸

Por ser a primeira escola superior do estado, a Faculdade de Direito do Ceará é carinhosamente apelidada de “Salamanca” ou “nossa Salamanca”, em referência à Universidade de Salamanca, fundada em 1218 e possuidora de um tradicional curso jurídico. A instituição espanhola é a mais antiga da Península Ibérica e a quarta mais longeua da Europa, após as universidades de Bolonha, Oxford e Paris.

Em uma análise sobre as ideias filosóficas que alicerçaram a criação da Faculdade de Direito do Ceará, ocorrida nesse contexto de Belle Époque, Montenegro também relaciona as transformações econômicas em Fortaleza no século XIX com a profusão dos ideais positivistas e evolucionistas nas camadas sociais média e burguesa. Como apogeu desse cenário, aponta a fundação da Academia Francesa, em 1872, na capital cearense, por Raimundo Antônio da

Rocha Lima, que fora aluno na Faculdade de Direito do Recife no ano anterior. Agregados pela confluência às ideologias filosóficas da instituição pernambucana, esses jovens tiveram no embate com o conservadorismo católico, ou contra a “estrutura mental elaborada pela herança católico feudal”, como classifica Montenegro, o seu foco de ações, publicizadas no jornal maçônico *Fraternidade*. A questão

⁷ GIRÃO, Raimundo. História da Faculdade de Direito do Ceará. 1960, p. 15.

⁸ TINHORÃO, José Ramos. A província e o naturalismo. 2006, p. 35-36.

religiosa, conflito entre a igreja católica e a maçonaria ocorrido nesse período, constituiu-se um propulsor nesse enfrentamento de ideias.⁹

A segunda metade do século XIX viu irromper com vigor um novo pensamento no Ceará, dimensionado nos quadros da Academia Francesa. Vinham na crista de um movimento de idéias, em resposta aos apelos de rico momento histórico, pautado por transformações sócio-culturais e econômicas, assinalando o advento e a consolidação de novos valores, de novas tendências, que serão acolhidas por jovens intelectuais cearenses, a liderarem a oposição ao velho tradicionalismo católico.¹⁰

Como agrupamento filosófico-político, a Academia Francesa instalou-se em uma circunstância de fervor intelectual em Fortaleza de grande relevância para o campo da literatura cearense, uma vez que o discurso científico foi um dos sustentáculos dos movimentos realista e naturalista nas letras no estado. Conforme a Escola do Recife, que teve na sua fase poética a gênese do condoreirismo brasileiro, a Academia Francesa encontrou nos estudos do Direito e análise de textos jurídicos o ponto de partida para a escrita literária e manifestação cultural em jornais. Integraram a Academia Francesa, além de Rocha Lima: Tomás Pompeu de Sousa Brasil (filho), João Capistrano de Abreu, João Lopes Ferreira Filho, Xilderico Araripe de Faria, Tristão de Alencar Araripe Júnior, Antônio Felino Barroso, Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite e Antônio José de Melo. Desse grupo, Tomás Pompeu (filho), Xilderico de Faria e Araripe Júnior concluíram o curso na Faculdade de Direito do Recife. Capistrano de Abreu, Rocha Lima e João Lopes Filho também estiveram nos bancos dessa escola, mas não chegaram a concluir a graduação.

Intelectual era o filho da classe média e, até, eventualmente, o da elite da província que, por não estar diretamente interessado na produção, não tinha porque identificar-se com a estrutura vigente e, assim, passava a erigir “as coisas do espírito” como valor novo para a medida de importância do trabalho social. Esse conceito, aliás, é que ia estabelecer a diferença entre o intelectual e o doutor tradicional, que continuaria a existir na figura do bacharel [...] Quando, porém, começaram a

Oriundos dos bancos da antiga Faculdade de Direito do Ceará, há vários nomes de relevo na política e na cultura, como a professora, escritora e militante feminista Henriqueta Galeno (1887-1964), os escritores Leonardo Mota (1891-1948) e Antônio Girão Barroso (1914-1990), e, entre os contemporâneos, o ex-ministro Ciro Ferreira Gomes e o humorista Renato Aragão. Ex-governadores do Ceará também por lá se formaram, a exemplo de Faustino de Albuquerque e Sousa, Paulo Sarasate, Flávio Marcílio, Raul Barbosa, Parsifal Barroso e Plácido Castelo.

⁹ “E eis, como se explica que, a partir de novembro de 1873, o jornal Fraternidade, fundado pelos maçons Tomás Pompeu, João Câmara e Xilderico de Faria, viesse a tornar-se o órgão oficioso da Academia Francesa. A justificativa, para tal aproximação, seria dada pelos intelectuais da Academia com a declaração muito significativa de que a maçonaria constituía ‘o refúgio do espírito novo’”. TINHORÃO, José Ramos. Op. cit., p. 37.

¹⁰ MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. História das ideias filosóficas da Faculdade de Direito do Ceará. 1996, p. 11.

*ingressar nas faculdades os elementos heterogêneos saídos das novas camadas urbanas, o ensino de Direito perdeu, por assim dizer, a sua funcionalidade e o seu exclusivismo, e a vida universitária ganhou o caráter de estágio para a posse da chamada cultura moderna: a cultura que oferecia a filosofia positiva e a ciência mecanicista como os primeiros frutos do racionalismo inspirado pelo advento da máquina.*¹¹

Esse prolífico cenário intelectual em Fortaleza no final do século XIX deu origem a outros movimentos artísticos no Ceará, como o Clube Literário, em 1886; a Padaria Espiritual, em 1892; e o Centro Literário e a Academia Cearense de Letras, em 1894. Na vertente científica surgiu, em 1887, o Instituto do Ceará. Foram nesses espaços que circularam tanto as ideias quanto as pessoas que desencadeariam as forças precursoras para a instalação, no começo do século XX, da Faculdade de Direito do Ceará.

Uma figura que sintetiza bem esse *zeitgeist*, ou espírito do tempo, é a do advogado e político Tomás Pompeu. Considerado pelo filósofo Farias Brito “o pai intelectual de toda essa geração de pensadores”,¹² Pompeu foi um dos fundadores da Academia Francesa, membro fundador e presidente da Academia Cearense de Letras e, também, integrante e presidente do Instituto do Ceará. Trabalhou ainda na docência, sendo professor do Liceu do Ceará, e atuou como redator em jornais. Filho do senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil, de quem herdara o mesmo nome, era cunhado de Nogueira Acioli e, junto a ele, foi mentor intelectual no processo de criação da Faculdade de Direito do Ceará. Presente em quase todos os cenários de convergência erudita de sua época, Tomás Pompeu foi protagonista, ao lado do magistrado, político e literato Antônio Augusto de Vasconcelos, na implantação do ensino de Direito no Ceará.

Implantação

Foi em um discurso da Academia Cearense de Letras, em 30 de agosto de 1901, que o filósofo Raimundo de Farias Brito lançou uma das sementes para a implantação da Faculdade de Direito, ao abordar a necessidade do ensino jurídico em solo cearense. Como consta na ata da reunião, presidida por Tomás Pompeu, Farias Brito “abundou em largas considerações no sentido da Academia tomar a si a propaganda e a realização da idéia do Ceará ser dotado de uma Academia Livre de Direito”.¹³ Esse propósito, no entanto, não era restrito à mente do célebre escritor, mas circulava em Fortaleza entre os jovens bacharéis da época, entusias-

¹¹ TINHORÃO, José Ramos. Op. cit., p. 34-35.

¹² AZEVEDO, Sânzio de. Grêmios literários do Ceará. In: SOUZA, Simone. História do Ceará (Vários autores), 1989, p. 181.

¹³ GIRÃO, Raimundo. Op. cit., p. 25.

mados com os postulados de Silvio Romero, da Escola do Recife. Dois desses ex-alunos da faculdade pernambucana, Antônio Augusto de Vasconcelos e Tomás Pompeu de Sousa Brasil (filho), impulsionados por esse conclave e imbuídos de um sentimento precursor, deram andamento à empreitada promovendo nos jornais da cidade uma verdadeira campanha em prol da criação da escola superior cearense, nos anos de 1901 e 1902. Sobre essa aliança, escreve Girão: “Ao lado de Tomás Pompeu, a êle prêso por verdadeira e imaculada estima e pelo ideal da fundação de uma Faculdade de Direito no Ceará, sempre esteve Antônio Augusto de Vasconcelos. Foi o seu grande e indormido cooperador”.¹⁴

A esses entusiastas da academia uma circunstância se mostrou favorável: Pompeu, além de sua grande erudição, dotava de uma boa projeção social e política na capital por conta também de seus parentescos, pois Senador Pompeu era seu pai e Nogueira Acioli, cunhado. Segundo Raimundo Girão, essa posição familiar de Pompeu foi estratégica para a execução dos intentos partilhados com Antônio Augusto devido à atuação do bacharel como uma espécie de conselheiro das ações de Acioli quando esse foi presidente do estado e exerceu mandato de senador. Aponta Girão que “Às lutas de Tomás Pompeu e Antônio Augusto em prol da criação da Faculdade jamais negou apoio o Comendador Nogueira Acioli, quer como Senador da República, quer como Presidente do Estado”.¹⁵ Afirma ainda:

*Eleito o comendador Acioli presidente do Estado [...] Passou, então, o Dr. Tomás Pompeu a ser uma espécie de assessor do ilustre governante, na parte relativa às coisas intelectuais da administração, apresentando-lhe planos e idéias e redigindo-lhe Mensagens e Relatórios, nos quais imprimia o selo de sua vasta ilustração. Não será temeridade imputar ao Dr. Tomás Pompeu o texto da Mensagem lida em julho de 1897 pelo chefe do Poder Executivo à Assembleia Legislativa, no qual se mostra a necessidade da instalação, no Ceará, de uma Escola Jurídica*¹⁶

Essa mensagem encaminhada por Acioli em 1897, como relata Girão, ensejou a criação de um projeto de lei na Assembleia Legislativa que autorizava o presidente do estado a criar uma Faculdade Livre de Direito, a qual seria regida de acordo com os estatutos das faculdades fundadas anteriormente.¹⁷ Nessa primeira tentativa

¹⁴ GIRÃO, Raimundo. Op. cit., p. 38.

¹⁵ GIRÃO, Raimundo. Op. cit., p. 41-42.

¹⁶ GIRÃO, Raimundo. Op. cit., p. 19-20.

¹⁷ Regime federal do ensino nas faculdades de Direito, adotado pela Lei. n° 314, de 30 de outubro de 1895.

Juristas e personalidades do mundo jurídico graduados na Faculdade de Direito ou que foram dela professores se tornaram nomes de ruas, avenidas e logradouros públicos em Fortaleza. São nomes de importantes vias de circulação a conectar diversos bairros os docentes: Andrade Furtado, Dolor Barreira, Antônio Augusto, Tomás Pompeu, Nogueira Acioli, Lauro Nogueira, Heribaldo Costa (trecho da “Av. Perimetral”), Eduardo Girão (a “Avenida do Canal”), Prof. Gomes de Matos e Prof. Otávio Lobo.

legal de implantação do ensino jurídico no Ceará, o texto definia ainda que as nomeações de professores deveriam ser feitas pelo presidente do estado e que empregados públicos seriam disponibilizados para a organização da secretaria da faculdade. Por fim, seria aberto um crédito de 50 contos de réis para a instalação e funcionamento da instituição. A proposta, no entanto, não logrou sucesso.

Também foram homenageados nomeando ruas e avenidas da capital cearense os ex-alunos João Jorge Pontes Vieira, Henriqueta Galeno, Leonardo Mota, Gilberto Studart, Gilberto Pessoa Torres Câmara, Raul Barbosa e Raimundo Girão. O nome do reitor Martins Filho foi inscrito em um viaduto, enquanto os professores Olavo Oliveira e Otávio Lobo foram lembrados em dois institutos penais do complexo penitenciário de Itaitinga, na região metropolitana de Fortaleza.

Nos dois primeiros anos do século XX, contudo, com os esforços de Tomás Pompeu e Antônio Augusto para a construção de um movimento em prol da Faculdade de Direito, e a adesão do então senador Acioli, um novo cenário se consolidou. Tanto que, no início de 1903, em 4 de fevereiro, o jornal situacionista *A República*, trouxe um artigo intitulado “Faculdade de Direito” que, avalia Perboyre e Silva, “preparava [...] o espírito público para a próxima fundação da Academia”. Transcreve o jornalista, em matéria do *Correio do Ceará*, de 3 de março de 1953, um trecho do artigo do qual se destaca: “O Ceará, que se orgulha de seu adiantamento moral, onde o movimento literário se afirma ufano de merecimento, desde muito reclamava um Curso Superior, que mais largos horizontes oferecesse aos cultores do Direito”.¹⁸

A preconização reiterada de uma escola superior no Ceará nos jornais denotava não apenas a intensidade do clamor, mas a proximidade da concretização do fato. Naquele mesmo mês de publicação do artigo no jornal *A República*, no dia 21 de fevereiro de 1903, às 13h, a Associação Comercial do Ceará sediou a fundação da Faculdade Livre de Direito.

Estiveram presentes à cerimônia de fundação: Antônio Pinto Nogueira Acioli, Antônio Sabino do Monte, Paulino Nogueira Borges da Fonseca, Joaquim Pauleta Bastos de Oliveira, Tomás Pompeu Pinto Acioli, Virgílio Augusto de Moraes, Joaquim Lopes de Alcântara Bilhar, Francisco de Assis Bezerra de Menezes, Eduardo Studart, Antônio Augusto de Vasconcelos e Tomás Pompeu de Sousa Brasil (filho). O discurso inaugural foi feito por Antônio Augusto de Vasconcelos, que anunciou Nogueira Acioli como primeiro diretor. Naquela mesma ocasião ficou marcada a solenidade de instalação da faculdade para 1º de março, na então sede da Assembleia Legislativa, que hoje abriga o Museu do Ceará (Rua São Paulo, 51 – Centro). Ali determinaram-se ainda o valor da matrícula e o local de funcionamento, que deveria acontecer

¹⁸ FACULDADE DE DIREITO DO CEARÁ. Cinquentenário da Faculdade de Direito do Ceará. 1953, p. 36.

no prédio do Liceu do Ceará, à época na praça dos Voluntários, após cessão por parte do presidente do estado, Pedro Borges. Ao final dos discursos, os presentes seguiram ao Hotel Internacional, que ficava em frente ao Passeio Público, quando celebraram com uma taça de champanhe.

À uma hora da tarde do dia 1º de março, no edifício da Assembleia, sob uma atmosfera festiva que agregou as autoridades locais, ocorreu a instalação da Faculdade de Direito do Ceará. Ali discursaram o senador Nogueira Acioli, Júlio César da Fonseca, representando o Instituto do Ceará, e João de Alencar Araripe, da Fênix Caixeiral. Em sua fala, destacou Acioli que “graças ao concurso de alguns ilustres e devotados cearenses, tenho hoje a satisfação de abrir as portas do curso jurídico, que sob a denominação de Faculdade Livre de Direito, está destinado a operar salutar abalo intelectual no nosso meio social”.¹⁹

Em 1º de maio de 1903, iniciaram as aulas no antigo prédio do Liceu do Ceará, permanecendo a faculdade ali até 1905, quando passou a funcionar na Assembleia. No ano de 1938, no governo de Francisco de Menezes Pimentel, a faculdade migrou para edifício próprio, onde está até hoje, na praça Clóvis Beviláqua.

É obra do seu govêrno o edificio da Faculdade, na antiga Praça da Bandeira, hoje Praça Clóvis Beviláqua, inaugurado solenemente em 12 de março de 1938. Suntuoso e moderno prédio dentro das condições do meio econômico cearense. Uma vitória contra a impotência doutros governantes, em relação a esse imperativo do mais tradicional e glorioso dos nossos estabelecimentos de ensinação superior. Nos primórdios de sua vida, instalara-se, por empréstimo generoso, no antigo Liceu do Ceará, na Praça dos Voluntários, mas os inconvenientes do funcionamento de dois cursos - secundário e superior - assim juntos obrigaram a sua mudança para o prédio n.92, da Rua Formosa, hoje Rua Barão do Rio Branco. E, como a solução não satisfizesse, colocaram-no no andar térreo do Paço da Assembléia (1905). Até ficaria até aquela transferência para a nova e própria sede. Cristalizou o Dr. Meneses Pimentel, de maneira ampla, antiga aspiração do instituto. Tirava-o da situação humilhante, referida pelo Secretário João Pinto, como exemplo, de mandar o Diretor, do seu “Colégio São Luis”, carteiras escolares para instalar os alunos da Faculdade por ocasião das provas parciais, porque ela não as tinha suficientes.”²⁰

A Faculdade de Direito do Ceará foi encampada pelo estado em 8 de agosto de 1903 e reconhecida pelo Governo Federal em 23 de novembro do mesmo ano, segundo o Decreto nº 5.049.

¹⁹ FACULDADE DE DIREITO DO CEARÁ. Op. cit., p. 214.

²⁰ GIRÃO, Raimundo. Op. cit., p. 380-381.

Adversidades

Apesar de muitos terem colaborado e celebrado a instalação da Faculdade Livre de Direito do Ceará, o clima social a favor da gênese da escola jurídica não era unanimidade. A oposição ao então senador Acioli afirmou em jornais da época ser a “Livre” um espaço de nepotismo do político, devido à nomeação de seus familiares e apadrinhados como funcionários da faculdade. Outra alegativa foi a de que os recursos para a abertura da instituição seriam oriundos de um acerto entre Acioli e o então presidente do estado Pedro Borges, que definiu o fechamento de 90 escolas. Naquele momento, o governo rebateu as acusações, atribuindo tal fato à ausência de alunos e professores. Outra crítica pungente, relata Perboyre e Silva, veio do célebre oftalmologista Moura Brasil, que afirmou lastimar que o Ceará “sentindo-se com forças de empreender a instituição de uma academia, preferisse a de Direito”. Em uma análise sobre o embate entre apoiadores e defensores nos jornais daquele momento histórico afirmou Perboyre: “Desde o acidente mais insignificante até às maiores construções sociais, nada escapa às duas grandes leis do amor e do ódio, que servem, em geral, de medida às manifestações da crítica”.²¹

Defensor inusitado

O jornalista e bacharel em Direito Perboyre e Silva, no jornal *Correio do Ceará* de 3 de março de 1953, em material preparado para as celebrações do cinquentenário da Faculdade de Direito,²² trouxe uma entrevista com um personagem bastante peculiar: era Emílio Sá, que havia lutado ao lado das forças rabelistas pela deposição de Acioli. Em 1913, quando já no governo de Franco Rabelo, ao correr o boato de que a extinção da faculdade era uma possibilidade, Emílio tornou-se um ardente defensor da “Salamanca” cearense. “O rubro adversário de Accioly passava a ser defensor indômito duma obra que Accioly amparara!”, relata o jornalista.

A entrevista aconteceu em uma Quarta-Feira de Cinzas, em 18 de fevereiro de 1953, quando Emílio já contava 81 anos e, enfatiza Perboyre, dotava de uma memória prodigiosa. Sem meias palavras, Emílio relata ao jornalista o seu passado na luta pelo fim do governo Acioli, tendo, inclusive, enfrentado tiroteios. No entanto,

²¹ FACULDADE DE DIREITO DO CEARÁ. Op. cit., p. 37-39.

²² FACULDADE DE DIREITO DO CEARÁ. Op. cit., p. 42-45.

por considerar a criação da faculdade como um legado positivo do governo contra o qual lutara, não apoiou a ideia de sua extinção.

Como o senhor sabe – exclamou o antigo chefe popular – muito lutei contra Accioly. E lutei de armas na mão. Quando ele caiu, entendi que havia desaparecer o que não prestava, deixado por sua política; mas que se conservasse o que ele houvesse feito de bom. E a Academia de Direito foi a melhor cousa que ele deixou. Não consenti, portanto, que ela fôsse extinta, transcreve Perboyre e Silva.

O relato segue com as memórias de Emílio na atuação em defesa da escola superior.

Fiz discursos na Praça do Ferreira, defendendo a Academia, e cheguei a proclamar que também me considerava acadêmico. Quinhentas Academias, em vez de uma, é que o Ceará precisava ter. Houve quem fôsse dizer ao Franco Rabelo que os próprios alunos desejavam a extinção da Faculdade de Direito. O Franco me falou sobre isso. Eu desmenti semelhante história. E prossegui, na Cidade, a minha luta, sustentando que ninguém acabava a Academia.

A entrevista encerra com Emílio destacando a sua admiração profunda por Rabelo, para ele um homem “honesto e culto” e por quem havia exposto a vida e ganhado mais de 500 contos. Todavia, quando indagado por Perboyre qual seria a sua atitude caso Franco Rabelo houvesse extinguido a faculdade, responde, sem pestanejar, que lutaria pela sua deposição. “Tê-lo-ia deposto?”, questiona o jornalista. Então, o velho coronel sustenta: “Poderia não conseguir depô-lo, mas teria tentado fazê-lo. Todavia, Franco ficou com o povo, ao lado da mocidade, e a Academia ainda hoje aí se encontra, prestando grandes serviços ao Estado”.

Congresso jurídico

Em celebração aos 50 anos de sua fundação, a Faculdade de Direito do Ceará realizou em outubro de 1953 o Primeiro Congresso Nacional de Ensino Jurídico, que tinha como um de seus objetivos uma reformulação curricular e das práticas de ensino nos cursos de Direito. Delegações de diversos estados estiveram presentes ao evento, como Bahia, Paraíba, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte. Para a realização da iniciativa, atuou fortemente o professor e deputado Otávio Lobo, cujo projeto de lei na Câmara Federal autorizou, na época, o Poder Executivo a abrir crédito especial de Cr\$ 1 mi ao Congresso de Ensino Jurídico.

Em discurso proferido na Câmara sobre o tema, declarou o docente: “A Faculdade de Direito do Ceará é bem marco que define uma fase na evolução jurídica e cultural da

terra alencarina”. Em sua fala, o médico Lobo, que atuou como diretor da Faculdade de Direito, defendeu ainda a criação de uma universidade no Ceará.

*No momento, centraliza-se a Faculdade de Direito o movimento de coordenação dos vários estabelecimentos de ensino superior do Estado, visando à criação de uma Universidade. Ideal amadurecido, resta, apenas, concretizar-se. Urge que se articule o trabalho dessas Faculdades isoladas, em prol do desenvolvimento mais sistematizado da cultura do grande Estado nordestino. Impõe-se a criação da Universidade cearense.*²³

O primeiro bacharel

Apesar do intuito cearense de instalar uma autonomia intelectual de Pernambuco com a criação da Faculdade de Direito no Ceará, curiosamente o primeiro bacharel em Ciências Jurídicas no estado não era filho da terra, mas sim pernambucano: José Feliciano Augusto de Athayde, que recebeu o título em 27 de dezembro de 1904. Formado pelo curso de Ciências Sociais, em Recife, atuou no Ceará como promotor de justiça. Amigo de Nogueira Acioli, foi por ele convidado para dirigir a biblioteca da faculdade em 1903 e, ao assumir o posto, por sugestão de Antônio Augusto, concluiu o curso de Direito na escola cearense.

Escolha para reitor

A Faculdade de Direito do Ceará, primogênita das unidades acadêmicas e considerada a *cellula mater* da UFC, teve, por conta de seu prestígio no contexto acadêmico cearense, quatro de seus docentes como candidatos ao reitorado inaugural da Universidade do Ceará. Os ex-diretores João Otávio Lobo, Dolor Barreira e Andrade Furtado, com preponderância do primeiro, foram cotados para assumir a Reitoria. O indicado foi Antônio Martins Filho, que implantou a universidade, ocupando o cargo de reitor por quatro mandatos consecutivos, de 1955 a 1967. Andrade Furtado foi o primeiro vice-reitor, assumindo a posição de 1955 a 1960.

No livro *O outro lado da história*, Martins Filho detalha os episódios de bastidores da escolha do primeiro reitor. O relato pessoal traz elementos históricos da política

²³ FACULDADE DE DIREITO DO CEARÁ. Op. cit., p. 181.

brasileira de meados dos anos 1950, registrando os processos de negociação com parlamentares antes de ser aprovada a criação da primeira universidade cearense.

*Em dado momento, o Diretor da Faculdade, Professor Andrade Furtado, chamou-me ao seu gabinete e me recomendou calma. Para simplificar o diálogo, Andrade me informou que Menezes Pimentel, acompanhado de outros deputados do PSD, havia conseguido uma promessa formal do Presidente Getúlio Vargas, no sentido da nomeação do Professor João Otávio Lobo para o cargo de Reitor. [...] Por outro lado, aquela revelação do Professor Andrade Furtado explicava a serenidade de João Otávio Lobo, quando, nos nossos encontros do Hotel Flórida, do Rio de Janeiro, eu solicitara informações mais precisas sobre as causas que estavam retardando a apreciação da matéria na Câmara dos Deputados. [...] Na cidade do Crato, após uma solenidade realizada no Ginásio dirigido pelo Padre Francisco Pita, interpelei o próprio Menezes Pimentel. [...] "Calma. As mensagens do Presidente encaminhadas ao Congresso não são processadas a toque de caixa. Tudo virá a seu tempo. Ademais, a bancada do Ceará sabe o que está fazendo". A amizade e o respeito que sempre dispensei ao Dr. Francisco de Menezes Pimentel impuseram-me uma atitude de silêncio, pois que o meu primeiro impulso foi no sentido de dizer-lhe que não estava defendendo interesse pessoal e que também já sabia da existência de um Reitor in fieri...*²⁴

Agosto de 1954 foi um ponto de virada para a política nacional com o suicídio de Vargas, retratado no romance *Agosto*, do escritor Rubem Fonseca. Esse fato repercutiria na escolha para reitor da Universidade do Ceará, e, apesar de não ter sido nomeado pelo presidente João Café Filho, Otávio Lobo é bastante elogiado por Martins Filho em um trecho de *O outro lado da história*.

*[Otávio Lobo] sempre foi um homem muito prestigiado no Ceará, não pela circunstância de ser um dos próceres do PSD, mas por ser um bom médico, um ilustre professor da Faculdade de Direito, da qual por muitos anos foi diretor, sendo ainda professor da Faculdade de Farmácia e Odontologia e também um intelectual de cultura e de saber*²⁵.

Entre 1951 e 1955, Lobo exerceu mandato de deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD), e relatou o projeto de lei que originaria a UFC.

²⁴ MARTINS FILHO, Antônio. *O outro lado da história*. 1983, p. 28.

²⁵ MARTINS FILHO, Antônio. Op. cit., p. 37.

Intelectualidade

Segundo o professor Felipe Lima Gomes, do Departamento de Direito Privado da Faculdade de Direito da UFC, os bacharéis egressos das primeiras turmas da então Faculdade Livre de Direito do Ceará passaram a atuar na burocracia estatal, em cargos eletivos, na imprensa local e em posições proeminentes na sociedade. Apoiado em Raimundo Girão, Gomes afirma que havia massa crítica para estabelecer tanto o ensino superior como a formação jurídica nas terras alencarinhas.

“O ensino superior aqui no Ceará não foi um capricho do período aciolino, na verdade, veio como a epítome de um processo de evolução intelectual, que teve no final do século XIX o seu apogeu, em que nós tínhamos uma inteligência raríssima. Talvez foi a melhor geração de intelectuais cearenses da história, e que demandava um ensino superior para essa juventude se formar aqui, florescer por aqui. Nós tínhamos o que hoje se chama de uma fuga de cérebros muito acentuada. Clóvis Beviláqua, Gil Amora, Capistrano de Abreu e toda essa turma teve de estudar fora, e boa parte poderia ter virado professor aqui, ao invés de ter migrado para outras províncias do Império, mais tarde, outras províncias da República, caso nós já tivéssemos uma universidade”, analisa.²⁶

²⁶ Entrevista concedida aos autores em 22 de março de 2021.

Personalidades históricas

Clóvis Beviláqua (1859-1944)

Advogado, jurista, professor, historiador, escritor e crítico literário. Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife (atual UFPE) em 1882, sendo o orador de sua turma. Influenciado por Tobias Barreto, participou do movimento literário e jurídico conhecido como Escola do Recife. Após a formatura, candidatou-se, sem sucesso, para ser promotor de justiça em Aquiraz (CE), vindo a conseguir o cargo de promotor na comarca de Alcântara (MA). Clóvis trabalhou como bibliotecário e professor de filosofia e de legislação comparada na Faculdade de Direito do Recife. Até o fim da vida esteve casado com a advogada e escritora Amélia de Freitas Beviláqua. Foi eleito deputado constituinte do Ceará e convidado pelo então ministro da Justiça e futuro presidente da República, Epitácio Pessoa, para elaborar o anteprojeto do primeiro Código Civil brasileiro, promulgado em 1916. Radicou-se no Rio de Janeiro, tendo sido um dos 40 fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL) e foi nomeado pelo Barão do Rio Branco consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores de 1906 a 1934, quando se aposentou. Em sua cidade natal, Viçosa do Ceará, na casa onde nasceu, há o Memorial Clóvis Beviláqua, inaugurado em 2001, com um importante acervo documental, bibliográfico e de objetos pessoais doados pela família. O jurista é um dos principais nomes na área do Direito Civil no país, e dá nome a uma praça no centro de Fortaleza, situada em frente à Faculdade de Direito da UFC, ao Fórum do Tribunal de Justiça do Ceará (TJ-CE) e ao Centro Acadêmico (CACB) dos estudantes do Curso de Direito da UFC.

Tomás Pompeu de Sousa Brasil (filho) (1852-1929)

Advogado, professor, empresário e político. Filho de Tomás Pompeu de Sousa Brasil, o Senador Pompeu (1818-1877), Tomás Pompeu foi um dos fundadores da Faculdade de Direito do Ceará (atual UFC), em 1903. Formou-se em Direito pela Escola de Direito do Recife em 1872 (atual UFPE). Com as renúncias de Nogueira Acioli para assumir os mandatos no Senado e na Presidência do Ceará, Pompeu dirigiu a Faculdade de Direito no período de 1903 a 1913. Como professor, também lecionou no Liceu do Ceará, na Escola Militar e na Escola Normal. Na carreira política, exerceu os cargos de deputado estadual, deputado federal e vice-governador do estado. Presidiu a Associação Comercial do Ceará e o Centro Industrial do Ceará, tendo sido também integrante de agremiações culturais e científicas como a Academia Francesa, a Academia Cearense de Letras (patrono da cadeira nº 35), e o Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico. No final do século XIX, também participou da imprensa local, colaborando com os jornais *O Cearense*, *A Fraternidade* e *A Gazeta do Norte*.

Antônio Pinto Nogueira Acioli (1840-1921)

Político, advogado e empresário. Formou-se bacharel em Direito pela Escola de Direito do Recife (atual UFPE) em 1864. Comendador Acioli foi o principal fiador político para a criação da Faculdade de Direito do Ceará. O ingresso na carreira política foi estimulado pelo sogro, Senador Pompeu, e Acioli exerceu os cargos de deputado estadual, deputado federal, senador, vice-presidente e presidente do estado. Atuou brevemente como diretor da Faculdade de Direito de 21 de fevereiro a 3 de abril de 1903, quando renunciou para assumir o mandato de senador. O período em que foi a principal liderança política do Ceará, de 1896 a 1912, ficou conhecido como Oligarquia Acioli, no contexto da República Velha.

Antônio Augusto de Vasconcelos (1852-1930)

Advogado, professor, juiz de Direito, jurista e político. Formou-se em Direito pela Escola de Direito do Recife (atual UFPE) em 1880. Ao lado de Tomás Pompeu, Antônio Augusto foi um dos mentores intelectuais do projeto de criação da Faculdade Livre de Direito do Ceará. No Poder Judiciário cearense, atuou como promotor de justiça das comarcas de Canindé e Granja, e como magistrado nos municípios de Aracati e Pereiro. Na política, exerceu mandato de deputado estadual. Antônio Augusto participou da campanha abolicionista no Ceará, incentivando a alfabetização e a criação de gabinetes de leitura no interior do estado. Foi professor no Liceu do Ceará e na Escola Militar, além de diretor da Biblioteca Pública do Estado e catedrático de Direito Administrativo e de Filosofia do Direito da primeira escola superior cearense. Integrou a fundação do Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico e da Academia Cearense de Letras, da qual é patrono da cadeira nº 3.

Manuel Soriano de Albuquerque (1877-1914)

Advogado, professor, juiz de direito, sociólogo, escritor e jurista. Nascido em Água Preta (PE), Soriano Albuquerque graduou-se em Direito pela Escola de Direito do Recife em 1899. Radicou-se no Ceará e foi atuar como juiz da comarca de Crato, no Cariri. Ingressou no magistério da Faculdade Livre de Direito do Ceará em 1905, inicialmente como professor substituto das disciplinas de Direito Comercial e Direito Constitucional, até tornar-se catedrático de Filosofia do Direito. Soriano foi pioneiro em introduzir a Sociologia no currículo do ensino jurídico nacional. Integrou o Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico e a Academia Cearense de Letras, da qual é patrono da cadeira nº 27.

Raimundo Gomes de Matos (1883-1968)

Advogado, professor, jornalista e político. Graduiu-se pela Faculdade de Direito do Ceará em 1908. Dois anos depois, ingressou na docência na mesma instituição, como professor substituto de Direito Penal e Introdução à Ciência do Direito. Em 1913, assumiu a cátedra de Direito Comercial, que ocuparia até 1952. Gomes de Matos foi diretor da Faculdade de Direito por dez anos durante a década de 1930. Na gestão pública, exerceu os cargos de promotor de justiça, procurador-geral do estado, secretário de Segurança Pública e deputado federal. Foi bastante ativo na imprensa cearense, tendo fundado o jornal *A Tribuna*.

Eduardo Henrique Girão (1882-1961)

Advogado, professor, escritor e político. Foi o primeiro docente a receber o título de professor emérito da Universidade Federal do Ceará em 1956. Era tio do historiador, escritor e político Raimundo Girão. Começou a cursar Direito na Faculdade de Direito do Ceará em 1908, e concluiu a graduação na Faculdade de Direito do Recife (atual UFPE) em 1912. Tornou-se professor catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito do Ceará em 1916, exercendo o magistério por 36 anos até a sua aposentadoria em 1952. Na política, exerceu os cargos de deputado estadual, presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, governador interino do estado e deputado federal. Após a sua morte, a Imprensa Universitária da UFC publicou uma coletânea com os escritos jurídicos e literários de Eduardo Girão.

Antônio Martins Filho (1904–2002)

Advogado, jurista, professor, escritor, gestor, fundador e primeiro reitor da Universidade Federal do Ceará por quatro mandatos, de 1955 a 1967. Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Piauí (atual UFPI) em 1935. Catedrático de Direito Comercial da Faculdade de Direito do Ceará, foi o presidente do Movimento Pró-Universidade do Ceará e capitaneou o processo de integração das escolas superiores cearenses para a criação da UFC em 1954. Também lecionou no Liceu do Ceará e na Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará (atual FEAAC/UFC). Considerado o “reitor dos reitores” da UFC e “semeador de Universidades”, Martins Filho contribuiu para a criação de outras instituições de ensino superior no estado, a exemplo da Universidade Estadual do Ceará (UECE), da Universidade Regional do Cariri (URCA) e da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Sob a sua liderança, foram lançadas as bases para se edificar a infraestrutura física e acadêmica da UFC, com a construção da Reitoria, da Concha Acústica, dos campi do Benfica, Porangabuçu e Pici, além de equipamentos culturais, como a Imprensa Universitária, as Casas de Cultura Estrangeira, o Museu de Arte (MAUC) e o Teatro Universitário Paschoal Carlos Magno. Recebeu diversas distinções, como a de doutor honoris causa pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professor emérito da UFC, a Ordem Nacional do Mérito Educativo e o Troféu Sereia de Ouro. Martins Filho também integrou o Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico e a Academia Cearense de Letras.

Manuel Antônio de Andrade Furtado (1890–1968)

Advogado, professor, jurista, jornalista, escritor e gestor. Graduou-se pela Faculdade de Direito do Ceará em 1915, tendo sido orador de sua turma. Lecionou na Escola de Agronomia do Ceará e na Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, além de ter sido professor catedrático de Direito Administrativo, Economia Política e Ciências das Finanças. No início dos anos 1950, na época de criação da UFC, foi diretor da Faculdade de Direito do Ceará. Conhecido como o decano da imprensa cearense, fundou o jornal *O Bandeirante*, foi secretário de redação do jornal *O Diário do Estado*, redator-chefe do jornal *Correio do Ceará*, fundador e diretor do jornal *O Nordeste*, de inspiração católica. Na gestão pública, exerceu os cargos de juiz do Tribunal Regional Eleitoral e secretário de Interior e Justiça do Ceará. Andrade Furtado foi vice-reitor no primeiro mandato de Martins Filho à frente da Reitoria da UFC. Em 1961, obteve o título de professor emérito da UFC. Integrou ainda a Academia Cearense de Letras e o Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico.

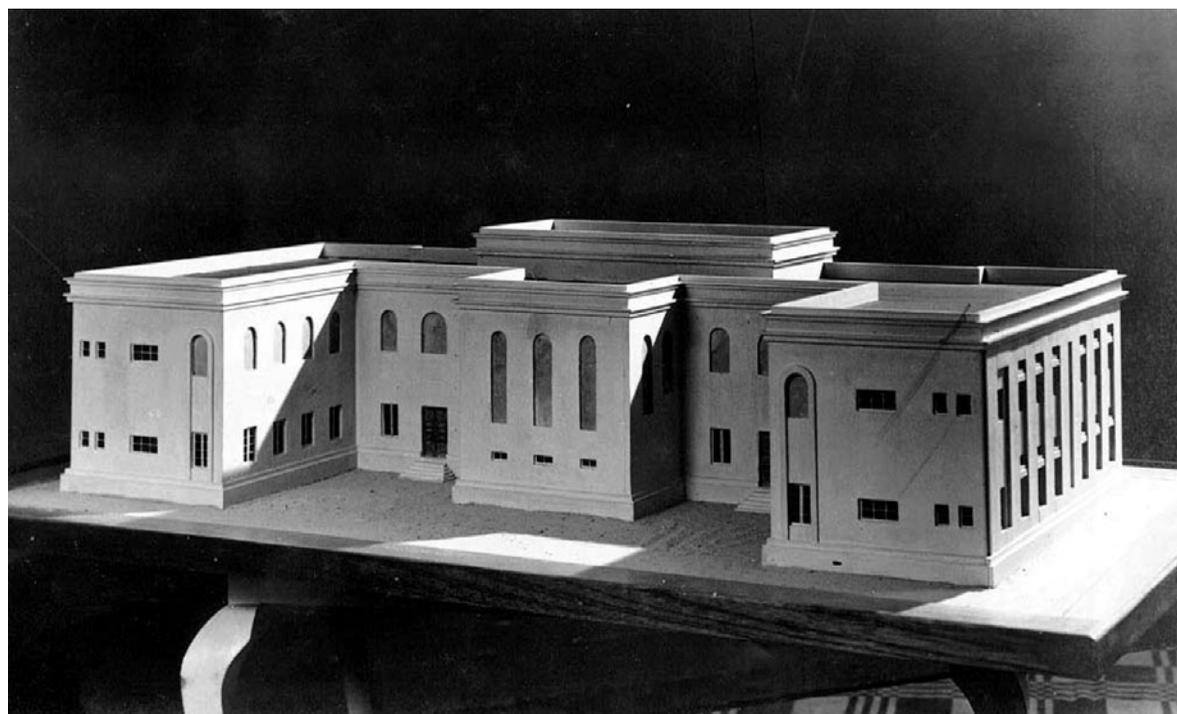
Paulo Bonavides (1925–2020)

Advogado, professor, jurista, cientista político, jornalista e escritor. Nascido em Patos (PB), graduou-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (atual UFRJ) em 1948. Nos anos de 1944 e 1945, Bonavides estudou na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Radicando-se no Ceará, começou na docência em 1950, como professor de Sociologia do Instituto de Educação Justiniano de Serpa, em Fortaleza. Ingressou na UFC em 1956 como professor assistente de Introdução à Ciência do Direito, tornando-se posteriormente catedrático de Teoria Geral do Estado. Obteve destaque nacional e internacional na área de Direito Público, sobretudo nos campos de Direito Constitucional e Ciência Política. Foi professor visitante nas universidades de Colônia (Alemanha), Tennessee (EUA) e Coimbra (Portugal). Além de integrar a Academia Cearense de Letras, Bonavides foi presidente emérito do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional (IBDC), presidente de honra do Instituto de Defesa das Instituições Democráticas (IDID), fundador e diretor da *Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais*. Recebeu do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a Medalha Rui Barbosa como personalidade do mundo jurídico, e, em 1991, obteve o título de professor emérito da UFC. Quando faleceu, em outubro de 2020, Paulo Bonavides recebeu diversas homenagens de autoridades do Poder Judiciário, de acadêmicos do Direito e de políticos, dentre eles o governador do Ceará, Camilo Santana, que decretou luto oficial no estado por três dias.

Dolor Uchôa Barreira (1893–1967)

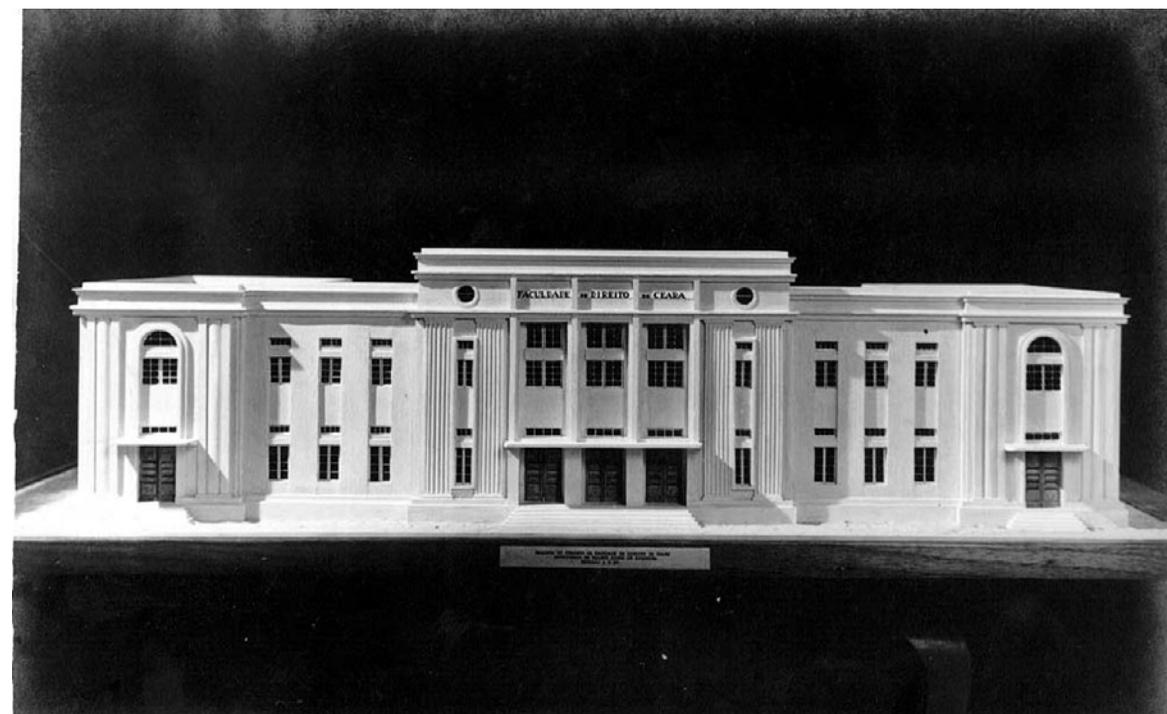
Advogado, professor, historiador, escritor e jurista. Graduou-se pela Faculdade de Direito do Ceará em 1914. Foi professor catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito do Ceará, membro da congregação da faculdade e do Conselho Universitário da UFC. Integrou a Academia Cearense de Letras (ACL) e o Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico. Contribuiu com várias revistas do seu tempo, como a *Ceará Judiciário*, a *Revista da Faculdade de Direito do Ceará*, *Crítica Judiciária*, a *Revista da ACL*, entre outras publicações. Dolor Barreira escreveu *História da Literatura Cearense*, em 4 volumes, obra de referência para a pesquisa sobre a literatura do Ceará produzida até 1917. Em 1964, recebeu o título de professor emérito da UFC. Na gestão pública, foi procurador-geral do estado e secretário da Escola Normal.

Galeria



Maquete do prédio da
Faculdade de Direito do
Ceará [entre 1934 e 1945]

Fonte: CPDOC/FGV



Maquete do prédio da
Faculdade de Direito do
Ceará [entre 1934 e 1945]

Fonte: CPDOC/FGV



Faculdade de Direito do Ceará [entre 1961 e 1963] Fonte: Memorial da UFC



Sede da Faculdade de Direito do Ceará, na rua São Paulo, no Centro de Fortaleza [1910] Fonte: Documentário Iconográfico organizado por Thomaz Pompeu Gomes de Matos / Acervo Biblioteca UNIFOR



Aspectos externos da Faculdade de Direito do Ceará [entre 1934 e 1945] Fonte: CPDOC/FGV



Anexo da Faculdade de
Direito [entre 1961 e 1963]

Fonte: Memorial da UFC



Anexo da Faculdade de
Direito [entre 1961 e 1963]

Fonte: Memorial da UFC



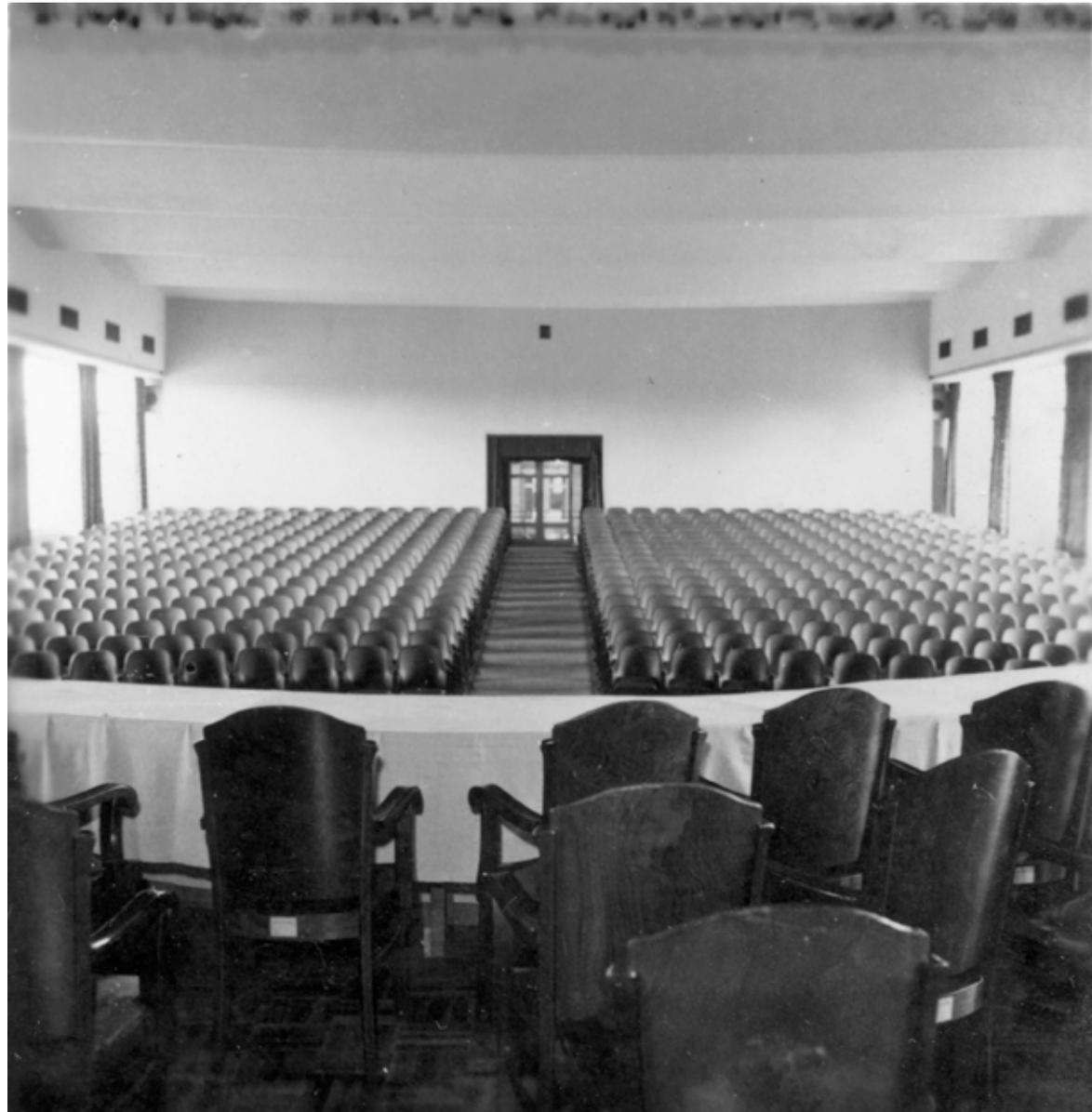
Anexo da Faculdade de
Direito [entre 1961 e 1963]

Fonte: Memorial da UFC



Anexo da Faculdade de
Direito [entre 1961 e 1963]

Fonte: Memorial da UFC



Auditório da Faculdade de Direito [entre 1961 e 1963] Fonte: Memorial da UFC



Auditório da Faculdade de Direito [entre 1961 e 1963] Fonte: Memorial da UFC



**Espaços internos da
Faculdade de Direito
[entre 1961 e 1963]**

Fonte: Memorial da UFC



**Espaços internos da
Faculdade de Direito
[entre 1961 e 1963]**

Fonte: Memorial da UFC



**Espaços internos da
Faculdade de Direito
[entre 1961 e 1963]**

Fonte: Memorial da UFC



**Espaços internos da
Faculdade de Direito
[entre 1961 e 1963]**

Fonte: Memorial da UFC

Referências e material de consulta

ADORNO, Sérgio. Os aprendizes do poder – O bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALBUQUERQUE, José Cândido Lustosa Bittencourt de. A formação jurídica no curso de Direito da Universidade Federal do Ceará – UFC, nas narrativas dos sujeitos acadêmicos. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, 2016.

ANDRADE, Francisco Ari de. Luzes e sombras na educação: o aciolismo e a criação da Faculdade Livre de Direito do Ceará (1903-1912). Fortaleza: INESP, 2008.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Tomás Pompeu: biografia. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/1078/biografia>. Acesso em: 10 maio 2021.

CARNEIRO, Alan. Clóvis Beviláqua. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BEVIL%C3%81QUA,%20Cl%C3%B3vis.pdf>. Acesso em: 17 maio 2021.

D'ALGE, Carlos. Soriano d'Albuquerque – artigo para a Revista da Faculdade de Direito do Ceará. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15502/1/1952_art_cd%27alge.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.

FACULDADE DE DIREITO DO CEARÁ. Cinquentenário da Faculdade de Direito do Ceará. Fortaleza: Faculdade de Direito do Ceará, 1953.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Raimundo Gomes de Matos. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbeta-biografico/raimundo-gomes-de-matos>. Acesso em: 12 maio 2021.

GIRÃO, Raimundo. História da Faculdade de Direito do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1960.

GOMES, Felipe Lima. A construção do amanhã: as origens da Universidade Federal do Ceará, [mar. 2021]. Fortaleza: UFC, 2021. Entrevista concedida a Cristiane Pimentel e Marco Fukuda.

LOBO, João Otávio. Outorga do título de professor emérito ao Dr. Eduardo Girão. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22289/1/1956_art_jo-lobos.pdf. Acesso em: 17 maio 2021.

MARTINS FILHO, Antônio. Discurso no centenário de Antônio Augusto de Vasconcelos na Academia Cearense de Letras. Disponível em: http://www.ceara.pro.br/acl/revistas/revistas/1954/ACL_1954_05_Antonio_Augusto_de_Vasconcelos_Antonio_Martins_Filho.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

MARTINS-COSTA, Judith. Clóvis Beviláqua e a Escola do Recife. Revista do Instituto do Direito Brasileiro (RIBD). Ano 2 (2013), n. 8, 8349-8368.

MATOS, Pedro Gomes de. Gomes de Matos – traços e episódios de sua vida. Disponível em <http://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1968/1968-GomesdeMatosTracosVidaeOutrosArtigos.pdf>. Acesso em: 12 maio 2021.

MENEZES NETO, Paulo Elpídio de (org.). Martins Filho de corpo inteiro. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2004.

MENEZES NETO, Paulo Elpídio de. Martins Filho – coleção Terra Bárbara. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. História das ideias filosóficas da Faculdade de Direito do Ceará. Fortaleza: Edições UFC, 1996.

MORAES, Kleiton de. Eduardo Girão. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GIR%C3%83O,%20Eduardo.pdf>. Acesso em: 17 maio 2021.

PORTAL DA HISTÓRIA DO CEARÁ. Manuel Antônio de Andrade Furtado. Disponível em: http://www.portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2426&catid=293&Itemid=101. Acesso em: 17 maio 2021.

SOUZA, Simone. História do Ceará (Vários autores). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará / Fundação Demócrito Rocha / Stylus Comunicações, 1989.

TINHORÃO, José Ramos. A província e o naturalismo (ed. fac-similar). Fortaleza: NUDOC/UFC – Museu do Ceará, Arquivo Público do Estado do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

VIANA, Carlos Negreiros. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil: homem de empresas. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2006/01_Artigos/11-ThomazPompeu.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

WOLKMER, Antônio Carlos. História do Direito no Brasil. Rio de Janeiro: Forense, 2003.



2

Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará

12 DE MARÇO DE 1916

Imagem: Curso sobre prótese total, ministrado por Arthur Chagas (de costas),
no Centro Odontológico Cearense [1955] Fonte: Acervo FFOE

Uma segunda etapa na construção do ensino superior no Ceará se deu no campo da saúde. Com um histórico de sequentes epidemias e reduzido número de profissionais da área atuando em seu território, o estado viveu os anos de fim da Monarquia e início da República sob crises sanitárias. A virada do século, contudo, trouxe novas tendências à capital alencarina, com ascensão de camadas sociais burguesas e de conceitos do que seria o urbano.

A implantação da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, em 12 de março de 1916, ocorreu, portanto, sob um cenário da Fortaleza *Belle Époque* e transição capitalista, no qual cuidados com a prevenção e tratamento de enfermidades eram sinônimos de progresso. O estabelecimento dessas formações em solo cearense conectou-se a um agitado cenário político e repercutiu na valorização do pensamento científico nas práticas públicas.

Celebração

Gravata borboleta branca, chapéu com o símbolo do bastão de Asclépio – o deus da medicina e da cura na mitologia greco-romana – e uma feição circunspecta. Assim posaram para a eternidade o grupo de cinco formandos da primeira colação de grau da então Faculdade de Pharmacia e Odontologia do Ceará. A notícia anunciando a solenidade foi publicada pelo jornal cearense *A Nota*, na edição que dava boas-vindas ao ano de 1918, em 1º de janeiro.

A cerimônia ocorreria às 19h, na sede da Faculdade de Pharmacia e Odontologia, quando seria laureada a turma de cirurgiões-dentistas: José Perdigão Sobrinho, Manoel Flamino Carlos Peixoto, José Bezerra Marinho, Manoel Trajano Borges, e Ulysses Castello Branco, poeta e orador da turma. Um sincero “parabem” e votos de felicidades compuseram o texto do periódico, que destacou o pioneirismo do grupo: “Distinta turma que vem de inaugurar com brilhantismo o curso de Odontologia de nossa Faculdade (sic)”.

Na mesma ocasião, colariam grau os alunos precursores do curso de Farmácia: Teruliano Vieira e Sá, José Gonçalves Linhares, Sabino Borges, José Augusto Barbosa, Vicente Brito e Antônia da Costa Araújo, a primeira mulher a receber diploma como farmacêutica pela instituição cearense.¹

Uma noite memorável, de celebrações, festejos e com a presença do “mundo oficial e elegante de Fortaleza”, como enfatizou o jornal cearense, marcaria o vértice de um processo sociopolítico que teve início no contexto de desfecho da Monarquia e começo da República no Brasil. Na teia dos acontecimentos que constroem o tecido da história, a formatura representaria muito mais do que a outorga de um diploma, mas o início da estruturação do campo profissional da saúde no Ceará.

Urbanização e doenças

O virar da página entre os séculos XIX e XX foi intrincado para o estado do Ceará. Um dos fatores que conduziram a essa atribulação foram episódios frequentes de seca, que infligiram ciclos de epidemias à população. No ocaso da Monarquia, veio a estiagem mais árdua, de 1877 a 1879, com três anos seguidos de falta de chuvas e de perspectivas para o homem sertanejo. Fugindo da fome, atormentados pelas doenças e impulsionados pelo desespero, massas de camponeses seguiram em uma verdadeira diáspora rumo à capital. Nesse período, Fortaleza viu mais de 100 mil migrantes do interior do estado se somarem aos seus cerca de 20 mil habitantes.

¹ Segundo registros de formandos dos arquivos históricos da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, pasta relativa ao ano de 1918.

Uma figura singular no registro desse acontecimento foi o farmacêutico nascido baiano, mas autoproclamado cearense, Rodolfo Marcos Teófilo. Diplomado no curso de Farmácia pela Faculdade de Medicina na Bahia, em 1875, Teófilo também foi um prolífico escritor. À época desse aumento da população de Fortaleza devido à seca, Teófilo morava e trabalhava na capital, tendo testemunhado o fato. Em seu livro *Variola e vacinação no Ceará*, narrou essa tragédia humana:

*Na história de taes epidemias encontram-se grandes devastações mas nenhuma egual a do Ceará em 1878. [...] A população de Fortaleza podia-se calcular em 130 mil pessoas, das quaes 110 mil eram retirantes, que acoçados pela secca, para escapar à fome haviam-se refugiado na capital da provincia. Desta grande massa de famintos noventa e cinco por cento não eram vacinados. Nunca em parte alguma do mundo um morbus encontrou terreno mais apto a sua germinação e desenvolvimento.*²

Em 18 de setembro de 2020, a Resolução nº 18 do Conselho Universitário da UFC (CONSUNI), denominou quatro salas de aulas teóricas do Curso de Odontologia homenageando cirurgiões-dentistas que integraram a fundação da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará: Francisco de Sá Roriz, Mozart Catunda, Pedro Veríssimo e Raymundo Gomes. Em março de 2021, nas comemorações dos 105 anos da faculdade, as salas foram reinauguradas com as devidas homenagens aos fundadores.

Tornando ainda mais penosa a vida dos desterrados, a epidemia de varíola sobreveio-lhes como uma verdadeira catástrofe. Sob o peso das desumanas condições às quais eram submetidos nos abarracamentos, e pela fúria da enfermidade, sucumbiu, no ano de 1878, um total de 24.884 variolosos em Fortaleza. Quem também acompanhou de perto esse momento histórico foi o médico Guilherme Chambly Studart, o Barão de Studart.

*E ao Ceará o que custou a secca de 1877-79? O desaparecimento total da industria creadora, que é a principal riqueza cearense; a ruína de toda fortuna particular; 180.000 mortos, cabendo à Fortaleza 67.267; 125.000 expatriados, ou a perda equivalente a 375 mil contos. Foi assim a secca de 1877, 1878 e 1879, longa e pavorosa caminhada de um povo heroico atravez dos mais crueis sofrimentos, victima da inclemencia da natureza, victima da propria imprevidencia, victima das desorientações e erros dos administradores, victima das depredações e ganancia de desalmados às dezenas.*³

Naquele tempo não havia formação acadêmica em saúde no Ceará. Para as de Teófilo e Studart, Farmácia e Medicina, respectivamente, os cursos apenas teriam início no século seguinte, em Fortaleza. O ensino médico no Brasil só

² TEÓFILO, Rodolfo. *Variola e vacinação no Ceará*. (Livro digitalizado disponível no Acervo Digital de Obras Raras e Especiais Fiocruz). 1904, p. 5-6.

³ STUDART, Guilherme (Barão de). *Memória apresentada ao Congresso Médico Latino-Americano do Rio de Janeiro*. (Livro digitalizado disponível no Acervo Digital de Obras Raras e Especiais Fiocruz). 1909, p. 45-46.

começara com a chegada da corte, em 1808, e o farmacêutico não acumulava idade, com as suas primeiras atividades em 1824, como cadeira na Escola de Medicina do Rio de Janeiro.

Em 1832, na Bahia e no Rio de Janeiro, foram criados os cursos de Farmácia, com duração de três anos, anexos às respectivas faculdades de Medicina. Os cursos de Odontologia surgiram em 1884, nessas mesmas escolas médicas. Assim sendo, em meio a uma epidemia que, no curto período de dois meses, vitimou mais de 27 mil pessoas, a população cearense podia contar com um restrito número de profissionais graduados em outros estados. A exemplo disso, até a metade do século XIX, havia somente oito profissionais de saúde do Ceará, sendo seis médicos e dois boticários.

Mesmo com a proximidade do século XX, eram poucos os que atuavam em saúde no estado: dos 80 médicos cearenses, todos formados na segunda metade do século XIX, pelas faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, apenas 30 voltaram à terra natal. Em 1911, quando em vigor o modelo sanitaria/campanhista, que preconizava intervenções urbanas visando à prevenção de doenças através de difusão de hábitos de higiene e vacinação, em todo o estado havia 123 profissionais de saúde, desses, nove eram dentistas, e 32, farmacêuticos. Havia nesse número também a categoria de práticos, somando seis dentistas e 30 farmacêuticos. Os demais 46 eram médicos.⁴

Essas crises sanitárias envolvendo secas e epidemias aconteceram em pleno curso do movimento de saneamento urbano e ascensão da medicina social no Brasil, em meados do século XIX, ocorridos sob a influência de práticas higienistas em países estrangeiros. Contribuiu juntamente para isso o desenvolvimento de camadas burguesas e de uma classe média intelectual e de profissionais liberais nas capitais brasileiras. Ladeado às fortunas, veio o projeto de normalização de comportamentos e controle de enfermidades como estratégia de inserção no tido como moderno.

Em 30 de maio de 1950, o Prof. Paulo de Brito Firmeza faleceu, aos 35 anos de idade, em um trágico acidente aéreo. O docente e odontólogo havia viajado de Fortaleza à então capital federal, Rio de Janeiro, com o propósito de integrar uma reunião para encaminhar ao Congresso Nacional a proposta de federalização da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará. A medida foi alcançada em 4 de dezembro do mesmo ano, com a promulgação da Lei nº 1.254/50. A Academia Cearense de Odontologia honrou a sua memória como o patrono da cadeira nº 33. Paulo de Brito Firmeza (1915-1950) tinha entre os seus irmãos o dentista e artista plástico Nilo de Brito Firmeza, o Estrigas (1919-2014), e o político Pedro de Brito Firmeza (1901-1965).

⁴ Segundo informações disponíveis em: GADELHA, Georgina. *Sob o signo da distinção: formação e a atuação da elite médica cearense (1913-1948)*. 2017, p. 95-96.

Integrado ao processo de remodelação e aformoseamento de Fortaleza, um conjunto diversificado de intervenções e reformas sanitárias – fragmentárias, mas sucessivas – também disseminou-se pela Capital e população no final do século passado e por todo o período que compreende a Primeira República. Tal compulsão saneadora, a exemplo do acontecido nas demais grandes cidades brasileiras, emergiu em Fortaleza ainda na segunda metade da centúria passada, a partir do momento em que a Capital, a reboque do incremento da exportação algodoeira entre 1850 e 1860,

consolidou-se como principal centro político, social, comercial e financeiro do Ceará. À proporção que a cidade se adensava de gente e construções, verificou-se por parte dos segmentos econômicos-políticos dominantes e da elite intelectual locais, toda uma produção de discursos problematizando o seu processo de urbanização. Davam conta do que ela e seus habitantes precisavam ter e fazer para atingir um desenvolvimento organizado, sistematizado, saudável e civilizado.⁵

O prédio onde funcionou a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, na rua Barão do Rio Branco, número 1321, no centro de Fortaleza, foi demolido e hoje no mesmo local há uma agência do Banco do Brasil. Já a edificação na qual o Curso de Odontologia funcionou de 1957 a 1986 permanece na praça José de Alencar e lá funciona a sede no Ceará do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Nesse cenário despontou a chamada Fortaleza Belle Époque – com início em 1860, sob os lucros do ciclo algodoeiro, até 1930 – durante a qual foi empreendida uma série de medidas no sentido do em-

belezamento da cidade, como remodelamento de praças, construções de jardins e passeios, alinhamento estético de fachadas das edificações com os estilos europeus, entre outras.

Sob o influxo desse processo de desenvolvimento econômico e urbano, lento mas constante, e animado pelo estreitamento do contato com o capitalismo moderno e da maior presença de estrangeiros na cidade, engendrou-se uma certa euforia cosmopolita-civilizatória no seio das elites sociais e intelectuais de Fortaleza, objetivando transformar a Capital à imagem e semelhança dos grandes centros urbanos do país e da Europa Ocidental. Tal implicava, para além do exercício e aprendizagem das práticas e posturas civilizadas por parte das próprias elites fortalezenses, tentar modificar o comportamento público e privado da população, levando-a a respeitar regras de convívio e condutas ditadas pelos novos padrões de socialidade urbana.⁶

Para além da fatura econômica como um motivador da construção de um cenário higienista/sanitarista em Fortaleza, havia ainda os princípios republicanos, que desde 1870 se fortaleciam no país, marcando uma transição capitalista no Brasil. Sob essa concepção, a organização dos centros urbanos, que cada vez mais se adensavam, e a prevenção de enfermidades da população não eram apenas aspectos de saúde, mas sobretudo relacionados à capacidade de força de trabalho e à

⁵ PONTE, Sebastião Rogério. Fortaleza Belle Époque – Reformas urbanas e controle social 1860-1930. 1999, p. 75-76.

⁶ PONTE, Sebastião Rogério. Op. cit., p. 134.

ideia de progresso, esta tão cara às elites burguesas ascendentes. Desse modo, uma profusão de ações nesse sentido ocorreu na capital na época, sendo bem ilustrativa a publicação, na *Revista da Academia Cearense de Letras*, do artigo “Importância da vida humana como fator de riqueza. O desenvolvimento da população da Fortaleza: sua natividade e mortalidade; taxa excessiva desta”, em 1896. O autor era Tomás Pompeu de Souza Brasil (filho), intelectual e industrial cearense.

Se a República era sinônimo de progresso, civilização, racionalidade técnico-científica e reajustamento político social, era uma noção que parecia inerente ao ideário das elites urbanas, setores indistintamente interiorizados pela ordem capitalista-civilizatória então em voga no Ocidente. Nesse sentido, os grupos de saber tornam-se uma das pilastras mestras da redenção nacional via movimento republicano. Identificados com tais pressupostos e inscritos na estreita aliança com o republicanismo, os setores médico-higienistas contavam com o que o novo poder não economizasse esforços para desenvolver o que durante a monarquia apenas se iniciou: uma efetiva ordenação social – sobretudo nas cidades – respaldada no saneamento e na higienização.⁷

Nesse mesmo ambiente histórico-social, surgiram em Fortaleza: a Inspeção de Saúde Pública do Estado do Ceará, em 1882; o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, criado pelo médico Abdenago da Rocha Lima, em 1913; a Maternidade João Moreira, implantada pelo médico Manuelito Moreira, em 1915; o Instituto Pasteur, fundado pelo farmacêutico Afonso de Pontes Medeiros e pelo médico Carlos Ribeiro, em 1918; o serviço de Saneamento e Profilaxia Rural, em 1921; o Leprosário Antônio Diogo, construído por uma sociedade mantenedora, em 1928, entre outros empreendimentos em saúde. Vale destacar ainda a atuação de Rodolfo Teófilo no combate à varíola, de 1900 a 1904, e o surgimento do Centro Médico Cearense (CMC), em 1913, que viria a ser de fundamental importância para a instalação de duas escolas superiores de saúde no Ceará: a Faculdade de Farmácia e Odontologia, em 1916, e a Faculdade de Medicina, em 1948.⁸

Os primeiros anos da república e do século XX, à vista disso, não apenas alçaram novos padrões de comportamento e ideais urbanos, como possibilitaram a configuração de uma inédita etapa no campo profissional em saúde no Ceará. Sob o crescente status conferido a esses trabalhadores e a chancela do pensamento higienista vigente, a demanda por formação acadêmica em âmbito regional foi se tornando cada vez mais forte. O farmacêutico Teófilo, com sua odisseia no combate à varíola no Ceará e a defesa do pensamento científico em diversos escritos, e o médico Studart, na articulação política de médicos, farmacêuticos e odontólogos no Centro Médico Cearense, foram personagens que contribuíram solidamente nesse processo.

⁷ PONTE, Sebastião Rogério. Op. cit., p. 97.

⁸ Com informações de BARBOSA, José Policarpo de Araújo. Saúde e poder. Uma história das instituições de saúde pública do estado do Ceará. 2017, p. 58.

Mudanças políticas e sociais

Mesmo com a estética urbana refinada e a valorização de padrões culturais inovadores para a época, a conjuntura política em Fortaleza, e no Brasil como um todo, mantinha práticas retrógradas e elitistas. A transição política do país, com o fim da monarquia brasileira, em 1889, havia dado início à chamada Primeira República ou República Velha, também conhecida por República das Oligarquias, devido à troca de favores entre o governo federal e os detentores do poderio econômico; modelo que vigorou até 1930. No Ceará, dominou o grupo político do comendador Antônio Pinto Nogueira Acioli, que conduziu o estado de 1896 a 1912.

Outra marca do governo aciolino foi a ferrenha perseguição política a seus opositores. Um dos que sofreram com esse acossamento foi o farmacêutico Rodolfo Teófilo, que, face ao desamparo em que vivia a população cearense que chegava à capital e morria às levas, desenvolveu a vacina da varíola no estado. De modo singular, o pesquisador conseguiu controlar a doença na cidade ao aplicar gratuitamente a vacina produzida por ele na população. Vendo a ação de Teófilo como uma afronta, Acioli empreendeu uma série de “punições” ao farmacêutico, indo desde o espalhamento de boatos sobre a eficácia do imunizante até a demissão do cientista de seu cargo como professor de História Natural do Liceu do Ceará.

Nesse embate entre o cientista e o político, coube a Teófilo a última gargalhada ao ver o famigerado “Babaquara” ser deposto após uma revolta popular em 1912, fato que registrou no livro *A libertação do Ceará*. A efervescência política não cessaria com o governo seguinte, do salvacionista Marcos Franco Rabelo, cujo mandato se encerraria em 1914, após o movimento golpista da Sedição de Juazeiro. Embora breve, a administração de Rabelo incorporou os ideais higienistas da época, sendo algumas das ações desse período a vacinação da população contra febre amarela e a instalação do Instituto de Proteção e Amparo à Infância. Responsável pela redução do índice de mortalidade infantil na capital, o instituto fornecia leite e atendimento médico às crianças de famílias de baixa renda de Fortaleza.

São essas circunstâncias, de agitação política, valorização da figura do profissional de saúde e cultura higienista vigente, no começo do século XX, com ênfase em 1914, que possibilitam, dois anos depois, a instalação de Faculdade de Farmácia e

Odontologia do Ceará. O elo se constrói com a definição do coronel gaúcho Fernando Setembrino de Carvalho como interventor federal no Ceará, com a saída de Rabelo. Setembrino, por sua vez, conhecera, anos antes, no ambiente das Forças Armadas, no Rio Grande do Sul, o cearense Francisco de Sá Roriz. Natural de Jardim, Sá Roriz servia em Alegrete (RS) quando conheceu Setembrino, a quem revelou os seus anseios em fundar um curso universitário. Em 1911, o oficial foi transferido a Porto Alegre e, naquele ano, levou o amigo Sá Roriz para trabalhar na mesma cidade. Uma vez na capital gaúcha, o cearense ingressou no curso de Odontologia, graduando-se, no ano seguinte, pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre.

O movimentado ano de 1914 marcaria a volta de Sá Roriz ao Ceará, em 24 de maio, ao ser designado por Setembrino de Carvalho como comandante do 1º Batalhão de Polícia. Na terra natal, em pouco tempo, o dentista passou a articular-se com outros profissionais do cenário local que almejavam a implantação de uma faculdade na área de saúde. A conjuntura para a concretização desse objetivo começava, com efeito, a se delinear, pois apenas um ano antes havia sido criado o Centro Médico Cearense, inicialmente denominado de Associação Médica e Farmacêutica, que tinha por propósito congregar médicos, farmacêuticos e dentistas na consolidação técnico-científica dessas profissões no estado.

Seis meses depois da chegada de Sá Roriz, em 22 de novembro, após uma reunião no Liceu do Ceará, o odontólogo fez parte da criação da Faculdade de Medicina Tropical, Farmácia e Odontologia. Conduzido pelo médico Eduardo Salgado, esse projeto não teria longa vida, durando poucos meses. Quase mais dois anos seriam necessários para que um empreendimento nesse sentido vingasse, e foi quando, em 1916, como clímax de um processo capitaneado por Sá Roriz, foi lavrada a ata de criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, a primeira instituição de ensino superior de saúde do estado.

Em 1965, já como parte da Universidade do Ceará, os cursos de Farmácia e Odontologia foram separados, dando origem à Faculdade de Farmácia e à Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Ceará. Em 1973, uma reforma universitária extinguiu as faculdades e reuniu os cursos no Centro de Ciências da Saúde (CCS) da UFC, do qual também fazia parte o curso de Medicina. Em 1997, houve nova mudança com a extinção do CCS, originando a atual configuração: a Faculdade de Medicina (FAMED) e a Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (FFOE), este último curso, criado em 1976.

Pioneirismo em saúde

A Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará foi criada em 12 de março de 1916, após uma reunião que teve como sede o consultório do cirurgião-dentista Raymundo Gomes, situado no centro de Fortaleza, na rua Major Facundo, número 39, altos da então Livraria Humberto. Como fundadores estão os cirurgiões-dentistas Francisco de Sá Roriz, Raymundo Gomes, Pedro Veríssimo

de Araújo, Mozart Catunda Gondim, Américo Picanço e o farmacêutico Afonso de Pontes Medeiros. Posteriormente, a esse grupo foi incluído como participante do movimento o nome do cirurgião-dentista Mamede Cirino.⁹

A aula inaugural, que versou sobre Anatomia Descritiva da Cabeça, aconteceu naquele mesmo dia, e foi ministrada pelo próprio Sá Roriz, no Centro Espírita Cearense, que também ficava na rua Major Facundo, nos altos da casa comercial do Sr. Baltazar Barreira. Do corpo discente estavam presentes apenas dois alunos do recém-criado curso de Odontologia: Cândido Meireles e José Marinho. Àquele tempo, o exame vestibular compunha-se por provas de Fran-

cês, Física, Química e História Natural.¹⁰

A primeira diretoria foi composta por Francisco de Sá Roriz, como diretor; Mozart Catunda Gondim, como 1º secretário; Pedro Veríssimo de Araújo, como 2º secretário; Raymundo Gomes, como tesoureiro; e Mamede Cirino de Lima, como bibliotecário.¹¹ O regulamento da faculdade foi apresentado no mês seguinte à fundação e determinava a abertura de uma clínica dentária de atendimento gratuito à população, que teria como finalidade a prática dos estudantes; além da

⁹ Colaboraram ainda nos primeiros anos da faculdade os farmacêuticos Joaquim Frederico Rodrigues de Andrade, Heribaldo Dias da Costa, José de Moraes Studart e Francisco Dias da Rocha, e os médicos José Odorico de Moraes, Tomás de Sousa Brasil Filho e José Nelson Catunda.

¹⁰ Conforme transcrição de trecho do Projeto nº 636-A, de 1950, avaliado pela Câmara dos Deputados: *Nos seus primórdios, a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará exigia, para efeito de matrícula nos seus cursos, que os candidatos apresentassem certificados de exames de preparatórios, expedidos por estabelecimentos equiparados ao Colégio Pedro II, e se submetessem, no estabelecimento, ao exame vestibular de Francês, Física e Química e História Natural, tudo de acordo com a Lei Orgânica do Ensino Superior, então em vigor. Mas, permitia, também, que os candidatos não portadores daqueles certificados dos exames de preparatórios os fizessem na própria Faculdade, total ou parcialmente, situação essa que perdurou por alguns anos.*

¹¹ MENEZES, José Dilson de Vasconcelos. Gotas de história da Odontologia. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2021.

conformidade de atuação da nova faculdade com regulamentos federais para a área. O atendimento na clínica se concretizaria, todavia, apenas em 1936, através de recursos oriundos de emenda parlamentar do deputado Demócrito Rocha, que fora aluno e docente da faculdade, para incremento da infraestrutura da instituição de ensino.

Em dois de outubro de 1916, o Governo do Estado reconheceu a Faculdade de Pharmacia, Odontologia e Curso de Parto do Ceará como de interesse público, através da Lei nº 1.391, sancionada pelo então presidente do estado João Thomé de Saboia e Silva. Embora estivesse presente na denominação original da faculdade, o Curso de Parto não entrou em funcionamento.

À época os cursos tinham duração de dois anos seguindo as diretrizes nacionais presentes na reforma Eptácio Pessoa, ocorrida em 1901. Entre outros direcionamentos, além de definir a duração dos cursos superiores, essa reforma educacional possibilitou que instituições privadas de ensino pudessem outorgar diplomas caso equiparassem seus currículos às determinações federais e, ainda, se submetessem à fiscalização pelo governo.

Desse modo, os alunos de Farmácia viam no primeiro ano as disciplinas de História Natural, Química Inorgânica, Física e Farmacologia; e Química Orgânica, Química Analítica e Arte de Formular, no segundo. Já na Odontologia, no primeiro ano eram estudadas Anatomia Descritiva da Cabeça, Histologia, Fisiologia e Patologia Dentária; e Anatomia Médico-Cirúrgica, Higiene da Boca, Clínica Odontológica e Prótese Dentária, no ano de conclusão. A fiscalização estadual foi concedida em dois de outubro de 1917, com a Lei nº 1.458, garantindo então aos seus concluintes a validade legal do diploma em todo o território do estado e dispondo-lhes, “para efeito de exercício da profissão, os direitos e privilégios conferidos pelas leis do Estado aos titulados em Farmácia e em Odontologia pelas Faculdades oficiais da República”.

O corpo docente da incipiente Faculdade de Farmácia e Odontologia foi composto por nomes de relevo no panorama local em saúde, e o Centro Médico Cearense foi um dos celeiros desse quadro, com os profissionais: Américo de Marães Picanço (cirurgião-dentista), que ministrou a disciplina de Terapêutica; José Odorico de Moraes (médico), que lecionou Anatomia Microscópica; Raymundo Gomes (cirurgião-dentista), que conduziu a disciplina de Prótese Dentária; Mamede Cirino de Lima (cirurgião-dentista), que deu aulas sobre Anatomia Médico-Cirúrgica; e Afonso de Pontes Medeiros (farmacêutico), responsável pela disciplina Arte de Formular. Raymundo Gomes, Mamede Cirino e Afonso de Pontes Medeiros, além do pioneirismo com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia, figuravam entre os fundadores do Centro Médico Cearense, em 1913.

Posteriormente, outro integrante do CMC que atuou como docente da Faculdade de Farmácia e Odontologia foi o médico João Otávio Lobo, em 1919. Anos mais tarde, Lobo teria também forte atuação na criação da Faculdade de Medicina do Ceará, em 1948. Mais um nome de destaque no meio científico no Ceará que atuou como professor da faculdade é o do naturalista Francisco Dias da Rocha, que chegou a doar algumas peças de seu museu de história natural à instituição.

Em 1919, os cursos da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará passaram a ter duração de três anos, e seus professores começaram a receber salários, no valor de 50 mil réis. Até esse ponto o trabalho havia sido feito de maneira praticamente voluntária, com os funcionários realizando a doação de seus vencimentos à escola superior para a compra de materiais e equipamentos.

Fechamento e equiparação

Dias de incerteza foi o que trouxe a década de 1930 para o funcionamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará. Apenas um ano decorrido da crise da quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, que se refletiu em uma verdadeira dissolução do pacto político vigente até então (República das Oligarquias), subiu ao poder o gaúcho Getúlio Vargas. Com isso, findou-se a República Velha e teve início a Era Vargas, resultando em profundas transformações na organização do ensino superior brasileiro.

A primeira e mais evidente mudança foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, que promoveu a centralização das políticas educacionais do país; antes a educação era de responsabilidade dos estados, que possuíam autonomia financeira e pedagógica para tanto. Em 1931, ocorreu a reforma Francisco Campos, conduzida pelo primeiro ministro da Educação e Saúde da Era Vargas, que dá nome ao movimento. Essa reforma suscitou uma estruturação nacional do ensino superior que, entre outras medidas, determinou: a criação do Conselho Nacional da Educação; a instituição do Estatuto das Universidades Brasileiras – Lei Francisco Campos; a definição de moldes de ensino para as faculdades; e a readequação do sistema de inspeção federal.

Nesse contexto, em 1930, a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, que tinha funcionado como escola livre até aquele momento, não conseguiu a sua equiparação federal, por não estar de acordo com as determinações do recém-criado Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1930). A fiscalização estadual concedida em 1917 também foi suspensa. Com isso, muitos estudantes transferiram-se para instituições de outros estados, todavia os docentes decidiram manter a escola superior aberta e seguiram a ministrar aulas aos que ficaram. Teve aí início a campanha, ao longo da década, em busca

da retomada das fiscalizações e da equiparação federal. Com esse intuito, foram feitas reformas estruturais no prédio, construídos gabinetes dentários, laboratórios farmacêuticos e uma pequena farmácia-escola, e introduzidas novas disciplinas no currículo. O objetivo era adequar-se às demandas da reforma Francisco Campos e, com isso, obter a equiparação federal.

Em 1932, o governo provisório determinou que fosse feita uma inspeção para efeitos de fiscalização preliminar, que não ocorreu sob a justificativa de “deficiência de relatório”. Dois anos depois, em 1934, foi autorizada uma fiscalização preliminar após nova inspeção e relatório apresentado por Severino Cabral Sombra, fiscal federal. As tentativas de equiparação seguiram até 1937, quando ocorreu uma pausa de dois anos devido às agitações políticas do período do Estado Novo. Em 1939, houve a retomada da campanha, que teria êxito em 1940, através do Decreto nº 5.205, de 31 de janeiro de 1940, concedendo “reconhecimento aos Cursos de Farmácia e Odontologia do Ceará”, assinado pelo presidente Getúlio Vargas e pelo ministro da Educação Gustavo Capanema.

Em 20 de dezembro de 1947, a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará foi encampada pelo Governo do Estado do Ceará, através do Decreto nº 833, assinado pelo governador Faustino Albuquerque e Souza. Em 2 de agosto do ano seguinte, pela Lei nº 256, o patrimônio da instituição foi incorporado ao domínio do estado, como movimento final de polêmica entre o governador Faustino Albuquerque e o professor Raymundo Gomes, cujo entendimento era o de que o patrimônio da faculdade deveria pertencer aos sócios-fundadores.

A federalização da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará deu-se em 4 de dezembro de 1950, com a Lei nº 1.254, que dispôs sobre o sistema federal de ensino superior, assinada pelo presidente Eurico Gaspar Dutra. Com essa lei, também foi federalizada a Faculdade de Direito do Ceará, criada em 1903. Quatro anos depois, a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará foi integrada à Universidade do Ceará, conforme a Lei nº 2.373, de 16 de dezembro de 1954.

Sedes

Diversas sedes abrigaram as atividades da instituição, sendo a primeira localizada na rua Senador Pompeu, esquina com São Paulo, onde funcionou até 1920; mudou para a edificação na rua Guilherme Rocha com Senador Pompeu no ano seguinte e, em 1924, funcionou em uma casa térrea na rua Guilherme Rocha, esquina com Senador Pompeu, todas no centro de Fortaleza.¹² Em 1925, a faculdade passou a ter sede própria, através de doação do médico Carlos Ri-

¹² MENEZES, José Dilson de Vasconcelos. Op. cit.

beiro – docente da Faculdade de Farmácia e Odontologia – que adquirira o prédio do Clube Iracema, localizado na rua Barão do Rio Branco, 1321, com o propósito de doá-lo à faculdade. Em 1957, o curso de Odontologia transferiu-se para o antigo prédio da Faculdade de Medicina do Ceará, localizado na rua Liberato Barroso, às margens da praça José de Alencar, também no centro da capital. O curso de Farmácia permaneceria na sede original própria até 1967, quando passou a funcionar no Porangabuçu, próximo à Faculdade de Medicina. A transferência da Odontologia para o Campus do Porangabuçu aconteceria quase 20 anos depois, em 1986, após uma tentativa frustrada de construção das suas instalações no Campus do Pici, em 1979.

Aula da caveira

Do grupo de fundadores da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, dois eram adeptos da doutrina espírita: Afonso de Pontes Medeiros, que integrou a diretoria do Centro Espírita Cearense, e Francisco de Sá Roriz, que chegou a presidi-lo em 1916. Daí explica-se a escolha da sede do centro espírita como local para a primeira aula da recém-criada faculdade. Ocorrida em um espaço no qual a conexão entre vivos e mortos é uma premissa, a disciplina inaugural teve uma caveira como personagem principal, detalhe que deu margem à imaginação de Cândido Meireles, um dos dois alunos presentes.

Releva esclarecer que, desde a aula inaugural, tinha eu já um companheiro de estudos – o segundo matriculado – era ele José Marinho, natural do Rio Grande do Norte, que efetivamente, formou-se por esta escola, e é hoje um profissional digno e competente. Tenho bem nítida ainda na lembrança a impressão que me deixou aquela primeira aula do professor Sá Roriz, na sede do Centro Espírita, onde por material didático encontravam-se apenas um quadro negro e uma caveira, deixando parecer que estávamos ali mais para uma sessão de finalidades mediúnicas.¹³

Apesar de ser um dos dois primeiros alunos, Cândido não se graduou com a primeira turma de 1917 por problemas de saúde, colando grau apenas no ano seguinte, em 1918.

Vanguarda feminina

Nos diversos escritos sobre a primeira turma de formandos da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, os nomes da turma de “odontolandos”, como assim eram chamados na época, se repetem. Já no caso da Farmácia, os nomes citados nem sempre são os mesmos e até o número de “farmacolandos” oscila entre oito e nove concludentes. Ainda que divergentes quanto aos nomes, há uma semelhança quanto a um fator: em nenhum desses textos – livros, revistas, matérias de jornais, artigos e relatos – encontra-se a presença de uma mulher.

¹³ OLIVEIRA, Franklin Fernandes de. Odontologia no Ceará fez raízes há 65 anos. Correio do Ceará, 1981.

Curiosamente, nos registros históricos da própria Faculdade de Farmácia e Odontologia, na pasta assinalada com o ano de 1918, verifica-se um nome que não aparece em nenhuma dessas publicações, da primeira mulher graduada em Farmácia em um curso do Ceará: Antônia da Costa Araújo (1891-1968). Não se sabe ao certo qual o motivo do desaparecimento do nome de Antônia das diversas publicações sobre a história da faculdade e dos formandos da primeira turma de Farmácia, nem tampouco pode-se explicar por qual razão ela é citada de forma masculina como Antônio Araújo em alguns desses textos, levando-se em consideração que todo o seu histórico escolar está salvo nos arquivos da faculdade. Todavia, é possível compreender que a invisibilização dos feitos femininos ao longo da história é bem mais constante do que se possa imaginar.

No relato do bisneto, o também farmacêutico e conselheiro do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Egberto Feitosa Filho, Antônia foi uma mulher muito à frente do próprio tempo como primeira farmacêutica do Ceará. Após terminar o curso, ela se casou com o cirurgião-dentista Manoel Trajano Borges, seu contemporâneo de faculdade e formado pela primeira turma de Odontologia, e ambos se mudaram para Tauá, no sertão dos Inhamuns. Lá ela fundou a Pharmacia Araújo, com uma filial em Limoeiro do Norte, sua cidade natal, e administrou o negócio por quase 50 anos. Na filial em Limoeiro, uma curiosidade: nos arquivos da família, há uma antológica foto dos anos 1920 da farmacêutica na frente do estabelecimento com o bando do cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião.

Em Tauá, ela se tornou referência, pois, na falta de médicos no interior naqueles tempos, o povo ia pedir orientações de saúde no balcão da farmácia. Atualmente, na cidade há nomes de rua, praça e de um posto de saúde em memória de Antônia da Costa Araújo. Ela inauguraria o ofício também na própria família, que está na quarta geração de farmacêuticos. “Estamos falando em farmácia na sua essência da palavra, não como como a conhecemos hoje, essa farmácia vendendo medicamentos industrializados. Estamos falando da farmácia de manipulação, o que ela (*a bisavó Antônia Araújo*) tinha na época. A alma da profissão de farmacêutico é a farmácia de manipulação, porque você pega a matéria-prima, o produto bruto, lapida e transforma em medicamento de forma personalizada para cada cliente, para cada paciente, de acordo com a prescrição médica”, pontua Egberto Feitosa Filho.¹⁴

¹⁴ Entrevista concedida aos autores em fevereiro de 2021.

Grupo de estudos

O odontólogo e professor emérito José Dilson Vasconcelos de Menezes, que deu aulas no Curso de Odontologia da UFC de 1956 a 1990, é o cirurgião-dentista com o primeiro registro profissional no estado do Ceará, o CRO 001. Aos 90 anos de idade, o veterano recorda de um grupo de dentistas recém-formados que, em meados dos anos 1950, integravam o “boia-clube”. Aos sábados, cinco jovens se encontravam para almoçar em um restaurante próximo ao edifício São Pedro, na Praia de Iracema, e se atualizavam sobre os avanços técnicos e científicos da área por meio de leituras comentadas de publicações estrangeiras. Desse seletivo grupo, quatro trabalhavam como docentes da Universidade Federal do Ceará: Dilson Menezes, João Nunes Pinheiro, João Hildo de Carvalho Furtado e Edson Lima Gomes. O quinto integrante, Carlos Alberto Maciel, tornou-se servidor do Ministério da Saúde.

“A gente ia almoçar lá para trocar figurinha. Naquela época, você assinava uma revista, só recebia o primeiro número e depois desapareciam as edições seguintes. Os livros de Odontologia eram traduzidos do inglês para o espanhol pela editora *El Ateneo*, de Buenos Aires. A gente estudava Anatomia, Fisiologia, Histologia, cadeiras básicas, e as clínicas de Prótese, de Cirurgia. Era cada volume assim (*gesticula*) em espanhol. Foi valioso, porque isso nos deu uma segurança. Aspirávamos progredir profissionalmente, e veio por acréscimo a universidade”, recorda o Prof. Dilson.¹⁵

Coleção

O Prof. Luiz Gomes Nogueira (1931-2020) tinha por hábito guardar os convites de formatura das turmas de Odontologia da antiga Faculdade de Farmácia e Odontologia (FFO) e da UFC desde os anos 1950. Memorialista e colecionador, graduou-se em 1963, tornou-se professor dois anos depois e ministrou a disciplina de Cirurgia Bucocomaxilofacial até a aposentadoria compulsória aos 70 anos, em 2001. Muitos materiais coletados por ele foram doados ao acervo do Museu da Academia Cearense de Odontologia (ACO), sendo parte deles

¹⁵ Entrevista concedida aos autores em janeiro de 2021. O Prof. Dilson faleceu poucos meses depois, em julho de 2021.

exposta nas festividades do Centenário da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, em 2016.

As peças da coleção assumem diversos formatos, como panfletos, rolos de cortiça e pequenas réplicas de placas de formatura. Aos convites, o Prof. Luiz escrevia lembretes, nomes e contatos dos formandos e, ainda, anexava fotos 3x4 dos dentistas. Tudo acondicionado em envelopes, pastas e caixas de papelão, para tentar resistir à passagem inclemente do tempo. De acordo com o filho, Alexandre Nogueira, esse acervo reúne dados da “geração de ouro” da Odontologia cearense e denota o engajamento de Luiz Nogueira no registro da história da categoria no Ceará. O próprio Alexandre seguiu o caminho traçado pelo pai nos ofícios de dentista e professor da UFC em duas fases: a primeira em 2006, com a implantação do Curso de Odontologia no Campus da UFC em Sobral, e a segunda, desde 2013, na atual FFOE, em Fortaleza.

Antes da pandemia de covid-19, os convites eram um negócio cinematográfico, desse tamanho (gesticula), colorido, foto de praia, foto disso, foto daquilo. Perdeu a essência do que era antigamente. O meu pai tinha, por exemplo, o convite dos dentistas do ano de 1951 e a foto do jubileu de ouro dessa turma, em 2001. Ele tinha sempre essa ligação e esse cuidado de buscar os dentistas, os familiares, e de juntar as coisas de cada turma, compartilha Alexandre Nogueira.¹⁶

Análise peculiar

Desde os primeiros anos de funcionamento, a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará já se destacava em atividades para além do ensino, como narram os registros históricos de ofícios da instituição. Um dos serviços prestados desde o começo era a de análise química, e foi para esse trabalho que os profissionais da faculdade foram solicitados em uma demanda peculiar: o exame químico de duas porções de farinha de mandioca, segundo o registro de nº 28, de 10 de julho de 1918, que detalha solicitação feita pelo delegado do 2º distrito, José Amaro Coêlho Cintra:

Tendo sido, a comissão abaixo, incumbida pelo Sr. Dr. Director da Faculdade de Pharmacia e Odontologia d’este Estado, de proceder a exame chimico em duas porções de farinha de mandioca, remetidas pela delegacia que se acha a cargo de V.Sa. no intuito de saber si a mesma continha substância toxicas, vem, de ordem da mesmo Director, desempenhar-se da honrosa incumbência que lhe fôï commettida.

¹⁶ Entrevista concedida aos autores em fevereiro de 2021.

Embora os escritos denotem o interesse da equipe designada em analisar o produto solicitado, o trabalho contou com amostras de má qualidade enviadas pela autoridade policial que, na ocasião, investigava um suposto caso de envenenamento. Ao final dos estudos, foi verificado que a farinha não possuía ácido cianídrico, substância tóxica encontrada na chamada mandioca brava. O relato desse processo, constante nos arquivos da faculdade, desperta um particular interesse em sua leitura pelo detalhismo um tanto jocoso aos olhos de hoje:

Cumprimos o dever de, antes de tudo, declarar a V.Sa. que, as porções de substancia a examinar nos chegaram sem silos e lacres, sem nenhum indício de que se tivesse tomado precauções bastantes para evitar substituições, sem indicação de espécie alguma de modo a nos ser impossível assegurar termos examinado uma substancia referente a tal ou qual processo. Além disso, juntamente com a farinha remetida, por esta delegacia, vinham pedaços de estopas, cordão, papel, etc, e uns pequenos pedaços de um tuberculo que, a julgar pelo exame physico, deve ser de mandioca (manihot utilis-sima). Entretanto, a esse respeito nada pode assegurar esta comissão em consequencia da pequena quantidade de material que lhe foi fornecido.

Assina o documento a comissão formada por Joaquim Frederico Rodrigues de Andrade, José de Morais Studart e Heribaldo Dias da Costa, destacando “a satisfação por ter podido, a Faculdade de Pharmácia e Odontologia, na modestia de sua vida operosa, prestar mais uma vez os seus serviços em auxilio à causa do bem publico”.¹⁷

¹⁷ Livro de registros da Faculdade de Pharmacia e Odontologia do Ceará, 10 de julho de 1918.

Personalidades históricas

Vicente Cândido Figueira de Saboia, Visconde de Saboia (1835–1909)

Médico, cirurgião, professor cearense e patrono da cadeira nº 63 da Academia Nacional de Medicina. Diretor honorário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (atual UFRJ), médico do Paço Imperial e autor da reforma Saboia, assinada por Dom Pedro II como Decreto nº 9.311, de 25 de outubro de 1884, que criou os cursos de Odontologia no Brasil. Por causa disso, no dia 25 de outubro se celebra o Dia do Dentista no Brasil. Visconde de Saboia trouxe diversas contribuições ao ensino médico e à cirurgia, tendo introduzido no país a técnica francesa de engessar membros fraturados e o método antisséptico do escocês Joseph Lister. Era sócio correspondente da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico. Também participou de agremiações científicas internacionais, como membro titular da Sociedade de Obstetrícia de Londres (Inglaterra) e correspondente da Academia de Ciências de Lisboa (Portugal), da Sociedade de Cirurgia de Paris (França), da Academia de Medicina de Paris e da Real Academia de Medicina de Roma (Itália). Em 2007, o Curso de Medicina da Universidade Federal do Ceará – Campus Sobral ergueu uma estátua em sua homenagem. No ano seguinte, foi instituída pela UFC – Sobral a Medalha Visconde de Saboia para premiar pessoas que tenham prestado relevantes serviços à medicina e à educação médica.

Francisco de Sá Roriz (1867–1925)

Cirurgião-dentista, militar, fundador da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, tendo sido o seu primeiro diretor (1916-1918), e professor de Anatomia. Formou-se em Odontologia pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre (atual UFRGS) em 1912. Dois anos depois, retornou ao Ceará a convite do interventor Setembrino de Carvalho. Participou do projeto de concepção da Faculdade de Medicina Tropical, Farmácia e Odontologia, que durou poucos meses em 1915 e, no ano seguinte, da criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, que, em 2021, celebrou 105 anos de existência. Foi designado o patrono da Academia Cearense de Odontologia (ACO) em 1984, no centenário de criação dos cursos de Odontologia no Brasil. Em 2018, a Câmara Municipal de Fortaleza criou a Medalha de Mérito Odontológico Francisco de Sá Roriz para condecorar dentistas de destaque na capital cearense.

Pedro Veríssimo de Araújo (1882–1966)

Dentista, músico, maestro, advogado, jornalista e professor. Aos 14 anos de idade, ingressou no Seminário da Prainha, em Fortaleza, onde estudou Filosofia e Música, além de ter feito o curso preparatório e participado da banda de música da instituição. Não tendo sido ordenado padre, trabalhou no comércio e se mudou para o Rio de Janeiro (RJ). Graduou-se em Odontologia pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (atual UFRJ) em 1912. De volta a Fortaleza, ingressou na Polícia Militar do Ceará como tenente e cirurgião-dentista, também atuando como maestro da Banda de Música da PM-CE. Integrou o grupo de fundadores da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará em 1916, e foi professor homenageado pela primeira turma de Odontologia em dezembro de 1917. Nessa primeira fase, deu aulas de Clínica Odontológica e elaborou para o Governo do Ceará o estudo preventivo de cáries “A higiene bucal nas escolas”. Em 1924, formou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará, dedicando-se posteriormente à advocacia. Colaborou com a imprensa local, no jornal *O Povo*, e com as principais publicações científicas do seu tempo, como *Chrysalida*, *Polymathica* e *Ceará Odontológico*. Foi fundador e primeiro presidente da Sociedade Musical Henrique Jorge e do Centro Odontológico Cearense (atual Associação Brasileira de Odontologia – seção Ceará/ABO-CE). É o patrono da cadeira nº 35 da Academia Cearense de Odontologia (ACO).

Raymundo Gomes (1879–1961)

Dentista, professor e músico. Formou-se em Odontologia pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (atual UFRJ) em 1907. Era conhecido por tocar diversos instrumentos musicais, como órgão, piano, gaita de boca, clarineta e flauta. Após a graduação, voltou a Fortaleza e estabeleceu um consultório odontológico no prédio situado na esquina entre as ruas Major Facundo e São Paulo, no Centro. O local sediou, em 1916, a primeira reunião para a fundação da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará. Catedrático da disciplina de Prótese Dentária, Gomes foi o patrono da primeira turma de Odontologia, que terminou o curso em 1917. É patrono da cadeira nº 37 da Academia Cearense de Odontologia. Raymundo Gomes dá nome ao Centro Acadêmico (CA) do Curso de Odontologia da FFOE-UFC em Fortaleza.

Demócrito Rocha (1888–1943)

Cirurgião-dentista, jornalista, empresário, político, escritor e professor. Nascido em Caravelas (BA), radicou-se em Fortaleza a partir de 1912. Formou-se odontólogo pela Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará em 1921, tornando-se professor da instituição no ano seguinte. Fundou o jornal *O Povo* em 1928, o mais antigo veículo de imprensa cearense ainda em circulação. Foi eleito deputado federal em 1934 e, durante o seu mandato, interrompido pelo Estado Novo, direcionou verbas de emendas parlamentares para investimentos em infraestrutura da Faculdade de Farmácia e Odontologia. Integrou a Academia Cearense de Letras e o Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico. Demócrito Rocha nomeia um bairro na capital cearense, além de uma fundação cultural e uma editora.

Aílton Gondim Lóssio (1913–1994)

Cirurgião-dentista, advogado, professor e gestor universitário. Graduou-se odontólogo pela Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará em 1937, e, em 1942, foi bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará. Em 1948, ingressou como docente de Metalurgia e Química aplicadas ao curso de Odontologia, tornando-se catedrático dessa disciplina. De 1960 a 1965, foi diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia, e, no período de 1965 a 1968, dirigiu a Faculdade de Odontologia. Em 1968, assumiu o cargo de vice-reitor da UFC na gestão do reitor Fernando Leite. Entre os anos de 1972 e 1978, atuou como vice-presidente do Conselho de Curadores da UFC. É acadêmico fundador e patrono da cadeira nº 1 da Academia Cearense de Odontologia (ACO).

Francisco Wilson de Vasconcelos Dias (1921–2006)

Dentista, professor e gestor. Acadêmico titular fundador, patrono da cadeira nº 9 e presidente da Academia Cearense de Odontologia (ACO) por dez mandatos. Wilson Dias atuou na gestão da entidade desde a fundação da ACO, em 1984, até falecer em 2006. Graduou-se pela Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará em 1944. Ingressou como professor da UFC em 1956. Fundou e foi o primeiro presidente do Centro de Estudos dos Assistentes da Faculdade de Farmácia e Odontologia. Na Secretaria da Saúde do Ceará (SESA), criou e dirigiu por 19 anos o Centro de Treinamento Odontológico (CTO, atual Centro de Especialidades Odontológicas – CEO), equipamento de referência para capacitação de dentistas e assistência à saúde bucal no estado, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Teve uma liderança bastante ativa em entidades classistas, como a Associação Brasileira de Odontologia – seção Ceará, o Conselho Regional de Odontologia do Ceará, o Sindicato dos Odontologistas do Ceará e a Cooperativa dos Odontólogos do Ceará, sendo fundador e primeiro presidente desta última. A ACO instituiu a Medalha Wilson de Vasconcelos Dias para premiar personalidades de destaque no meio odontológico. A memória de Wilson Dias foi também celebrada com o nome do Centro Acadêmico (CA) do Curso de Odontologia do *Campus* da UFC em Sobral.

Pedro Teixeira Barroso (1925–1979)

Dentista, professor e gestor. Foi o 4º reitor da Universidade Federal do Ceará, exercendo o mandato de 1975 a 1979. Formado em Odontologia pela Faculdade de Medicina do Recife (atual UFPE) em 1948, atuou como dentista em consultório particular, no Serviço Social da Indústria (SESI), na Legião Brasileira de Assistência (LBA) e na Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC-CE). Ingressou na UFC em 1956, como auxiliar de ensino da 2ª cadeira de Clínica Odontológica. Após a reforma universitária, tornou-se professor da disciplina de Dentística Restauradora Clínica II. Na gestão da UFC, ocupou os cargos de vice-diretor e diretor da Faculdade de Odontologia, coordenador do Curso de Odontologia e pró-reitor de Assuntos Estudantis. Foi presidente da Cooperativa Mista de Odontólogos do Ceará e também integrante do Conselho de Ensino e Pesquisa, da Associação dos Professores de Ensino Superior do Ceará (APESC). Durante o seu reitorado, recebeu os títulos de Cidadão de Fortaleza, de professor emérito da UFC, a Medalha Thomaz Pompeu, da Academia Cearense de Letras (ACL); a Medalha Jurandir Picanço, da Faculdade de Medicina da UFC; e a Medalha da Libertação, do Governo do Acre. É o patrono da cadeira nº 34 da Academia Cearense de Odontologia (ACO).

João Hildo de Carvalho Furtado (1933–1997)

Cirurgião-dentista, professor e gestor. Graduiu-se em Odontologia pela Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará em 1953. Ingressou no mestrado da Universidade Federal do Ceará em 1956, como professor auxiliar da disciplina de Prótese Bucal-Maxilo-Facial. Como professor assistente, criou e lecionou a disciplina de Cirurgia e Traumatologia Bucal-Maxilo-Faciais. Tornou-se professor titular da Instituição em 1980, aposentando-se em 1990, e, dois anos depois, recebeu o título de professor emérito e a Medalha de Mérito Educacional da UFC. Entre os anos 1960 e 1980, exerceu diversos cargos de gestão na universidade, como diretor da Revista do Curso de Odontologia, diretor do Serviço de Fotodocumentação do Curso de Odontologia, membro da Comissão Executiva do Vestibular (CCV), presidente do Centro de Estudos dos Docentes do Curso de Odontologia, chefe das clínicas e diretor da Policlínica Odontológica, chefe do Departamento de Cirurgia Odontológica e coordenador do Curso de Odontologia da UFC. Foi dirigente de várias entidades classistas, atuando como presidente do Sindicato dos Odontólogos do Ceará, vice-presidente e presidente do Centro Odontológico Cearense, posteriormente renomeado como Associação Brasileira de Odontologia – Seção Ceará (ABO-CE),

presidente do Conselho Federal de Odontologia (CFO) por três mandatos, fundador e conselheiro do Colégio Brasileiro de Cirurgia e Traumatologia Bucal-Maxilo-Faciais. Integrou ainda a Academia Brasileira de Medicina Militar e o Colégio Internacional de Dentistas, com sede nos Estados Unidos. O Prof. João Hildo foi membro da Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO), da Comissão Nacional de Odontologia do Ministério da Saúde e consultor da Organização Mundial da Saúde (OMS) para as Américas do Sul e Central. Recebeu importantes prêmios, como o de Comendador da Ordem do Rio Branco em 1995, das mãos do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e a Placa de Prata da Associação de Médicos Dentistas de Portugal (AMDP), além de diversas comendas de sociedades, associações e conselhos de Odontologia de todo o Brasil por relevantes serviços prestados. Para honrar o seu legado, foi homenageado por duas escolas públicas municipais em Fortaleza, ambas no bairro Aracapé, sendo uma de educação infantil e outra de ensino fundamental (CEI e EMEIF João Hildo de Carvalho Furtado). É acadêmico fundador e patrono da cadeira nº 12 da Academia Cearense de Odontologia (ACO).

João Nunes Pinheiro (1929–1995)

Cirurgião-dentista, professor e gestor. Formado em Odontologia pela Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará em 1953, tendo sido o orador oficial da turma. Ingressou como professor da Universidade Federal do Ceará em 1959, e se aposentou em 1988. No Curso de Odontologia da UFC, ministrou as disciplinas de Endodontia, Diagnóstico Oral, Periodontia e Clínica Integrada. De 1975 a 1979, na gestão do reitor Pedro Teixeira Barroso, atuou como pró-reitor de Assuntos Estudantis da UFC e contribuiu com a instalação do Restaurante Universitário, do Serviço Médico-Odontológico da universidade e também com a construção do Centro Esportivo do Campus do Pici Prof. Prisco Bezerra. No Conselho Federal de Odontologia (CFO), exerceu as funções de conselheiro, vice-presidente e secretário-geral, e é de sua autoria a proposta da Resolução CFO nº 96/1976, que cria o Dia do Cirurgião-Dentista brasileiro, celebrado anualmente em 25 de outubro, em referência à data de fundação do primeiro curso de Odontologia no país, no Rio de Janeiro. Em 1984, foi acadêmico titular fundador da Academia Cearense de Odontologia (ACO), sendo patrono da cadeira

nº 13. Presidiu a Sociedade Brasileira de Periodontologia (SOBRAPE) em dois mandatos, de 1989 a 1991 e de 1991 a 1993, tendo fundado a revista científica *Periodontia*, que segue em circulação. Ainda no ano de 1993, recebeu a Medalha Luiz César Pannain, do Sindicato de Odontologistas do Estado de São Paulo (SOESP), pelo destaque nacional na área de Periodontia. Em tributo ao seu legado, há uma escola municipal de ensino fundamental em Fortaleza, no bairro Conjunto Ceará (EMEIF João Nunes Pinheiro). Foi instituída, pela Lei Municipal nº 10.666/2018, a Semana Branca de Odontologia, que coincide com o aniversário de nascimento do Prof. João Nunes, 22 de setembro, com uma série de ações de promoção da saúde bucal na capital cearense. Na mesma data (22/09), o Curso de Odontologia da UFC realiza todo ano o PerioDay – Dia de Prevenção e Diagnóstico Precoce das Doenças Periodontais, em memória ao seu primeiro docente de Periodontia e personalidade nos campos de diagnóstico e tratamento das doenças periodontais tanto no estado do Ceará como no Brasil.

José Dilson Vasconcelos de Menezes (1930–2021)

Cirurgião-dentista, professor, escritor e gestor. Graduou-se em Odontologia pela Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará (atual FFOE/UFC) em 1952. Ingressou no magistério superior da UFC em 1956 como assistente da primeira cadeira de Clínica Odontológica e, posteriormente, assumiu a disciplina de Odontologia Legal e Ética Profissional. Possuía o registro do Conselho Regional de Odontologia CRO-CE 001, por ter implantado e presidido a entidade nos anos 1967 e 1968. Atuou como vice-diretor do Centro de Ciências da Saúde da UFC no período de 1976 a 1980. Fundador da Academia Cearense de Odontologia (ACO), em 1984; com a sua morte, tornou-se patrono da cadeira nº 16. Ao todo, dedicou 50 anos à docência, aposentando-se como professor adjunto da UFC em 1990. Lecionou Bioética e Ética e Legislação Odontológicas em cursos de especialização até 2006. Referência nacional e internacional no ensino odontológico, publicou oito livros e 65 artigos científicos. De 1977 a 1981, integrou a comissão técnica de consultores de odontologia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Exerceu os cargos de diretor executivo da Asociación Latino Americana de Facultades de Odontología (ALAFO – Associação Latino-Americana de Facultades de Odontologia) e de secretário da Associação Pan-Americana de Periodontologia. Na década de 1990, contribuiu com a criação dos

cursos de Odontologia da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e das Faculdades Integradas da Região Tocantina, em Imperatriz (MA). Além do título de professor emérito da UFC (2007), Dilson Menezes recebeu diversas comendas, como a Medalha e Diploma de Honra ao Mérito Profissional Dr. Luiz César Pannaim (1983) e a medalha comemorativa do centenário de instituição do ensino odontológico no Brasil (1984), ambas conferidas pelo Sindicato dos Odontologistas de São Paulo; a Medalha de Honra ao Mérito Odontológico, do Conselho Federal de Odontologia (CFO, 2003); o Diploma de Mérito da Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO, 2006); e a Medalha Wilson de Vasconcelos Dias, da Academia Cearense de Odontologia (ACO, 2014). Outras honrarias incluem a placa da Assembleia Legislativa do Ceará pelo centenário da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem da UFC (1916-2016) e a Medalha de Mérito Odontológico Dr. Francisco de Sá Roriz (2018), atribuída pela Câmara Municipal de Fortaleza. Publicou obras como *Profissão e educação odontológicas*, *Um século de ensino odontológico*, *Um sonho de 23 anos*, *Conceituação e fiscalização do exercício profissional* e *Roteiro histórico da Odontologia no Ceará*. Em 2021, deixou no prelo para ser publicado pela Imprensa Universitária o livro *Gotas de história da Odontologia*, que registra episódios históricos da carreira odontológica no contexto cearense.

Antônio Rodrigues Ferreira, Boticário Ferreira (1800–1859)

Boticário, político, administrador público e filantropo. Nascido em Niterói (RJ), estabeleceu-se em Fortaleza em 1825. Começou a trabalhar como caixeiro para o vice-cônsul e negociante português Manoel Caetano de Gouvêa. Abriu sua própria botica na rua da Palma (atual rua Major Facundo), no Centro, e começou a fabricar remédios. O estabelecimento se tornou um ponto de encontro da intelectualidade e de debates públicos em meados do século XIX. Ingressou na vida política em 1848 como vereador. Chegou à presidência da Câmara Municipal e foi prefeito de Fortaleza. Ajudou a construir a Santa Casa de

Misericórdia e estruturou a expansão urbana da cidade, posta em prática a partir dos planos urbanísticos do engenheiro Silva Paulet e do arquiteto Adolfo Herbster. Após a sua morte, a Praça Municipal se tornou a praça do Ferreira, cartão-postal da cidade. A Câmara Municipal de Fortaleza o homenageia com a Medalha Boticário Ferreira, principal comenda do Legislativo destinada a pessoas que tenham prestado relevantes serviços para a sociedade fortalezense.

Rodolfo Marcos Teófilo (1853–1932)

Cientista, farmacêutico, sanitarista, escritor, inventor, professor e ativista político. Nascido em Salvador (BA), com menos de um mês de vida veio morar no Ceará. Perdeu a mãe, dona Antônia Josefina Sarmiento, aos 4 anos de idade, e o pai, o médico Marcos Teófilo, aos 11. Com muitas dificuldades, aos 14 anos, teve de trabalhar para sustentar a madrasta e cinco irmãos. Rodolfo trabalhou como caixeiro e auxiliar de serviços gerais na Casa Albano, comércio do Barão de Aratanha, enquanto estudava à noite. Formou-se em Farmácia pela Faculdade de Medicina da Bahia (atual UFBA), em 1875. Por vinte anos, atuou como professor de História Natural, Mineralogia, Geografia e Meteorologia do Liceu do Ceará. Ao lado de João Cordeiro e Maria Tomásia, participou ativamente da campanha abolicionista, o que lhe rendeu, em 1884, a honraria de Oficial da Ordem da Rosa, concedida pelo imperador Dom Pedro II. Integrou importantes movimentos artísticos como o Centro Literário, o Clube Literário e a Padaria Espiritual, nesta última como padeiro-mor, sob o pseudônimo de Marcos Serrano. É o

inventor da cajuína e ainda desenvolveu fórmulas de soro antiofídico e de uma vacina contra a varíola, que distribuía gratuitamente para a população pobre assolada pelas secas, ao mesmo tempo que denunciava o descaso das autoridades. Apesar da resistência da oligarquia Acioli e da difamação sofrida pela imprensa situacionista, Teófilo conseguiu erradicar a doença no estado. Pela sua atuação em favor da saúde pública, o Congresso Nacional lhe conferiu o título de “Varão Benemérito da Pátria”. Foram a ele dedicados os livros *Aves de Arribação*, de Antônio Sales, e *Geografia da Fome*, de Josué de Castro. Teófilo foi membro fundador da Academia Cearense de Letras, do Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sua obra literária possui 28 títulos, entre romances, ensaios científicos, coletâneas e poesia. Rodolfo Teófilo é o patrono da Academia Cearense de Farmácia e o nome do Centro Acadêmico (CA) do Curso de Farmácia da Universidade Federal do Ceará.

Raimundo Leopoldo Coelho de Arruda (1863–1934)

Farmacêutico, advogado, escritor, político e gestor. É um dos fundadores da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará em 1916 e também da Academia Cearense de Letras (ACL), em 1894. Formou-se em Farmácia pela Faculdade de Medicina da Bahia (atual UFBA) em 1884, e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará em 1907. Foi eleito deputado estadual e exerceu os cargos de secretário da Fazenda e chefe de polícia. Dirigiu a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará por três mandatos, de 1918 a 1920 e de 1931 até o seu falecimento. Raimundo de Arruda é o patrono da cadeira nº 37 da Academia Cearense de Farmácia, e era o pai do senador Edgar Cavalcanti de Arruda (1892-1965).

Joaquim Frederico Rodrigues de Andrade (1867–1928)

Farmacêutico, químico, professor e gestor. Integrou o corpo docente inicial da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará (atual Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem/UFC), além de ter sido um dos fundadores da Escola de Agronomia do Ceará (atual Centro de Ciências Agrárias/UFC) e da Escola de Farmácia e Obstetrícia de São Paulo (atual USP). Graduou-se em 1893 pela tradicional Escola de Farmácia de Ouro Preto (atual UFOP). Retornou ao Ceará em 1903 e estabeleceu a Farmácia Andrade no centro de Fortaleza, onde, a partir de uma conversa informal, surgiu a ideia de criar a Escola de Agronomia do Ceará. Fundou o primeiro Laboratório de Análises Clínicas no estado, sendo

Afonso de Pontes Medeiros (1884–1948)

Farmacêutico e um dos fundadores da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará em 1916. Graduou-se em Farmácia pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (atual UFRJ) em 1903. De volta às terras alencarinhas, abriu a Farmácia Pontes no centro de Fortaleza, na rua Major Facundo, 136. A farmácia do Prof. Afonso era conhecida pelas fórmulas de peitoral de alecrim composto, para tosse; de xarope de cipó de escada, para asma; e as gotas bioestênicas, para a digestão. Conhecido professor de Química da capital cearense no começo do século XX, atuou como catedrático de Farmacologia. Paraninfo da primeira turma de farmacêuticos formados no Ceará em 1917, o docente também dirigiu a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará de 1920 a 1922. Afonso de Pontes Medeiros é o patrono da cadeira nº 6 da Academia Cearense de Farmácia.

convidado pelo diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, Francisco de Sá Roriz, para lecionar Química Analítica. Trabalhou como químico no Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural e obteve autorização do governo estadual para criar o Laboratório Bromatológico da Alfândega de Fortaleza. Por ter sido opositor da oligarquia aciolina, não foi nomeado chefe do laboratório aduaneiro, o que lhe causou grande frustração. Na Escola de Agronomia do Ceará, atuou como professor de Química Agrícola e foi diretor entre setembro de 1922 e junho de 1923. É patrono da cadeira nº 1 da Academia Cearense de Farmácia.

Francisco Dias da Rocha (1869–1960)

Farmacêutico, comerciante, professor, escritor, cientista e gestor. Fez parte do corpo docente inicial da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará (atual FFOE/UFC), bem como foi um dos fundadores da Escola de Agronomia do Ceará (atual CCA/UFC). Na sua época, Dias da Rocha foi um nome de destaque nacional como naturalista, botânico e entomologista. Desde cedo, manifestou aptidão pelas ciências naturais, começando a colecionar conchas até estabelecer, em 1903, um importante acervo nas áreas de Zoologia, Botânica, Arqueologia e Mineralogia no Museu Rocha. Originalmente não possuía formação superior, e obteve o título de farmacêutico em 1919 pela Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, instituição na qual foi aluno e professor e que chegou a dirigir interinamente entre agosto de 1934 e março de 1935. Na Escola de Agronomia do Ceará, lecionou as disciplinas Zoologia Agrícola, Entomologia e Parasitologia Agrícolas e Fitopatologia e se tornou catedrático de Botânica Agrícola. Foi diretor da Escola de Agronomia por um breve período entre os meses de maio e agosto de 1920. Publicou obras acadêmicas como *Botânica médica cearense*, *Botânica Agrícola*, *Formulário terapêutico das plantas medicinais cearenses, nativas e cultivadas*, *Subsídio para o estudo da flora cearense*, *Aviária cearense* e *Mamália cearense*, sobre aves e mamíferos, respectivamente. Foi sócio efetivo do Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico, e integrou outras agremiações científicas internacionais, como membro do conselho diretor do Instituto Pasteur (França), membro da Sociedade Sismológica da América (EUA) e sócio-fundador

da Sociedade Entomológica da Espanha. Após a sua morte, o acervo do Museu Rocha foi doado a diversas instituições educacionais, científicas e culturais cearenses, como o Museu do Ceará, a Escola Normal Justiniano de Serpa, a Faculdade de Farmácia e Odontologia e a Escola de Agronomia. Dias da Rocha foi homenageado dando nome ao Centro Acadêmico do Curso de Agronomia da Universidade Federal do Ceará, e é o patrono da cadeira nº 12 da Academia Cearense de Farmácia (ACF) e da cadeira nº 19 da Academia Cearense de Ciências (ACECI).

José de Morais Studart (1884–1927)

Farmacêutico e um dos fundadores da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará em 1916. Graduado em Farmácia pela Faculdade de Medicina da Bahia (atual UFBA) em 1907. Era professor de Química do Liceu do Ceará e catedrático de Química na Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, função que ocupou até a morte. José de Morais Studart é o patrono da cadeira nº 22 da Academia Cearense de Farmácia. Era sobrinho do médico, historiador e escritor Guilherme Chambly Studart, o Barão de Studart (1856-1938).

Oswaldo Rabelo (1906–1981)

Farmacêutico, professor e gestor. Formou-se em Farmácia pela Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará em 1949. Em 1955, criou o Laboratório Bromatológico do Ceará (atual Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará – LACEN-CE), permanecendo à frente da instituição até 1972. Fez curso de pós-graduação em Espectrometria e Eletroforese no ano de 1957 pelo Instituto Oswaldo Cruz (IOC/FIOCRUZ), no Rio de Janeiro. Tornou-se professor da UFC em 1961, dando aulas de Química Analítica e ministrando diversos cursos de aperfeiçoamento na área de manuseio de equipamentos para a química farmacêutica. Dirigiu a Faculdade de Farmácia e Odontologia da UFC de 1967 a 1971. Em 2005, o Conselho Regional de Farmácia do Ceará (CRF-CE) instituiu a Medalha de Mérito Farmacêutico Prof. Oswaldo Rabelo que, anualmente, premia profissionais de destaque no cenário cearense.

Fernando Leite (1905–2000)

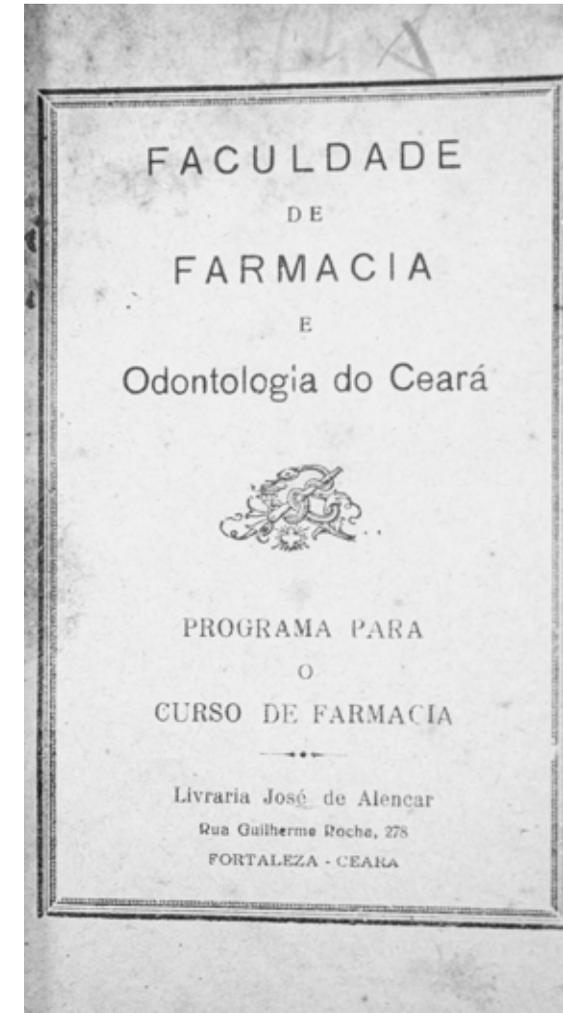
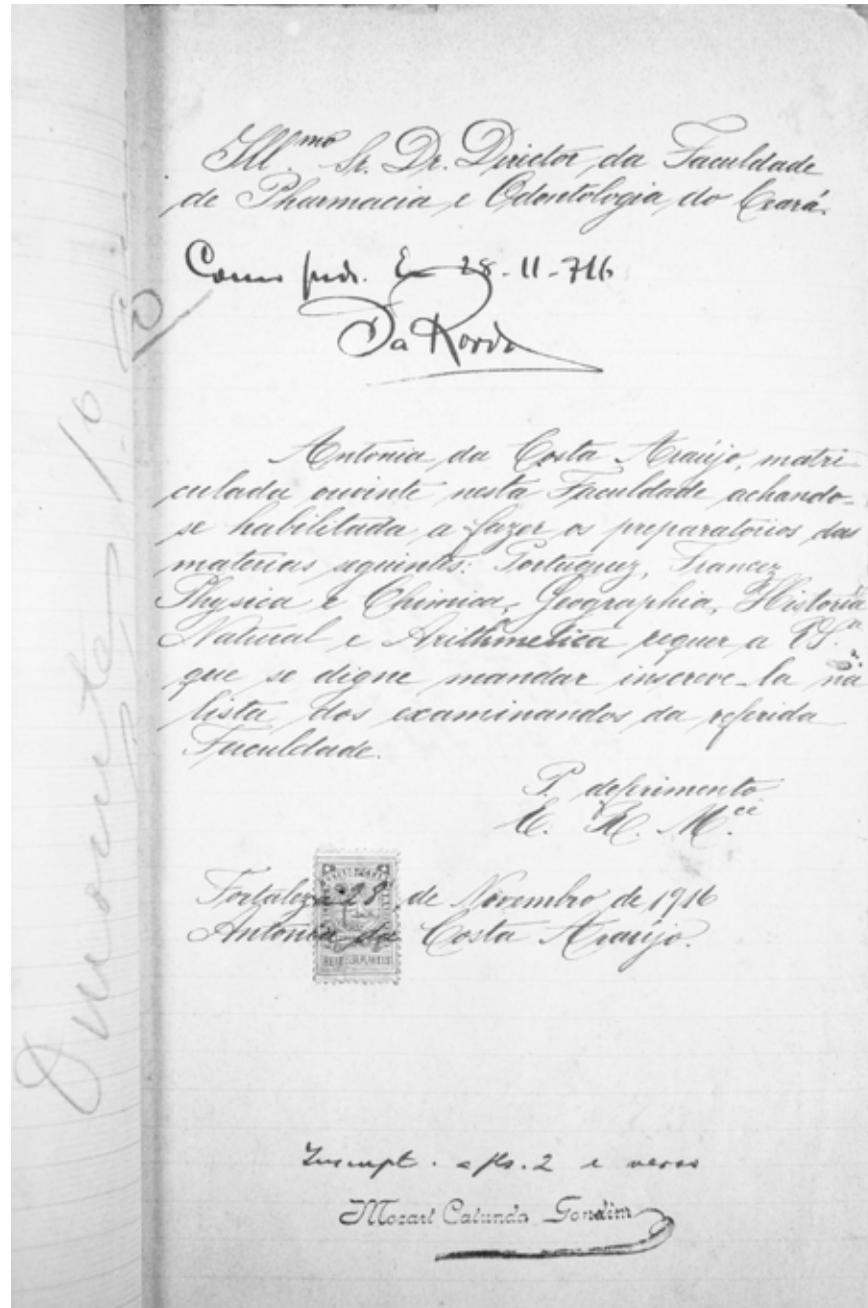
Médico, professor e gestor universitário. Foi o segundo reitor da UFC, sucedendo a Martins Filho, cumprindo mandato de 1967 a 1971. Foi professor catedrático de Parasitologia na Faculdade de Medicina do Ceará, além de ter sido docente da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, no Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas. Participou de agremiações como o Centro Médico Cearense e a Sociedade Médica São Lucas. Assumiu os cargos de chefe e superintendente médico do Serviço Médico-Profilático do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS). Fernando Leite foi diretor da Faculdade de Farmácia da UFC no período de 1965 a 1967.

Francisco José de Abreu Matos (1924–2008)

Farmacêutico, professor e pesquisador. Formou-se em Farmácia pela Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará em 1945. Tornou-se professor em 1951 e integrou o corpo docente fundador da Universidade do Ceará (atual UFC). Foi professor titular de Farmacognosia, diretor do Centro de Ciências e professor emérito da UFC. No ano de 1979, participou da fundação da Academia Cearense de Farmácia, e tomou assento na cadeira nº 23, cujo patrono é José Eloy da Costa. Em 1983, Abreu Matos idealizou o Projeto Farmácias Vivas, tendo sido também o mentor da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Recebeu prêmios como o Troféu Sereia de Ouro e a Medalha Reitor Martins Filho, em 2004, no cinquentenário da UFC. Integrou diversas agremiações científicas, como a Sociedade Brasileira de Botânica e a Academia Nacional de Farmácia de Paris (França). Foi homenageado com a planta *Croton regelianus var. matosii*, registrada no Jardim Botânico Real de Kew (Kew Gardens), no Reino Unido. A Biblioteca Central do Campus do Pici Prof. Prisco Bezerra, a Praça Central do Centro de Ciências e o Horto de Plantas Medicinais da UFC levam o seu nome, bem como a Medalha de Mérito Científico da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e o Prêmio de Mérito Científico da Academia Cearense de Ciências (ACECI). Em 21 de maio, aniversário de nascimento de Abreu Matos, é celebrado o Dia da Planta Medicinal no Ceará e no município de Fortaleza.

Galeria

Registro de inscrição para exames de Antônia da Costa Araújo, datado de 28 de novembro de 1916. Antônia foi a primeira graduada em Farmácia em um curso do Ceará Foto: Ribamar Neto / Acervo FFOE



Primeira turma de formandos da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará. Jornal A Nota, edição de 1º de janeiro de 1918 Fonte: Fundação Biblioteca Nacional

Folheto de Programa para o curso de Farmácia [19--] Foto: Ribamar Neto / Acervo FFOE





Quadro de turma de graduados em Farmácia no ano de 1954 Foto: Ribamar Neto / Acervo FFOE



Quadro com fotografias dos fundadores da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará [19--] Foto: Ribamar Neto / Acervo FFOE

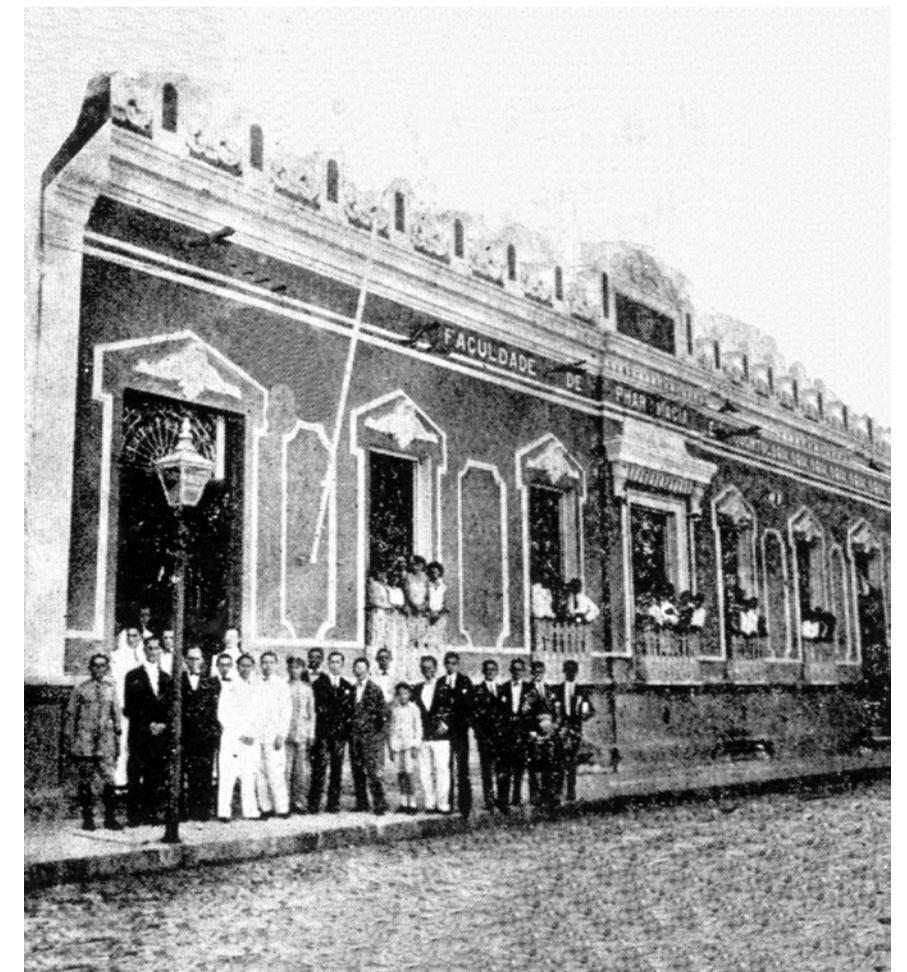


Fachada do prédio que passou a sediar, a partir de 1957, a Faculdade de Odontologia, no centro de Fortaleza

Fonte: Arquivo Nirez

Primeira sede da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, no centro de Fortaleza. A instituição funcionou no local até 1920

Fonte: Arquivo Nirez





Convite de formatura da turma de 1953, da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará
Foto: Ribamar Neto / Acervo Prof. Luiz Nogueira

Convite de formatura da turma de 1950, da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará
Foto: Ribamar Neto / Acervo Prof. Luiz Nogueira



Cerimônia de colação de grau do Prof. Luiz Nogueira, em meados dos anos 1960 Foto: Ribamar Neto / Acervo Prof. Luiz Nogueira



Grupo de docentes do curso de Odontologia, em meados dos anos 1950, do qual fazia parte o Prof. José Dilson Menezes (terceiro da esq. para a dir., em pé)
Foto: Ribamar Neto / Acervo Prof. Luiz Nogueira

Referências e material de consulta

ACADEMIA CEARENSE DE ODONTOLOGIA. Anais da criação da Academia Cearense de Odontologia – vol. I. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2009.

ACADEMIA CEARENSE DE ODONTOLOGIA. Anais da criação da Academia Cearense de Odontologia – vol. II. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2011.

ACADEMIA CEARENSE DE ODONTOLOGIA. Anais da criação da Academia Cearense de Odontologia – vol. III. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2013.

ACADEMIA CEARENSE DE ODONTOLOGIA. Anais da criação da Academia Cearense de Odontologia – vol. IV. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015.

ACADEMIA CEARENSE DE ODONTOLOGIA. Anais da criação da Academia Cearense de Odontologia – vol. V. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2016.

ACADEMIA CEARENSE DE ODONTOLOGIA. Anais da criação da Academia Cearense de Odontologia – vol. VI. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2016.

ACADEMIA CEARENSE DE ODONTOLOGIA. Anais da criação da Academia Cearense de Odontologia – vol. VII. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2019.

BARBOSA, José Policarpo de Araújo. História da saúde pública do Ceará: da colônia a Vargas. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

BARBOSA, José Policarpo de Araújo. Saúde e poder. Uma história das instituições de saúde pública do estado do Ceará. Fortaleza: RDS, 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto nº 636, de 1950 – Dispõe sobre o registro dos diplomas expedidos pela Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, no período anterior ao seu reconhecimento. (documento digitalizado). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CASA DE OSWALDO CRUZ/FIOCRUZ. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/facfarodontce.htm>. Acesso em: 12 jan. 2021.

CASTELO BRANCO, Carlos Couto de. Breve histórico da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará – 99 anos. Revista Pet UFC – Farmácia, Fortaleza, ano 1, n. 1, p.17-24, 2015. Disponível em: https://issuu.com/pe-ufc-farmacia/docs/revista_da_farmacia_final_-_issu_se. Acesso em: 15 dez. 2020.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. História, Ciências, Saúde – Manguinhos Rio de Janeiro, vol. 11 (1): 57-74, jan.-abr. 2004.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

FARIAS, Airton de. História do Ceará. 7.ed rev. e ampl. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

FEITOSA FILHO, Egberto. A construção do amanhã: as origens da Universidade Federal do Ceará, fev. 2021. Fortaleza: UFC, 2021. Entrevista concedida a Marco Fukuda.

GOMES, Maria Adaiza Lima Gomes. A “civilização” na Fortaleza do início do século XX: um diálogo com Norbert Elias. Vilros, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 167-181, jul.-dez. 2014.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. História da educação no Brasil; coordenação Cassandra Ribeiro Joye. 2.ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.

MENEZES, José Dilson Vasconcelos de. A construção do amanhã: as origens da Universidade Federal do Ceará, jan. 2021. Fortaleza: UFC, 2021. Entrevista concedida a Cristiane Pimentel e Marco Fukuda.

MENEZES, José Dilson Vasconcelos de. Instituição do ensino odontológico no Brasil: a verdade definitiva. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2001.

MENEZES, José Dilson Vasconcelos de. Gotas de história da Odontologia. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2021.

MONTESUMA, FG *et al.* Saúde pública no Ceará: uma sistematização histórica. Cad ESP, Ceará, 2(1): 6-19, jan./jun. 2006.

NOGUEIRA, Alexandre. A construção do amanhã: as origens da Universidade Federal do Ceará, fev. 2021. Fortaleza: UFC, 2021. Entrevista concedida a Cristiane Pimentel e Marco Fukuda.

OLIVEIRA, Franklin Fernandes. Odontologia no Ceará fez raízes há 65 anos. Correio do Ceará, 12 de mar. 1981.

PALMA FILHO, J. C. A República e a Educação no Brasil: Primeira República (1889-1930). Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação. 3.ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP/Santa Clara Editora. 2005, p. 49-60.

PEREIRA, Francisco Edson (coord.). Conselho Regional de Farmácia do Estado do Ceará: 50 anos: origens e trajetória. Fortaleza: Comercial, 2012.

PONTE, Sebastião Rogério. Fortaleza Belle Époque – Reformas Urbanas e Controle Social 1860-1930. 2.ed. – Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

ROTHEN, José Carlos. A universidade brasileira na reforma Francisco Campos de 1931. Revista Brasileira de História da Educação, n. 17, p. 143-160, maio/ago. Maringá, 2008.

SOÁREZ, Ednilo Gomes de. Rodolfo Theóphilo – O polivalente polêmico. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, 2009.

STUDART, Guilherme. Memória apresentada ao Congresso Médico Latino-Americano do Rio de Janeiro. (livro digitalizado disponível no Acervo Digital de Obras Raras e Especiais Fiocruz). Fortaleza: Tipografia Minerva, 1909.

TEÓFILO, Rodolfo. Variola e vacinação no Ceará. (livro digitalizado disponível: no Acervo Digital de Obras Raras e Especiais Fiocruz). Fortaleza: Impresso nas oficinas tipográficas do Jornal do Ceará, 1904.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. A história da saúde pública no Brasil [online]. Disponível em <https://dms.ufpel.edu.br/sus/files/timeline.html>. Acesso em: 20. fev. 2021.



3

Escola de Agronomia do Ceará

30 DE MARÇO DE 1918

Imagem: Prédio que sediou a Escola de Agronomia, no início do século 20 Fonte: Arquivo Nirez

Um sustentáculo forte para o amanhã que a cada dia mais se avizinhava – a instalação de uma universidade cearense – foi erigido em 30 de março de 1918 com a criação da Escola de Agronomia do Ceará. Concebida a partir de um encontro de intelectuais em uma farmácia no centro de Fortaleza, ela se tornou realidade a partir da articulação de farmacêuticos, engenheiros, médicos, naturalistas e diversos outros profissionais liberais envolvidos na causa acadêmica.

Da sua instalação oficial, em 1º de maio de 1918, em uma solenidade com a presença de autoridades, fizeram parte os dois diretores das faculdades já existentes, Direito e Farmácia e Odontologia, revelando assim o interesse comum dessas instituições na consolidação de um corpo científico no estado.

Semeadura

“Em se plantando, tudo dá”. Adaptação de um trecho do relato de Pero Vaz de Caminha em carta encaminhada ao rei Dom Manuel,¹ essa frase expressa a fartura do solo da então Ilha de Vera Cruz, fértil qual Afrodite emergente da espuma do mar. Datado de 1º de maio de 1500, o registro do espanto lusitano face à exuberância do lugar já antecipava a atividade econômica que marcaria a história brasileira: a agricultura.

Desde o ciclo do açúcar nos primórdios como colônia, passando pelo do algodão no Império e chegando ao do café na República, o Brasil teve na produção agrícola um dos principais vetores de riqueza. Todavia, para a profissionalização e desenvolvimento de ensino da área, foi necessário percorrer um longo caminho, mais precisamente a partir de meados do século XIX até o início do século XX, quando as primeiras escolas agrícolas começaram a surgir no país.

No Ceará, a Escola de Agronomia foi uma das instituições pioneiras para a formação de um corpo técnico voltado ao desenvolvimento de soluções para o campo. Implantada em 1918, constituiu-se como uma das bases para a posterior criação da Universidade do Ceará, na década de 1950.

Raízes

As primeiras manifestações de estudos agrícolas no Brasil ocorreram ainda no século XVIII, no período colonial, com o surgimento de sociedades científicas na Bahia, em 1759, e no Rio de Janeiro, em 1772, ambas dedicadas aos estudos das ciências naturais. Todavia, o impulso oficial nesse campo veio somente após a transferência da Coroa Portuguesa ao Brasil, quando, em 1812, foi criado, por D. João VI, um curso de agricultura na Bahia, por meio da Carta Régia de 25 de junho daquele ano. O curso teria como professor Domingos Borges de Barros, que havia estudado Filosofia na Universidade de Coimbra, e teria duração de dois anos. Dentre as atribuições de Barros, estariam o ensino de Botânica, Química, Medicina e Arquitetura Rural. Embora não tenha chegado a funcionar, a definição da cadeira em uma Carta Régia naquele momento sinalizou a mudança de percepção da Coroa acerca dos processos agrícolas no Brasil.

¹ Diz o trecho original: “Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem”. MINISTÉRIO DA CULTURA. A carta de Pero Vaz de Caminha.

À Carta Régia de 1812, criando a Cadeira de Agricultura na Bahia, seguiu-se outra de 28 de janeiro de 1817, “Cria na cidade da Bahia uma cadeira de química”. Nenhuma delas chegou a ser implantada na Bahia, mas mesmo assim ajudam a entendermos a emergência e consolidação de um discurso em que a primazia conferida à agricultura se faz acompanhar da defesa da difusão dos “bons princípios agrônômicos”, “dos processos e máquinas rurais”, bem como da crítica à rotina que estorva a produção na concorrência nos mercados da Europa.²

Calcada em empirismo, superstições, latifúndios e trabalho escravo, a agricultura brasileira acumulava insucessos, com perdas causadas por fatores climáticos, como secas na Bahia; doenças nas lavouras de café; e declínio de produção da cana-de-açúcar por defasagem em mão de obra. Esses aspectos, aliados às demandas por profissionais na nova sede da Coroa, impeliram o monarca ao feito.

Em 1963, o Curso de Agronomia firmou convênio com a Universidade do Arizona, o que possibilitou que os professores da então Universidade do Ceará realizassem estudos de pós-graduação nos EUA. Um resultado direto disso é a liderança do Centro de Ciências Agrárias (CCA) em depósito de patentes na UFC.

*Visava o soberano a instruir, em Agricultura, os habitantes da capitania, dado que “por falta de conhecimentos próprios deste importante ramo das ciências naturais não têm prosperado no Brasil algumas culturas já tentadas”. [...] Por isso, Sua Alteza resolveu facilitar a seus vassallos a aquisição dos “bons princípios da agricultura, que sendo uma das artes que exigem maior número de conhecimentos diversos, não tem sido até agora ensinada pública e geralmente; mas antes aprendida por simples rotina, do que provém o seu tão vagaroso progresso e melhoramento”.*³

A esse cenário somava-se o fortalecimento das ideias liberais e iluministas em Portugal anos antes, que impulsionaram reformas de valorização de métodos científicos no currículo na Universidade de Coimbra – como forma de fazer frente à França e Inglaterra, que vinham investindo em pesquisas agrônômicas – e serviram de esteio às reformas pombalinas. Essas, por sua vez, incidiram no Brasil fortemente nos âmbitos educacional, com a expulsão dos jesuítas, e econômico, através de medidas que visavam extrair lucro máximo da colônia.

As origens da institucionalização das ciências agrônômicas nos remetem, inevitavelmente, ao velho continente, onde os avanços das ciências naturais e sua ligação com os setores produtivos influenciaram a criação de academias e a circulação de textos, baseados em experiências dos viajantes do novo mundo. Por volta de 1772, na metrópole portuguesa, são feitas reformas no currículo

² ARAÚJO, Nilton de Almeida. Pioneirismo e hegemonia: a construção da Agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911). 2010, p. 59.

³ CAPDEVILLE, Guy. O ensino superior agrícola no Brasil. 1991, p. 40.

da Universidade de Coimbra iniciando-se a valorização do uso de métodos científicos no processo produtivo, fenômeno que trouxe muitas novidades para o setor agrícola.⁴

Por esse motivo, mesmo antes da transferência da Corte ao Brasil, o melhoramento agrícola da maior colônia portuguesa já era motivo de preocupação de D. João VI, que havia empregado uma política de criação de hortos reais como espaços de pesquisas botânicas. Em 1796, ordenou a fundação do primeiro jardim botânico do Brasil, o Jardim Público de Belém do Pará, e, seguido a ele, foram criados os hortos da Bahia, São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais. Em 11 de outubro de 1808, no Rio de Janeiro, D. João VI criou o Real Horto Botânico, que, posteriormente, ganharia a denominação de Real Jardim Botânico, em 1818.

No Real Horto Botânico, foram desenvolvidas, no início do século XIX, pesquisas sobre a fauna e flora locais, bem como realizaram-se ensaios com espécies vegetais nativas e aclimação de exóticas, visando ao seu uso comercial e farmacológico. Foi nessa época que se estudou a adaptação de abacateiros, moscadeiras, frutas-pão, cajazeiras, saguzeiros, planta do chá, cana caiana e palmeira imperial. Também foram introduzidos o cravo-da-índia, a baunilha, a canela, a lichia, a manga, a jaca, a carambola, a amora, a cânfora e a pimenta.

Na primeira seleção para a Escola de Agronomia, inscreveram-se 200 candidatos, e, desses, 93 realizaram matrícula. Em 1921, da primeira turma, graduaram-se 30 alunos.

Outras realizações foram a promoção de expedições conduzidas por pesquisadores estrangeiros para o estudo das espécies brasileiras; a criação, no Rio de Janeiro, de uma cadeira de Botânica e Agricultura, segundo o decreto de 9 de dezembro de 1814; e a fundação do Museu Real, de acordo com o decreto de 6 de junho de 1818, que tinha como objetivo empreender estudos em história natural.

*Querendo propagar os conhecimentos e estudos das sciencias naturaes no Reino do Brazil, que encerra em si milhares de objectos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em beneficio do commercio, da industria e das artes, que muito desejo favorecer, como grandes mananciaes de riqueza: Hei por bem que nesta Côrte se estabeleça um Museu Real [...] Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Junho de 1818. Com a rubrica de Sua Magestade.*⁵

Como parte desse projeto de profissionalização e modernização das práticas no campo, a Coroa Portuguesa contratou o francês Carlos Augusto Taunay, que, em 1839, publicou o *Manual do agricultor brasileiro*. A obra, além de defender a adoção de técnicas agrícolas europeias mais modernas, que resultavam em uma maior

⁴ MOLINA, Rodrigo Sarruge; SANFELICE, José Luís. A gênese da institucionalização do ensino agrícola no Brasil. 2014, p. 217.

⁵ Collecção das Leis do Brazil de 1818. 1889, p. 60.

produtividade, refletiu o ideário daquelas elites agrárias ao preconizar o ensino nesse âmbito apenas para os filhos das camadas favorecidas economicamente e ao corroborar condutas patriarcalistas e escravistas.

*Dentro do grande projeto de “modernização” do meio rural brasileiro, elaborado por Taunay, encontra-se seu posicionamento ideológico alinhado à corrente fisiocrática. Ele fazia uma clara campanha para o ensino agrícola destinado aos filhos da classe dominante, na qual dizia às Câmaras Legislativas ou Provinciais que parassem de inundar o Brasil com cursos jurídicos e começassem a investir em cursos de agronomia, a “verdadeira” base da riqueza das civilizações. Nesse sentido, o manual defendia que os cursos superiores de agronomia deveriam ser destinados aos estudos dos filhos dos grandes fazendeiros que, um dia, herdariam as terras e os escravos de seu pai e que, por meio da educação agrícola, poderiam aumentar a fonte de riqueza ruralista. Contudo, a concepção de educação em Taunay não se limita a um posicionamento de classe elitista, mas é, também, altamente racista.*⁶

Para as suas atividades experimentais, o curso de Agronomia conta com três fazendas: A Fazenda Experimental Vale do Curu, em Pentecoste, adquirida em 1961; a Fazenda Raposa, em Maracanaú, fruto de doação da Companhia de Ceras Johnson em 1969; e a Fazenda Lagoa Seca, em Quixadá, cedida pelo Ministério da Agricultura em 1978. Há ainda o Sítio São José, na Serra de Aratanha, em Maracanaú.

A agricultura colonial era feita de modo totalmente improvisado e baseada em misticismo e empirismo. Fenômenos como passagem de cometas e eclipses eram relacionados ao sucesso ou fracasso de lavouras, e, para análise das intempéries, o *Lunário perpétuo*⁷ era leitura de cabeceira. “Não existia autoridade maior para os olhos dos fazendeiros, e os prognósticos meteorológicos, mesmo sem maiores exames pela diferença dos hemisférios, eram acatados como sentenças”, afirmou o pesquisador da cultura popular Luís da Câmara Cascudo, destacando ser esse o livro mais vendido no Nordeste por dois séculos.⁸

Avalia Capdeville a agricultura brasileira nesse contexto como “de restos feudais”. Detentor de um protocampesinato constituído por escravos, dentro de um modelo agroexportador no qual se praticava a monocultura em latifúndios, o Brasil viveu até o século XIX graves problemas de abastecimento. Para parte das elites, que se beneficiava desse sistema de grandes propriedades, o trabalho agrícola era desprestigiado.

⁶ MOLINA, Rodrigo Sarruge; SANFELICE, José Luís. Op. cit., p. 219.

⁷ Espécie de almanaque cultural editado pelo matemático espanhol Jerônimo Cortez Valenciano, em 1582, que continha informações sobre astronomia, astrologia, calendário de festas e dias santos, recomendações para a prática agrícola, entre outras.

⁸ MIRANDA, Ana. Histórias contadas pelo vento. 2019. E-book Kindle.

*Não havia, pois, razões para o governo criar escolas agrícolas, nem mesmo outra escola qualquer, no campo. A agricultura, praticada por escravos e ex-escravos, não era exercida “profissionalmente”. O campesinato surgiu muito tarde, no Brasil. O trabalho assalariado na agricultura só começou a ser realmente praticado após a chegada dos imigrantes europeus, que vieram substituir o trabalho escravo. Os imigrantes, de sua parte, também não precisavam de mais educação do que a que já possuíam para o desempenho das atividades que lhes eram confiadas. A atividade agrícola era, deste modo, considerada um ofício para o qual não se precisa de treinamento algum. Qualquer um poderia exercê-lo; daí o seu desprestígio. Esse ofício não envolvia perícia técnica que precisasse ser aprendida, e é justamente por isso que qualquer um poderia exercê-lo. Para que estudá-lo, então?*⁹

Desse modo, o processo de implantação do ensino agrícola no Brasil contou com dois movimentos: ao mesmo tempo que se percebeu, em parte das elites, a demanda por formação superior e o seu consequente destacamento social para atuação como dirigentes nessa área, defendeu-se também a criação de escolas nas províncias para os “órfãos e desvalidos”, devido a uma concepção depreciativa do trabalho rural. Em 1873, em Pernambuco, foi criada a Colônia Orfanológica Santa Isabel, e, no ano seguinte, foi instituído o Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara, no Piauí. Em 1877, na Bahia, o Asilo de Órfãos de São Joaquim tornou-se uma colônia industrial e agrícola, e, nessa mesma década, uma série de estabelecimentos desse perfil passou a receber os “ingênuos”, como eram chamados os filhos de escravos nascidos a partir da Lei do Ventre Livre, proclamada em 1871.

No Ceará, em 12 de junho de 1880, foi criada a Colônia Orfanológica Cristina, na localidade de Canafistula, em Acarape. Inspirada no modelo da colônia pernambucana, tinha como propósito oferecer ensino agrícola a filhos de escravos e órfãos da grande seca de 1877 a 1879, muitos deles instalados no abarracamento de Jacarecanga. Na colônia, as meninas recebiam apenas educação primária, enquanto aos meninos ofereciam-se primário e secundário. O local contava com casas para os colonos, capela, enfermaria, escola e oficinas, e os meninos eram treinados como ferreiros, carpinteiros, sapateiros, alfaiates e atuavam ainda na plantação, descaroçamento de algodão, fabricação de farinha e criação de animais. Às meninas eram ensinadas atividades domésticas.

Nos anos 1970, o ensino e a pesquisa foram fortalecidos no CCA com o retorno de professores que fizeram pós-graduação no país ou no exterior, através de projetos como o Programa de Educação Agrícola, convênio de cooperação internacional da UFC com a Universidade do Arizona (EUA). Após o Mestrado em Economia Rural (1971), criaram-se, sucessivamente, outros programas de pós-graduação *stricto sensu*: os mestrados em Tecnologia de Alimentos (1975), Ciências do Solo (1975), Engenharia Agrícola (1975) e Zootecnia (1977).

⁹ CAPDEVILLE, Guy. O ensino superior agrícola no Brasil. 1991, p. 230.

A promulgação da Lei do Ventre Livre suscitou, isso posto, uma preocupação com a formação de “braçais” para o trabalho no campo e com a destinação dos filhos libertos de escravos. Esses poderiam ficar com os seus senhores até os 21 anos ou ser vendidos ao governo e encaminhados às escolas agrícolas. A grande maioria dos proprietários optou, contudo, por oferecer alforria aos “ingênuos” somente aos 21 anos. Levando-se em consideração que boa parte deles morria antes dessa idade devido à rotina de trabalhos forçados, somente 113 crianças foram entregues ao Estado para receberem educação nesse processo. Afirmam ainda Molina e Sanfelice que “outro fator foi a estratégia dos fazendeiros em não oferecer escolarização aos ingênuos, temendo que falsificassem cartas de alforria, e que tomassem contato com as filosofias revolucionárias do Iluminismo”.¹⁰

No percurso ao ensino superior, a primeira instituição agrícola do país foi o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA), criado em 18 de novembro de 1859, com a presença de D. Pedro II à solenidade inaugural. Engendrado no cerne da aristocracia rural do Recôncavo Baiano, foi concebido como proposta de solução para as dificuldades produtivas pelas quais passavam os engenhos de açúcar da região. Aos olhos da elite açucareira, o instituto deveria atuar em três frentes: ensino agrícola, que também solucionaria o problema da carência de mão de obra; crédito rural e redução de impostos. Em 29 de novembro do ano seguinte, o Imperial Instituto encaminhou mensagem ao imperador pleiteando a criação de uma escola superior de agricultura na Bahia, e, somente quase duas décadas depois, em 15 de fevereiro de 1877, a Escola Agrícola da Bahia seria inaugurada, em São Bento das Lages, sob a direção do médico Artur Cezar Rios. Segundo Guy Capdeville, o percurso da escola pioneira no Brasil exemplifica os percalços pelos quais passou a institucionalização do ensino agrícola.

*Quando, em 1859, se propôs a fundação da Escola Superior Agrícola da Bahia, destinada à formação de “agrônomos, engenheiros agrícolas, silvicultores e veterinários”, deu-se o mesmo fenômeno. Todos aceitavam a importância e a oportunidade da idéia de se criar uma escola agrícola superior, não porém com o entusiasmo suficiente para colocá-la em prática. A escola da Bahia levou 17 anos para passar de ideal a realidade e, quando o fez, não foi sem tropeços. A primeira turma de formados, em 1880, foi de dez alunos, mas nos cinco anos seguintes a média de formados foi de 4,5 por ano. Ao apagar das luzes do século XIX, a matrícula caiu praticamente para zero e, no início do século XX (1902), a escola foi fechada. [...] A situação da segunda escola superior agrícola, a de Pelotas, no Rio Grande do Sul, não foi mais animadora. Em São Paulo, quando houve problemas com a lavoura cafeeira, tais como escassez de mão-de-obra, insuficiência de crédito e problemas fitossanitários, não se pensou em abrir uma escola para formar profissionais habilitados mas preferiu-se abrir uma Estação Agronômica para melhoramento de sementes, introdução de novas máquinas e combate às pragas.*¹¹

¹⁰ MOLINA, Rodrigo Sarruge; SANFELICE, José Luís. Op. cit., p. 224.

¹¹ CAPDEVILLE, Guy. Op. cit., p. 230-231.

Seguidos ao baiano, foram criados institutos de agricultura em Pernambuco (1859), Sergipe (1860), Rio de Janeiro (1860) e Rio Grande do Sul (1861). Quanto às escolas, em 1883, foi instalada a Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Prática em Pelotas (RS); em 1896, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que conferia o título de engenheiro-agrônomo; em 1900, a Escola Agrícola de Piracicaba (SP); e em 1908, a Escola Agrícola de Lavras (MG).¹²

*As iniciativas de se criarem os primeiros cursos agrícolas de nível superior no Brasil foram, por outro lado, atos isolados, esparsos e distanciados, uns dos outros, no tempo e no espaço. Além disto, o desempenho inicial dessas escolas e cursos, via de regra, foi muito ruim. A metade dos cursos acabou sendo extinta antes de 1910, e o número de profissionais por eles formados foi muito pequeno. [...] Na realidade, parece ter havido certo espontaneísmo em suas origens: uns, estimulados pelo “espírito esclarecido” de seus fautores; outros, pela sugestão de modelos estrangeiros; outros, até, pela tentativa de encontrar respostas para as necessidades sentidas pela agricultura de sua região.*¹³

No início do século XX, porém, os ventos mudariam com a primeira regulamentação do ensino agrícola no Brasil, segundo o Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910. Na virada de século, configurou-se ainda o ruralismo brasileiro, definido por Sônia Regina Mendonça como um “movimento político organizado das frações dominadas da classe dominante agrária no Brasil”, que teve como dogma a defesa da “vocação eminentemente agrícola do país”.¹⁴

O ensino agrícola no Ceará

Partiu de um escritor a primeira manifestação formal a favor da instalação de ensino agrícola no Ceará. Recém-eleito deputado, o poeta Juvenal Galeno apresentou na Assembleia Legislativa do Ceará, no ano de 1859, a proposta de criação da Escola Prática Normal de Agricultura do Ceará. Apesar de dedicado às letras, a relação de Galeno com o campo não era distanciada, uma vez que era filho de cafeeiros da Serra da Aratanha, e, anos antes, havia sido enviado pelo pai ao Rio de Janeiro a fim de estudar sobre práticas agrícolas para a cultura cafeeira.

¹² A Escola Agrícola de Piracicaba tornou-se a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), integrada à Universidade de São Paulo (USP), ao passo que a Escola Agrícola de Lavras deu origem à Universidade Federal de Lavras (UFLA), em Minas Gerais.

¹³ CAPDEVILLE, Guy. Op. cit., p. 236.

¹⁴ MENDONÇA, Sônia Regina de. O ruralismo brasileiro (1888-1931). 1997, p. 39.

Na história da UFC, a Escola de Agronomia do Ceará é um dos pilares institucionais que contribuíram para a sustentação acadêmica, científica e política da universidade. Em 1973, durante a reforma universitária, a centenária escola foi renomeada Centro de Ciências Agrárias (CCA). Engenheiros-agrônomos também colaboraram com a administração superior da UFC, a exemplo dos ex-reitores Antônio de Albuquerque Sousa Filho (1991-1995) e Roberto Cláudio Frota Bezerra (1995-2003), o ex-reitor *pro tempore* Luís Carlos Uchôa Saunders (2007), além dos ex-vice-reitores Renato de Almeida Braga, Faustino de Albuquerque Sobrinho e Raimundo Holanda Farias.

No ano de sua proposta, a Comissão Científica de Exploração das Províncias do Norte, coordenada pelo botânico Francisco Freire Alemão, sob ordens do Império, hospedou-se na casa dos pais de Galeno, em Pacatuba.¹⁵

Nos números 1.961 e 1.962 do jornal *Pedro II*, de 29 de outubro e 2 de novembro de 1859,¹⁶ podem-se acompanhar o discurso e o debate de Galeno a favor da pauta no parlamento estadual, em 5 de setembro daquele ano. Em sua argumentação, o então deputado destaca como motivos para criação da escola a ausência de técnicas e processos mecânicos no campo da província, a carestia dos víveres e a escassez de mão de obra para as culturas do café e da cana-de-açúcar, sendo este último fator uma preocupação frequente entre os oligarcas brasileiros com a proibição do tráfico de escravos.

Percebendo a oposição, que faria sucumbir a sua ideia no plano legislativo, Galeno inicia sua fala lamentando o pouco engajamento dos demais parlamentares à proposta.

*Espera, o meu illestre collega (sic); quero antes de entrar em materia, faser sentir a casa o quanto doe-me o indiferentismo, com que são aqui recebidas as idéas que tendem a melhorar a situação da nossa industria agricola; e quanto doe-me este menospreso, e, é forçoso confessar, esta opposição da parte de alguns senhores deputados, a um projecto de incontestavel importancia ás industrias naturaes da provincia ás suas fontes de riqueza ainda não lembradas n'esta sessão!...*¹⁷

A fala de Galeno segue com uma exposição das deficiências no modo de produção empregado nos campos cearenses, herdado do período colonial.

Examinemos os defeitos d'esse systema rotineiro. Abre annualmente o lavrador de cereaes um roçado, derrubando as mattas sem poupar arvoredos algum, e como vê que é custoso limpar o solo das madeiras e raizes, recorre a um meio facil de acabar com esse empecilho á plantação - lança fogo em tudo. Preparado assim o terreno, recebe a semente, sem conhecer o lavrador se é elle proprio para a plantação d'esta. Depois de um ou dous annos a abandonada essa terra, tornando-se uma capoeira improductiva, onde de novo vai crescer mato para passar depois pelo mesmo processo. Então o lavrador passa adiante, vai destruir nova porção de matta, para tambem abandonal-a apoz dous annos. Começa assim, senhores, o lavrador passa a devastar o solo, a deixal-o exposto aos raios ardentes do sol, reduzindo-o a cinzas essas mattas preciosas, sem lembrar-se que a falta

¹⁵ Comissão científica que viajou ao Ceará, sob ordens do Império, em 1859, com objetivo de localizar metais preciosos em solo local, além de realizar estudos sobre a fauna e a flora da região. Dessa viagem fez parte o poeta Gonçalves Dias, com quem Galeno teve contato ao recepcionar o grupo.

¹⁶ Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁷ GALENO, Juvenal. Discurso do Sr. Juvenal Galeno pronunciado na sessão de 5 de setembro de 1859.

*d'ellas é uma das causas da secca, é uma das causas d'esses males que periodicamente occasionão a escasez das chuvas (sic).*¹⁸

A Escola de Agricultura proposta por Galeno tinha como objetivo, além do cultivo, aulas relacionadas à criação e à produção de alimentos de origem animal, ensino de administração rural e pesquisas veterinárias para estudos das doenças que atingiam o rebanho, além do melhoramento das raças.

*Sem conhecimento algum do terreno, sem saber se elle, tal qual se acha, presta-se ao cultivo da especie que pretende, lança-lhe-o lavrador a semente. O que acontece? É que muitas vezes, tendo só por mestra experiencia, vem esta mostrar-lhe que errou, que foi perdido todo o seu suor, todo o seu capital; mas aconteceria isto se houvesse um estabelecimento, onde pudesse o agricultor ir, ou mandar seus filhos, ou feitores, aprender na prática a conhecer a terra, a estramal-a, isto é, preparal-a com os agentes preciosos a tal e tal planta? Talvez que não.*¹⁹

Apesar da arguta exposição, Galeno não conseguiu convencer os colegas a respeito da matéria. Uma nova defesa a favor do ensino agrícola no Ceará foi realizada em 1880, desta vez pelo deputado Tomás Pompeu de Souza Brasil. Já no período republicano, em 1902, o deputado José Pompeu Pinto Acioli elaborou um projeto de lei, que não foi sancionado, acerca da implantação de uma escola de agronomia na Colônia Cristina.

Em 1913, foi criada a primeira escola de ensino agrícola do Ceará, em Quixadá, a Escola Popular de Agricultura, que no ano seguinte teve o nome mudado para Escola Prática de Agricultura. Mantida pelo sindicato agrícola local, teve como diretor o agrônomo italiano Alfredo Benna. Foi instalada em uma área de 10 hectares nas proximidades do açude do Cedro e chegou a contar 70 alunos. No entanto, com o fim do apoio financeiro do governo, encerrou as atividades em 1924.

Em Fortaleza, um encontro de intelectuais na farmácia Andrade,²⁰ de Joaquim Frederico Rodrigues de Andrade, farmacêutico e um dos fundadores da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, criada em 1916, deu início às articulações que culminariam na criação da Escola de Agronomia. A ele se uniram Heribaldo Costa, também farmacêutico, e o médico Tomaz Pompeu de Sousa Brasil Filho. Apoiaram a ideia o naturalista Francisco Dias da Rocha, os engenheiros Tomás Pompeu Sobrinho e Henrique Eduardo Couto Fernandes, o médico Álvaro Fernandes, o militar Henrique de Alencastro

¹⁸ GALENO, Juvenal. Op. cit.

¹⁹ GALENO, Juvenal. Op. cit.

²⁰ Situada no número 1.068 da rua Barão do Rio Branco, no centro de Fortaleza.

Autran, o comerciante Octávio Ferreira e Humberto Rodrigues de Andrade, único agrônomo de formação daquele grupo.²¹

Em 30 de março de 1918, foi criada a Escola de Agronomia do Ceará, sendo, no mesmo ato, formalizada a sua sociedade mantenedora. Naquele momento, Francisco de Sá Roriz, diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia, disponibilizou o prédio e os gabinetes da instituição para as atividades da escola. No dia 6 de abril, foi aprovado o estatuto da sociedade mantenedora. A instalação oficial ocorreu em 1º de maio de 1918, às 19h, no salão nobre do Clube dos Diários e contou com a presença do presidente do estado, João Tomé de Saboia e Silva, e demais autoridades. Na ocasião também participaram os diretores das duas faculdades já existentes em Fortaleza: a de Direito e a de Farmácia e Odontologia.

O estatuto da Escola de Agronomia foi publicado naquele mesmo ano, definindo o curso como de nível médio, com duração de três anos. As primeiras aulas teóricas e de laboratório aconteceram no Liceu do Ceará, que na época funcionava na praça dos Voluntários, no centro da capital. As aulas práticas ocorreram no campo do Alagadiço, atual São Gerardo. O primeiro diretor foi Henrique Eduardo Couto Fernandes, engenheiro maranhense e que havia chegado ao Ceará três anos antes para comandar a Rede de Viação Cearense (RVC).

Além do prédio do Liceu, onde funcionou até 1924, a Escola de Agronomia contou com outras cinco sedes, como elenca Teobaldo Mesquita:²² rua Major Facundo, 30, de 1924 a 1927; rua Senador Pompeu, 256, de 1927 a 1931; rua 24 de Maio, 410, de 1931 a 1935; e rua 24 de Maio, 288, de 1935 a 1937, quando se mudou para o prédio atual, na Av. Mister Hull.

Em 31 de julho de 1921, a escola formou a sua primeira turma de engenheiros-agrônomos, com 30 concludentes. Em 7 de maio de 1935, foi estadualizada e um dos fatores para tanto foi a adoção como padrão em todo o país do currículo da Escola Nacional de Agronomia, o que obrigou o estado a fazer a equiparação e providenciar suporte financeiro. Foram ainda motivos para a encampação:

(1) a Escola tinha sido reconhecida como de utilidade pública por decreto estadual e vinha prestando inestimáveis serviços ao Estado e ao País desde a sua criação, em 30 de março de 1918; (2) a agricultura cearense era responsável, direta ou indiretamente, por quase toda a arrecadação do Estado, e a prosperidade agropecuária do Ceará não poderia acontecer sem a disseminação do uso de processos racionais de produção; e (3) o Governo reconhecia como sua

²¹ MESQUITA, Teobaldo Campos. A Escola de Agronomia do Ceará – 90 anos. 2008, p. 40.

²² MESQUITA, Teobaldo Campos. Op. cit., p. 48.

*obrigação prover instrução ao povo, principalmente a que tivesse influência sobre as fontes de produção econômica.*²³

A Escola de Agronomia do Ceará foi reconhecida através do Decreto nº 8.206, de 11 de novembro de 1941, e federalizada em 16 de janeiro de 1950, pela Lei nº 1.055, que autorizou o governo a federalizar escolas de Agronomia e Veterinária pelo país. Em 16 de dezembro de 1954, a instituição deu corpo à Universidade do Ceará, que em 1965 receberia o nome atual: Universidade Federal do Ceará.

²³ MESQUITA, Teobaldo Campos. Op. cit., p. 50.

Polivalente

Se a participação em faculdades que deram origem à UFC fosse uma espécie de bingo, certamente o Prof. Heribaldo Dias da Costa seria um dos mais próximos de fechar a cartela. Das quatro faculdades pioneiras, ele ajudou na criação de uma e deu aulas em outras duas. Pernambucano, graduou-se em Farmácia em 1912, pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1914, veio, por motivos de trabalho, morar no Ceará e, em 1918, atuou na criação da Escola de Agronomia, onde foi primeiro secretário e, ao mesmo tempo, aluno. Em 1919, ingressou como professor de Farmacologia da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará e foi ainda seu bibliotecário. Em 1921, fez parte da primeira turma de engenheiros-agrônomo formados no Ceará e tornou-se professor da Escola de Agronomia, como catedrático da disciplina de Física Agrícola. Também foi aluno da Faculdade de Direito e se diplomou em 1930. Em 1937, prestou concurso para livre docente da cadeira de Direito Internacional Privado e, em 1947, se inscreveu ao concurso da cátedra da mesma disciplina, com a tese “Dos crimes internacionais”, sendo designado naquele ano como professor interino da cadeira de Introdução à Ciência do Direito.

Mulheres na ciência

A primeira mulher a colar grau na Escola de Agronomia do Ceará foi a paraibana Francisca Loureiro Pegado, na turma de 1939, sendo a única até a década de 1950, quando outra mulher de destaque se graduou pela instituição: Iracema Lima Aïnouz. Mãe do renomado cineasta Karim Aïnouz, Iracema foi a primeira mulher pesquisadora da universidade, ingressando como professora da Escola de Agronomia em 1954. Participou da criação do Departamento de Bioquímica e Biologia Molecular e da Pós-Graduação em Bioquímica, especializando-se em Proteínas Vegetais. Faleceu em 2015, aos 85 anos. O filme *A vida invisível*, dirigido por Karim, é dedicado a ela.

Árvore da vida

A Fazenda Raposa, em Maracanaú, doada pela Companhia de Ceras Johnson em 1969, tornou-se, em 2020, uma Unidade de Conservação Ambiental. Classificada como Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMA), possui alto valor ambiental devido à grande presença de palmeiras do gênero *Copernicia*, como a carnaubeira, além de outras plantas típicas da caatinga, como marmeleiro, sabiá, mufumbo, jurema-preta, mororó e pau-branco. Árvore símbolo do Ceará e presente no brasão da UFC, a carnaúba começou a ser plantada na fazenda em 1938 pela empresa norte-americana, com o objetivo de estudar formas de extrair a sua cera. Quando doada à UFC, a Fazenda Raposa contava com mais de 100 mil carnaubeiras, além de 10 campos de carnaubeiras exóticas. Chamada de árvore da vida devido ao seu amplo aproveitamento, indo desde as folhas, de onde se extrai cera, os troncos, para construções, até a raiz, no uso medicinal, a carnaúba esteve nos últimos pedidos do industrial Herbert Fisk Johnson Jr. (1899-1978), que solicitou que folhas da planta fossem esculpidas em sua lápide.

Saindo na frente

Além de ter sido o primeiro a propor a criação de uma escola agrícola no Ceará (1859), Juvenal Galeno era um homem dado a pioneirismos: escreveu o primeiro jornal literário do Ceará, o *Sempreviva* (1849); inaugurou a imprensa estudantil no estado com o jornal *Mocidade Cearense* (1853); é dele a primeira peça escrita e encenada no Ceará, *Quem com ferro fere com ferro será ferido* (1859); foi o autor da primeira obra literária impressa no Ceará, o livro *A machadada: poema fantástico* (1860); publicou a primeira obra infantojuvenil cearense, *Canções de escola* (1871); e lançou o primeiro livro de contos do Ceará, *Cenas populares* (1871). Foi, ainda, um dos fundadores do Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico. Uma curiosidade é que ele era primo de Capistrano de Abreu, Clóvis Beviláqua e Rodolfo Teófilo.

Trajetória

Um dos filhos de Prisco Bezerra, o ex-reitor da Universidade Federal do Ceará Roberto Cláudio Frota Bezerra, recorda a atuação acadêmica do pai. No início dos anos 1950, Prisco foi um dos fundadores da UFC, líder das articulações pela federalização do ensino agrícola no Ceará e hábil negociador no convencimento dos pares para incorporar a Escola de Agronomia do Ceará à nascente universidade.

Quando Prisco era estudante na década de 1930, a escola era privada, até ser encampada pelo estado (1935) e depois pela União (1950). Roberto Cláudio, igualmente formado em Agronomia, destaca que o pai foi um dos primeiros “moradores” do campus, com a transferência para a região do antigo Campo do Alagadiço, que, anos depois, em 2013, passou a se chamar Campus do Pici Prof. Prisco Bezerra.

“Quando Prisco ainda era estudante, se reunia com alguns colegas para estudar na sede da Escola de Agronomia, que naquela época ficava na rua 24 de Maio, e muitas vezes dormia lá. Os colegas de turma brincavam dizendo que sua primeira atribuição na Escola de Agronomia foi a de ‘vigia’. Durante toda a vida, ele foi muito estudioso e aplicado, e o diretor Renato Braga o convidou para ser secretário da escola em 1938. Quando se formou, tinha desejo de se qualificar e fez estágios no Instituto Biológico de São Paulo e no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Com essa formação, ele assumiu a cátedra de Botânica e a organizou, com a parte sistemática, de morfologia e das doenças das plantas. Em 1946, Prisco foi indicado pelo Governo do Estado para ser o diretor da escola”, comenta o Prof. Roberto Cláudio.²⁴

²⁴ Entrevista concedida aos autores em junho de 2021.

Intercâmbio

O Prof. José Tarquínio Prisco, filho primogênito de Prisco Bezerra, destaca a viagem em missão oficial feita pelo pai, como membro de uma comissão de diretores de escolas de Agronomia e Veterinária do Brasil aos Estados Unidos. Essa atividade aconteceu no ano de 1954, antes mesmo da criação da Universidade do Ceará. Segundo ele, o “velho Prisco” teria ficado muito entusiasmado com o modelo universitário norte-americano de *land-grant colleges*, com ênfase nas ciências agrárias e na infraestrutura de campus único ou cidade universitária. No final da década seguinte, Tarquínio, já graduado em Agronomia, viajaria para, entre os anos de 1967 e 1971, cursar o mestrado e o doutorado nas áreas de Fisiologia Vegetal e Botânica na Universidade do Arizona. As experiências dele e de outros docentes no exterior seriam decisivas para a estruturação e o crescimento da UFC.

“Com a Aliança pelo Progresso, quando veio para cá a USAID (*Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional*), foram feitos convênios entre universidades brasileiras e norte-americanas que previam investimentos em infraestrutura, em capacitação de recursos humanos e assim estabeleceram a estratégia de ‘universidades-irmãs’. Professores e alguns alunos de pós-graduação da Universidade do Arizona vinham para cá, e os da UFC se deslocavam para lá, a fim de fazerem estudos de curta duração ou de longa duração, objetivando a obtenção de títulos pós-graduados. O convênio durou 10 anos, de 1963 a 1973, e foi de grande relevância para a criação e desenvolvimento de nossa pesquisa e pós-graduação. Outro aspecto importante desses convênios foi que as ciências agrárias no Brasil passaram a ser estruturadas da mesma maneira que os colégios de agricultura nos Estados Unidos, com coordenações de ensino, de pesquisa e de extensão”, explica o Prof. Tarquínio Prisco.²⁵

²⁵ Entrevista concedida aos autores em junho de 2021.

Sólido corpo docente

No início da década de 1950, período em que o Governo do Ceará transferiu a Escola de Agronomia para a União, a escola possuía um professorado composto por 20 catedráticos: Francisco Aluísio Pinheiro (Matemática, Geometria Analítica e Cálculo); Oswaldo Evandro Carneiro Martins (Desenho de Aguadas, Perspectivas e Sombras); Haroldo Cipriano Pequeno (Física Agrícola); David Felinto Cavalcanti (Geologia Agrícola); Ésio Pinheiro (Química Analítica); Agenor Maia Ferreira (Química Orgânica e Tecnologia Rural); Manuel Mateus Ventura (Química Agrícola); Prisco Bezerra (Botânica Agrícola); José Ilo Ponte de Vasconcelos (Fitopatologia e Microbiologia Agrícola); Hugo Lopes de Mendonça (Zoologia Agrícola); Américo Gomes da Silva (Entomologia e Parasitologia Agrícolas); José Dario Soares (Engenharia Rural, Topografia, Hidráulica e Construções Rurais); Milton Botelho (Mecânica Agrícola); José Hugo Bastos de Oliveira (Agricultura Geral e Genética Vegetal); Flávio da Cunha Prata (Agricultura e Genética Especializada); Vicente Lopes Gondim (Horticultura e Silvicultura); Francisco Forte Barbosa (Trabalhos Práticos de Agricultura, Horticultura e Silvicultura); Raimundo Renato de Almeida Braga (Zootecnia Geral e Genética); Francisco Alves de Andrade e Castro (Zootecnia Especializada) e Mário Rocha (Economia Rural).

Muitas das personalidades da Agronomia cearense foram ainda eternizadas na paisagem urbana, por meio da denominação de ruas e demais logradouros públicos na capital Fortaleza. O primeiro diretor, Couto Fernandes, tornou-se nome de bairro e de estação de metrô. Professor Dias da Rocha é uma rua no bairro Meireles. Outro dos fundadores da escola, Henrique Autran, foi lembrado em uma rua do bairro Monte Castelo. O legado de Renato Braga está presente em uma escola estadual de ensino médio no bairro Aldeota e em um parque ecológico de Maranguape, na Região Metropolitana de Fortaleza. Prisco Bezerra foi homenageado com uma rua no bairro Papicu, uma escola municipal de tempo integral no bairro Conjunto Ceará, o próprio Campus do Pici e uma praça pública localizada na entrada desse campus, inaugurada por seu neto, o ex-prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra.

Personalidades históricas

Raimundo Renato de Almeida Braga (1905–1968)

Engenheiro-agrônomo, professor, pesquisador, escritor, político e gestor. Foi o segundo vice-reitor da UFC entre os anos de 1960 e 1967, na gestão do reitor Antônio Martins Filho. Renato Braga nasceu em Cruzeiro do Sul (AC), filho de pais cearenses, e se fixou com a família no Ceará a partir de 1918, primeiro em Acoiara e, posteriormente, em Fortaleza. Graduou-se pela Escola de Agronomia do Ceará (atual CCA/UFC) em 1927, tendo sido o orador da turma. Após a formatura, foi indicado para ser professor catedrático de Zoologia Geral na Escola de Agronomia, além de ter lecionado as disciplinas de Zootecnia Especial, Agricultura Geral e Especial, Tecnologia Agrícola, Anatomia e Fisiologia Vegetais, Anatomia e Fisiologia dos Animais Domésticos, e Mineralogia e Geologia Agrícolas. De 1926 a 1934, trabalhou como secretário da Escola de Agronomia do Ceará, e, de 1934 a 1935, exerceu a mesma função na Escola Nacional de Agronomia (atual UFRRJ). Atuou como diretor da Escola de Agronomia do Ceará em duas ocasiões: de abril de 1938 a fevereiro de 1946, e de agosto de 1967 a junho de 1968. Na gestão pública, atuou como engenheiro-agrônomo da Prefeitura de Fortaleza, quando instalou o Horto Municipal e coordenou a arborização urbana e o paisagismo da cidade; foi secretário estadual de Agricultura e da Fazenda,

além de ter assumido a direção administrativa dos Serviços Experimentais de Irrigação do Nordeste e a diretoria-geral de Agricultura, no Ministério da Agricultura. Na política, exerceu dois mandatos de deputado estadual, de 1946 a 1954, participando da elaboração da Constituição Estadual de 1947. Em 1960, foi convidado pelo reitor Martins Filho para dirigir o Instituto de Zootecnia da Universidade do Ceará, com ênfase na pesquisa e na extensão na área de produção animal, pecuária e desenvolvimento industrial. Publicou obras acadêmicas de relevo, como *Plantas do Nordeste – especialmente do Ceará*, *Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará*, *Lições de Zootecnia e Evolução da Indústria Agrícola no Ceará*. Integrou agremiações literárias e sociedades científicas, como a Academia Cearense de Letras, o Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico, o Instituto do Nordeste e a Sociedade Brasileira de Agronomia. Renato Braga dá nome a uma escola estadual de ensino médio no bairro Aldeota, e é o patrono da cadeira nº 6 da Academia Cearense de Ciências (ACECI).

Prisco Bezerra (1913–1985)

Engenheiro-agrônomo, botânico, professor, pesquisador e gestor. Graduou-se pela Escola de Agronomia do Ceará (atual CCA/UFC) em 1935. No ano seguinte, ingressou como professor assistente de Botânica Agrícola (Anatomia, Fisiologia, Morfologia, Sistemática, Fitogeografia, Fitopatologia e Microbiologia) na mesma instituição, disciplina da qual se tornaria professor catedrático. Em 1938, deslocou-se para o sudeste do país, a fim de se aperfeiçoar na cadeira de Botânica Agrícola da Escola Nacional de Agronomia, à Seção de Fitopatologia do Ministério de Agricultura e ao Jardim Botânico, todos no Rio de Janeiro. Posteriormente, deslocou-se para São Paulo, onde estagiou nas seções de Fisiologia e de Virologia do Instituto Biológico de São Paulo. Ao retornar a Fortaleza, iniciou uma verdadeira revolução na cadeira de Botânica Agrícola: transformou o ensino, que àquela época era essencialmente teórico, em teórico-prático. Como pesquisador, além de ter sido o responsável pela criação do Herbário da Escola de Agronomia, hoje Herbário Prisco Bezerra, localizado no Departamento de Biologia do Centro de Ciências da UFC, publicou vários trabalhos sobre taxonomia vegetal e um livro sobre botânica sistemática e fitogeografia, sempre em colaboração com seu discípulo maior Afrânio Gomes Fernandes. Na administração acadêmica, dirigiu a Escola de Agronomia em duas ocasiões: de março de 1946 a setembro de 1950, e de fevereiro de 1951 a agosto de 1967, totalizando 20 dos 47 anos de magistério superior. Também foi o primeiro diretor da Escola de Engenharia do Ceará (atual Centro de Tecnologia/UFC), no ano de 1956. Prisco liderou o processo de federalização do ensino agrícola no Ceará no começo dos anos 1950, e foi um dos entusiastas da incorporação da Escola de

Agronomia à nascente Universidade do Ceará. De 29 de maio a 27 de setembro de 1954, época em que a Escola de Agronomia ainda era vinculada ao Ministério da Agricultura, participou, juntamente com outros diretores de escolas de Agronomia brasileiras, de missão oficial, patrocinada pelo Escritório de Agricultura Brasil-Estados Unidos para visitar estações experimentais agrícolas no México e em Porto Rico, e conhecer o modelo de *land-grant colleges* das universidades norte-americanas, com ênfase nas atividades de ensino, pesquisa e extensão rural, além das estruturas departamentais e de campus único ou cidade universitária. Na administração superior da universidade, Bezerra foi presidente da Comissão de Orçamento e Finanças do Conselho Universitário (CONSUNI), presidindo também a Comissão Central de Pesquisas, que originou a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, e atuou ainda como o primeiro pró-reitor de Planejamento da UFC. Prisco Bezerra recebeu homenagens póstumas nas denominações do Campus do Pici, da praça pública situada na entrada do mesmo campus, de uma escola municipal de tempo integral no bairro Conjunto Ceará, e da Medalha do Mérito Rural Prof. Prisco Bezerra, entregue a personalidades por serviços prestados às ciências agrárias e à produção agropecuária no estado do Ceará. Prisco Bezerra é patrono da cadeira nº 8 da Academia Cearense de Ciências (ACECI).

Francisco Alves de Andrade e Castro (1913–2001)

Engenheiro-agrônomo, advogado, professor, escritor, folclorista, antropólogo e gestor. Conhecido carinhosamente por “Chico Alves”, formou-se pela Escola de Agronomia do Ceará em 1938, tendo sido orador de sua turma. Em seguida, no ano de 1942, graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Ceará. Era um estudioso dos problemas agrários e sociais do Nordeste brasileiro, e contribuiu com um olhar sociológico e humanista para a agronomia cearense. Na UFC, foi professor catedrático de Zootecnia, chefe do Departamento de Zootecnia e professor emérito (1981). Ainda pela UFC, obteve reconhecimento com o Prêmio Clóvis Beviláqua pelo estudo *Agronomia e Humanismo*. Atuou como professor visitante e recebeu o título de doutor *honoris causa* da Escola Superior de Agricultura de Mossoró (atual UFERSA). Na gestão pública, exerceu os cargos de diretor do Departamento Estadual de Produção Animal, secretário estadual de Agricultura, representante estadual na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e delegado regional do Ministério da Agricultura. Pertenceu a várias agremiações culturais e científicas, como a Sociedade Brasileira de Zootecnia, a Academia Cearense de Letras e o Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico. Foi premiado com a Medalha Justiniano de Serpa, do Governo do Estado do Ceará, e a Medalha do Mérito Agrônomo do Brasil, pela Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil. Francisco Alves publicou diversos livros, como *Ensino e desenvolvimento das ciências agrárias no Nordeste (Ceará) 1918-1978*, *O pioneiro do folclore no Nordeste do Brasil – estudo sobre Juvenal Galeno, Tomás Pompeu e o seu tempo*, *Agronomia e desenvolvimento do Nordeste*, entre outros.

Américo Gomes da Silva (1913–2000)

Engenheiro-agrônomo, zoólogo, professor e gestor. Graduou-se pela Escola de Agronomia do Ceará (atual CCA/UFC) em 1935, na mesma turma de Prisco Bezerra. Em 1939, passou a integrar o corpo docente daquela instituição, ministrando as disciplinas de Zoologia Geral e Anatomia e Fisiologia dos Animais Domésticos. Assumiu a cátedra de Entomologia e Parasitologia Agrícolas com a federalização da Escola de Agronomia, tendo sido incorporado aos quadros da Universidade do Ceará em 1959. Foi diretor da Escola de Agronomia no período de junho de 1968 a outubro de 1969. Aposentou-se em 1991.

Ésio Pinheiro (1918–2002)

Engenheiro-agrônomo, professor, gestor e político. Formou-se pela Escola de Agronomia do Ceará em 1940. Ingressou no magistério superior em 1944, tornando-se catedrático de Química Orgânica e de Química Analítica. Foi diretor da Escola de Agronomia de setembro de 1950 a fevereiro de 1951, período da federalização da Escola. Lecionou nos principais colégios de sua época em Fortaleza, como a Escola Normal, o Liceu do Ceará e outras instituições particulares, além de ter sido pioneiro na criação de cursos pré-universitários na região Nordeste. Ésio Pinheiro foi eleito deputado estadual por quatro mandatos consecutivos, de 1955 a 1971, tendo sido indicado à vice-liderança da bancada do Partido Social Democrático (PSD). Na gestão pública, foi diretor da Companhia Cearense de Desenvolvimento Agropecuário (CODAGRO) e secretário estadual de Agricultura e Abastecimento. Na UFC, foi assessor do reitor Pedro Teixeira Barroso (1975-1979) e se aposentou como professor no ano de 1991.

José Dario Soares (1916–1983)

Engenheiro-agrônomo, professor, pesquisador e gestor. Graduou-se pela Escola de Agronomia do Ceará em 1941. Foi admitido como professor da Escola de Agronomia em 1956 e ficou responsável por diversas disciplinas, como: Máquinas e Motores Agrícolas, Mecânica Agrícola, Engenharia Rural, Construções Rurais e Desenhos Correspondentes, Hidráulica Agrícola e Topografia. Foi professor de Física do Liceu do Ceará. Em 1958, foi convidado pelo reitor Martins Filho para fundar e dirigir o Instituto de Tecnologia Rural (ITR). Na sua gestão, o ITR trouxe melhorias para a infraestrutura da Escola de Agronomia, com a instalação de laboratório de fibras vegetais, uma fábrica de pesticidas, uma fábrica-escola de processamento de produtos agropecuários e uma planta de beneficiamento de óleos vegetais. Dario Soares também trabalhou no Ministério da Agricultura, chefiando a Estação Experimental do Itaperi, cujo terreno foi doado pelo Ministério para o Governo do Ceará tornando-se, posteriormente, o campus do Itaperi, da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

José Ilo Ponte de Vasconcelos (1922–2006)

Engenheiro-agrônomo, professor e pesquisador. Graduou-se pela Escola de Agronomia do Ceará em 1944. Ingressou como professor da mesma Escola em 1956 e atuou no magistério da UFC até a sua aposentadoria em 1991. Na época da federalização da Escola de Agronomia, foi professor catedrático de Fitopatologia e Microbiologia Agrícola. Desenvolveu diversas pesquisas científicas envolvendo plantas leguminosas da caatinga e fixação biológica do nitrogênio em plantas de interesse econômico do Nordeste, a exemplo do feijão-de-corda (*Vigna sinensis*).

Haroldo Cipriano Pequeno (1920–2011)

Engenheiro-agrônomo, professor e pesquisador. Formou-se pela Escola de Agronomia do Ceará (atual CCA/UFC) em 1942. Nos anos 1940, ministrou aulas de Matemática e Física no “pré-agronômico”, curso preparatório para o vestibular. Em 1946, ingressou no magistério daquela instituição como professor assistente, até se efetivar no cargo dois anos depois. Lecionou Eletricidade Prática e se tornou catedrático da disciplina de Física Agrícola com a incorporação da Escola de Agronomia, em 1954, à recém-criada Universidade do Ceará. Ainda na década de 1950, Pequeno foi professor de Física da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará. Ele fundou e dirigiu a Estação Meteorológica da Escola de Agronomia, que, desde 2013, leva o seu nome e está

vinculada ao Departamento de Engenharia Agrícola. Após 45 anos de serviços prestados à universidade, aposentou-se em 1988. Em 1993, seus ex-alunos, pesquisadores da Embrapa Caprinos e Ovinos, homenagearam-no com a inauguração da Estação Agrometeorológica Prof. Haroldo Cipriano Pequeno, em Sobral (CE). Em 2008, foi um dos agraciados pela Assembleia Legislativa do Ceará no aniversário de 90 anos da Escola de Agronomia, e, em 2011, recebeu o título de professor emérito da UFC.

Manuel Mateus Ventura (1921–2018)

Engenheiro-agrônomo, biofísico, químico, professor, pesquisador e gestor. Foi um dos pioneiros do campo da Bioquímica do Ceará, a partir dos estudos de biologia vegetal e de bioquímica de plantas. Atuou como presidente da Comissão Central de Pesquisas e, em 1960, tornou-se o primeiro pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade do Ceará. Graduou-se pela Escola de Agronomia do Ceará (atual CCA/UFC) em 1943. Ingressou como professor assistente de Química Orgânica na mesma escola em 1946, e se tornou catedrático de Química Agrícola. De 1958 a 1968, dirigiu o Instituto de Química e Tecnologia, presidiu o Comitê de Ensino dos Institutos Básicos da UFC e foi um dos entusiastas em prol da criação do Curso de Engenharia Química da universidade. Em 1970, transferiu-se para a Universidade de Brasília (UnB) e na capital federal criou o Laboratório de Biofísica, o primeiro curso de Biologia Molecular no país e chefiou o Departamento de Biologia Celular do Instituto de Ciências Biológicas da UnB. Recebeu várias homenagens, como o Prêmio Anísio Teixeira (MEC/CAPES), a Ordem Nacional do Mérito Científico na categoria Grã-Cruz,

o posto de membro titular da Academia Brasileira de Ciências e o título de professor *honoris causa* da Universidade Federal do Ceará. Participou de diversas sociedades científicas nacionais e internacionais, a exemplo da Associação Brasileira de Química, Sociedade Brasileira de Botânica, a Academia de Ciências de Nova Iorque (EUA), a Sociedade Alemã de Botânica, a Sociedade Francesa de Físico-Química, a Sociedade Argentina de Fisiologia Vegetal, entre outras. Foi homenageado na UFC com o nome do Centro Acadêmico Prof. Manuel Mateus Ventura, do Curso de Química Industrial, e com a denominação do bloco didático 939 do Departamento de Bioquímica e Biologia Molecular, no Campus do Pici. Nas comemorações do centenário da Escola de Agronomia do Ceará, em 2018, ele foi o único homenageado na categoria professor catedrático.

Galeria



Prédios do Instituto de Tecnologia Rural (ITR), que atualmente compõem os blocos 853 e 854 do Laboratório de Processamento de Carnes, do Departamento de Engenharia de Alimentos [entre 1961 e 1963]

Fonte: Memorial da UFC



Fábrica-escola de processamento de produtos agropecuários, do Instituto de Tecnologia Rural, vinculado à Escola de Agronomia do Ceará [entre 1961 e 1963] Fonte: Memorial da UFC



Foto aérea de prédios do Instituto de Tecnologia Rural, com o Açude Santo Anastácio ("Açude da Agronomia") ao fundo [entre 1961 e 1963]

Fonte: Memorial da UFC



Foto aérea da Escola de Agronomia. No centro da imagem, há uma subestação abrigada de energia elétrica que funciona até hoje, localizada por trás do bloco 860 do Centro de Ciências Agrárias [entre 1961 e 1963] Fonte: Memorial da UFC



**Estrutura interna de
laboratório do Instituto
de Tecnologia Rural
[entre 1961 e 1963]**

Fonte: Memorial da UFC



**Sala de aula do Instituto
de Tecnologia Rural, da
Escola de Agronomia do
Ceará [entre 1961 e 1963]**

Fonte: Memorial da UFC



Prédio da Escola de Agronomia do Ceará, no qual atualmente se situa o Laboratório de Biotecnologia, no bloco 851 do Centro de Ciências Agrárias [entre 1961 e 1963] Fonte: Memorial da UFC



Prédio do Instituto de Zootecnia, da Escola de Agronomia [entre 1961 e 1963] Fonte: Memorial da UFC



O Instituto de Zootecnia da Universidade do Ceará, atual Departamento de Zootecnia da UFC, ocupa hoje os blocos 808, 809 e 810 do Centro de Ciências Agrárias [entre 1961 e 1963] Fonte: Memorial da UFC



Foto aérea do prédio do Instituto de Zootecnia, conhecido na época como “Brasília”, em referência ao estilo arquitetônico da nova capital federal [entre 1961 e 1963] Fonte: Memorial da UFC



Instituto de Zootecnia, da Escola de Agronomia do Ceará [entre 1961 e 1963] Fonte: Memorial da UFC

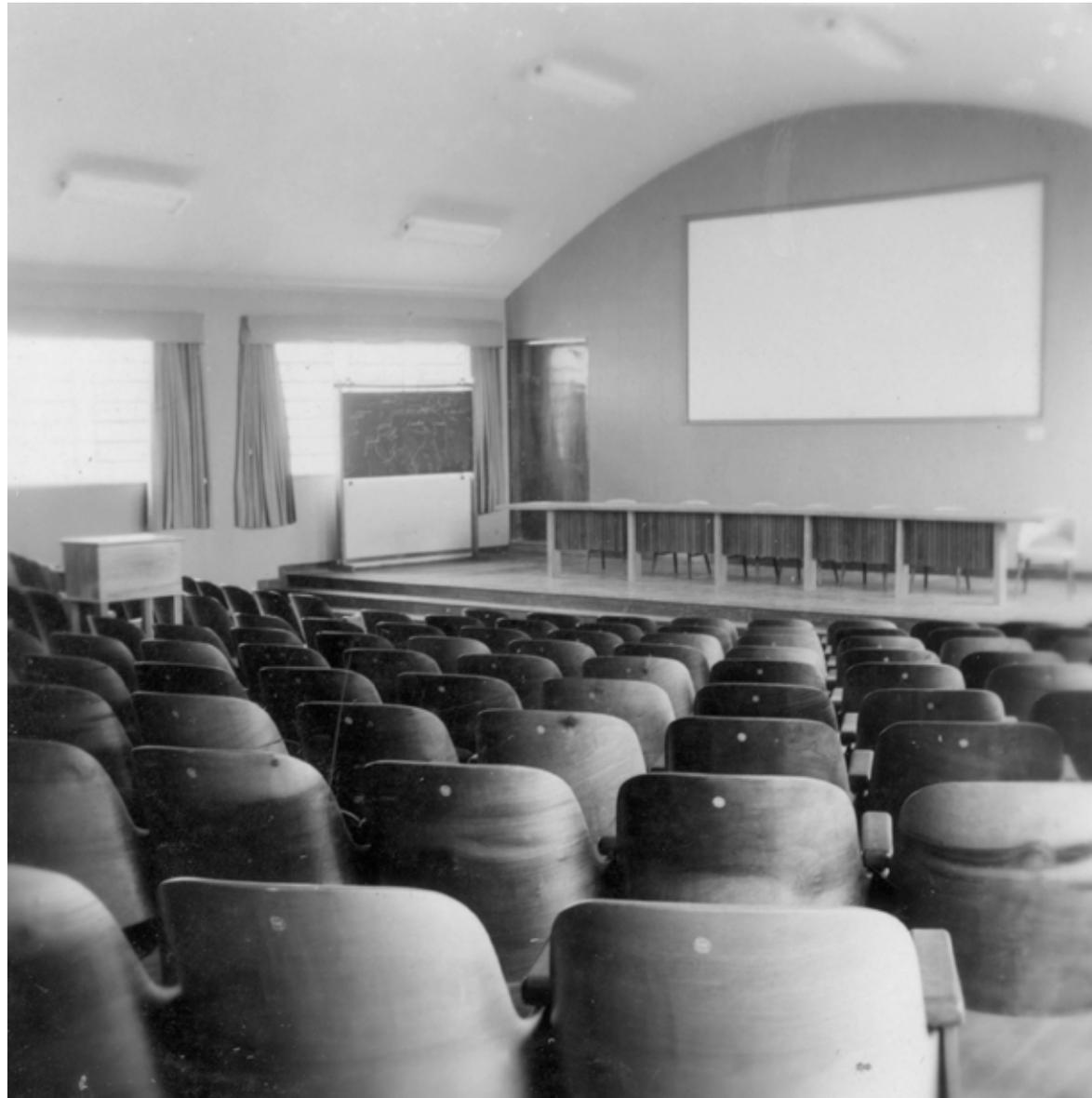


Caixa d'água em frente ao Instituto de Zootecnia, no Campus do Pici [entre 1961 e 1963]

Fonte: Memorial da UFC



Registro da construção do Instituto de Zootecnia no final da década de 1950 Foto: Ribamar Neto / Acervo Memorial da Escola de Agronomia do Ceará



Auditório do Instituto de Zootecnia da Escola de Agronomia do Ceará [entre 1961 e 1963] Fonte: Memorial da UFC



O Auditório do Instituto de Zootecnia foi renomeado como Auditório Prof. Alzir Barreto, do Departamento de Zootecnia, no Centro de Ciências Agrárias da UFC. Foram mantidas as cadeiras de madeira originais de meados do século XX [entre 1961 e 1963] Fonte: Memorial da UFC



Visita oficial no dia 5 de outubro de 1959 do ministro da Educação, Clóvis Salgado (de terno branco, ao centro), para a inauguração de prédios da Escola de Agronomia. Participaram da cerimônia o governador do Ceará, Parsifal Barroso (3º da esq. para a dir.), o reitor da Universidade do Ceará, Antônio Martins Filho (2º da dir. para a esq.), e o diretor da Escola de Agronomia, Prisco Bezerra (último à esq.) Foto: Ribamar Neto / Acervo Memorial da Escola de Agronomia do Ceará



Celebrações do Dia da Árvore, no Campus do Pici [entre 1964 e 1965]
Fonte: Memorial da UFC



As celebrações do Dia da Árvore tiveram as presenças do vice-reitor da Universidade do Ceará, o agrônomo Renato Braga (segurando um papel), e do diretor da Escola de Agronomia, Prisco Bezerra (ao centro, de óculos e terno cinza). Na ocasião, foi plantada uma muda de ipê-branco (*Tabebuia roseoalba*) [entre 1964 e 1965]

Fonte: Memorial da UFC



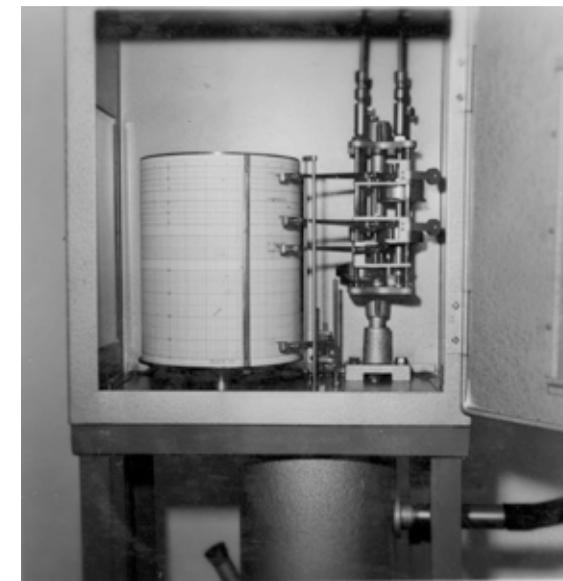
Celebrações do Dia da Árvore, no Campus do Pici [entre 1964 e 1965]
Fonte: Memorial da UFC



Estação Meteorológica da Escola de Agronomia, a primeira instalada no estado do Ceará. Desde 2013, foi renomeada como Estação Meteorológica Prof. Haroldo Cipriano Pequeno e está localizada no bloco 831 do Departamento de Engenharia Agrícola [entre 1961 e 1963] Fonte: Memorial da UFC



Actinógrafo da Estação Meteorológica da Escola de Agronomia, instrumento utilizado para medir a radiação solar [entre 1961 e 1963] Fonte: Memorial da UFC



Anemógrafo universal da Estação Meteorológica da Escola de Agronomia, instrumento utilizado para medir as variações de direção e de velocidade dos ventos [entre 1961 e 1963] Fonte: Memorial da UFC



Laboratório de Análise de Fibras Têxteis, do Instituto de Tecnologia Rural [entre 1961 e 1963] Fonte: Memorial da UFC



Registro do prédio do atual bloco 848, sede da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da Universidade Federal do Ceará Foto: Ribamar Neto / Acervo Memorial da Escola de Agronomia do Ceará



Na entrada do Campus do Pici pela Av. Mister Hull, está localizada a diretoria do Centro de Ciências Agrárias da UFC, denominação da antiga Escola de Agronomia do Ceará adotada em 1973 Foto: Viktor Braga



Laboratório de Análise de Fibras Têxteis, do
Instituto de Tecnologia Rural [entre 1961 e 1963]
Fonte: Memorial da UFC



Laboratório do Instituto
de Tecnologia Rural, da
Escola de Agronomia
[entre 1961 e 1963]
Fonte: Memorial da UFC

Referências e material de consulta

ARAÚJO, Nilton de Almeida. Pioneirismo e hegemonia: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911). 2010. Tese (Doutorado em História) Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

BEZERRA, Roberto Cláudio Frota. A construção do amanhã: as origens da Universidade Federal do Ceará, jun. 2021. Fortaleza: UFC, 2021. Entrevista concedida a Marco Fukuda.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Collecção das Leis do Brazil de 1818. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bd-camara/18332>. Acesso em: 2 jun. 2021.

CAPDEVILLE, Guy. O ensino superior agrícola no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 72, n. 172, p. 229-261, set./dez. 1991.

CAPDEVILLE, Guy. O ensino superior agrícola no Brasil. Viçosa: UFV, Impr. Univ., 1991.

CASA DE OSWALDO CRUZ / FIOCRUZ. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/facfarodontce.htm>. Acesso em: 12 jan. 2021.

DIAS, Cleimon Eduardo do Amaral. Abordagem histórica e perspectivas atuais do ensino superior agrícola no Brasil: uma investigação na UFRGS e na UC Davis. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

GALENO, Juvenal. Discurso do Sr. Juvenal Galeno pronunciado na sessão de 5 de setembro de 1859. Pedro II, p. 2-3, Fortaleza, 29 out. 1859. Disponível em: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional <http://memoria.bn.br/>

[DocReader/docreader.aspx?bib=216828&pasta=ano%20185&pesq=%22Juvenal%20Galeno%22&pagfis=3810](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=216828&pasta=ano%20185&pesq=%22Juvenal%20Galeno%22&pagfis=3810). Acesso em: 20 mai. 2021.

GALENO, Juvenal. Discurso do Sr. Juvenal Galeno pronunciado na sessão de 5 de setembro de 1859. Pedro II, p.2-3, Fortaleza, 2 nov. 1859. Disponível em: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=216828&pasta=ano%20185&pesq=%22Juvenal%20Galeno%22&pagfis=3814>. Acesso em: 20 mai. 2021.

LIMA, Francisco de Assis Melo; GURGEL, Ítalo. Escola de Agronomia da UFC – 100 anos de atuação transformadora. Fortaleza: Edições UFC, 2019.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. A educação pela caridade no Império em Fortaleza – o abrigo de órfãos na Colônia Cristina. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa, 2003.

MELO, Ricardo Carvalho de. A história da Agronomia no Brasil: uma breve análise. 2020. Trabalho de conclusão de curso Lato Sensu (Docência no Ensino Superior) – Programa de Pós-Graduação Lato Sensu, Instituto Federal Goiano, Ipameri, 2020.

MENDONÇA, Sônia Regina de. O ruralismo brasileiro (1888-1931). São Paulo: Hucitec, 1997.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Políticas agrícolas e patronato agroindustrial no Brasil (1909-1945). História Econômica & História de Empresas / Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. São Paulo, v. 16, n. 1, p. 73-100, 2013.

MESQUITA, Teobaldo Campos. Escola de Agronomia do Ceará – 90 anos. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

MINISTÉRIO DA CULTURA. A carta de Pero Vaz de Caminha. Acervo digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em: 20 mai. 2021.

MIRANDA, Ana. Histórias contadas pelo vento. Fortaleza: Dummar, 2019.

MOLINA, Rodrigo Sarruge; SANFELICE, José Luís. A gênese da institucionalização do ensino agrícola no Brasil. Educere et Educare – Revista de Educação. v. 9, n. 17, p. 213-229, 2014.

OLIVER, Graciela de Souza. O papel das escolas superiores de agricultura na institucionalização das ciências agrícolas no Brasil, 1930-1950: práticas acadêmicas, currículos e formação profissional. 2005. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ensino e História de Ciências da Terra, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

PARDAL, Paulo de Tarso. Sob as asas da jandaia – Romantismo / Curso Literatura Cearense. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2020.

PRISCO, José Tarquínio. A construção do amanhã: as origens da Universidade Federal do Ceará, jun. 2021. Fortaleza: UFC, 2021. Entrevista concedida a Marco Fukuda.

REZENDE, Joelito de Oliveira. As origens do ensino da Agronomia no Império e suas repercussões no Brasil. Auditório da PRPPG – Campus de Cruz das Almas: [s.n], 2009, 50p. Tema apresentado no Simpósio dos 150 anos do Ensino Superior Agrícola no Brasil (Mesa-Redonda), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 24 e 25 de novembro de 2009.

VEIGA, José Antonio de Souza. A origem do ensino superior agrícola subordinado ao Ministério da Agricultura. COMUNICAÇÕES, Piracicaba, ano 17, n. 1, p. 7-20, jan./jun. 2010.



4

**Faculdade de
Medicina do Ceará**

1° DE MARÇO DE 1948

Imagem: Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo [entre 1964 e 1965] Fonte: Memorial da UFC

No caminhar da linha do tempo que conduz o Ceará à sua primeira universidade, a criação da Faculdade de Medicina é um dos passos mais próximos da concretização desse objetivo. Surgida em um processo de expansão do ensino médico, ela contou com a adesão de nomes de peso do cenário local da saúde, compondo assim o estofo necessário para a configuração do corpo acadêmico da almejada instituição.

Criada em 1º de março de 1948, a faculdade tanto proveu uma diversificação dos serviços de saúde disponíveis à população quanto consolidou um ambiente universitário na capital. Impulsionou ainda as movimentações sociopolíticas em torno da federalização do ensino superior no estado.

Expansão

Nacionalmente, o contexto histórico em que foi criada a Faculdade de Medicina do Ceará era cada vez mais favorável à expansão acadêmica. O modelo de ensino universitário no Brasil havia ganhado corpo há pouco mais de uma década, a partir de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e, no ano seguinte, com a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras e a criação do Conselho Nacional de Educação, no governo de Getúlio Vargas. Até então, o modelo adotado de ensino superior era o mesmo desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, voltado à formação de profissionais liberais. Com o estatuto, que ficou conhecido também como reforma Francisco Campos – fazendo referência ao primeiro titular do Ministério da Educação do país –, foi definida a estrutura do ensino superior, que passaria a ser vinculado à administração federal.

Nessa década surgiram ainda algumas das primeiras universidades brasileiras, como a Universidade de São Paulo (USP), que, apesar de ser estadual, é considerada pioneira sob esse formato moderno de ensino, pesquisa e extensão. De 1945 em diante, desenvolveu-se o sistema federal de ensino superior, com destaque para o período de 1946 a 1960, quando 18 novas instituições de ensino superior públicas passaram a funcionar no país. No ensino médico, esse crescimento também foi observado: em 1930, existiam no Brasil 10 escolas médicas, todas públicas. Em 1963, eram 36, entre públicas e privadas.

O Ceará, na década de 1940, também experimentou intensa movimentação estudantil pró-universidade, reunindo tanto líderes dos centros acadêmicos da Faculdade de Direito, da Faculdade de Farmácia e Odontologia e da Escola de Agronomia do Ceará quanto secundaristas. Junto ao alunado fortalezense, que incorporou o clamor por uma universidade cearense como uma de suas principais pautas, a agitação de educadores e intelectuais da cena local adensava esse coro.

Saúde pública

A instalação da Faculdade de Medicina do Ceará ocorreu em 1º de março de 1948, mas suas origens conectam-se ao começo do século XX, quando uma verdadeira transformação ocorreu no campo da saúde pública no país. As primeiras décadas foram marcadas por inovações na assistência à saúde, e a força motriz dessa ação foi o movimento sanitário, que se fundiu aos conceitos de formação nacional e de desenvolvimento urbano da República.

Com uma história envolta por epidemias, o Ceará vira padecer no século XIX grande soma de sua população por doenças como febre amarela, cólera, sarampo e varíola. Esta última chegou a vitimar mais de mil pessoas em Fortaleza em um

único dia, 28 de novembro de 1868, data conhecida como o Dia de Mil Mortos. Na virada do século, a capital acompanhou o desenvolvimento, com o crescimento econômico e populacional, de uma série de empreendimentos no campo da saúde pública, reverberando os discursos médico-higienistas correntes. Uma iniciativa de relevo na cidade deu-se em 1913, com a criação, pelo médico Manuel Duarte Pimentel, do Centro Médico Cearense.

Inicialmente denominado Associação Médica e Farmacêutica, o Centro Médico Cearense (CMC) foi uma agremiação profissional que congregou médicos, farmacêuticos e cirurgiões-dentistas e que atuou no sentido da construção de um cenário profissional da medicina no estado. À reunião inicial, ocorrida em 20 de fevereiro de 1913, na residência de Manuel Pimentel (rua General Sampaio, 78), compareceram 29 médicos, além de 17 farmacêuticos e 7 cirurgiões-dentistas. O primeiro presidente do CMC foi o médico Guilherme Studart, também conhecido como Barão de Studart, cuja posse ocorreu em sessão solene na Assembleia Legislativa, em 25 de março do mesmo ano.

O marco inicial do ensino médico no Brasil foi a Escola de Cirurgia da Bahia, criada em 18 de fevereiro de 1808, no contexto da vinda da família real portuguesa. Tal iniciativa foi do médico pernambucano José Correia Picanço ao conseguir a autorização de Dom João VI.

Em uma cidade que não dispunha de faculdade de medicina, a inserção em um núcleo corporativo como o CMC representava um significativo poder simbólico, tanto do ponto de vista profissional quanto político, para os que pretendiam trilhar esta carreira.¹

Diretamente influenciada pelo sanitarismo, a entidade teve grande impacto na elaboração de políticas públicas em saúde para Fortaleza e subsequente consolidação da pesquisa local nesse campo. Além de um espaço de sociabilidade, o Centro Médico construiu as bases para a prática acadêmica da medicina no Ceará, através de sua revista, inicialmente chamada *Norte Médico* e depois *Ceará Médico*, periódico que apresentava revisões de casos clínicos e novidades científicas.

A partir de um lugar comum de pertencimento, os membros do CMC, portadores de influência e prestígio social, constituíram-se como representante de todos os profissionais da saúde diplomados do estado, planejaram e executaram atividades que permitiram a aproximação da medicina acadêmica junto ao poder público e à sociedade, fazendo com que houvesse paulatinamente a construção da sua autoridade cultural e social, logo, o reconhecimento da sua autoridade profissional, soberania, frente às práticas de cura fundamentadas na tradição. Por tudo isso, é que o restrito grupo de profissionais do CMC se constituem como a elite médica cearense.²

¹ SALES, Tibério. Medicina, associativismo e repressão: o Centro Médico Cearense e a formação do campo profissional em Fortaleza (1928-1938). 2010. p. 81.

² GADELHA, Georgina. Sob o signo da distinção: formação e atuação da elite médica cearense (1913-1948). 2017, p. 340.

A pungente atuação em saúde pública na busca por soluções para a tão demandante Fortaleza da época e o intenso debate acadêmico dos integrantes do CMC culminariam, em 1935, com a realização do primeiro Congresso Médico Cearense. O evento, patrocinado pelo Governo do Estado, na gestão de Menezes Pimentel, foi celebrado com um banquete oficial que contou com a presença de autoridades. Ao todo, 104 congressistas participaram da iniciativa, que contou com representantes do Pará, Paraíba e Pernambuco.

Como atividades promovidas pelo Congresso Médico constaram visitas a unidades de saúde locais e ao açude Acarape, que abastecia a capital, e a discussão de 31 teses sobre temas referentes à realidade de saúde do estado, como “A mortalidade infantil em Fortaleza”, “A lepra no Ceará”, “O impaludismo no sertão: uma das suas causas no município de Sobral”, entre outras.

A organização do congresso esteve a cargo de uma comissão presidida pelo médico Jurandir Picanço, que, entre outras realizações, foi um dos fundadores da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo, pioneira no ensino de enfermagem no Ceará, em 1943. Picanço atuou também como um dos organizadores do primeiro Congresso Brasileiro de Médicos Católicos – iniciativa que fomentou a criação da Sociedade Promotora da Faculdade de Medicina, em 1946 –, e integrou o grupo dos cinco fundadores da Faculdade de Medicina, em 1948.

Congresso católico

Crucial para o encorpamento das movimentações em prol da criação da Faculdade de Medicina, o primeiro Congresso Brasileiro de Médicos Católicos ocorreu de 1º a 7 de julho de 1946, em Fortaleza. Reuniu em torno de 500 participantes do Brasil inteiro na discussão de temas na interseção entre medicina e religião, com atividades no Teatro José de Alencar e no Palácio do Comércio, no centro da cidade. Organizado por destaques na classe médica local, como João Otávio Lobo, presidente do evento, e Jurandir Picanço e Waldemar Alcântara, vice-presidentes, o congresso teve como diretor-geral o padre jesuíta Antônio Monteiro da Cruz, idealizador da Sociedade Médica São Lucas.

Criada em 1937, com o nome de Sociedade Médica São Lucas, a organização religiosa tinha entre suas atividades a promoção de retiros espirituais voltados a médicos. O primeiro deles ocorreu no mesmo ano de sua criação, na Casa de Retiros Fechados do Cristo Rei, e teve a participação de 13 profissionais de saúde. No ano seguinte, passou a contar com apoio do Centro Médico Cearense,

O Estatuto das Universidades Brasileiras ou reforma Francisco Campos, criado pelo Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, foi o primeiro documento legal a abordar as finalidades do ensino universitário e a organização técnica e administrativa das universidades públicas, de institutos isolados e faculdades livres (privadas).

fato que possibilitou o aumento do número de médicos participantes no retiro nas edições posteriores.

Além do objetivo de propagação da fé católica, a Sociedade Médica São Lucas constituiu-se em um proeminente espaço de organização política. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e a sequente ascensão como lideranças mundiais de dois estados laicos, Estados Unidos e extinta União Soviética, a Igreja Católica viu crescer sua preocupação acerca do laicismo na América Latina. No Brasil, o contexto era de fim do Estado Novo, que na década de 1930 tivera a Igreja como estrutura convergente na consolidação de um projeto

político nacional. É nesse ambiente que se realiza o Congresso Brasileiro de Médicos Católicos, como parte das celebrações dos 10 anos de retiros da Sociedade Médica São Lucas, com o estratégico apoio da classe médica cearense.

O I Congresso Brasileiro de Médicos Católicos, portanto, incorpora objetivos dos projetos de hegemonia política, onde medicina e religião constituem momentos decisivos. A leitura dos resultados desse encontro, deste modo, não apenas revela uma realidade cultural de interesse dos cearenses, mas também uma estratégia supranacional de poder. O Congresso não foi um simples acontecimento de medicina e de religiosidade, mas um

*esforço de hegemonia política, ou de contra-hegemonia, num mundo em transição.*³

O prestígio de que gozava a Sociedade Médica São Lucas, da qual nomes de peso da medicina do estado do Ceará faziam parte, e o sucesso do Congresso Brasileiro de Médicos Católicos em 1946 deram novo impulso às considerações acerca da criação de uma Faculdade de Medicina em Fortaleza. Efetivamente, das discussões e encaminhamentos dos encontros da sociedade viria a defesa de uma escola médica cearense. Partiu de seu presidente, o médico João Otávio Lobo, o encaminhamento, em março de 1948, de uma carta oficial da organização ao então presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, solicitando apoio para a implantação da Faculdade de Medicina do Ceará.

Essa era uma demanda almejada desde 1914, quando da tentativa de criação da Faculdade de Medicina Tropical, Farmácia e Odontologia pelo médico Eduardo Salgado, iniciativa que acabou não vingando. Um resultado, portanto, do Congresso Católico no sentido de concretização desse ideal perseguido

³ PARENTE, Josênio In: SILVA, Marcelo. I Congresso Brasileiro de Médicos Católicos: textos e contextos. 2010, p. 375-376.

por mais de 30 anos foi a constituição da Sociedade Promotora da Faculdade de Medicina do Ceará.

Em 9 de junho de 1947, o médico Jurandir Picanço, integrante da Sociedade Médica São Lucas e do Centro Médico Cearense, que havia participado dos dois congressos de médicos sediados na capital, reuniu em sua casa colegas de profissão a fim de que unissem esforços para a criação da Faculdade de Medicina. Estiveram na ocasião os médicos César Cals de Oliveira, Eliezer Studart da Fonseca, Waldemar Alcântara, João Estanislau Façanha, Alber Vasconcelos, Antônio Jorge de Queiroz Jucá, Juvenil Hortêncio de Medeiros, Fernando Leite, José Leite Maranhão, Vicente Andrade Lima, Walter de Moura Cantídio, Tarcísio Soriano Aderaldo, João Otávio Lobo, João Batista Saraiva Leão, Josa Magalhães, João Ramos Pereira da Costa, Haroldo Gondim Juaçaba e Raimundo Vieira da Cunha.⁴

Ao fim das discussões naquele encontro, foi aprovada a criação da Sociedade Promotora da Faculdade de Medicina do Ceará, tendo à frente César Cals de Oliveira, presidente de honra, e Jurandir Marães Picanço, presidente. Dali em diante seriam iniciados os trabalhos de angariação de apoio político e da sociedade em geral para executar o objetivo pretendido. Definiu-se ainda que o presidente da Sociedade Promotora, Jurandir Picanço, realizaria a entrega dos anais do Congresso Católico ao presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, e às demais autoridades na capital Rio de Janeiro, e uma comissão procuraria o governador do Ceará, Faustino de Albuquerque, em busca de apoios institucionais para a instalação da Faculdade de Medicina.

Naquele mesmo ano, apenas 10 dias depois da criação da Sociedade Promotora da Faculdade de Medicina, em 19 de junho, o ministro da Educação Clemente Mariani esteve em visita à Faculdade de Direito do Ceará, circunstância na qual foi entregue a ele, pelo professor Antônio Martins Filho, um abaixo-assinado solicitando a criação de uma universidade no Ceará. Desse modo, tanto a criação da Faculdade de Medicina quanto a da própria Universidade do Ceará se aproximam historicamente pelos aspectos temporal e sociopolítico.

Algum tempo depois, visitou o Ceará o então Ministro da Educação, professor Clemente Mariani. Recepcionado na Faculdade de Direito, fez ali S. Exa. importante pronunciamento, a propósito de uma solicitação do alumnado que, através de um documento com quase dez mil assinaturas, pleiteava uma Universidade para o Ceará. Nesse ensejo, advertiu que, se quiséssemos uma Univer-

⁴ Com informações de ARARIPE, J. C. Alencar. A Faculdade de Medicina e sua ação renovadora. 2012, p. 20.

O sanitarismo foi um movimento com forte influência nas práticas médicas e na saúde pública na transição entre os séculos XIX e XX. Os médicos sanitaristas propunham medidas como saneamento básico, vacinação, limpeza urbana e iluminação pública como formas de combater doenças. No Brasil, um dos principais expoentes foi o cientista Oswaldo Cruz, enquanto no Ceará despontaram figuras como o farmacêutico e escritor Rodolfo Teófilo.

Outras instituições educacionais e de assistência à saúde prepararam o terreno para implantar a FAMED. Em 1942, foi criado o Instituto dos Cegos e, no ano seguinte, a Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo. Em 1944, foi a vez do Instituto do Câncer do Ceará.

*cidade, teríamos de lutar por ela, por todos os meios e modos possíveis, certos de que, no Ministério, poderíamos contar com sua integral cooperação.*⁵

Com retornos positivos nos âmbitos local e nacional acerca da instalação da faculdade, os membros da Sociedade Promotora, em reunião do dia 18 de julho, definiriam pela mudança de nome e estrutura da organização para Instituto de Ensino Médico. Ao instituto caberia o levantamento das necessidades estruturais, financeiras e encargos jurídicos da faculdade, indo desde a fundação, instalação até a sua futura manutenção. Compuseram a primeira diretoria do Instituto de Ensino Médico o dirigente do Centro Médico Cearense, César Cals de Oliveira, presidente de honra; Jurandir Picanço, presidente; João Otávio Lobo, vice-presidente; Antônio Jorge de Queiroz Jucá, primeiro-secretário; Haroldo Juaçaba, segundo-secretário; Eliezer Studart da Fonseca, tesoureiro. Como diretores, fizeram parte João Batista Saraiva Leão, José Ossian de Aguiar, Paulo de Melo Machado e Walter de Moura Cantídio.

Foi ainda constituído o Livro de Ouro do Instituto de Ensino Médico, que contou com doações em dinheiro de integrantes do comércio e da indústria para a instalação da faculdade. O Governo do Estado, sob gestão de Faustino Albuquerque, além da doação do prédio para a sede, firmou, em novembro de 1947, compromisso para a cessão de um crédito financeiro, de 200 mil cruzeiros iniciais, para instalação da escola médica, e de 240 mil cruzeiros nos anos seguintes, para manutenção e despesas, ao Instituto de Ensino Médico. Na votação do orçamento de 1948, o deputado federal Paulo Sarasate incluiu uma emenda parlamentar no valor de 500 mil cruzeiros destinados ao mesmo fim.

Instalação da faculdade

Em sessão de 2 de dezembro de 1947, o Instituto de Ensino Médico elegeu como diretor da futura Faculdade de Medicina do Ceará o médico Jurandir Marães Picanço, que capitaneou as movimentações da Sociedade Promotora e do referido instituto para a instalação da faculdade. Todavia, suas convicções a respeito da necessidade de que o Ceará possibilitasse aos seus jovens formação médica local datavam dos anos 1930, quando da visita de seu antigo professor na Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), o renomado neurologista pernambucano Antônio Austregésilo Rodrigues Lima.

Em visita a Fortaleza, em 1939, Austregésilo foi hóspede de Jurandir Picanço e, naquela ocasião, sugeriu ao ex-aluno a ideia da criação de uma faculdade de medicina no estado. Passada quase uma década, o objetivo se concretizaria, com a instalação, em 1º de março de 1948, da Faculdade de Medicina do Ceará, sob a direção do

⁵ MARTINS FILHO, Antônio. Entrevista de Antônio Martins Filho ao jornal O Povo. 2000.

Instituto de Ensino Médico, cujo conselho técnico era integrado por José Carlos Ribeiro, Waldemar Alcântara, Walter Cantídio, Fernando Leite, Antônio Jucá e Newton Gonçalves. A concessão para funcionamento veio em 13 de abril, assinada pelo presidente Eurico Gaspar Dutra e pelo ministro da Educação Clemente Mariani. Com a aprovação do Conselho Nacional de Educação, foi constituída lista tripla três dias depois, em 16 de abril, para a escolha do novo diretor dentre os membros do Instituto de Ensino Médico, votação que apontou, por unanimidade, o professor Saraiva Leão como diretor da nova faculdade.

O passo seguinte foi a escolha de um prédio para abrigar as atividades, tarefa que coube aos médicos Jurandir Picanço e Antônio Jucá e tomou ares de uma verdadeira caça ao tesouro. Após percorrer de automóvel diversos espaços da cidade, a dupla decidiu pelo Grupo Escolar José de Alencar, situado ao lado do teatro que também recebe o nome do escritor cearense (na esquina das ruas Liberato Barroso e 24 de Maio), no centro de Fortaleza. Com a doação, pelo governador Faustino Albuquerque, do local para a instalação da faculdade, a edificação passou por reforma para se adequar às aulas práticas da escola médica.

*A parte superior do bloco de frente compunha-se das salas de espera, da Diretoria, da Biblioteca e da Secretaria, sendo que esta última era ocupada também pela Tesouraria. No andar térreo, logo na entrada, estava a Portaria e dos lados dois anfiteatros: Antônio Austregésilo e Faustino de Albuquerque, cada um com o medalhão do seu patrono. Tinham ambos os anfiteatros capacidade para 60 alunos. No bloco posterior, achavam-se o Gabinete de Anatomia, com 6 mesas de mármore para dissecação, três tanques impermeabilizados, para conservação de cadáveres, e dois esqueletos humanos, sendo um desarticulado.*⁶

Com a definição do local das aulas, montou-se nova comissão para viabilizar o início das atividades. Foi composta pelo grupo considerado fundador da Faculdade de Medicina – Jurandir Picanço, Waldemar Alcântara, José Carlos Ribeiro, Newton Gonçalves e Walter Cantídio –, além do representante do Ministério da Educação e Saúde Pública, César Vilares.

Início das atividades

Em 26 abril de 1948, teve início o primeiro processo seletivo da Faculdade de Medicina. Com provas orais que, por muitas vezes, seguiam noite adentro, o vestibular continuou até 5 de maio e dele participaram 85 candidatas, concorrendo a 60 vagas. Ao fim do certame, apenas 10 formaram a primeira turma, dos quais três chegariam à colação de grau, em 1953, sendo duas mulheres e um homem: Hilda de Sousa Guimarães, Ana Nogueira Gondim e Raimundo Hélio Cirino Bessa.

⁶ ARARIPE, J. C. Alencar. A Faculdade de Medicina e sua ação renovadora. 2012, p. 105.

A aula inaugural, ou aula de sapiência, foi realizada em 12 de maio de 1948, ministrada pelo diretor da Faculdade Nacional de Medicina, Alfredo Alberto Pereira Monteiro, que falou sobre novidades no campo da cirurgia e de sua atuação como médico na Primeira e Segunda Guerra Mundial, quando serviu na França e na Itália, respectivamente.⁷ No dia 14 de maio, uma sexta-feira, iniciou-se o ano letivo da faculdade, com as duas primeiras disciplinas: Anatomia e Histologia, e Embriologia Geral. O reconhecimento da Faculdade de Medicina do Ceará se deu três anos depois, em 27 de março de 1951, em decreto assinado pelo presidente Getúlio Vargas e o ministro da Educação, Ernesto Simões Filho.

A praça José de Alencar sediou a Faculdade de Medicina até 1957, quando ocorreu a transferência para o então longínquo Porangabuçu, local que recebera, em 1944, o início das obras do Hospital Carneiro de Mendonça, que vinha sendo construído pelo Governo do Estado. Interrompida mais de uma vez, a construção da unidade de saúde esteve completamente parada em 1949, ano em que o Instituto de Ensino Médico se mobilizou para conseguir a transferência patrimonial do prédio que poderia vir a abrigar o Hospital das Clínicas de seu curso médico há pouco inaugurado. O governador Faustino de Albuquerque concordou com a transferência, definindo como contrapartida que no hospital fosse instalado um serviço para isolamento de pacientes com doenças infectocontagiosas, o que viria a acontecer em 1952. Antes de 1957, o ensino de clínica médica e cirurgia, distribuído nos últimos três anos do curso, era ministrado na Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza.

Os caminhos da Faculdade de Medicina do Ceará e da Universidade do Ceará se encontram em 1954, com a federalização da faculdade e sua integração como um dos pilares da incipiente universidade. Em 20 de abril de 1956, o patrimônio do Instituto de Ensino Médico, avaliado em 13 milhões de cruzeiros e composto pelo prédio da praça José de Alencar, o Hospital das Clínicas em construção e uma vasta área no Porangabuçu cedida pela Prefeitura de Fortaleza na gestão de Paulo Cabral de Araújo, foi transferido à Universidade do Ceará. A inauguração oficial do Hospital das Clínicas ocorreu em 1959, com a presença do presidente Juscelino Kubitschek, e a da Maternidade-Escola Assis Chateaubriand, em 1965, fazendo parte da solenidade o empresário das comunicações que dá nome à unidade de saúde. Em meados de 1980, o Hospital das Clínicas passou a se chamar Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC), em homenagem a um dos fundadores da Faculdade de Medicina.

⁷ Dessa data de início das atividades deriva o nome do Diretório Acadêmico XII de Maio, do Curso de Medicina da UFC.

Transferência ao Porangabuçu

O livro *Memória do Hospital das Clínicas*, de autoria do médico e professor Célio Brasil Girão (1928-1996), é um dos principais registros historiográficos da medicina acadêmica no Ceará. A obra, publicada nas celebrações dos 40 anos da UFC, em 1994, conta a história de criação do Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) e relata como o hospital esteve vinculado ao desenvolvimento do ensino médico, das pesquisas clínicas e da assistência à saúde. Dos anos de 1951 a 1958, Girão aponta que a Santa Casa funcionou como o primeiro hospital dedicado às atividades didáticas da Faculdade de Medicina do Ceará (atual FAMED/UFC), com o surgimento dos serviços médicos e a formação de recursos humanos que se mantiveram nas fases posteriores.

*Com o início do ciclo clínico, em 1951, a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza passou a funcionar como hospital-escola da Faculdade de Medicina. Abrigar-se-iam em suas dependências os serviços médicos de clínica médica e cirurgia distribuídas nos três últimos anos do curso. Os serviços ali instalados foram precursores de vários dos atuais Serviços Médicos do Hospital Universitário Walter Cantídio, tendo alguns deles mantido praticamente as mesmas equipes e as mesmas relações hierárquicas até a reforma universitária de 1964, quando se extinguíram as cátedras e foi instituído o sistema departamental.*⁸

Entre os professores catedráticos se instalou uma polêmica sobre a transferência das instalações das aulas teóricas, na praça José de Alencar, e das clínicas, na Santa Casa, para a região do Hospital das Clínicas que estava sendo construído. Aqueles contrários à mudança argumentavam que a Santa Casa estaria suficientemente equipada, próxima aos serviços de diagnóstico e acessível para a população, por conta da localização central. Por outro lado, os favoráveis, além do novo hospital, defendiam que, com a federalização da Faculdade de Medicina e sua subsequente incorporação à Universidade do Ceará, os docentes receberiam melhores salários, o que lhes garantiria melhores condições de trabalho.

Em meados do século passado, o Porangabuçu (hoje Rodolfo Teófilo) era considerado um bairro distante, ou uma “lonjura”, nas palavras de Célio Girão. Naquela época, no centro de Fortaleza estavam situadas as residências das famílias abastadas, bem como os consultórios dos médicos de renome.

⁸ GIRÃO, Célio Brasil. *Memória do Hospital das Clínicas: fragmentos da história do hospital-escola da UFC*. 1994, p. 19.

*Havia chegado, finalmente, a hora de levar para aqueles sítios a maioria dos professores, muitos dos quais resistiam à ideia de deslocarem para tão longe. Os ambulatórios de Cardiologia, Dermatologia e Doenças Infecto-contagiosas já funcionavam por lá, mas só no segundo semestre de 1958 começou o funcionamento dos demais serviços de pacientes externos das especialidades clínicas. [...] Diante da resistência, o Professor Waldemar de Alcântara, Diretor da Faculdade, convocou reunião para tomada de decisão. Depois de muita discussão, o Dr. Waldemar pôs ordem nos serviços, afirmando, bem no seu estilo, que queria ver todos ali no dia seguinte, e que estava terminada a reunião. E assim foi. No dia seguinte começaram a chegar os professores, que logo passaram a ocupar as salas reservadas ao atendimento ambulatorial, situadas no andar térreo, ala norte, oposta àquela em que ficavam a Dermatologia e o Serviço de Doenças Infecto-contagiosas. As enfermarias continuariam na Santa Casa até 1959.*⁹

Em um processo iniciado com a fundação do Hospital das Clínicas, em 1957, a faculdade e as especialidades médicas migraram ao Campus do Porangabuçu para consolidar o complexo de saúde e modificar a paisagem cultural e urbanística da capital cearense.

União

Os projetos estratégicos de criação de uma faculdade de medicina e posteriormente de uma universidade pública federal conseguiram apoio de diversos segmentos da sociedade cearense. Uma frente suprapartidária de parlamentares abraçou a ideia, conforme aponta o ex-governador do Ceará Lúcio Alcântara, cujo pai, Waldemar Alcântara, foi um dos fundadores da FAMED. “A ideia da faculdade de medicina esteve acima dessas posições político-partidárias, uniu a todos, e isso foi muito importante para a criação e fundação da faculdade e, mais tarde, para a criação da própria universidade, que contou com a aprovação da bancada federal de todos os partidos”, comenta.¹⁰

⁹ GIRÃO, Célio Brasil. Op. cit., p. 29-30.

¹⁰ Entrevista concedida aos autores em novembro de 2020.

Transformações

A mudança da FAMED para a região do Porangabuçu trouxe inúmeras transformações urbanas. O professor Elias Boutala Salomão recorda os tempos de estudante e de internato no início dos anos 1960, época em que o bairro era de difícil acesso e o Complexo Hospitalar da UFC dava seus primeiros passos.

“Entre a clínica médica do Hospital das Clínicas e o Hospital de Cirurgia passava um riacho. No inverno, era um volume de água que não tinha tamanho e havia oportunidades em que transferíamos doentes da clínica médica para a clínica cirúrgica para se operar. Isso de madrugada, debaixo de temporal. Era a coisa mais pitoresca do mundo, parecia que a gente estava no alto sertão, sei lá onde é que a gente estava. O doente na maca, um ia levando o guarda-chuva, dois segurando a maca, outro segurando o soro, e a gente atravessando o riacho que dava no meio da canela”, rememora.¹¹

¹¹ Entrevista concedida aos autores em novembro de 2020.

Personalidades históricas

Guilherme Chambly Studart, Barão de Studart (1856–1938)

Médico, escritor, historiador, bibliófilo e vice-cônsul honorário do Reino Unido no Ceará. Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia (atual UFBA) em 1877. Participou do movimento abolicionista e produziu obras de referência sobre a História do Ceará. Fundador do Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico, em 1897, veio a fundar também e ser o primeiro presidente do Centro Médico Cearense, de 1913 a 1919. Atuou ainda na instalação da seção local da Cruz Vermelha Brasileira e foi um dos agitadores das discussões acerca da demanda em formação de profissionais de saúde no estado. Integrou agremiações como a Academia Cearense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além de entidades internacionais, como a Associação Médica Britânica e as Sociedades de Geografia de Paris (França) e Lisboa (Portugal).

Margarida Maria Breves, Irmã Breves (1887–1987)

Freira da Companhia das Irmãs da Caridade, viveu na capital cearense por 32 anos, entre 1921 e 1953, dedicando-se à vida religiosa e a iniciativas nas áreas de educação, saúde e assistência social. Foi criadora de diversas instituições em Fortaleza, como os colégios São Rafael e Santa Maria Goretti e o Patronato Nossa Senhora Auxiliadora. Fundou e dirigiu a Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo, incorporada à UFC e posteriormente integrada à Universidade Estadual do Ceará (UECE). Patrona da Academia Cearense de Enfermagem, contribuiu para a instalação do primeiro curso de formação de enfermeiros no Norte e Nordeste e o terceiro do país.

João Otávio Lobo (1892–1962)

Médico, escritor, professor e político. Formou-se em Medicina pela Faculdade Nacional de Medicina (atual UFRJ) em 1918, com a tese “Em torno do diagnóstico: base intelectual, fundamental e crítica”, considerada um trabalho de impacto no campo da Patologia Geral. Lobo teve sua formação médica com destacados mestres daquela época, como Miguel Couto e Antônio Austregésilo. Após a graduação, fez cursos de especialização em tuberculose pulmonar na Alemanha e em radiologia nos Estados Unidos. De volta ao Ceará, lecionou as disciplinas de Psicopatologia, Fisiologia e Medicina Legal para estudantes da Faculdade de Farmácia e Odontologia, da Faculdade de Direito, tendo sido dela diretor por uma década, e posteriormente ministrou aulas também na Faculdade de Medicina. Em 1933, junto com os médicos Lineu Jucá e Pedro Augusto Sampaio, fundou o Sanatório de Messejana, dedicado para o tratamento de pacientes com tuberculose. Foi deputado estadual, presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, diretor de Saúde Pública, secretário

estadual de Interior e Justiça e vice-presidente do estado do Ceará, quando, em 1946, assumiu interinamente o governo estadual. De 1951 a 1955, foi eleito deputado federal, presidiu a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, foi relator do projeto de lei de criação da Universidade Federal do Ceará e foi candidato a reitor da primeira instituição universitária cearense. Integrou ainda o Colégio Americano de Médicos do Tórax, o Centro Médico Cearense, a Sociedade Médica São Lucas, o Instituto do Nordeste, o Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico e a Academia Cearense de Letras. Em sua homenagem, a Assembleia Legislativa do Ceará instituiu a Medalha de Mérito Parlamentar João Otávio Lobo, que premia educadores e instituições educacionais por serviços prestados nessa área no estado. É patrono da cadeira nº 16 da Academia Cearense de Medicina (ACM).

José Carlos da Costa Ribeiro (1915–1994)

Médico, professor, criador de iniciativas no ensino médico e associações de classe no Ceará. Primeiro anesthesiologista cearense, ajudou a estabelecer o pioneiro banco de sangue do estado. Em 1939, graduou-se pela Faculdade Fluminense de Medicina (atual UFF), em Niterói (RJ). Nos anos 1940, atuou como ginecologista e obstetra e ainda compôs o núcleo fundador da Faculdade de Medicina do Ceará. Obteve o registro nº 1 do Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará (CREMEC), presidindo-o em 1967 e 1968. Uma década depois, contribuiu para a criação da Academia Cearense de Medicina (ACM) e, até o fim da vida, foi o “secretário perpétuo” da entidade. Na UFC, foi coordenador do Curso de Medicina, docente titular de Medicina Legal e Deontologia e diretor do Hospital Universitário Walter Cantídio. A biblioteca da ACM presta tributo à sua memória.

José Waldemar de Alcântara e Silva (1912–1990)

Médico, professor e político, exerceu os cargos de secretário de Saúde, deputado estadual e federal, senador da República e governador do Ceará. Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia (atual UFBA) em 1938. Na década de 1940, já trabalhando como médico sanitário, integrou o grupo fundador do Instituto do Câncer do Ceará (ICC) e da Faculdade de Medicina do Ceará. Presidiu o ICC e foi o diretor da FAMED na época da transferência para o Campus do Porangabuçu, em 1957. Um hospital de Fortaleza leva seu nome, e a Fundação Waldemar Alcântara dá continuidade a seu legado.

Jurandir Marões Picanço (1902–1977)

Médico, professor, hábil articulador e um dos principais líderes de sua geração. Formou-se na Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro (RJ), em 1927. Integrante da Sociedade Médica São Lucas, foi um dos organizadores do primeiro Congresso Brasileiro de Médicos Católicos, envolvendo-se também na Sociedade Promotora da Faculdade de Medicina do Ceará e no Instituto de Ensino Médico. Participou ativamente da criação da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo, do Instituto do Câncer do Ceará e da Faculdade de Medicina do Ceará. Dirigiu diversas instituições da área da saúde, como o Hospital de Isolamento e Saúde Pública do Estado, a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza e o Centro Médico Cearense. A reconhecida trajetória é homenageada pela Biblioteca de Ciências da Saúde da UFC, que leva seu nome.

Newton Teófilo Gonçalves (1917–1994)

Médico, cirurgião, professor, escritor e bibliófilo. Pioneiro das áreas de cirurgia cardiovascular e cirurgia pediátrica no Ceará. Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia (atual UFBA) em 1939. Foi um dos fundadores do Instituto do Câncer do Ceará (ICC) e da Faculdade de Medicina do Ceará nos anos 1940. Na UFC, atuou como docente da disciplina Clínica Propedêutica Cirúrgica, assessor da Biblioteca de Ciências da Saúde, diretor da FAMED, pró-reitor de Extensão, pró-reitor de Assuntos Culturais e vice-reitor. Presidiu o Centro Médico Cearense e o CREMEC e foi membro titular da Academia Cearense de Medicina e da Academia Cearense de Letras.

Walter de Moura Cantídio (1913–2007)

Médico, professor e gestor público. Graduou-se pela Faculdade de Medicina do Recife (atual UFPE) em 1936. Além de colaborar com a criação do ICC e da Faculdade de Medicina do Ceará, assumiu cargos na gestão universitária, como a diretoria da FAMED, e foi o terceiro reitor da UFC, de 1971 a 1975. Presidiu entidades como o Centro Médico Cearense, o CREMEC e a Associação Brasileira de Dermatologia. O Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC), do Complexo Hospitalar da UFC/EBSERH, valoriza a sua contribuição à saúde e à educação cearenses.

Cleide Ancilon de Alencar Pereira (1934–2018)

Primeira bibliotecária e diretora da então Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade do Ceará (atual Biblioteca de Ciências da Saúde Jurandir Marões Picanço) no período de 1957 a 1983. Precursora do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará e fundadora do Curso de Biblioteconomia, em 1965. Obteve o título de professora emérita da instituição em 2004.

Galeria



Fundadores da Faculdade de Medicina (Da esq. para dir. [em pé]: José Carlos Ribeiro, Newton Gonçalves e Walter Cantídio; [sentados]: Jurandir Picanço e Waldemar Alcântara) [19--] Fonte: Acervo Fundação Waldemar Alcântara



Fundadores da Faculdade de Medicina [19--] Fonte: Acervo Fundação Waldemar Alcântara



Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo [entre 1964 e 1965] Fonte: Memorial da UFC



Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo [entre 1964 e 1965]

Fonte: Memorial da UFC



Reunião na Faculdade de Medicina, da qual participaram o reitor Fernando Leite (primeiro à esq.) e o diretor da FAMED Waldemar Alcântara (segundo à esq.), em 28 de março de 1963 Fonte: Acervo Lúcio Alcântara



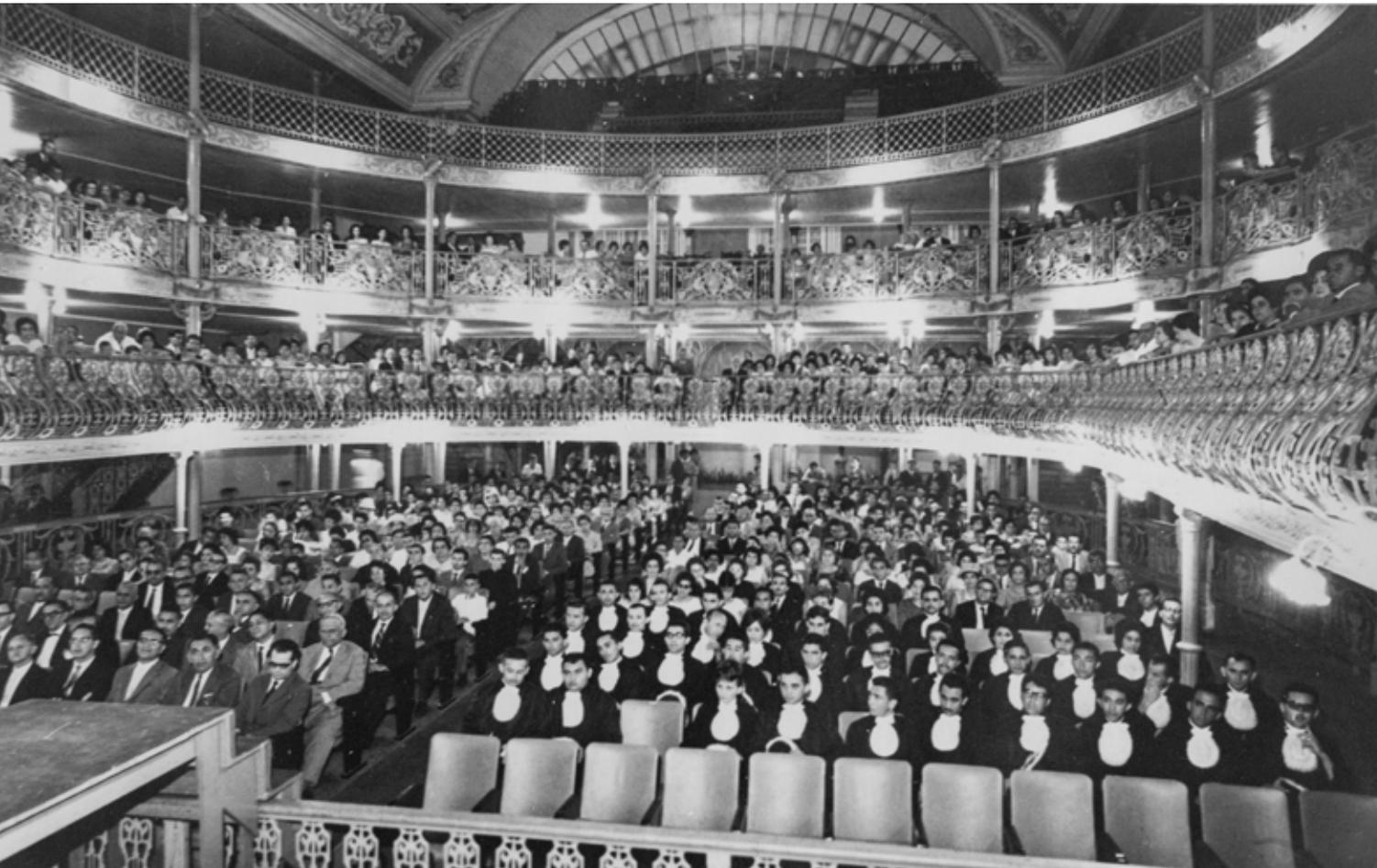
Prof. Jurandir Picanço, da FAMED, discursa em evento na Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo [entre 1964 e 1965] Fonte: Memorial da UFC



Maternidade Escola
Assis Chateaubriand
[entre 1961 e 1963]
Fonte: Memorial da UFC



Maternidade Escola Assis Chateaubriand [entre 1961 e 1963] Fonte: Memorial da UFC



Formatura da turma de 1962 da Faculdade de Medicina, no Theatro José de Alencar

Fonte: Acervo pessoal Prof. Elias Boutala



Foto extraída do convite de formatura da turma de 1962 da Faculdade de Medicina. Na imagem, o Prof. Elias Boutala atende uma paciente

Fonte: Acervo pessoal Prof. Elias Boutala



Hospital Infantil Olga Monte Barroso, no Porangabuçu [entre 1964 e 1965] Fonte: Memorial da UFC



Campus do Porangabuçu [entre 1964 e 1965] Fonte: Memorial da UFC

Referências e material de consulta

ACADEMIA CEARENSE DE MEDICINA. Academia Cearense de Medicina: história e patronos. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2018.

ALCÂNTARA, Lúcio Gonçalo de. A construção do amanhã: as origens da Universidade Federal do Ceará, [nov. 2020]. Fortaleza: UFC, 2021. Entrevista concedida a Cristiane Pimentel e Marco Fukuda.

AMARAL, Jorge Luiz do. Duzentos anos de ensino médico no Brasil. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

ARARIPE, J. C. de Alencar. A Faculdade de Medicina e sua ação renovadora. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012. (edição fac-similar).

ARARIPE, J. C. de Alencar. A Faculdade de Medicina e sua ação renovadora. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1958.

BORTOLANZA, Juarez. Trajetória do ensino superior brasileiro: uma busca da origem até a atualidade. Mar del Plata: XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária, 2017.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. Revista Educação. Porto Alegre, RS, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

GADELHA, Georgina. Sob o signo da distinção: formação e atuação da elite médica cearense (1913-1948) (livro eletrônico). Fortaleza: EdUece, 2017.

GIRÃO, Blanchard. Waldemar Alcântara. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004. (Coleção Terra Bárbara).

GIRÃO, Blanchard. Doutor Waldemar: o médico, o político. Fortaleza: Anuário do Ceará Publicações, 1992.

GIRÃO, Célio Brasil. Memória do Hospital das Clínicas: fragmentos da história do hospital-escola da UFC. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1994.

GIRÃO, José Eduilton. Clínica médica no Ceará: passado e presente. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017.

HADDAD, Ana Estela *et al.* A trajetória dos cursos de graduação na saúde: 1991-2004. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

INSTITUTO DO CÂNCER DO CEARÁ. Instituto do Câncer do Ceará: ética, ciência e vida. Fortaleza: Expressão, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Educação superior brasileira: 1991-2004 / Ceará. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro *et al.* Arquitetura moderna Campus do Benfica – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

LEAL, Vinícius Antonius Holanda de Barros. História da medicina no Ceará. Fortaleza: INESP, 2019.

LEAL, Vinícius Antonius Holanda de Barros. Centenário do Prof. Doutor João Otávio Lobo. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1992/1992-Centenario-JoaoOtavioLobo.pdf>. Acesso em: 29 jul 2021.

MARTINS, José Murilo. Faculdade de Medicina da UFC: professores e médicos graduados. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

MARTINS FILHO, Antônio. Entrevista com Antônio Martins Filho. [Entrevista concedida a Maria Teresa Ayres]. O Povo, Fortaleza, 2000. Disponível em <https://www20.opovo.com.br/app/acervo/entrevistas/2012/08/10/noticiasentrevistas,2896925/martins-filho-o-reitor-dos-reitores.shtml>. Acesso em: 27 nov. 2020.

MOREIRA, Adeli Gomes *et al.* Biblioteca de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Ceará: 70 anos. Fortaleza: Memorial da UFC, 2019.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9061/1/Ensino%20superior%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020.

PARENTE, Francisco Josênio Camelo. Cristianismo e Estado laico: o I Congresso de Médicos Católicos. In: SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da (org.). I Congresso Brasileiro de Médicos Católicos: textos e contextos. Fortaleza: Expressão, 2010.

PINTO, Paulo Roberto. A pré-história da universidade no Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

PONTE, Carlos Fidélis; KROPE, Simone Petraglia; LIMA, Nisia Trindade. O sanitarismo (re)descobre o Brasil. In: PONTE, Carlos Fidélis; FALLEIROS, Ialê (org.). Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010.

SALES, Tibério Campos. Medicina, associativismo e repressão: o Centro Médico Cearense e a formação do campo profissional em Fortaleza (1928-1938). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SALOMÃO, Elias Boutala. A construção do amanhã: as origens da Universidade Federal do Ceará, [nov. 2020]. Fortaleza: UFC, 2021. Entrevista concedida a Cristiane Pimentel e Marco Fukuda.

SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da (org.). I Congresso Brasileiro de Médicos Católicos: textos e contextos. Fortaleza: Expressão, 2010.

SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da. Academia Cearense de Medicina em crônicas e biografias. Fortaleza: Editora do Autor, 2015.

SOARES, Maria Susana Arrosa (org.). A educação superior no Brasil. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.



5

Linha do tempo da Universidade

Imagem: Reitoria da UFC [entre 1961 e 1963] Fonte: Memorial da UFC

Uma instituição plural e complexa como a Universidade Federal do Ceará não se constrói em apenas um dia. Erigir as paredes de blocos didáticos, salas de aula e prédios administrativos é algo que requer tempo, esforço e investimentos permanentes. Além disso, há um prazo necessário para formar recursos humanos com excelência e encaminhar profissionais qualificados para servir a sociedade. É assim que tem sido nas últimas seis décadas de história da primeira universidade cearense, com valiosas lições do passado que ecoam no presente e nos orientam rumo ao futuro.

Para edificar a UFC, a soma das escolas superiores de Direito, Farmácia e Odontologia, Agronomia e Medicina foi muito maior do que cada parte indi-

vidual. Na primeira metade do século XX, o ensino universitário no Ceará, situado basicamente em Fortaleza, ainda era um arquipélago de faculdades isoladas. A partir de 1954, criou-se a Universidade do Ceará e se consolidou terra firme, com mobilização de intelectuais e professores, integrando saberes, sonhos e propósitos em prol do desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social.

Na linha do tempo a seguir, o quinto capítulo desta obra, introduzimos breves apontamentos do processo histórico constituinte da UFC. O ponto de partida é 1944, ano em que se aventa a criação de uma universidade pela primeira vez no estado do Ceará, até se chegar a 1965, quando, já implantada, passou a se chamar Universidade Federal do Ceará.

1944

A primeira menção oficial à criação de uma universidade em solo cearense foi quando o médico Antônio Xavier de Oliveira enviou um relatório a Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Saúde. No documento, a principal pauta era a refederalização da Faculdade de Direito do Ceará, e o médico defendeu que Fortaleza poderia futuramente sediar uma instituição de ensino superior.

1946

Em 24 de janeiro, segundo o Decreto-Lei nº 8.827/46, foram transferidas para a União a Faculdade de Direito do Ceará e a Escola Politécnica da Bahia. O decreto de federalização foi assinado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro cearense José Linhares, que assumiu a presidência da República após a renúncia de Getúlio Vargas.

1947

O presidente do Conselho Nacional de Educação, Cesário de Andrade, emitiu parecer favorável à criação da Faculdade Católica de Filosofia, mantida pela União Norte-Brasileira de Educação e Cultura, sob a gestão dos Irmãos Maristas. Andrade, médico cearense e professor da Universidade da Bahia (atual UFBA), apoiou a proposta de que Fortaleza abrigasse uma universidade reunindo faculdades e escolas superiores isoladas existentes na capital.

Em 19 de junho, ocorreu a visita do ministro da Educação, Clemente Mariani, ao Ceará. Nessa ocasião, em um evento na Faculdade de Direito, o ministro recebeu um abaixo-assinado com 10 mil assinaturas solicitando a criação de uma universidade no estado. Em sua fala, Mariani estimulou o movimento, inspirando a juventude e os professores a prosseguirem com essa bandeira.



Visita do ministro da Educação, Clemente Mariani (em pé), ao Ceará, em 1947, ladeado pelo governador Faustino Albuquerque (à dir.) Fonte: CPDOC/FGV



Reunião de médicos e fundadores da Faculdade de Medicina, em 1948, na residência do Prof. Waldemar Alcântara

Fonte: Acervo Lúcio Alcântara

1948

O governador do Ceará, Faustino de Albuquerque, inicialmente concordou com a criação de uma universidade estadual ainda durante o seu mandato. Um dos possíveis candidatos a reitor, antes mesmo de ser fundada a instituição de ensino superior, era o filho do governador e secretário estadual de Educação, Walmick de Albuquerque.

Em 1º de março, foi criada a Faculdade de Medicina do Ceará, vinculada ao Instituto de Ensino Médico. A aula inaugural da faculdade ocorreu em 12 de maio. Foi a 13ª escola médica do Brasil e a terceira do Nordeste, tendo sido antecedida pelas instituições nos seguintes estados: Bahia (1808); Rio de Janeiro, com quatro escolas (1808, 1912, 1926 e 1936); Rio Grande do Sul (1898); Paraná (1912); São Paulo, com duas escolas (1913 e 1933); Minas Gerais (1918); Pará (1919); e Pernambuco (1920). Todas eram públicas, sendo mantidas pelos governos estaduais ou pela União.

Em 25 de março, o médico, professor catedrático de Medicina Legal e presidente da Sociedade Médica São Lucas, João Otávio Lobo, enviou uma carta para o então presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, pedindo-lhe apoio para a consolidação da recém-criada Faculdade de Medicina do Ceará.

Em 30 de setembro, foi aprovado Projeto de Lei nº 1.058/48, de autoria do deputado cearense Beni Carvalho, que propôs a incorporação da Faculdade de Direito à futura Universidade do Ceará. A lei teve apoio de 63 deputados de diferentes unidades da federação e se inspirou em processo legislativo semelhante ao da incorporação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre à Universidade do Rio Grande do Sul (atual UFRGS).

O Prof. Antônio Martins Filho, catedrático de Direito Comercial, elaborou o primeiro projeto de criação da Universidade do Ceará, que, a princípio, seria uma instituição estadual de ensino superior. Na minuta do estatuto, defendia-se a fusão da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará, duas escolas superiores mantidas pelo estado, e da Faculdade de Direito do Ceará, a única que, naquele momento, era um estabelecimento federal. Às três faculdades, Martins Filho propôs agregar a Faculdade Católica de Filosofia e a Faculdade de Medicina do Ceará, ambas vinculadas a entidades privadas.

Note-se que, nesse plano inicial, não havia menção à Escola de Agronomia do Ceará, encampada pelo governo estadual, e que, no início da década de 1950, fazia parte da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura.

1948

No dia 11 de novembro, Martins Filho proferiu a conferência “Uma universidade para o Ceará” na sede do Instituto Brasil-Estados Unidos (IBEU-CE), em Fortaleza.

Para reprimir um protesto dos estudantes de Direito, que o criticaram publicamente, o governador Faustino de Albuquerque mandou forças policiais cercarem o prédio da Faculdade de Direito. Naquele momento, portanto, foi abandonado o projeto de se criar uma universidade no Ceará, que ainda teria de aguardar mais seis anos para a sua concretização.

1950

A Lei Federal nº 1.055, de 16 de janeiro de 1950, transferiu para o domínio da União as escolas superiores de Agronomia e Veterinária dos estados do Paraná, do Ceará, do Rio de Janeiro e da Bahia. O Prof. Prisco Bezerra, diretor da Escola de Agronomia do Ceará, redigiu a exposição de motivos do projeto da lei, articulou a ideia com parlamentares e outras lideranças e foi um dos principais defensores da proposta de federalização do ensino agrícola no Ceará.

Em 3 de outubro, foram eleitos como deputados federais Francisco Menezes Pimentel e João Otávio Lobo, docentes e ex-diretores da Faculdade de Direito, para cumprirem o mandato pelo período 1951-1955, ambos pelo Partido Social Democrático (PSD).

Em 4 de dezembro, foi promulgada a Lei Federal nº 1.254/50, que federalizou e incorporou ao patrimônio da União uma série de faculdades e escolas superiores no Brasil, entre elas, a Faculdade de Direito do Ceará e a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará.

1952

Pela primeira vez na história, uma delegação de estudantes cearenses participou dos XI Jogos Universitários Brasileiros (JUBs) em Belo Horizonte (MG), do dia 3 de agosto a 6 de setembro. No evento tomaram parte 1.500 atletas universitários de todo o país. A delegação era composta por alunos de Direito, Farmácia, Odontologia, Agronomia, Ciências Econômicas, Filosofia e Medicina, os cursos superiores existentes em Fortaleza à época, reunidos na Federação Acadêmica de Desportos do Ceará (FADC). A entidade era presidida pelo acadêmico Rodrigo Otávio Correa Barbosa, do Direito, tendo como vice-presidente Antônio Mota Pontes, da Medicina, e primeiro-secretário José Dilson Vasconcelos de Menezes, representante da Faculdade de Farmácia e Odontologia. Para ajudar nos custos da viagem – com transporte aéreo e material esportivo –, os estudantes conseguiram um empréstimo bancário, que foi saldado com recursos arrecadados em um bingo realizado no estádio Presidente Vargas. O prêmio sorteado no bingo foi um automóvel Studebaker, adquirido em consignação.

1953

Na segunda quinzena de abril, após o XI Congresso Estadual dos Estudantes, sediado em Fortaleza, criou-se a Comissão Permanente Pró-Fundação da Universidade do Ceará. A comissão era liderada pelos acadêmicos Paulo Roberto Coelho Pinto, como presidente, e Francisco Ferreira Alencar, como secretário-geral. O Prof. Antônio Martins Filho, da Faculdade de Direito do Ceará, foi convidado para ser o presidente de honra da comissão.

Na Câmara dos Deputados começou a tramitar o Projeto de Lei nº 3.713/53, que daria origem à primeira instituição de ensino superior no Ceará. A relatoria dessa matéria ficou sob a responsabilidade do deputado Otávio Lobo, presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal. A mensagem presidencial nº 391/53, de Getúlio Vargas, demonstrava a concordância do chefe do Executivo em atender aos anseios do povo cearense para fundar uma universidade pública no estado. Nos bastidores da política e com o apoio de Vargas, articulava-se a candidatura do Prof. Otávio Lobo, médico e ex-diretor da Faculdade de Direito do Ceará, para se tornar o primeiro reitor da futura instituição.

1954

Com o suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto, mudam-se os ventos da política brasileira. O vice Café Filho assumiu a presidência, e subiu ao poder o grupo político conservador da União Democrática Nacional (UDN), o que afetou inclusive o campo da educação. Na esteira desses acontecimentos, a candidatura de Otávio Lobo para a Reitoria da nova universidade perde força. Outros candidatos avulsos a reitor também eram professores da Faculdade de Direito do Ceará. Andrade Furtado era apoiado pelo cardeal Dom Jaime Câmara, e Dolor Barreira, pelo senador Fernandes Távora.

Em 3 de outubro, nas eleições para o Governo do Ceará, o jornalista e deputado federal Paulo Sarasate, da UDN, derrotou Armando Falcão, candidato do Partido Social Democrático (PSD). No apurado das urnas, o pleito foi decidido por estreita margem, 50,82% dos votos contra 49,18%. Para o cargo de vice-governador, foi eleito o advogado Flávio Portela Marcílio, professor da Faculdade de Direito do Ceará.

Em 16 de dezembro, foi aprovada a Lei nº 2.373/54, que criou a Universidade do Ceará, a sétima universidade federal brasileira, a partir da reunião da Faculdade de Direito do Ceará, da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, da Escola de Agronomia do Ceará e da Faculdade de Medicina do Ceará. Na mesma norma de criação da universidade, foi aprovada a federalização da Faculdade de Medicina. A referida lei foi assinada pelo presidente da República, João Café Filho, pelo ministro da Educação e Cultura, Cândido Motta Filho, e pelo ministro da Fazenda, Eugênio Gudin.



Reprodução de página do Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1954, que registra a lei de criação da Universidade do Ceará. Fonte: Memorial da UFC

1955

A sessão especial de 7 de abril escolheu a lista tríplice para compor o reitorado inaugural da Universidade do Ceará. A reunião do Conselho Universitário (CONSUNI) foi presidida pelo diretor de ensino superior do Ministério da Educação e Cultura, Jurandyr Lodi. Participaram dois representantes de cada uma das congregações das faculdades de Direito e de Farmácia e Odontologia e da Escola de Agronomia, totalizando seis conselheiros. A Faculdade de Medi-

cina não pôde participar dessa primeira votação, pois ainda não tinha professores catedráticos empossados. A lista tríplice foi formada em três escrutínios, com o docente mais votado em cada rodada de votação: em primeiro lugar na lista, Antônio Martins Filho (unanimidade com 6 votos), da Faculdade de Direito; em segundo lugar, Renato Braga (2 votos), da Escola de Agronomia; e em terceiro, João Otávio Lobo (4 votos), da Faculdade de Direito.

A cerimônia solene de instalação da Universidade do Ceará ocorreu na tarde do dia 25 de junho, no Theatro José de Alencar, em Fortaleza. Participaram da 1ª sessão da Assembleia Universitária o reitor Martins Filho, o governador do Ceará, Paulo Sarasate, o prefeito de Fortaleza, Acrísio Moreira da Rocha, e o arcebispo de Fortaleza, Dom Antônio de Almeida Lustosa. O general Emílio Maurell Filho, comandante da 10ª Região Militar, representou o presidente da República, e o diretor de ensino superior, Jurandyr Lodi, representou o ministro da Educação e Cultura.

Para saudar a instalação da primeira universidade cearense, o deputado Otávio Lobo, catedrático de Medicina Legal, proferiu o discurso “A hora das universidades” na Câmara Federal.

Em 18 de maio, o Prof. Antônio Martins Filho foi nomeado o primeiro reitor da Universidade do Ceará. A candidatura de Martins Filho teve apoio declarado do governador do Ceará, Paulo Sarasate, do vice-governador, Flávio Marcílio, e dos estudantes da Comissão Pró-Fundação da Universidade do Ceará.

Martins Filho tomou posse como reitor em 27 de maio, no Rio de Janeiro, em cerimônia presidida pelo ministro da Educação e Cultura, Cândido Motta Filho. Após o evento, Martins Filho e os reitores Pedro Calmon, da Universidade do Brasil (atual UFRJ), e Joaquim Amazonas, da Universidade de Pernambuco (atual UFPE), dirigiram-se ao Palácio do Catete para uma audiência com o presidente Café Filho.

Na reunião do CONSUNI do dia 8 de julho, foi eleito para o cargo de vice-reitor o Prof. Manuel Antônio de Andrade Furtado, diretor da Faculdade de Direito, com quatro votos. Na lista tríplice de vice-reitor ainda constavam os nomes de Dolor Barreira (um voto) e Renato Braga (um voto).

Em 10 de novembro, na reunião do Conselho Universitário (CONSUNI), foi aprovada a agregação à Universidade do Ceará da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará e da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo, ambas mantidas por entidades privadas. No final dos anos 1970, as duas escolas superiores passaram a integrar a Universidade Estadual do Ceará (UECE).

1956

Foi incorporada à Universidade do Ceará a Escola de Engenharia, criada pela Lei Federal nº 2.383/55, de autoria do deputado cearense Walter Bezerra de Sá. O projeto de lei tramitou simultaneamente na Câmara dos Deputados ao da criação da universidade. A instalação da Escola de Engenharia se deu em 21 de janeiro, tendo como primeiro diretor o engenheiro-agrônomo e botânico Prisco Bezerra, que também dirigiu a Escola de Agronomia.

Em 1º de março, o reitor Martins Filho concedeu, pela primeira vez na história da Universidade do Ceará, o título de professor emérito. O agraciado foi o Prof. Etduardo Henrique Girão, catedrático de Direito Civil. Na cerimônia, Girão foi saudado pelo Prof. Otávio Lobo, ex-diretor da Faculdade de Direito.

No aniversário de um ano da instalação oficial da Universidade do Ceará, é inaugurada a sede da Reitoria, em 25 de junho de 1956. O imóvel, antes conhecido como Palacete Gentil, foi comprado com recursos próprios da universidade diretamente da imobiliária José Gentil S.A. Participou da cerimônia de instalação o ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado. Na noite do dia seguinte, no Náutico Atlético Cearense, foi realizado um recital de canto lírico com a soprano Lia Portocarrero Salgado, esposa do ministro, e com o maestro e compositor Camargo Guarnieri.

O atual prédio da Reitoria foi a terceira sede da administração superior. Anteriormente, a Reitoria havia funcionado no centro da cidade, primeiro em uma pequena sala de 22 m² na Faculdade de Direito e na sequência em uma casa na rua Senador Pompeu, 1613, em frente à praça Clóvis Beviláqua.

Em julho, é inaugurada a Imprensa Universitária do Ceará em um pavilhão anexo à Reitoria. A instalação da Imprensa decorreu da autorização de verbas pelo CONSUNI, na sessão de 16 de abril, para a compra dos equipamentos da Tipografia Lusitânia. Além de atender às demandas de serviços e publicações oficiais da instituição, a Imprensa Universitária lançaria obras literárias e científicas de autores cearenses. A primeira publicação foi o livro *Clóvis Beviláqua e outros trabalhos*, do Prof. Dolor Uchôa Barreira.

De 8 a 15 de agosto, Fortaleza sediou o XIII Congresso Brasileiro de Higiene, no Maguari Sport Club. O presidente da República, Juscelino Kubitschek, veio à capital cearense para o encerramento do evento e se hospedou na Reitoria da Universidade do Ceará, em um quarto exclusivamente preparado no Gabinete do Reitor para receber o chefe da nação.

Em dezembro, foram agregadas à Universidade do Ceará a Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará (atual FEAAC, criada em 1938) e a Escola de Serviço Social, esta última posteriormente incorporada à Universidade Estadual do Ceará (UECE), no final dos anos 1970.

1957

Na reunião do CONSUNI de 11 de março, discutiu-se sobre os entendimentos da universidade com o Ministério da Aeronáutica acerca da aquisição de terrenos da Base Aérea do Pici para ampliar o campus universitário.

Em 24 de junho, aprovou-se a criação do Serviço de Antropologia, sendo convidado para dirigi-lo Tomás Pompeu Sobrinho, presidente do Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico. No ano seguinte, o serviço seria renomeado como Instituto de Antropologia.

Ainda em 1957, foi criado o Instituto de Química e Tecnologia, sendo a direção confiada ao agrônomo e pesquisador Manuel Mateus Ventura.

1958

No dia 14 de março, a 29ª sessão extraordinária do CONSUNI foi dedicada à escolha do dirigente máximo para comandar a instituição no período de 1958 a 1961. Em três rodadas de votação, ou escrutínios, foi elaborada a lista tríplice para reitor da Universidade do Ceará, com os seguintes docentes: em 1º lugar, o Prof. Antônio Martins Filho, da Faculdade de Direito (com 5 votos); em 2º lugar, o Prof. Dolor Uchôa Barreira, da Faculdade de Direito (com 4 votos); e em 3º lugar, o Prof. João Ramos Pereira da Costa, médico e diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia (com 3 votos).

Em 23 de abril, o Prof. Antônio Martins Filho foi reconduzido para o segundo mandato de três anos no cargo de reitor por meio de decreto assinado pelo presidente Juscelino Kubitschek.

A escritora cearense Rachel de Queiroz foi recebida nos Jardins da Reitoria no dia 10 de junho. Ela havia sido agraciada com o Prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras.

No dia 18 de outubro, a Reitoria recebe a visita dos escritores Jorge Amado, José Condé e Maurício Meira.

No mesmo ano de 1958, foi criado o Instituto de Tecnologia Rural, tendo sido convidado para a direção o Prof. José Dario Soares.

1959

O I Seminário Anual de Professores é realizado em março de 1959, a partir do qual surgiu a concepção filosófica da Universidade do Ceará, por meio do lema “O universal pelo regional”.

Em junho, hospedou-se na Reitoria o escritor e folclorista Luís da Câmara Cascudo, professor catedrático da Universidade do Rio Grande do Norte.

Naqueles dias, tanto o presidente JK como o ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado da Gama, receberam os títulos de doutor *honoris causa* da Universidade do Ceará. Durante a visita deles, ocorreu o Congresso Nacional de Direito em homenagem ao centenário de nascimento do jurista Clóvis Beviláqua, e a comitiva presidencial inaugurou o novo pavilhão da Faculdade de Direito, o Hospital das Clínicas (atual Hospital Universitário Walter Cantídio), o conjunto de construções da Zootecnia na Escola de Agronomia e as instalações desportivas do Ginásio Universitário.

De 3 a 5 de outubro, o presidente Juscelino Kubitschek fez nova visita a Fortaleza. O presidente da República e o reitor Martins Filho inauguraram a Concha Acústica da Reitoria e o auditório ao ar livre com o concerto da Orquestra Sinfônica Brasileira, conduzida pelo maestro Eleazar de Carvalho. Participou do evento uma audiência de cerca de 5 mil pessoas. A programação artística ainda incluiu os pianistas Cesarina Riso e Jacques Klein, a soprano lírica Lia Salgado, o Coral do Conservatório de Música Alberto Nepomuceno, sob a regência do maestro Orlando Leite, e a Orquestra da Escola Preparatória de Fortaleza, sob a batuta do maestro Névio Lisboa.

1960

Em 1959, destaca-se ainda a criação dos institutos de Medicina Preventiva e de Pesquisas Econômicas, bem como o Serviço de Meteorologia Experimental.

Na sessão do CONSUNI de 16 de janeiro, foi eleito o segundo vice-reitor da Universidade do Ceará, o Prof. Raimundo Renato de Almeida Braga, ex-diretor da Escola de Agronomia.

Em março, realizou-se o II Seminário Anual dos Professores, no qual se elaborou o Planejamento para Seis Anos, documento com orientações para gestão de dois reitorados seguintes, que, na época, foi uma referência para as demais universidades públicas brasileiras.

Em 21 de abril, foi inaugurada Brasília, a nova capital federal, pelo presidente Juscelino Kubitschek.

No dia 15 de maio, foi instalada a Faculdade de Filosofia do Crato, mantida pelo Instituto de Ensino Superior do Cariri e agregada à Universidade do Ceará. Com essa iniciativa, o reitor Martins Filho ensaiava um processo de interiorização do ensino universitário no contexto cearense. A faculdade foi a primeira escola superior no interior do estado, e a partir dela criou-se a Universidade Regional do Cariri (URCA).

Em 27 de setembro, os filósofos e escritores franceses Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir visitaram Fortaleza, participaram de uma reunião na Reitoria da Universidade do Ceará, e proferiram palestras na Faculdade de Direito e na Associação Cearense de Imprensa (ACI).

O convênio entre a Universidade do Ceará e o Banco do Nordeste para instalar o Centro de Produtividade do Nordeste (CEPRON) foi assinado em 29 de novembro.

No ano de 1960, também foram criados os institutos de Matemática, Química e Física.

1961

Em 15 de janeiro, foi promulgada a Lei Federal nº 3.866/61, que criou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade do Ceará, inspirada no modelo da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). A nova faculdade deu impulso às licenciaturas e à formação de professores em doze áreas: Matemática, Física, Química, História

Natural, História, Geografia, Ciências Sociais, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas, Pedagogia e Filosofia. Os cursos foram instalados paulatinamente entre 1962 e 1966. Após o período da reforma universitária (1968-1973), a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras seria desmembrada e daria origem a três unidades acadêmicas da UFC: o Centro de Ciências (CC), o Centro de Humanidades (CH) e a Faculdade de Educação (FACED).

Em 17 de fevereiro, o CONSUNI, em sua 66ª sessão extraordinária, novamente realizou o rito de eleição para o próximo triênio administrativo de 1961 a 1964 à frente da primeira universidade cearense. Com três rodadas consecutivas de votação, a lista tríplice teve como resultado: em 1º lugar, o Prof. Antônio Martins Filho, da Faculdade de Direito (com 8 votos); em 2º lugar, o Prof. Prisco Bezerra, diretor da Escola de Agronomia (com 6 votos); e em 3º lugar, o Prof. Ailton Gondim Lóssio, diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia (com 7 votos).

Em 14 de março, o Prof. Martins Filho foi reconduzido como reitor ao terceiro mandato, por meio de ato assinado pelo presidente Jânio Quadros.

No dia 2 de abril, instalou-se a Faculdade de Filosofia Dom José, em Sobral, unidade agregada à Universidade do Ceará em mais uma etapa do processo de interiorização do ensino superior. Essa faculdade foi uma das bases para a criação da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

Em maio, foi autorizada a compra, pelo CONSUNI, da Fazenda Experimental Vale do Curu, no município de Pentecoste (CE). A referida fazenda seria dedicada às atividades da Escola de Agronomia.



Centro de Cultura Hispânica, atual Rádio Universitária [entre 1961 e 1963]

Fonte: Memorial da UFC

Em junho, o CONSUNI apreciou o processo nº 5.601/61, que delineava uma proposta de utilidade pública para efeito de desapropriação de imóveis situados nas avenidas Visconde de Cauípe (atual Avenida da Universidade) e Carapinima. A área citada compreenderia o trecho da sede da Reitoria até a Faculdade de Direito, com o propósito de futura expansão da universidade.

Em 25 de junho, foi inaugurado o Museu de Arte da Universidade do Ceará (MAUC), importante equipamento cultural e de difusão artística. Para criar o museu, o reitor Martins Filho contou com a colaboração dos artistas plásticos Heloísa Juaçaba, Zenon Barreto, Antônio Bandeira e Floriano Teixeira.



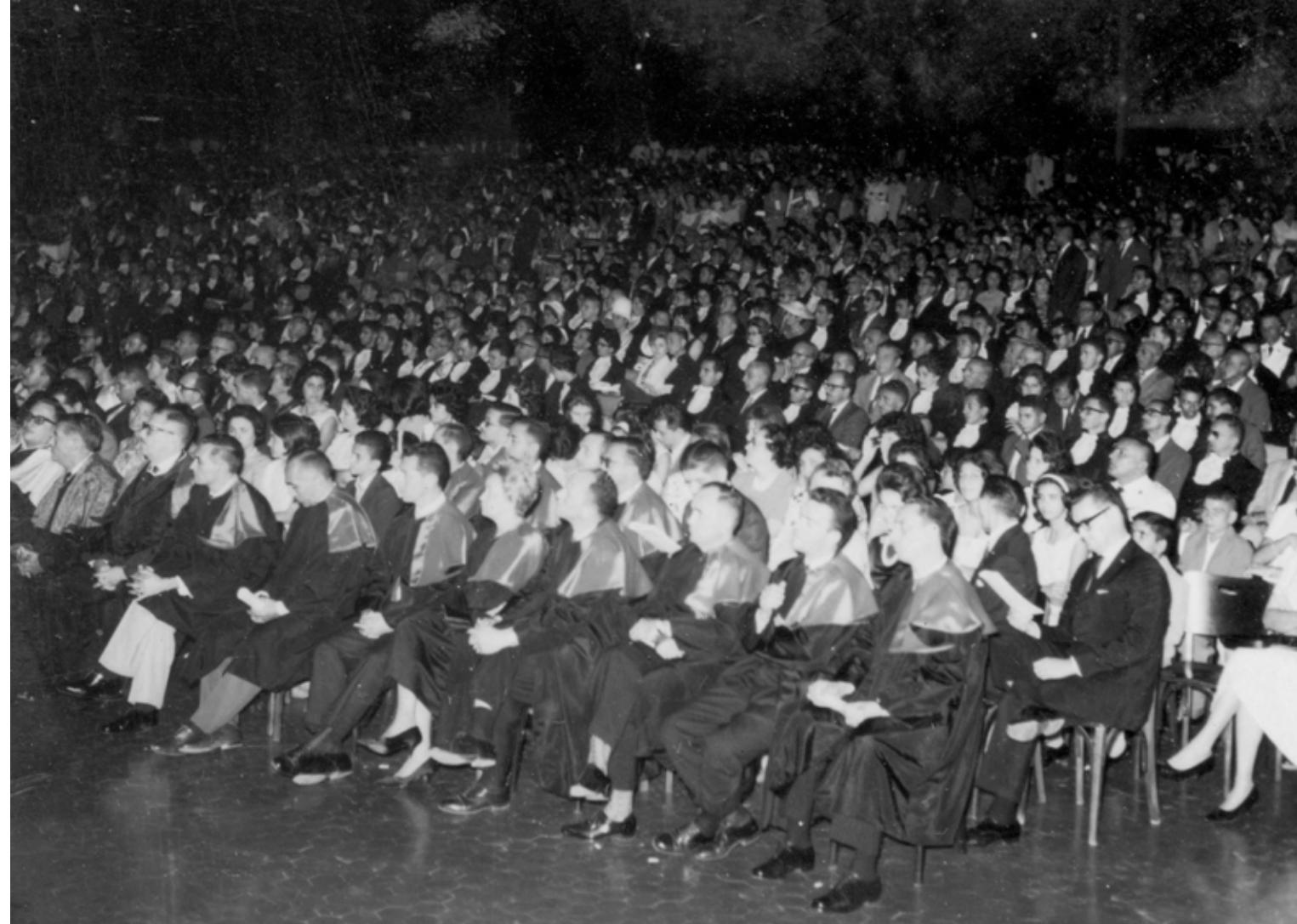
Cerimônia de colação de grau na Concha Acústica da Reitoria, no ano de 1961

Fonte: Memorial da UFC



Cerimônia de colação de grau na Concha Acústica da Reitoria, no ano de 1961

Fonte: Memorial da UFC



Cerimônia de colação de grau na Concha Acústica da Reitoria, no ano de 1961 Fonte: Memorial da UFC

Em 15 de outubro, foi instalado o Centro de Cultura Hispânica (atual Casa de Cultura Hispânica) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Ceará. Na época, os Centros de Cultura foram uma iniciativa de internacionalização linguística em colaboração com embaixadas e consulados, além de terem se transformado, como Casas de Cultura Estrangeira da UFC, no maior programa de extensão em ensino de idiomas do Brasil.

Em 1961, foi criado o Instituto de Zootecnia, dirigido pelo Prof. Renato Braga, ex-diretor da Escola de Agronomia e vice-reitor da UFC.



Reitoria da UFC
[entre 1961 e 1963]

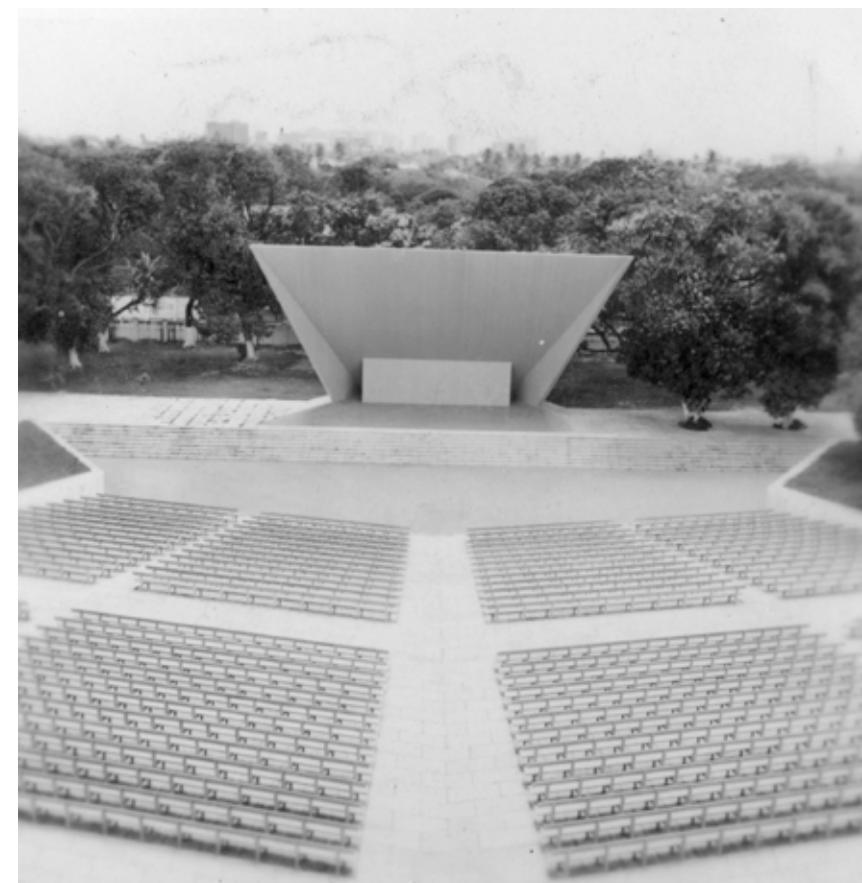
Fonte: Memorial da UFC

1962

Em 22 de maio, deflagrou-se no Ceará a “greve do terço”, movimento estudantil que se espalhou pelo restante do país. Apoiados pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 4.024/61), os estudantes reivindicavam um terço dos assentos e representação paritária nos Conselhos Superiores para participarem das decisões da gestão universitária.

1963

Em março, foi assinado o Projeto Morris Asimow para a dinamização de indústrias no Cariri, por meio de convênio assinado pela Universidade do Ceará, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Ministério da Educação e da Cultura (MEC), a Agência de Desenvolvimento USAID e a Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA).



Concha Acústica da
UFC [entre 1961 e 1963]

Fonte: Memorial da UFC

Em setembro, foi celebrado o convênio entre a Universidade do Ceará, no âmbito da Escola de Agronomia e dos Institutos de Zootecnia e Tecnologia Rural, e a Universidade do Arizona (EUA), para o Programa de Educação Agrícola, acordo de cooperação internacional, com intercâmbios na área de ciências agrárias e formação de recursos humanos nos níveis de mestrado e doutorado. Tanto o Projeto Morris Asimow como o “convênio do Arizona” integraram as ações da Aliança para o Progresso, que ampliaram a área de influência geopolítica dos Estados Unidos em toda a América Latina no contexto da Guerra Fria.

Em outubro, em nova sessão ordinária do Conselho Universitário, discutia-se sobre uma possível doação de terreno do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) para a universidade. Essa doação teria como finalidade a construção da Cidade Universitária no Pici. No registro em ata, os conselheiros reviram as suas posições, já considerando a primeira expansão Benfica-Centro inviável como empreendimento “cuja execução demandaria muitos anos e incalculáveis despesas”.



Portão da Reitoria [entre 1964 e 1965]

Fonte: Memorial da UFC

1964

Em 3 de janeiro, a 129ª sessão extraordinária do CONSUNI teve como pauta a definição de reitor para o período de 1964 a 1967. A lista tríplice oriunda dos três escrutínios assim registrava: em 1º lugar, o Prof. Antônio Martins Filho, da Faculdade de Direito (com 12 votos); em 2º lugar, o Prof. Ailton Gondim Lóssio, da Faculdade de Farmácia e Odontologia (com 9 votos); e em 3º lugar, o Prof. Prisco Bezerra, da Escola de Agronomia (com 9 votos).

Em 9 de fevereiro, o Prof. Antônio Martins Filho é reconduzido para o quarto e último mandato como reitor, por meio de ato assinado pelo presidente João Goulart.

Em 12 de março, foi assinado o convênio entre a Universidade do Ceará, o Banco do Nordeste e a Organização dos Estados Americanos (OEA) para o estabelecimento do Centro de Treinamento em Desenvolvimento Regional (CETREDE, atual Centro de Treinamento e Desenvolvimento). A universidade e o banco ficaram encarregados de executar o Programa de Treinamento em Elaboração de Projetos para a qualificação de técnicos em ações destinadas ao desenvolvimento econômico das regiões pobres da América Latina.

Em 31 de março, é deflagrado o golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart, estabelecendo a ditadura civil-militar e um ciclo de 21 anos de autoritarismo.



Vista aérea dos Institutos Básicos do Centro de Humanidades [entre 1964 e 1965]

Fonte: Memorial da UFC



Portão e lateral da fachada do antigo prédio do Museu de Arte da UFC, em 1964 Fonte: Memorial da UFC

Em solenidade na Reitoria, no dia 26 de dezembro, ocorreu a instalação oficial da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Ceará. Para dirigir e implantar a Escola de Arquitetura, foi convidado o Prof. Hélio de Queiroz Duarte, arquiteto e catedrático da Universidade de São Paulo (USP).

Na manhã de 27 de dezembro, o presidente Castello Branco e o reitor Martins Filho visitaram a casa onde nasceu o escritor José de Alencar (1829-1877), em Messejana. Havia uma placa que anunciava o interesse de uma empresa de Fortaleza em lotear a área do Sítio Alagadiço Novo. O presidente solicitou ao reitor impedir a concretização de tal empreendimento, de modo que a Universidade do Ceará cuidasse da Casa de José de Alencar, monumento tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico (atual IPHAN). Castello Branco passou a infância naquela região, e, pelo lado materno, tinha laços de parentesco com Alencar, bem como com a escritora Rachel de Queiroz e com o político Miguel Arraes. Foram adquiridos os oito hectares da propriedade onde nasceria o ilustre romancista, e, com um projeto do arquiteto José Liberal de Castro, a casa seria restaurada a tempo do aniversário de 10 anos de instalação da universidade, em junho de 1965.



Biblioteca Universitária [entre 1964 e 1965] Fonte: Memorial da UFC

1965

Em 15 de janeiro, foi inaugurada a Maternidade-Escola Assis Chateaubriand (MEAC), unidade hospitalar dedicada à ginecologia e obstetrícia, tendo como primeiro diretor o Prof. José Galba de Araújo. Participou do evento o empresário das comunicações e dono dos Diários Associados, o embaixador Assis Chateaubriand, que fez uma doação de um posto de puericultura para atender gestantes de baixa renda.

A Lei Federal nº 4.662, de 2 de junho de 1965, desmembra a Faculdade de Farmácia e Odontologia em duas unidades acadêmicas distintas: a Faculdade de Farmácia da Universidade do Ceará e a Faculdade de Odontologia da Universidade do Ceará.



Biblioteca Universitária [entre 1964 e 1965] Fonte: Memorial da UFC

1965

Em 12 de junho, foi inaugurado o Centro de Cultura Portuguesa (atual Casa de Cultura Portuguesa) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Ceará.

No dia 24 de junho, foram inaugurados a Casa de José de Alencar (Sítio Alagadiço Novo), os prédios dos Institutos Básicos (atual Centro de Humanidades – área 3 e Anexos da Reitoria) e a nova sede do Museu de Arte (MAUC).

Em 25 de junho, no aniversário de 10 anos de instalação da universidade, houve a visita do presidente da República, Marechal Castello Branco, que recebeu o título de doutor *honoris causa*. A Imprensa Universitária lançou dez livros, entre eles, a edição comemorativa do centenário de publicação do romance *Iracema*, de José de Alencar.

Em 26 de junho, foi inaugurado o Teatro Universitário, a partir da compra do prédio do antigo Ginásio Santa Marta. A estreia do equipamento ocorreu com a montagem de *O demônio familiar*, de José de Alencar, sob a direção de B. de Paiva. Em 1980, foi adotado o nome Teatro Universitário Paschoal Carlos Magno, em homenagem a um dos principais nomes da dramaturgia nacional, incentivador do teatro de estudantes e da arte dramática como instrumento pedagógico.



Escola de Engenharia da Universidade Federal do Ceará, em 1965 Fonte: Arquivo Nirez

1965

Em 20 de agosto, é promulgada a Lei Federal nº 4.759/65, que estabelece regras para a denominação de universidades e escolas técnicas federais. Com a nova lei em vigor, são adotadas a atual nomenclatura de Universidade Federal do Ceará e a sigla UFC.

Outros destaques do ano de 1965 incluíram a criação dos cursos de Biblioteconomia e Documentação, de Jornalismo e de Engenharia Química. No Departamento de Educação e Cultura, foram implantados os cursos de Arte Dramática, Canto Coral e de Esperanto, o primeiro das universidades brasileiras. Na Faculdade de Ciências Econômicas (atual FEAAC/UFC), foi criado o Centro de Aperfeiçoamento de Economistas do Nordeste (CAEN), com patrocínio da Fundação Ford, para cursos de pós-graduação.

Referências e material de consulta

- ACADEMIA CEARENSE DE ODONTOLOGIA. Revista da Academia Cearense de Odontologia. Fortaleza: Academia Cearense de Odontologia. Ano VI, nº 6, dez. 1998.
- ALBUQUERQUE, Claudia. Waldemar do Ceará e dos Alcântaras. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2012.
- ANDRADE, Francisco Ari de. O ensino superior no ideário político do aciolismo: a ação pedagógica da Faculdade Livre de Direito do Ceará, no período de 1903 a 1912. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, 2005.
- ANDRADE, Francisco Ari de. Luzes e sombras na educação: o aciolismo e a criação da Faculdade Livre de Direito do Ceará (1903-1912). Fortaleza: Edições INESP, 2008.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ. Deputados estaduais 15ª legislatura 1959-1962. Fortaleza: Edições INESP, 2006.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE QUÍMICA. Pioneiros da Química. Disponível em: <http://www.abq.org.br/rqi/2014/759//RQI-759-página18-Pioneiros-da-Química.pdf>. Acesso em: 30 jun 2021.
- BARREIRA, René Teixeira; GURGEL, Italo. A universidade que vivi. Fortaleza: Edições UFC, 2018.
- BEZERRA, Roberto Claudio Frota; GURGEL, Italo. Minha universidade, minha história. Fortaleza: Edições UFC, 2017.
- BRANDÃO, Maria de Lourdes Peixoto; MACIEL, Terezinha de Jesus Pinheiro; BEZERRA, José Arimatea Barros (org.). Pedagogia UFC 50 anos: narrativas de uma história (1963-2013). Fortaleza: Edições UFC, 2014.
- CARVALHO, Antonio Victor Almada. O legado educacional do professor Dias da Rocha e sua contribuição ao acervo do Museu do Ceará. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, 2013.
- CORRAL, Florentina Santos Dies del; SOUZA, Mirabeau Levi Alves de; NEGRÃO, Odulia Leboreiro. Do boticário ao farmacêutico: o ensino de Farmácia na Bahia de 1815 a 1949. Salvador: EDUFBA, 2009.
- FERNANDES, Maria Estrêla Araújo. O Curso de Pedagogia da UFC: uma resenha histórica (1963-1990). Fortaleza: Edições UFC, 2014.
- GUIMARÃES, Hugo Victor. Deputados provinciais e estaduais do Ceará: Assembleias legislativas 1835-1947. Fortaleza: Editora Jurídica, 1947. Disponível em: <https://ufdc.ufl.edu/AA00000242/00001/1>. Acesso em: 14 jul. 2021.
- JUCÁ NETO, Clovis Ramiro; GONÇALVES, Adelaide; BRASIL, Aléxia Carvalho (org.). Arquitetura moderna Campus do Benfica – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Edições UFC, 2014.
- LOBO, João Otávio. A hora das universidades. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/19413/1/1955_art_jolobo.pdf. Acesso em: 17 maio 2021.
- LOBO, João Otávio. Outorga do título de professor emérito ao Dr. Eduardo Girão. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22289/1/1956_art_jolobo.pdf. Acesso em: 17 maio 2021.
- LIMA, Francisco de Assis Melo; GURGEL, Italo (org.). Escola de Agronomia da UFC: 100 anos de atuação transformadora. Fortaleza: Edições UFC, 2019.
- MARTINS, José Murilo. Rodolfo Teófilo, patrono da cadeira 33 da Academia Cearense de Letras. Disponível em: <http://www.academiacearensedelettras.org.br/patrono.php?pat=115>>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- MARTINS, Oswaldo Evandro Carneiro. Francisco Alves de Andrade e Castro. Disponível em: <http://institutoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2001/2001-FranciscoAlvesAndradeCastro.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2021.
- MARTINS FILHO, Antônio. Uma universidade para o Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2004.
- MARTINS FILHO, Antônio. Depoimentos para a história da UFC. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2004.
- MARTINS FILHO, Antônio. Memórias maioridade – tomo I (1926-1955). Fortaleza: Imprensa Universitária, 1993.
- MARTINS FILHO, Antônio. Memórias maioridade – tomo II (1956-1974). Fortaleza: Imprensa Universitária, 1994.
- MARTINS FILHO, Antônio. Memória histórica – Antônio Martins Filho, personalidade do povo. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1991.
- MARTINS FILHO, Antônio. O outro lado da história. Fortaleza: Edições UFC, 1983.
- MARTINS FILHO, Antônio. História abreviada da UFC. Fortaleza: Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 1996.
- MARTINS FILHO, Antônio. UFC & BNB: educação para o desenvolvimento. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1990.
- MARTINS FILHO, Antônio. O universal pelo regional: definição de uma política universitária. Fortaleza, Imprensa Universitária, 1966.
- MARTINS FILHO, Antônio. Discurso no centenário de Antônio Augusto de Vasconcelos na Academia Cearense de Letras. Disponível em: http://www.ceara.pro.br/acl/revistas/revistas/1954/ACL_1954_05_Antonio_Augusto_de_Vasconcelos_Antonio_Martins_Filho.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.
- MENEZES, José Dilson Vasconcelos de. Instituição do ensino odontológico no Brasil: a verdade definitiva. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2001.
- MENEZES NETO, Paulo Elpídio de (org.). Martins Filho de corpo inteiro. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2004.
- MENEZES NETO, Paulo Elpídio de. Martins Filho (coleção Terra Bárbara). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.
- MENEZES NETO, Paulo Elpídio de. Universidade, ação e reflexão. Fortaleza: Edições UFC, 1983.
- MESQUITA, Teobaldo Campos. Escola de Agronomia do Ceará 90 anos. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.
- MOREIRA, Adeli Gomes *et al.* Biblioteca de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Ceará: 70 anos. Fortaleza: Memorial da UFC, 2019.
- PINTO, José Roberto. A pré-história da universidade no Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.
- PORTO, Joarez; MENEZES, José Dilson Vasconcelos de (org.). Anais da criação da Academia Cearense de Odontologia no período de 23 de setembro de 1984 a 23 de setembro de 1989 – vol. I. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2009.

PORTO, Joarez; MACEDO, Ananias; MAMEDE, José Mário Mendes; PIMENTEL, Josman de Farias Chaves (org.). Anais da criação da Academia Cearense de Odontologia no período de outubro de 1989 a setembro de 1994 – vol. II. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2011.

PORTO, Joarez; MACEDO, Ananias; MAMEDE, José Mário Mendes; PIMENTEL, Josman de Farias Chaves (org.). Anais da criação da Academia Cearense de Odontologia no período de outubro de 1994 a setembro de 2004 – vol. III. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2013.

PORTO, Joarez; MAMEDE, José Mário Mendes; PIMENTEL, Josman de Farias Chaves (org.). Anais da criação da Academia Cearense de Odontologia no período de outubro de 2004 a setembro de 2009 – vol. IV. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015.

PORTO, Joarez; PIMENTEL, Josman de Farias Chaves (org.). Anais da criação da Academia Cearense de Odontologia no período de outubro de 2009 a setembro de 2014 – vol. V. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2016.

PORTO, Joarez; PIMENTEL, Josman de Farias Chaves (org.). Anais da criação da Academia Cearense de Odontologia no período de outubro de 2014 a dezembro de 2016 – vol. VI. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2016.

PORTO, Joarez; PIMENTEL, Josman de Farias Chaves (org.). Anais da criação da Academia Cearense de Odontologia no período de janeiro de 2017 a dezembro de 2018 – vol. VII. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2019.

PORTO, Joarez; MENEZES, José Dilson Vasconcelos de (org.). Roteiro histórico da Odontologia no Ceará no século XX. Fortaleza: Academia Cearense de Odontologia/ IMPRECE, 2004.

PRISCO, José Tarquínio. História, fatos e reflexões: depoimento de um professor, pesquisador e gestor universitário. Fortaleza: FB Editora, 2014.

ROITMAN, Isaac. Morre, aos 97 anos, o acadêmico Manuel Mateus Ventura. Disponível em: <http://www.abc.org.br/2019/01/08/morre-aos-97-anos-o-academico-manuel-mateus-ventura/>. Acesso em: 28 jun. 2021.

SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da. Academia Cearense de Medicina em crônicas e biografias. Fortaleza: Editora do Autor, 2015.

SOÁREZ, Ednilo Gomes de. Rodolpho Teóphilo, o polivalente polêmico. Disponível em: https://www.institutoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorA-no/2009/08_Art_RodolfoTheophilo.pdf. Acesso em: 17 mar. 2021.

SOUSA FILHO, Antônio de Albuquerque. Meu percurso na universidade. Fortaleza: Imprece, 2014.

VIEIRA, Sulamita. Caminhos das ciências sociais na UFC. Fortaleza: Edições UFC/Memorial da UFC, 2016.

Anexos

Discursos e legislação

Uma universidade para o Ceará¹

Antônio Martins Filho

“Meus senhores:

Para a grande maioria dos nossos conterrâneos, talvez pareça utópica a ideia da fundação de uma Universidade no Ceará.

Variados fatores concorrem para o fortalecimento dessa aparentemente realista, mas infundada convicção.

Na verdade, o cotejo da história, os elementos informativos consubstanciados nas enciclopédias e bem assim o testamento pessoal dos que frequentaram ou que visitaram os centros universitários da Europa e dos Estados Unidos da América do Norte, — trouxeram até nós o conhecimento da influência altamente significativa desses núcleos aglutinadores da cultura, nos países a que se destinam servir.

Por outro lado, a visão de conjunto que nos proporciona o cinema — veículo do progresso da ciência e dos milagres da técnica, nos dias em que vivemos — põe em destacado relevo, para uma apreciação geral, a importância excepcional das Universidades, na formação das elites dominantes nas várias esferas da atividade humana.

Uma outra circunstância vem ainda esmaecer as débeis manifestações de otimismo que, às vezes, engalanam a fisionomia conturbada dos habitantes destas paragens nordestinas. Refiro-me à inveterada e secular descrença que contamina as nossas populações, espécie exótica daquele “pessimismo patriótico” de que, há bem pouco, nos falava o professor Hermes Lima, quando se dirigia aos moços acadêmicos da Faculdade de Direito.

Efetivamente, ufanamo-nos de possuir uma grande nação, considerada em sua extensão territorial. Não pomos em dúvida as suas possibilidades econômicas, mercê de um potencial de riquezas incalculáveis. Elevamos à terceira potência os lampejos de genialidade de alguns dos nossos vultos maiores. Acreditamos num futuro melhor, apesar das incertezas do presente.

¹ MARTINS FILHO, Antônio. Uma universidade para o Ceará. 2004. p. 37-52 (Conferência proferida no Instituto Brasil-Estados Unidos a 11 de novembro de 1948).

Contudo, ao invés de pormos em equação os nossos problemas capitais, que são muitos, parece-nos mais cômodo ou mais prático apontar os defeitos, malsinar os erros, recriminar os governos, veicular o nosso atraso, subestimar a nossa capacidade de realização, como se tudo isso pudesse, de alguma forma, concorrer para o progresso do Brasil que, afinal de contas, desejamos grande, forte e respeitado.

Meus senhores:

Se tivermos o propósito de permanecer engolfados no mare-magnum dessa descrença; se preferirmos enquadrar as nossas ações nos estreitos limites dessa esdrúxula maneira de raciocinar; se quisermos continuar apáticos e desesperançados, condicionando o nosso desenvolvimento à ideia de um milagre de problemática realização; se considerarmos de boa técnica jungir os nossos pensamentos aos tentáculos desse exquisito e paradoxal “pessimismo patriótico”, então, senhores, abandonemos este recinto e encerremos esta palestra, porque, na realidade, será utópica a ideia de fundação de uma Universidade no Ceará.

Universitas — termo latino grandemente usado na Idade Média, designava primitivamente uma corporação ou comunidade, isto é, agrupamento de pessoas dedicadas a um mesmo mister ou representativas de determinada classe.

Não possuía, dessa maneira, a particular significação conceitual que hoje emprestamos ao seu derivado — Universidade — ou seja a de uma instituição destinada a ministrar ensino e educação —, sentido, aliás, que só chegou a adquirir por volta do século XIV.

Anteriormente, para lhe dar tal conteúdo específico necessário se fazia acrescentar palavras como — *magistorum et scolarium*.

Recuando ainda mais na poeira dos tempos, observa-se que tais instituições eram denominadas *studium* ou *studium generale*.

Foi essa, na verdade, a semente do que conhecemos sob o nome de Universidade, instituição poderosíssima como instrumento de cultura e de civilização, cujo desenvolvimento, através dos séculos, procuraremos em linhas gerais aqui focalizar.

A primeira Universidade europeia, a de Salerno, na Itália, tem uma origem incerta, segundo as pesquisas autorizadas do professor Nicholas Murray Butler.

Já no século IX esta Universidade tornara-se célebre, em função de sua escola de medicina. É de notar, porém, que o método de ensino de Salerno era grandemente influenciado pela tradição greco-romana, sendo que a medicina arábica só foi adotada depois que se fizera famosa a Escola de Hipócrates.

Nos últimos decênios do século XI, Salerno atingiu o clímax, começando a influir consideravelmente em toda a Europa. No ano de 1231, diz aquele escritor, “o Imperador Frederico II constituiu-a a única escola de medicina do reino de Nápoles”.

A Salerno seguiu-se a Universidade de Bolonha, se bem que antes já fossem afa-madas as escolas de Pavia e de Ravenna, na primeira das quais se estudava o direito lombardo e, na segunda, o direito romano.

Bolonha tornou-se a principal escola de direito civil e canônico, sendo que o seu grande protetor, o Imperador Frederico Barba-Roxa, concedeu aos estudantes estrangeiros, em novembro de 1158, imunidades e privilégios que, incorporados no *Corpus Juris Civilis* do Império, foram mais tarde aplicados a todas as Universidades da Itália.

De acordo com as informações de Odofredo, citado por Butler, quando o grande jurista Aso ensinava em Bolonha, isso por volta do ano de 1200, o número de estudantes dessa Universidade se elevava a cerca de 10.000, a maioria dos quais constituída de estrangeiros.

A Universidade de Bolonha era dirigida por um Reitor — *Rector Scholarium*. As diferentes comunidades de alunos estrangeiros tinham cada uma o seu representante ou conselheiro, formando assim uma Assembleia Deliberativa, com a qual o Reitor habitualmente se aconselhava.

A partir do ano de 1200, a Universidade de Bolonha criou as Faculdades de Medicina e de Filosofia, esta então considerada a Faculdade das Sete Artes.

O ensino da teologia era ministrado pelos Dominicanos e, já no século XIV, começaram a existir os colégios, ou seja, lugares para a residência dos estudantes.

A Bolonha seguiram-se várias outras Universidades, notadamente Modena, Vicenza, Pádua, Nápoles, Roma, Perugia, Pisa, Florença, Siena, Ferrara, Parma e Turim.

No ano de 1170 deu-se, na França, a fundação da Universidade de Paris, por muitos considerada a mais antiga da Europa. O desenvolvimento do saber humano, na vigência do século XII, aliado ao espírito corporativo então dominante — foram as principais causas de sua criação. Adquiriu, em 1192, privilégios de caráter jurisdicional e, no ano de 1208, foi reconhecida por bula do Papa Inocêncio III. No entanto, só se constituiu definitivamente a partir de 1229, época em que ficou admiravelmente consolidada a sua fama excepcional.

Enquanto Bolonha exercia decisiva influência sobre a formação do pensamento jurídico, a Universidade de Paris tornou-se a mais ilustre em relação ao ensino da teologia. Foi ainda nela que afloraram as primeiras manifestações de um espírito universitário, isto é, uma consciência que envolvia mestres e alunos em perfeita consonância de sentimentos e de ideias.

A Universidade de Oxford, na Inglaterra, foi criada no século XII, se bem que as suas origens remontem a época mais recuada. Nos Estatutos dessa importante corporação, cujo prestígio aumentara sob a pressão de acontecimentos sociais, a palavra “universidade” foi empregada pela primeira vez, em sua acepção moderna.

Cambridge, outra célebre Universidade inglesa, surgiu em data posterior a Oxford, tendo sido formada por mestres e alunos que desta emigraram. O seu reconhecimento data de 1218, quando já era um corpo organizado, contando com um chanceler em sua direção.

Muitas outras Universidades floresceram rapidamente na Idade Média, entre elas se destacando a de Montpellier, criada em 1289 por Nicolau IV, com a Bula pontifícia *Quia Sapientiae*; e, ainda, a de Toulouse, que foi a primeira fundada em virtude de uma Carta Papal, expedida por Gregório IX, em 1233.

Na Espanha distinguiu-se a Universidade de Valladolid, reconhecida por Carta de Clemente VI, em 1346, que lhe concedeu o privilégio de *studium generale*.

Afonso, o Sábio, no ano de 1254, fundou a Universidade de Sevilha, destinada especialmente ao estudo das línguas latinas e semíticas, em particular o árabe.

Salamanca, porém, entre as Universidades espanholas da Idade Média, tornou-se a mais notável, em função do alto prestígio adquirido pelas suas Faculdades de Jurisprudência, Artes e Medicina.

Note-se, de passagem, para conclusões a serem tiradas *a posteriori*, que a única Universidade portuguesa do século XIII foi a que funcionou alternativamente em Lisboa e Coimbra, até que ficou permanentemente nesta última cidade, a partir de 1537.

Ainda na Idade Média, por muitos erroneamente considerada o período negro da História da Civilização, inúmeras instituições universitárias irromperam em toda a Europa: — Na Áustria, a de Praga, em 1347; na Polônia, a de Cracóvia, fundada em 1364 e reconstituída em 1400, celebrizando-se no século XV pela sua reputação como escola de estudos astronômicos e humanísticos.

Ainda em 1364 surgiu a Universidade de Viena, sob os auspícios do Duque Rodolfo IV.

A de Heidelberg, considerada a mais antiga da Alemanha, cuja Carta é firmada por Urbano VI, em outubro de 1385, foi fundada por Marsilius Inghen, obtendo, como nenhuma outra da Idade Média, um sucesso tão rápido quanto permanente.

A Universidade de Colônia, criada pelos Dominicanos, já se destacava entre os centros de estudos europeus, quando obteve, de Urbano VI, em maio de 1388, Carta de autorização para funcionar. Colônia teve como modelo a Universidade de Paris, com Faculdades de Teologia, Direito Canônico e “outras quaisquer escolas reconhecidas”, segundo reza a bula. A Faculdade de Direito foi incorporada logo após a promulgação da Carta.

A Universidade de Leipzig se formou pela migração de quase todos os elementos da Universidade de Praga, obtendo autorização para funcionamento por Carta do Papa Alexandre V, em setembro de 1409.

Se essa foi a marcha evolutiva do movimento universitário na Idade Média, o mesmo se verificou no Renascimento, passando a ideia a proliferar num ritmo cada vez maior.

Tübingen, Aix-en-Provence, Poitiers, Caen, Bordeaux, Valencia, Nantes e Bruges, tiveram as suas Universidades no período que vai de 1409 a 1477.

No norte da Europa e na Europa central, surgiram, entre outras, a de Uppsala, em 1477; a de Copenhague, em 1479; a de Wittenberg, em 1502; e a de Frankfurt sobre o Oder, em 1506.

Dessa maneira, a revolução que as grandes invenções vieram provocar na face da terra e o engrandecimento do campo das relações humanas determinado pela descoberta e povoamento do Novo Mundo, teriam forçosamente de sentir os efeitos dessa mentalidade universitária, já arraigada no espírito dos povos cultos da Europa.

Daí porque, na parte setentrional do continente americano, hoje ocupada pelos Estados Unidos, os primeiros colonos ali fixados verificaram de logo a necessidade de criação de escolas e colégios, na fase mesma de povoamento e organização da nova nacionalidade.

Assim é que, já em 1636, a Corte Geral de Massachusetts fez a primeira desapropriação para o que mais tarde se tornou a Universidade de Harvard, em honra a John Harvard, falecido em 1638 e que, num exemplo que mais tarde proliferou, doou sua biblioteca e metade dos seus bens, avaliados em 800 libras, à nova instituição.

Muitas outras organizações congêneres seguiram-se a Harvard.

Em 1693 é criado o Colégio William and Mary. A Universidade de Yale data de 1701. Princeton foi fundada em 1746. A Universidade de Pensilvânia se organizou em 1751. A de Columbia, em 1754. E a Brown University, em 1764.

Todas essas Universidades Americanas tiveram uma característica especial: apesar de, em alguns casos, receberem auxílio por parte do governo, a sua fundação se deve à iniciativa privada e o seu controle sempre esteve em mãos particulares. Basta lembrar que John D. Rockefeller doou à Universidade de Chicago, de 1889 a 1910, um total de 34.708.375 dólares.

No século XIX, contudo, originou-se um novo tipo de Universidade nos Estados Unidos, mantido pelo governo. Essa nova modalidade se caracterizou pela manutenção dos institutos universitários por parte do Poder Público, sendo o ensino gratuito e a direção competindo a pessoas designadas pelo governo.

Mas, se tal desenvolvimento ocorreu na parte setentrional do novo continente, já não se observa o mesmo em relação à América do Sul.

É verdade que, em 1553, 61 anos, portanto, após o Descobrimento, foi fundado um seminário dominicano em Lima, o qual, em 1574, se separou dessa ordem e se transformou num estabelecimento independente para o estudo de filosofia e teologia, ao qual, em 1633, se anexou uma Faculdade de Medicina, constituindo assim, a Universidade do Peru.

Também a Universidade de Córdoba, na Argentina, tem a sua origem no ano recuado de 1613.

Contudo, nos demais países sul-americanos raras foram as Universidades fundadas, nos séculos imediatos ao do descobrimento. A da Venezuela foi criada em 1725. A de Santiago do Chile, em 1743. A de Montevideú, em 1840.

Em 1920, três Universidades, em três diferentes lugares, foram organizadas: A Universidade Nacional da Argentina, em Buenos Aires, com seis Faculdades e cerca de 8.000 estudantes; a Universidade do Litoral, em Santa Fé, também na Argentina, compreendendo as Faculdades de Direito, Química e Agricultura, e a Universidade do Rio de Janeiro, com as suas Faculdades de Medicina e Direito, a que depois se incorporou a Escola Politécnica.

Dessa enumeração pormenorizada e, talvez, exaustiva que venho de fazer, pretendo tão somente tirar uma e única conclusão: a de que, em matéria de universidades, estamos recuados dos outros povos alguns séculos.

A causa essencial desse atraso parece-nos resultante da ausência de espírito universitário por parte de nossos colonizadores, aliada às condições étnicas que influenciaram em nossa formação histórica.

Em Portugal, como sabemos, existia apenas uma Universidade, fundada em fins do século XIII, pelo espírito esclarecido de Dom Dinis, que talvez pela circunstância de ser neto de Afonso, o Sábio, trabalhou consideravelmente pelo desenvolvimento da cultura. “Nenhum rei antes dele — segundo o depoimento de Pinheiro Chagas — se preocupara da sorte dos Estudos em Portugal”.

E mesmo depois de D. Dinis, somente na segunda metade do século XVIII foi que o Marquês de Pombal deu novos rumos à causa da instrução e da educação, com o subsídio literário e com a reforma completa que realizou na Universidade de Coimbra.

Nascemos, pois, e crescemos sem conhecer a influência direta e edificante das Universidades, na formação da nossa cultura.

Essas e outras causas justificam perfeitamente as condições em que ainda nos encontramos em matéria de Universidades. Com efeito, se já ultrapassamos a fase embrionária, propriamente dita, falta-nos a tradição, isto é, quase tudo ainda precisamos construir.

No entanto, pela reforma Francisco Campos, realizada em 1931, a organização do ensino superior do País houve por bem adotar, como norma, o sistema universitário.

Data de então uma nova fase para o panorama geral do ensino superior entre nós, pois, se não conseguimos realizar milagres, pelo menos avantajamo-nos bastante, em relação ao período antecedente.

Da substanciosa Exposição de Motivos daquela reforma oferecida à apreciação da Presidência da República, parece-me digno de destaque o seguinte trecho, pela judiciosidade dos conceitos que consubstancia:

“Assim como a Universidade não é apenas uma unidade didática, pois que a sua finalidade transcende ao exclusivo propósito de ensino, envolvendo preocupações de pura ciência e de cultura desinteressada, ela é, igualmente, e é sobretudo, porque este o caráter que a individua e a distingue das demais organizações do ensino, uma unidade social ativa e militante, isto é, um centro de contato, de colaboração e de cooperação de vontades e aspirações, uma família intelectual e moral, que não exaure a sua atividade no círculo dos seus interesses próprios e imediatos, senão que, como unidade viva, tende a ampliar no meio social, em que se organiza e existe, o seu círculo de ressonância de influência, exercendo nele uma larga, poderosa e autorizada função educativa”.

Com o novo aparelhamento do nosso organismo educacional, resultante da reforma Francisco Campos, posteriormente corrigido e ampliado pelo Ministro Gustavo Capanema, chegamos a ter, em 1945, quatro Universidades em nosso País: uma federal, a Universidade do Brasil; duas estaduais (equiparadas), a Universidade de São Paulo e a de Porto Alegre; e uma particular (equiparada-livre), a Universidade de Minas Gerais.

De 1945 até aos nossos dias, o quadro aí esboçado passou a tomar tonalidades mais vivas, evidenciando um clima mais favorável à disseminação do ensino universitário nos diversos quadrantes do território da nação.

Duas causas imediatas concorreram para essa melhoria: a regulamentação baixada para a criação das universidades estaduais equiparadas e livres equiparadas, e bem assim a imperiosa necessidade, que passaram a sentir as próprias Escolas

Superiores, de um espírito de cooperação, de uma consciência coletiva em função do ensino e da educação nacional.

Daí porque, além das quatro Universidades já enumeradas, foram instaladas e se encontram em pleno funcionamento as seguintes: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Universidade do Paraná — todas livres equiparadas — e ainda a Universidade do Recife e Universidade da Bahia, que, aliás, foram criadas pelo Governo da União, mas não estão enquadradas em nenhum dos tipos definidos na legislação federal.

Vê-se, através dessa simples enumeração, que o país vem despertando para melhor compreender a missão das universidades, de que dependerá o seu futuro, considerado sob o tríptico aspecto de progresso, de cultura e de civilização.

Agora, o ponto essencial desta palestra.

Primeiro: Será possível a fundação de uma Universidade no Ceará?

Segundo: Admitindo-se a hipótese afirmativa, será oportuna a concretização dessa possibilidade?

Terceiro: Quais as vantagens que nos advirão, em possuindo o nosso Estado uma Universidade?

Analisemos essas interrogações, de acordo com a sistemática em que foram estabelecidas.

Preliminarmente, observemos que não é nova a ideia da criação de uma Universidade, nesta efervescente e ensolarada cidade de Nossa Senhora da Assunção.

Com efeito, já no ano de 1944, ao ser pleiteada a refederalização de nossa Faculdade de Direito, o ilustre cearense, Dr. Xavier de Oliveira, em circunstanciado memorial dirigido ao então Ministro Capanema, demonstrou as vantagens da fundação de uma Universidade no Nordeste, sugerindo fosse a mesma localizada em Fortaleza que, por sua situação geográfica e pelos elementos humanos de que dispõe, está naturalmente indicada para a sede de uma instituição desse gênero.

Por sua vez, o egrégio Conselho Nacional de Educação, pela voz autorizada do seu atual presidente, Dr. Cesário de Andrade, reconhece não só a possibilidade mas a necessidade de existência de uma Universidade em nossa terra.

Em parecer emitido sobre o pedido de funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, o notável professor conterrâneo assim se expressa:

“Em que pese a natural deficiência de que ainda padece o aparelhamento do novo estabelecimento de ensino, nessa primeira fase do seu funcionamento, é fora de dúvida que o mesmo vem preencher uma grande lacuna no meio cultural onde está localizado. Realmente, a cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, é um centro avançado de cultura, dispondo já de vários institutos de ensino superior, alguns de tradição e renome, como a Faculdade de Direito e a Faculdade de Farmácia e Odontologia.

Por sua situação geográfica no Nordeste do Brasil e pelo crescido número de estabelecimentos de ensino que ali funciona, a cidade de Fortaleza está destinada a ser dentro em breve a sede de nova Universidade, que concorrerá para completar o quadro desses grandes centros da cultura nacional”.

Aí, pois, a palavra oficial do órgão técnico e consultivo do Governo da República, em parecer de autoria do seu preclaro presidente, Dr. Cesário de Andrade, firmado por nomes exponenciais do magistério nacional, quais sejam os dos Professores Lourenço Filho, Josué d’Affonseca e Reynaldo Porchat.

Por seu turno, a legislação que regula a matéria, exige, para a formação de uma Universidade, a agregação de, pelo menos, três institutos de Ensino Superior, sendo dois entre os quatro seguintes: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Faculdade de Filosofia e Escola de Engenharia.

Ora, nesse particular é fora de dúvida que podemos atender com vantagens às condições mínimas das exigências legais, com a circunstância de podermos levar, para fortalecer o mosaico universitário, a Faculdade de Ciências Econômicas, ora

reconhecida pelo Governo Federal, a Faculdade de Farmácia e Odontologia e, possivelmente, a Escola de Agronomia do Ceará.

Ademais, a força moral que representa uma Universidade incentivará a criação de novas escolas que serão a ela agregadas. Já se está cogitando, com todas probabilidades de êxito, da fundação da Escola de Belas Artes do Ceará, destinada a ministrar os cursos de pintura, escultura e arquitetura, e também, da criação de uma Escola de Enfermagem e de Estudos Sociais.

Outra objeção, dentro dessa ordem de ideias, poderá ainda ser oposta: Possui Fortaleza material humano discente capaz de justificar a existência de uma Universidade?

Ainda aqui nos parece oportuna uma digressão histórica, em abono das nossas afirmações.

A Universidade do Equador foi fundada em fins do século XVIII e reorganizada em 1895. Trinta anos depois, isto é, em 1925, possuía apenas 303 alunos.

Pois bem: nas seis faculdades ora existentes em Fortaleza, sem contar com a contribuição das duas Escolas projetadas, possuímos um número de acadêmicos que talvez supere em dobro aquela cifra.

Vereis, portanto, que está suficientemente equacionada a primeira interrogação, isto é, torna-se possível a fundação de uma Universidade no Ceará.

Examinemos, agora, se é ou não oportuno darmos início à concretização da ideia.

Os mais bisonhos ou menos informados lembrar-se-ão, imediatamente, das condições financeiras do nosso Estado que, como sabemos, se apresentam deficitárias.

Por outro lado, em se tratando de Universidade do tipo Estadual equiparada, poder-se-á supor que a sua criação irá acarretar maiores sacrifícios para os cofres do Estado.

Tais objeções, porém, carecem de fundamento.

Na verdade, a organização de que se cogita será composta de três categorias de estabelecimentos de ensino: as Faculdades mantidas pelo Governo do Estado; a Faculdade de Direito, pertencente ao Ministério da Educação e Saúde; e as Faculdades de Filosofia e Medicina, dependentes financeiramente de entidades privadas.

Com o advento da Universidade, essa situação não se modificará, pois, os acordos que o Chefe do Poder Executivo terá de firmar com as entidades mantenedoras dos institutos incorporados ou agregados, serão para o simples efeito de cooperação cultural e de administração interna, não importando em compromisso ou obrigação quanto aos atuais e futuros professores e funcionários dos institutos referidos.

Daí se infere que surge um super-poder — a unidade universitária, com os seus órgãos próprios de direção — o Conselho Universitário e a Reitoria — mas sem despersonalizar ou absorver totalmente os institutos que a compõem.

No que respeita ao patrimônio da Universidade, poderá ser constituído de uma apólice da dívida pública, a qual, se for de dez milhões de cruzeiros, à taxa de juros de cinco por cento ao ano, como supomos, trará para o Estado um acréscimo anual de despesas de, apenas, quinhentos mil cruzeiros, importância que, em virtude do fim a que se destina, quase nada representa.

Observe-se que a apólice será inalienável e reversível ao Estado, na hipótese, que reputamos difícil, de dissolução da Universidade.

Várias circunstâncias como que correram simultaneamente para demonstrar a imediata necessidade, que se nos depara, de fundação da Universidade idealizada.

A esse propósito merece ser lembrado o novo projeto de reforma do ensino superior, já em andamento nos canais competentes. Essa reforma, segundo nos consta, acarretará novas exigências para a criação de instituições universitárias, podendo, assim, dificultar ou mesmo impossibilitar a concretização da antiga e justa aspiração dos nossos conterrâneos.

Tudo demonstra, portanto, que devemos agir imediatamente, sob o influxo do clima de otimismo que ora nos favorece.

De fato, é manifesta a melhor boa vontade do atual Governo, quer por parte do Chefe do Poder Executivo, Desembargador Faustino de Albuquerque; quer no âmbito da egrégia Assembleia Legislativa; quer em relação aos nossos representantes, nas duas Câmaras Federais.

Além disso, os órgãos mais autorizados do Ministério da Educação e Saúde, entre eles a Diretoria do Ensino Superior, confiada à visão esclarecida do professor Jurandyr Lodi, — são francamente favoráveis à imediata e imprescindível criação da Universidade do Ceará.

Prosseguindo na análise do esquema anteriormente estabelecido, parece-nos quase desnecessário aludir às vantagens que nos advirão, em sendo beneficiada, esta cidade de Fortaleza, com uma organização educacional desse gênero.

Em verdade, o ensino universitário não poderá ser confrontado com aquele ministrado em Faculdades isoladas, em Escolas Superiores insuficientes, sem unidade e sem estímulo para atingirem o seu alto objetivo sócio-cultural.

Daí se infere que a Universidade não é, como muitos estão a supor, um requinte de vaidade ou uma demonstração de exibicionismo intelectual. Ao contrário disso, representa uma necessidade que se impõe aos interesses educacionais da coletividade.

É que o sistema universitário dá ao ensino superior unidade administrativa e didática; cria um ambiente propício ao desenvolvimento uniforme do ensino em todas as suas modalidades; possibilita meios para a melhor aprendizagem técnico-científica; fomenta e estimula o campo da pesquisa; estreita os laços de solidariedade e cooperação entre mestres e alunos, isto é, contribui por todos os meios para o desenvolvimento da ciência e aperfeiçoamento da técnica, a serviço da cultura e da civilização.

Permanecendo os nossos estabelecimentos de ensino superior em um isolamento lastimável e prejudicial, como poderemos enfrentar os verdadeiros problemas nacionais e, particularmente, aqueles que são peculiares a esta área geográfica do Nordeste?

A tarefa tornar-se-á difícil, uma vez que a Universidade, sobre ser instrumento socializador da cultura e veículo de aproximação internacional dos povos, é ainda, no âmbito da nação um índice de progresso, uma defesa para a democracia e uma garantia para a solução do fundamental problema que ora atormenta a criatura humana.

É que o homem de pensamento, sob a pressão de forças sociológicas inelutáveis, sentiu a necessidade de recorrer à especialização, de aprofundar-se em um estreito ciclo de conhecimentos, de formar uma cultura em sentido vertical, sem o travejamento basilar da generalização.

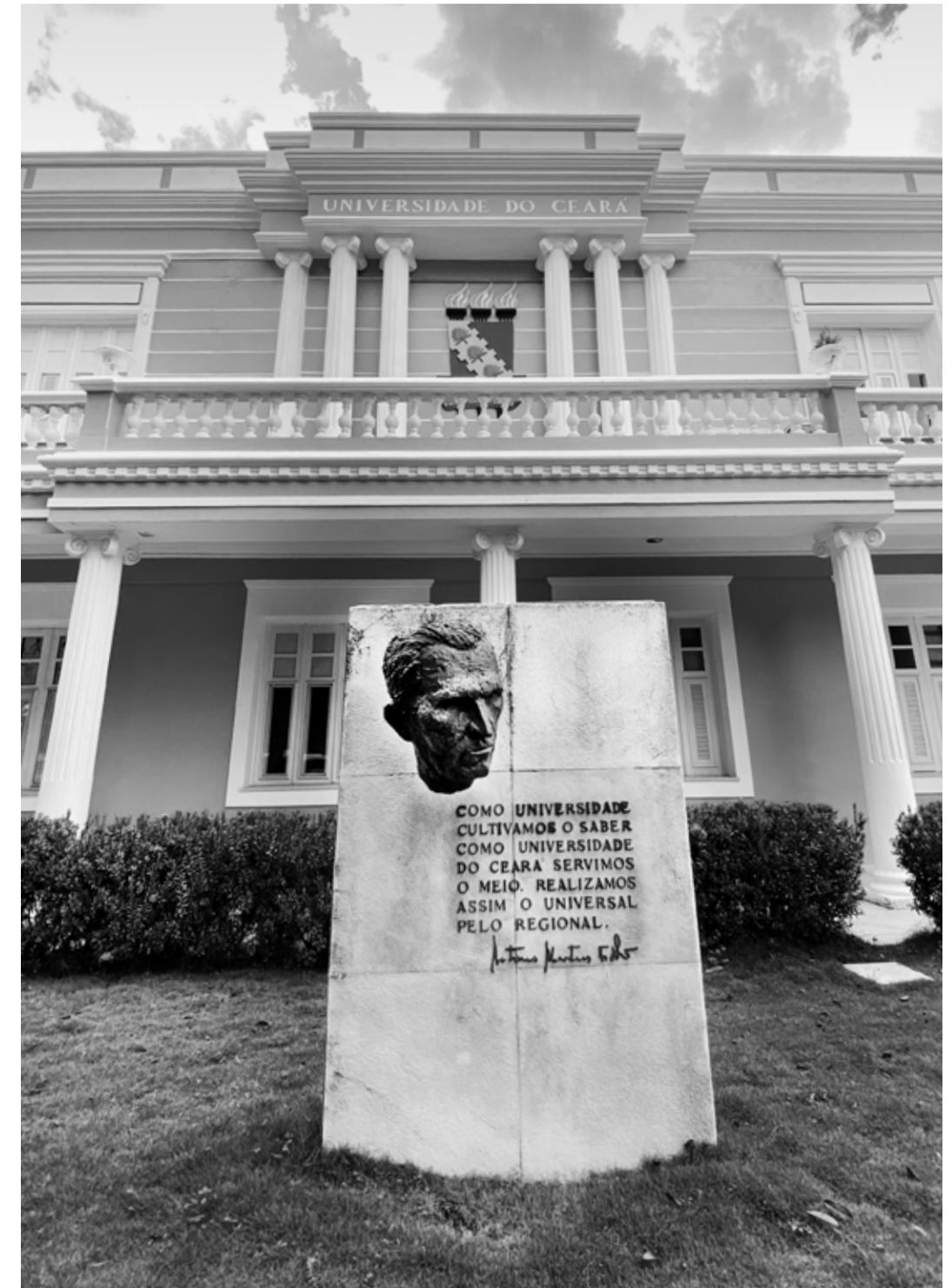
Para que seja neutralizado o perigo resultante desse “cientificismo” envolvente e aniquilador, faz-se indispensável conciliar o homem com os seus semelhantes, no clima de salutar compreensão que oferecem as condições ambientais das Universidades.

Somente pela adoção de um plano de ampla cooperação, em que se manifeste e predomine um verdadeiro espírito universitário, será possível aquela “re-humanização do homem”, de que nos fala o professor Josué de Castro.

Porque, conforme acentua este ilustre sociólogo, “mais do que uma oficina de sábios, o que a Universidade deve ser é uma fábrica de homens. De homens capacitados a promover a fusão dos seus valores individuais mais significativos, com as aspirações mais profundas da sociedade de que participa. De homens aptos a resolver a crítica circunstância da convivência do homem com o próprio homem”.

Meus senhores:

Se desejais o aparelhamento dos valores culturais de nosso Estado, para melhor servir à causa do ensino superior no Brasil, propagai este brado de alerta — **PRECISA-SE DE UMA UNIVERSIDADE PARA O CEARÁ!**”



Fachada atual da Reitoria da UFC, em Fortaleza - CE [2021] Foto: David Motta

A hora das universidades²

João Otávio Lobo³

“Sr. Presidente:

Faz pouco tempo, a bancada cearense, sem distinção de cor política, compareceu ao Catete, levando o original do projeto de lei que cria a Universidade do Ceará, com sede em Fortaleza, e federaliza a Faculdade de Medicina.

O presidente Café Filho, em homenagem ao Ceará, houve por bem sancioná-lo, na mesma ocasião.

O nobre gesto do chefe da nação, que, sobremaneira, nos sensibilizou, fê-lo, com justiça, credor da gratidão do povo de minha terra.

Este é o fato.

Dentre a rotina de tantas proposições que se sancionam, mais uma universidade que se cria, mais uma faculdade que se federaliza, lá pelo Nordeste brasileiro, poderá até passar despercebido ou (o que pode acontecer) incrementar o coro das lamentações dos que deploram a nossa precária condição financeira, com mais esse ônus que se impõe ao tesouro nacional.

No entanto, Sr. Presidente, a criação de uma universidade na capital do Nordeste seco, se é motivo de júbilo para o Ceará que a merece, o fato, em si, tem nesta amarga hora nacional relevante significação: É aviso sensato, tomada de posição em que se procura rumo certo, no meio da crise atual.

Já se vai sussurrando de boca em boca, desde as camadas populares às elevadas hierarquias, que, com essa moeda vil, com o alto custo de vida, com a irrespon-

² Discurso proferido na Câmara dos Deputados e registrado pela Revista da Faculdade de Direito do Ceará (1955). Disponível em formato digital no Repositório Institucional da UFC.

³ Médico, professor catedrático de Medicina Legal, deputado federal e relator do projeto de lei que originou a UFC, em 1954.

sabilidade reinante, ou se há de dar um freio, na marcha, ou, fatalmente, se há de rolar abismo abaixo. E esse clima vem se agravando, em certos círculos, a tal ponto, que se tem a impressão de que os homens sérios e honestos (e os há, ainda, mercê de Deus, neste país) já são considerados uns desgarrados no tempo, uns desajustados no meio, uns marginais, enfim, como o paul que a torrente vai deixando à orla dos ribeiros.

A circumspecta Germânia, um dia, ensandeceu, em delírio de grandeza e poder, ao arrojar-se à derrota de duas guerras mundiais.

Teme-se que a insensatez nos leve a algum infortúnio, pois, aos que Deus quer perder, tira-lhes de antemão o senso comum.

Afinal de contas, vivemos, positivamente, fora da realidade, usufruindo uma civilização de elevado nível para a qual pouco contribuímos com nosso esforço. Tal atitude é um disparate neste país em que o petróleo, quase intocável, dorme ainda, no seio da terra, em berço esplêndido, e a agricultura se faz, em grande parte, como nos tempos dos faraós, a golpes de enxada.

Algo anda desarranjado no funcionamento do organismo nacional.

O que caracteriza a nossa conduta é, sobretudo, a improvisação, o empirismo, a ausência do sentido de continuidade, de senso prático que, antes de ser científico, observa, examina, pondera, planeja e realiza.

Tal o indivíduo, tal o grupo.

E a nação vai refletindo, cristalinamente, o mesmo descompasso.

Os problemas de base afloram berrantes: o do petróleo, o do transporte, o da produção, o do ensino. Mas, há uma preocupação constante de votar-se já e já a emenda parlamentarista — ideia salvadora do regime, deixado à margem esse surrado presidencialismo — causa de todas as nossas mazelas. As eleições de três de outubro vieram provar de como a fraude, o suborno, a demagogia, a força do dinheiro têm foros de cidade até nas longínquas aldeias do “hinterland”. Urge a modificação do código eleitoral. Nisto todos acordam. Contudo, ninguém espera que, nas condições atuais de nossa educação cívica, a lei opere o milagre de sanear o voto democrático. Se é exato que a ocasião faz o ladrão, não é menos certo que o ladrão inventa a ocasião. Principalmente, em matéria de eleições. Está na ordem do dia o problema sucessório. Todavia, paira no ar uma certa alergia ao embate eleitoral, um cívico temor de que do entrelaço de ideias, em que se areja a democracia, se não extenuem o nosso valetudinário regime.

É que talvez o candidato eleito não o seja, para muitos, catatimicamente, o candidato ideal. Mas, praticando-se é que se faz democracia. Boa ou má, a que temos é esta mesmo. Mais vale exercitá-la, na luta eleitoral, entre as correntes de opinião, do que o ensaio de uma candidatura única, num simulacro de eleição, processo pouco convincente à prática de sã democracia e até contrário ao próprio étimo, pois quem elege, escolhe, e, no caso, não é possível escolher um candidato senão entre dois ou mais. União nacional, após o pleito, em torno do presidente da República, para que se processe, no governo, a recuperação moral econômica e financeira, é o que dita a consciência coletiva e impõe o sadio patriotismo.

Sr. Presidente:

Eu não sei qual seja a diagnose dos sociólogos e nem o remédio dos terapeutas para a solução da presente crise. Sei, porém, e já é sedição e até conselheiral, que só uma campanha de educação integral, dinamizada em fervor cívico, será capaz de, em certo prazo, preparar os caminhos ao salutar exercício da democracia.

Sob o compasso da educação vigente, embora, neste setor, tenhamos progredido, não se há, por certo, de esperar a recuperação do país. Em verdade, a escola primária alfabetiza mal, e, às vezes, até deseduca. O ensino secundário, que, entre nós, é, precipuamente, preparatório ao superior, alinhava-se. E este, ante a última *ratio* do título de doutor, apenas, balbucia, no campo da investigação e da pesquisa.

Não sei por que se não começou ainda essa campanha de educação. A experiência no-lo mostra, na órbita da saúde, o êxito de batalhas congêneres. Hajam vista as memoráveis campanhas da febre amarela, da peste, da malária e da tuberculose.

Se os sanitaristas indígenas são capazes de tarefas desse porte, o serão, por sem dúvida, os educadores brasileiros.

Falta-lhes, somente, o primeiro impulso.

Que o promova o poder público.

Sr. Presidente:

Convenhamos em que o governo começou, ou vai iniciar, imediatamente, uma revolução educacional. Finjamos que já se mobilizaram, para esse fim, dentro das precárias possibilidades do erário, recursos extraordinários.

Imaginemos que, consoante as exigências técnicas, se aparelharam, plenamente, todas as escolas e estabelecimentos de ensino.

Suponhamos que isto aconteça. E, mesmo assim, não bastaria tamanho esforço, para solver o problema nacional.

É que nem tudo pode o governo. E nem dele depende tudo.

Nesta conjuntura, em que se apela para o sacrifício de cada indivíduo, em razão da sobrevivência do regime, se não houver boa vontade, compreensão, desprendimento e, sobretudo, amor à terra comum, então podem periclitir as instituições e, depois, talvez choremos, arrependidos, as ruínas do *ubi Troia fuit*.

Há, porém, tecidos vivos no organismo nacional. E núcleos de reação vital, em todos os departamentos de nossa economia.

Dessas regiões onde circula sangue oxigenado, dessas esferas em que, pela cultura, se tem conhecimento pleno do momento e, pela consciência, das responsabilidades de cidadão, deve partir o movimento patriótico de fortalecimento do convalescente regime.

E é esta, sobretudo, a hora das universidades brasileiras. Atuem, sem tardança, esses altos centros de cultura. Entrem, em febre, os meios universitários, numa campanha intensiva de educação.

Façam de cada cátedra, que ministra a ciência, púlpito cívico que eduque a mocidade. O de que precisamos, com urgência, não é tanto de técnica que realize, mas de moralidade que saneie o ambiente.

De que nos valerão elites intelectuais, políticas e econômicas, se lhes faltam, na gestão da coisa pública, o senso de moralidade, que é o sal que preserva da corrupção? Os desvios da inteligência e do poder, as dissipações da riqueza comum são as linhas que triangulam a decadência das nações.

Não há maior pedra de escândalo para a mocidade que se educa, do que o exemplo público de elites irresponsáveis.

A educação não se faz, só, entre as paredes de escolas e universidades.

Não é um Carmelo de contemplação, só pela contemplação.

É um processo em função da vida social.

Hoje, entre nós, é quase vã a tarefa dos educadores, nos meios escolares.

O que, lá, a juventude aprende da moral e do civismo, desmentem-no, na prática, certas condutas da vida pública.

E o que se faz, com trabalho, para a formação do adolescente não resiste à intempérie moral do clima exterior.

Mas, uma campanha de educação moral e cívica, em ritmo de apostolado, nas universidades, iterativa e intensa, sob o patrocínio do governo e estimulada pela imprensa e radiodifusão, abalará, profundo, a consciência coletiva, despertará as latentes reservas morais da comunhão nacional e neutralizará, na mocidade das escolas, o efeito maléfico do exemplo dos que deservem a Nação.

Que iniciem esse movimento os centros universitários e se acenda de fé, nos destinos do Brasil, a mocidade. E, então, começará a recuperação nacional.

Esta é, portanto, a hora das universidades do Brasil.

A do Ceará, que vem de se criar, estará presente!”

Decreto-Lei nº 8.827, de 24 de janeiro de 1946

“Transfere para a União a Faculdade de Direito do Ceará e a Escola Politécnica da Bahia, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º Ficam transferidas para a União, integrando o Ministério da Educação e Saúde, a Faculdade de Direito do Ceará e a Escola Politécnica da Bahia.

Art. 2º Os servidores estaduais, em exercício nos estabelecimentos de ensino a que se refere o artigo 1º, passam à condição de servidor público federal.

§ 1º Esses servidores serão reajustados em cargos públicos ou em funções de extra-
numerário, na forma da legislação federal em vigor, tendo em vista as funções por
eles atualmente exercidas.

§ 2º Dentro do prazo de 60 dias, a partir da data de publicação do presente De-
creto-lei, os Diretores dos respectivos estabelecimentos de ensino remeterão aos
órgãos do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde
os elementos necessários ao cumprimento do disposto no parágrafo anterior e à
concessão de recursos para aquisição de material indispensável à manutenção dos
mesmos estabelecimentos.

Art. 3º Durante o prazo previsto no § 2º do art. 2º, as despesas de material e com o
pagamento dos servidores estaduais continuarão a ser efetuadas pelos respectivos
Governos Estaduais.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de Janeiro de 1946, 125º da Independência e 58º da República.

JOSÉ LINHARES

Raul Leitão da Cunha

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União – Seção
1 de 28.01.1946”

Lei Federal nº 1.055, de 16 de janeiro de 1950

“Federaliza Escolas de Agronomia e Veterinária nos Estados do Paraná, Ceará, Rio de Janeiro e Bahia

O Congresso Nacional decreta e eu, Fernando Mello Viana, vice-presidente do Senado Federal, promulgo nos termos do art. 70, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1º É o Governo Federal autorizado a incorporar ao seu patrimônio, mediante acordo, todos os bens que constituem a Escola de Agronomia do Nordeste, situada no município de Areia, no Estado da Paraíba, e subordinada à Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas daquele Estado.

Art. 2º Enquanto não for instalado o Instituto Agrônomo do Nordeste, a Escola de Agronomia do Nordeste ficará diretamente subordinada ao Diretor Geral do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura.

Art. 3º É, igualmente, o Governo Federal autorizado a incorporar ao seu patrimônio todos os bens que constituem o patrimônio da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná, em Curitiba; Escola de Agronomia do Ceará, em Fortaleza; Escola Fluminense de Medicina Veterinária, situada em Niterói; e Escola Agrônoma da Bahia, com sede no município de Cruz das Almas.

Art. 4º A União, por intermédio do Ministério da Agricultura, assumirá a responsabilidade da manutenção e funcionamento das referidas Escolas e do provimento de seu pessoal efetivo, inclusive professores, em cargos federais, e deverá contar, integralmente, em favor dele e para todos os efetivos, o tempo de serviço prestado anteriormente aos estabelecimentos a que se refere esta Lei.

Art. 5º A transferência das Escolas, a que se refere esta Lei, para o patrimônio da União, tornar-se-á efetiva a assinatura de termo, do qual constarão a descrição e avaliação dos bens e a relação dos professores e servidores a aproveitar.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de janeiro de 1950.

FERNANDO MELLO VIANNA

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.01.1950”

Lei Federal nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950

“Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O sistema federal de ensino superior supletivo dos sistemas estaduais, será integrado por estabelecimentos mantidos pela União e por estabelecimentos mantidos pelos poderes públicos locais, ou por entidades de caráter privado, com economia própria, subvencionados pelo Governo Federal, sem prejuízo de outros auxílios que lhes sejam concedidos pelos poderes públicos.

Art. 2º Os estabelecimentos subvencionados, na forma desta Lei, pelo Governo Federal poderão ser, por lei, mediante mensagens do Poder Executivo, ouvido o Conselho Nacional de Educação, incluídos gradativamente na categoria de estabelecimentos mantidos pela União, atendendo-se à eficiência do seu funcionamento por prazo não menor de 20 (vinte) anos, ao número avultado de seus alunos e à sua projeção nos meios culturais, como centros unificadores do pensamento científico brasileiro.

Art. 3º A categoria de estabelecimentos diretamente mantidos pela União compreende:

[...]

II – [...] a Faculdade de Direito do Ceará, a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, [...]

Art. 4º Independente de qualquer indenização, são incorporados ao Patrimônio Nacional todos os bens móveis, imóveis e os direitos dos estabelecimentos federalizados pela presente Lei.

Parágrafo único. Os bens inalienáveis continuarão a integrar o patrimônio dos estabelecimentos e a ser por eles administrados, somente podendo suas rendas ser empregadas em conservação, melhoramento ou ampliação dos mesmos e em pesquisas, estudos, divulgação cultural e cursos de aperfeiçoamento, extensão ou doutorado.

Art. 5º É assegurado o aproveitamento no serviço público federal, a partir da publicação desta Lei, do pessoal dos estabelecimentos ora federalizados nas seguintes condições:

I – Os professores catedráticos, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, contando-se o tempo de serviço para efeito de disponibilidade, aposentadoria e gratificação de magistério.

II – Os demais empregados, como extranumerários, em tabelas criadas para esse fim, pelo Poder Executivo, contando-se o tempo de serviço para os efeitos do Art. 192 da Constituição Federal.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, as Universidades e os estabelecimentos isolados, federalizados por esta Lei, apresentarão ao Ministério da Educação e Saúde a relação de seus professores e servidores, especificando a forma de investidura, a natureza de serviço que desempenham, a data da admissão e a remuneração.

§ 2º Os professores não admitidos na forma da legislação federal do ensino superior para regência da cátedra em caráter efetivo poderão ser aproveitados interinamente.

§ 3º Serão expedidos pelas autoridades competentes os títulos de nomeação decorrentes do aproveitamento determinado neste artigo.

[...]

Art. 7º São criados no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde os seguintes cargos:

[...]

XI – 24 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará;

[...]

Art. 22. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1950; 129º da Independência e 62º da República.

EURICO GASPAR DUTRA

Pedro Calmon

Guilherme da Silveira

Este texto não substitui o publicado no DOU de 08.12.1950”

Dotações previstas

Unidade da Federação Estabelecimentos de Ensino	Dotação já em vigor (Cr\$)	Pessoal permanente (Cr\$)	Funções gratificadas (Cr\$)	Pessoal extranumerário (Cr\$)	Material (Cr\$)	Total (Cr\$)
V - Ceará	3.434.040,00					
7. Faculdade de Farmácia e Odontologia		2.419.200,00	32.400,00	1.130.620,00	300.000,00	3.882.220,00

Lei Federal nº 2.373, de 16 de dezembro de 1954

“Cria a Universidade do Ceará, com sede em Fortaleza, e dá outras providências. O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É criada a Universidade do Ceará, com sede em Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, e integrada no Ministério da Educação e Cultura – Diretoria do Ensino Superior.

Parágrafo único. A Universidade terá personalidade jurídica e gozará de autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar, na forma da lei.

Art. 2º A Universidade compor-se-á dos seguintes estabelecimentos federais de ensino superior:

- a) Faculdade de Direito (Decreto-lei nº 8.827, de 24 de janeiro de 1946);
- b) Faculdade de Farmácia e Odontologia (Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950);
- c) Escola de Agronomia (Lei nº 1.055, de 16 de janeiro de 1950);
- d) Faculdade de Medicina do Ceará (Decreto nº 22.397, de 7 de março de 1951).

Parágrafo único. A agregação de outro curso ou de outro estabelecimento de ensino depende de parecer favorável do Conselho Universitário e de deliberação do Governo, na forma da lei, e assim a desagregação.

Art. 3º O patrimônio da Universidade será formado:

- a) pelos bens imóveis e móveis pertencentes ao Patrimônio da União e fora utilizados pelos estabelecimentos referidos no artigo anterior e que lhe são transferidos por esta lei;
- b) pelos bens e direitos que forem adquiridos;
- c) pelos legados e doações legalmente aceitos;
- d) pelos saldos da receita própria e dos recursos orçamentários que lhe forem destinados.

Parágrafo único. A aplicação desses saldos depende de deliberação do Conselho Universitário e só o poderá ser em bens patrimoniais ou em equipamentos, instalações e pesquisas, vedada qualquer alienação sem expressa autorização do Presidente da República.

Art. 4º Os recursos para manutenção e desenvolvimento dos serviços provirão das dotações orçamentárias que lhes forem atribuídas pela União, das rendas patrimoniais; das receitas de taxas escolares, retribuição e atividades remuneradas de laboratórios, doações, auxílios, subvenções e eventuais.

Parágrafo único. A receita e a despesa da Universidade constarão de seu orçamento; e a comprovação dos gastos se fará nos termos da legislação vigente, obrigados todos os depósitos em espécie no Banco do Brasil, cabendo ao reitor a movimentação das contas.

Art. 5º O Estatuto da Universidade do Ceará, que obedecerá os moldes dos das Universidade federais, com a variante regional, será baixado por decreto do Presidente da República dentro em 120 (cento e vinte) dias, nos termos da Lei nº 20, de 10 de fevereiro de 1947.

Art. 6º É federalizada, independente do disposto no art. 17 da Lei nº 1.254 de 4 de dezembro de 1950, a Faculdade de Medicina do Ceará.

Parágrafo único. São criados, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura – Faculdade de Medicina do Ceará – 37 cargos de professor catedrático.

Art. 7º Para a execução do disposto nesta lei, são criados, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, um cargo de reitor, padrão CC-3; duas funções gratificadas, sendo uma de secretário FG-5 e uma de chefe de portaria FG-7; ficando autorizado o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$864.800,00 (oitocentos e sessenta e quatro mil e oitocentos cruzeiros) assim discriminado:

		Cr\$
a)	Pessoal Permanente	211.200,00
b)	Pessoal Extranumerário	300.000,00
c)	Material	353.600,00

Parágrafo único. As funções gratificadas poderão ser exercidas por extranumerários.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de dezembro de 1954; 133º da Independência e 66º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Cândido Motta Filho

Eugênio Gudín

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 23.12.1954”

Lei Federal nº 4.759, de 20 de agosto de 1965

“Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais”

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As Universidades e as Escolas Técnicas da União, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos Estados serão qualificadas de federais e terão a denominação do respectivo Estado.

Parágrafo único. As Escolas e faculdades integrantes das Universidades Federais serão denominadas com a designação específica de sua especialidade, seguida do nome da Universidade.

Art. 2º Se a sede da universidade ou da escola técnica federal for em uma cidade que não a capital do Estado, será qualificada de federal e terá a denominação da respectiva cidade.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de agosto de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

HUMBERTO CASTELLO BRANCO

Flavio Lacerda

Este texto não substitui o publicado no DOU de 24.08.1965”

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Expressão Gráfica e Editora
Rua João Cordeiro, 1285 - Aldeota - Fortaleza, Ceará
CEP: 60110-300 - Tel: (85) 3464-2222
E-mail: arte@expressaografica.com.br

Realização



Apoio



Edição

